



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSal)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
MARLENE BRITO DE JESUS PEREIRA

**Ecos do entrelace do contrato social com o contrato sexual: indivíduos,
sexualidades e famílias contemporâneas**

SALVADOR

2014

MARLENE BRITO DE JESUS PEREIRA

**Ecos do entrelace do contrato social com o contrato sexual: indivíduos,
sexualidades e famílias contemporâneas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea.

Área de Concentração: Sociologia e Psicologia da Família

Linha de Pesquisa: Família e Subjetividade

Orientador: José Euclimar Xavier de Menezes

Co-orientadora: Mary Garcia Castro



Salvador

2014

MARLENE BRITO DE JESUS PEREIRA

**Ecoss do entrelace do contrato social com o contrato sexual: indivíduos,
sexualidades e famílias contemporâneas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes
(orientador)

Doutor em Filosofia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Católica do Salvador (UCSal)

Prof.^a Dr.^a Mary Garcia Castro
(Co-orientadora)
Doutora em Sociologia – University of Florida
Universidade Católica do Salvador (UCSal)

Prof.^a Dr.^a Denise Coutinho
Doutora em Letras UFBA (BR) e Princeton University (EUA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof.^a Dr.^a Suely Aldir Messeder
Doutora em Antropologia - ESP
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Prof.^a Dr.^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Doutora em História – Universidade de Leon- ESP
Universidade Católica do Salvador (UCSal)

Prof.^a Dr.^a Miriã Alves Ramos de Alcântara
Doutora em Saúde Pública – UFBA
Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Aprovada em: 26 de Novembro de 2014

Local de defesa: Auditório do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Campus da Federação da Universidade Católica do Salvador.

TERMO DE APROVAÇÃO

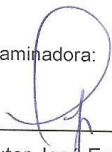
Marlene Brito de Jesus Pereira

**“Ecos do entrelace do contrato social com o contrato sexual:
indivíduos, sexualidades e famílias contemporâneas”.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 26 de novembro de 2014.

Banca Examinadora:



Prof. Doutor José Euclimar Xavier de Menezes – UCSAL
Orientador



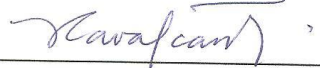
Profª Doutora Denise Maria Barreto Coutinho - UFBA



Profª. Doutora Mary Garcia Castro - UCSAL



Profª. Doutora Suely Aldir Messeder - UNEB



Profª Doutora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – UCSAL



Profª Doutora Miriã Alves Ramos de Alcântara - IFBA

À minha filha Ana Beatriz

AGRADECIMENTOS

Agradecer! É um rememorar e expressar que todo o trabalho realizado foi obra de muitos. Um trabalho acadêmico reflete bem o que sustento no objeto da tese: a relação de interdependência entre os indivíduos, o que nos torna indivíduos sociais. As ideias que tomamos por empréstimo e nos apropriamos e que talvez apresentemos um novo estilo, mas que dependeu e depende de muitas pessoas que fazem com que alcancemos coisas ou realizamos feitos. Sou grata a todos que participaram direta e indiretamente na construção desta tese.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Menezes orientador guia e grande motivador deste trabalho. Agradeço pelo acolhimento, disponibilidade, interesse e constante ação motivadora nas idas e vindas do meu percurso. Aprendi muito com sua filosofia que provoca inquietações, que encoraja a mudar o prumo e acreditar em firmes passos. Sou muito grata por suas orientações primorosas, seu rigor epistemológico, suas aulas no Programa de Pós-Graduação em Família, suas discussões enriquecedoras no grupo de pesquisa Epistemes da Subjetividade e da Família, seu apoio para o doutorado sanduíche e suas declarações entusiasmadas.

Agradeço especialmente também a Profa. Dra. Mary co-orientadora guia, que esteve lado a lado, grande motivadora deste trabalho desde as fases finais do Mestrado. Sou muito grata por partilhar suas experiências acadêmicas, suas escolhas ideológicas, suas aulas no Programa de Pós-Graduação em Família, seu espírito jovem e sábio.

Agradeço às famílias participantes deste estudo, corajosas em abrir as suas casas, em expor suas intimidades e permitirem conhecer suas experiências.

Agradeço à Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio e incentivo a pesquisa do curso de doutorado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa e experiência do doutorado sanduíche em Paris, França.

Agradeço à Profa. Dra. Antoniete Fauve-Chamoux pelo convite, orientação e acolhimento em Paris, na l' École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e em reuniões privadas em sua casa.

À Profa. Dra. Elaine Rabinovich por suas aulas enriquecedoras no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea, por participar dos seus projetos, em

especial o Grupo de pesquisa Família Auto Biografia e Poética, pela indicação e apoio nos seminários na 1ª EHESS e pela amizade.

Agradeço aos membros da banca:

À Profa. Dra. Suely Messeder pela participação na Qualificação e Defesa da tese, por suas orientações quanto à coerência epistemológica da pesquisa empírica, pelo viés crítico acerca dos referenciais teóricos e pelas indicações de diferentes autores.

À Profa. Dra. Denise Barreto Coutinho por aceitar o convite de participação na Defesa da tese, por sua análise minuciosa e contribuições no debate das ideias.

À Profa. Dra. Miriã Alcântara por suas aulas na disciplina do curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Família, pela aceitação do convite e participação na Qualificação e Defesa da tese, pela análise minuciosa, pelas indicações à reflexão e referências proveitosas.

À Profa. Dra. Vanessa Cavalcanti por aceitar o convite de participação na Defesa da tese. Pelas trocas de saber promovidas por suas aulas no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea.

Agradeço à minha família corajosa, em especial ao meu marido Messias, pelo apoio incondicional. Pela entrega e atenção, pela leitura dos escritos da tese, pela paciência, pelas muitas viagens, idas e vindas para nos acompanhar na experiência do doutorado sanduíche.

À minha filha Ana Beatriz (em seus 10 anos) por seu carinho, compreensão em minhas ausências, por sua doçura mesmo diante da desarrumação das suas rotinas em terras estrangeiras, de enfrentar o desafio com entusiasmo e também me transformar junto com ela.

Agradeço aos meus pais do coração Maria José e Augusto (*in memoriam*), por me ensinarem a amar, e aos meus pais biológicos Dejanira e Nelson pelo carinho que podem me dedicar. Aos meus irmãos e irmãs que sempre me recebem com alegria.

Agradeço a Flávia Regina pelo período que me emprestou as suas mãos quando um ‘congelamento’ me impossibilitou de usar as minhas.

Agradeço aos amigos François Levy e Laura Detheville que, a pedido do prof. Menezes, me acolheram em Paris como “*une ami brésilienne*” e mostraram com poesia *le Jardin de Monet*, trazendo doçura às minhas leituras solitárias.

Agradeço a Sylviane Courtois, *une ami* e '*la maitrise de Ana*', que fez a nossa caminhada em solo parisiense um trilhar de boas descobertas.

Sou também grata aos colegas, amigas e amigos do curso de Mestrado e Doutorado do Programa de Família na Sociedade Contemporânea em particular a atenção de Lúcia Rosas, Angélica Vitoriano e Luciene Figueiredo.

Agradeço à Universidade Católica do Salvador e ao Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea em especial:

Ao Prof. Dr. João Carlos Petrini, Prof^a. Dr^a. Lucia Moreira, Prof^a. Dr^a. Lívia Fialho, Prof^a. Dr^a.Ana Cecilia Bastos e Prof^a. Dr^a. Isabel Lima pelo partilhar continuo do. E a todos (as) os (as) funcionários (as), em especial a Geraldo e Luciana.

OBRIGADA!

Homme-femme?
Masculin-feminin?
Genre?
Différence?
Relation?
Oposition ?
Le sexe peut-il être absolu ou
relatif ?
Pourquoi la « Distinction »
de sexe ?
Le sexe est-il distingué ? Peut-il
pas l'être?¹

Catherine Alès et Cécile Barraud

¹ Homem-mulher? Masculino-feminino? Gênero? Diferença? Relação? Oposição? O sexo pode ser absoluto ou relativo? Por quê a distinção de sexo? O sexo é distinguido? Pode não ser?

RESUMO

PEREIRA, Marlene Brito de Jesus. **Ecoss do entrelace do contrato social com o contrato sexual: indivíduos, sexualidades e famílias**. 2010-2014. 258 f. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea – Linha de Pesquisa: Contextos Familiares e Subjetividade), Universidade Católica do Salvador, BA.

A partir das conjecturas provocativas da obra *O Contrato Sexual*, às teorias do contrato social, a tese tem por objetivo apresentar e discutir o entrelace do contrato social com o contrato sexual. Consiste em uma estratégia argumentativa que apresenta a interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades e famílias na contemporaneidade. O referencial teórico interdisciplinar ampara-se na Psicologia Social e nas Ciências Sociais não neutras quanto ao gênero. As questões geradoras convocam: O que é ser indivíduo? E o que resulta na contemporaneidade a convicção dessa nomeação? De que sexualidade se fala? O que é família? Um desenho metodológico qualitativo com a técnica dos estudos de casos múltiplos destaca as representações sociais de três (03) famílias participantes, residentes na cidade de Salvador/BA: a família Sigma, constituída por pai mãe e duas filhas, a família Delta, por padrasto, mãe e filha. E a família Gama, constituída por mãe e filho. São seis mulheres e três homens em idades entre 27 e 64 anos, escolarizados e pertencentes ao segmento social médio urbano. A história de vida foi a técnica que recolhi os dados principais, analisados pela técnica da análise de discurso. A tese apresenta a proposta do entrelace entre os contratos e acrescenta o conhecimento sobre indivíduos, sexualidades e famílias, com as representações e histórias de vida de mães, pais, filho e filhas, suas experiências na infância, juventude, namoro, relacionamentos afetivos, sexuais, casamento e recasamento. Os resultados indicam que na contemporaneidade os ‘indivíduos contratantes’ estão fragmentados. Há sexualidades conflitantes nomeadas por perspectivas históricas e sexualidades roteirizadas. A ideia de sexualidade e famílias são chanceladas pelo entrelace dos contratos. O entrelace do contrato social com o sexual amplia a compreensão sobre as diferentes formas que se apresentam indivíduos, sexualidades e famílias. Há ecos do entrelace dos contratos, em regras e normatizações que envolvem a construção de vínculos, afetos e parece criar uma espécie de liga nas relações entre os sexos. Em termos teóricos é minha sugestão que os ecos do entrelace do contrato social com o sexual estão nas relações de gênero entre indivíduos, sexualidades e famílias. As famílias Sigma, Delta e Gama parecem muito próximas do entrelace e desenlace dos contratos. Mas não significa que os indivíduos sociais estão entrelaçados por completo. Sua ação talvez seja de entrar e sair desse entrelace, minando sua hegemonia, fazendo surgir o estranhamento, a denúncia de uma condição assimétrica de convivência social.

Palavras Chave: Entrelace dos contratos. Indivíduos. Sexualidades. Famílias. Representações.

ABSTRACT

PEREIRA, Marlene Brito de Jesus. Echoes of the intertwining of the social contract with the sexual contract: individuals, families and sexualities. 2010-2014. 258 f. Thesis (Doctorate in Family in Contemporary Society - Research Interests: Family Contexts and Subjectivity), Universidade Católica do Salvador, BA.

From provocative conjectures of the work *The Sexual Contract*, the theories of the social contract, the thesis aims to present and discuss the intertwining of social contract with the sexual contract. It consists of an argumentative strategy that shows the interdependence between the idea of individuals, families and sexualities in contemporary times. The interdisciplinary theoretical framework to seek refuge in Social Psychology and the Social Sciences not neutral in terms of gender. Generating questions summon: What is to be individual? And which results in contemporary conviction that appointment? That sexuality is spoken? What is family? A qualitative methodological design with the technique of multiple case studies highlights the social representations of three (03) participants families residing in the city of Salvador, BA: Sigma family consisting of father mother and two daughters, the Delta family, stepfather, mother and daughter. And the Gama family, consisting of mother and child. There are six women and three men aged between 27 and 64 years old, educated and belong to the urban middle social segment. The life story was the technique that took the main data, analyzed by the technique of discourse analysis. The thesis presents the proposal of the intertwining between contracts and adds the knowledge of individuals, families and sexualities, with representations and life stories of mothers, fathers, son and daughters, their experiences in childhood, youth, dating, romantic relationships, sexual, marriage and remarriage. The results indicate that nowadays the 'contracting individuals' are fragmented. There are conflicting sexualities named for historical perspectives and scripted sexualities. The idea of sexuality and families are chanceladas by interlace of contracts. The intertwining of the social contract with sexual widen understanding of the different ways that present individuals, families and sexualities. There interlace echoes of contracts in rules and regulations that involve building links, feelings, and seems to create a kind of league in the relations between the sexes. Theoretically it is my suggestion that interlace the echoes of the social contract with the sexual are in gender relations among individuals, families and sexualities. The Sigma families, Delta and Gamma seem very close to interlace and outcome of contracts. But does not mean that social individuals are completely intertwined. Its action may be in and out of that intertwine, undermining its hegemony, giving rise to the problem, the complaint of an asymmetric condition of social life.

Key Words : Interlace contracts. Individuals. Sexualities. Families. Representations.

RESUMÉ

PEREIRA, Marlene Brito de Jesus. Échos de l'imbrication du contrat social avec le contrat sexuel: les individus, les familles et les sexualités. 2010-2014. 258 f. Thèse (Doctorat en famille dans la société contemporaine - Intérêts de recherche: la famille Contextes et de la subjectivité), Universidade Católica do Salvador, BA

De conjectures provocatrices des travaux Le contrat sexuel, les théories du contrat social, la thèse vise à présenter et discuter l'entrelacement de contrat social avec le contrat sexuel. Il se compose d'une stratégie argumentative qui montre l'interdépendance entre l'idée des individus, des familles et des sexualités dans l'époque contemporaine. Le cadre théorique interdisciplinaire à chercher refuge en psychologie sociale et les sciences sociales dans les approches des distinctions de sexe. Les des questions principlaes: ce qui doit être individuel. Qu'est-ce que la sexualité ? Que la sexualité est parlée? Qu'est-ce que la famille? Une conception de l'étude qualitative avec la technique de plusieurs études de cas mettant en évidence les représentations sociales de trois (03) participants familles résidant dans la ville de Salvador/BA: Sigma famille, composée de la mère de père et ses deux filles, la famille Delta, beau-père mère et la fille. Et la famille Gamma, composée de la mère et le fils. Il y a six femmes et trois hommes âgés de 27 à 64 ans, appartenant au segment milieu éduqué et urbain de la société. L'histoire de la vie est la technique qui a eu les principales données, analysées par la technique de l'analyse du discours. La thèse présente la proposition de l'imbrication entre les contrats et ajoute la connaissance des individus, des familles et des sexualités, avec des représentations et des histoires de vie des mères, des pères, fils et filles, leurs expériences dans l'enfance, la jeunesse, les rencontres, les relations amoureuses, sexuelles, le mariage et le remariage. C'est un travail qui innove par la proposition de l'imbrication entre les contrat social avec le contrat sexuel sur les idées des individus, des sexualités et des familles, avec des représentations et des récits de vie des mères, des pères, fils et filles, leurs expériences de l'enfance, de la jeunesse, des rencontres, les relations affectives, les relations sexuelles, le mariage et le remariage. Les résultats indiquent que de nos jours les «individus contractant» sont fragmentés. Il y a sexualités contradictoires nommés pour les perspectives historiques et sexualités scriptées. L'entrelacement du contrat social avec sexuelle élargir la compréhension des différentes façons que présentent les individus, les familles et les sexualités. Il entrelacé échos de contrats dans les règles et règlements qui impliquent le renforcement des liens, des sentiments, et semble créer une sorte de ligue dans les relations entre les sexes. Théoriquement, il est ma suggestion que entrelacer les échos du contrat social avec le sexuel sont des relations de genre entre les individus, les familles et les sexualités. Les familles Sigma, Delta et Gamma semblent très proche d'entrelacer et les résultats des contrats. Mais ne veut pas dire que les individus sociaux sont complètement liés. Son action peut être dans et hors de qui se entrelacent, saper son hégémonie, donnant lieu au problème, la plainte d'un état asymétrique de la vie sociale.

Mots-clés: Entrelacement des contracts. Individus. Sexualités. Familles. Représentations.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
CRH	CENTRE DE RECRERCHE HISTORIQUE
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
EHESS	L 'ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SICENCES SOCIALES
FAPESB	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PNAD	PESQUISA NACIONAL DE MOSTRA POR DOMICÍLIO
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
UCSal	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
UNESCO	UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
A problemática, o problema de estudo, as questões geradoras e os objetivos	20
A escritura da tese e apresentação dos capítulos	29
CAPÍTULO 1 - ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS	
PARA ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO	32
1.1 A literatura revisada: textos clássicos e contemporâneos, fontes primárias e secundárias	34
1.2 Método e técnicas: delineamentos e instrumentos para análise do objeto	39
1.3 As representações sociais, a amostra escolhida, o roteiro e as entrevistas	43
1.4 A técnica para análise dos dados: análise do discurso e a tabulação dos dados	50
1.5 De que família se fala?	51
1.6 Álbuns de famílias: as (os) participantes	55
1.6.1 A família Sigma	55
1.6.2 A família Delta	58
1.6.3 A família Gama	61
CAPÍTULO 2 -CONTRATO SOCIAL E CONTRATO SEXUAL:	
CONTRADIÇÕES DE UM IDEAL LIBERTÁRIO	63
2.1 O que é o contrato sexual?	65
2.2 O patriarcado e as relações de gênero na contemporaneidade	74
2.3 O entrelace do contrato social com o contrato sexual	79
2.4 O contrato sexual: natural versus civil (o público e o privado?)	106
2.5 As famílias Sigma, Delta e Gama no entrelace dos contatos?	111

CAPÍTULO 3 - O ‘INDIVÍDUO CONTRATANTE’ E O INDIVÍDUO SOCIAL:A NEGAÇÃO DO OUTRO COMO AFIRMAÇÃO DE SI?	124
3.1 O ‘indivíduo contratante’ e o indivíduo social	126
3.2 As famílias Sigma, Delta e Gama – o significado de indivíduo	128
3.3 Individualismo: o ‘indivíduo contratante’ na sociedade contemporânea	133
3.4 Quem pode ser indivíduo e firmar contratos?	138
3.5 As famílias Sigma, Delta e Gama - o significado de ser homem e ser mulher	140
3.6 Indivíduos sexuados duas metades:a estratégia (des) valorativa do sexo	149
CAPÍTULO 4 -SEXUALIDADES E FAMÍLIAS: ENTRE O ENTRELACE E O DESENLACE DOS CONTRATOS	152
4.1 Sexualidade sob a chancela dos contratos	154
4.2 Sexualidade esvaziada da consciência de si	169
4.3 As famílias Sigma, Delta e Gama – o significado de sexualidade	183
4.4 Sexualidade roteirizada: a sexualidade em cenários	193
4.5 Famílias como categorias realizadas	209
4.6 Indivíduos e sexualidades no vocabulário de parentesco: “ <i>sexo absoluto ou sexo relativo</i> ”?	220
4.6.1 A família sem a dualidade dos sexos: a saída para o entrelace dos contratos?	224
CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
REFERÊNCIAS	241
APÊNDICES	252

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado insere-se na linha de pesquisa Contextos Familiares e Subjetividade². Trata-se de um esforço para contextualizar a família no quadro mais amplo da cultura e da sociedade, reconhecendo a estreita relação entre as significações individuais e sociais a ela atribuídas. Motivada por este desafio considerei como objeto privilegiado de estudo a relação de interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades e famílias tendo como esteio o entrelace do contrato social com o contrato sexual, amparada particularmente nos elementos constitutivos das teorias que compõem o estado de arte aqui manejado.

Perspectiva que logrou incentivo mediante a obra *O Contrato Sexual* da cientista política Pateman (1993). Nesta obra a autora indica que os filósofos contratualistas Hobbes (1974); Locke (1998) e Rousseau (1996) sustentam concepções contratuais que na modernidade revela-se como um novo patriarcado. O contrato social dos clássicos é posto sobre a acusação de anti-libertário. Em concepções outras, as teorias do contrato social dos filósofos clássicos são conhecidas pelos ideais de liberdade que convoca, bem como pela outorga de poder dos indivíduos em prol do Estado. Pelas malhas do contrato, leis e regras são instituídas para a proteção de direitos à vida, à propriedade, igualmente às garantias para uma convivência social pacífica entre os indivíduos. É neste sentido que o contrato social é apresentado como um instrumento político fundamental para a organização das relações em sociedade, sejam estas entre indivíduos, ou de indivíduos com suas famílias e da relação destes com o Estado.

Na leitura que Pateman (1993) realiza as teorias do contrato social estas aparecem como próprias de uma ficção política que escamoteia uma dimensão constitutiva que as sustentam: o contrato sexual. Instrumento que se faz mais efetivo na ordem da intimidade em estruturas que moldam o casamento em sistemas patriarcais, ao mesmo tempo em que faz aparecer os ideais de liberdade representado pelo indivíduo. Nada mais enganoso sugere Pateman (1993, p.16) “As leituras das histórias familiares clássicas não mencionam que há coisas em jogo além da liberdade. O contrato social é uma história de liberdade, o contrato sexual é uma história de sujeição”.

² Esta linha de pesquisa integra o Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

O que está velado no propalado princípio que supõe o contrato sexual um acordo entre sujeitos livres? As pistas são dadas pela autora ao contrapor os argumentos dos filósofos clássicos contratualistas acerca da condição das mulheres no casamento: um contrato matrimonial substanciado em uma espécie de patriarcado remodelado ou um instrumento que “pode ser nomeado ou até questionavelmente substituído por outro termo como falocracia, androcentrismo ou gênero” escreve Pateman (1993, p.34). O contrato sexual é um construto invisível.

Esta interpretação pode ser aproximada aos debates acerca da divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer que opera pela assimetria nas relações de gênero conforme as questões propostas pelas teóricas feministas; (Haraway, 2009;2008); Castro (2009;2008) De Lauretis (1994); Saffioti (2004;2001) e Hirata (2002). O gênero enquanto categoria crítica frente a desigualdades sociais é o elemento mais próximo para o alcance de condições mais justas e de maior tolerância com a diversidade e a diferença. Contudo, o que é construído sob a perspectiva de gênero? E o que é classificado de acordo com o gênero? Os significados atribuídos às diferenças no corpo do macho e no corpo da fêmea são parte da história política dos corpos e da palavra? Acorde Haraway (2008) gênero torna-se mais clarificado quando também é compreendido à luz de categorias gramaticais e literárias. O que foi gerado com o gênero é passível de modificação com significados muito díspares.

O termo gênero é aqui compreendido como um sistema de relação, uma forma de instituição e de legitimação de relações sociosexuais conforme bem argumenta Castro (2008). Como categoria política, o gênero traz em suas prerrogativas elementos de negação de naturalismos, da negação de desvantagens para a mulher e afirmação do valor às diferenças quanto ao sexo e as sexualidades.

Diferença e igualdade são elementos que polarizam debates sobre gênero e direitos sociais (DE LAURETIS, 1994). *O Contrato Sexual*, Pateman (1993) é uma obra guia para discussões sobre igualdade e diferença. Suscita debates internacionais conforme Dean (1992), Fraser (1997a) e Mouffe (1999) acerca das críticas da referida obra as teorias contratualistas e a teoria liberal, pondo em relevo conflitos que envolvem desigualdades e injustiça social.

No Brasil, a obra motivou estudos no campo do direito, realizados por Alves (2012) e Pickina (2009). As autoras incorporam as proposições críticas de Pateman (1993) e as utilizam como ferramenta teórica para implicar práticas jurídicas que indicam fortalecer o sistema patriarcal na relação matrimonial.

São considerações que afirmam a relevância das proposições postas por Pateman (1993) e convocam debates sobre a ideia de contratos, liberdade, indivíduo, sujeição, injustiça social e relações de gênero na contemporaneidade. Com esse interesse a tese promove uma discussão acerca das relações de gênero não marcada pelo naturalismo homens versus mulheres, mas pela relação de interdependência entre estes enquanto indivíduos sociais.

As análises críticas de Pateman (1993;1989) conferem visibilidade ao antagonismo do mundo público e privado, destacando os embates entre estes poderes, dando ao privado um lugar de destaque no campo da ciência política. Fornecem elementos que ultrapassam reivindicações exclusivas aos direitos das mulheres, ao pôr em crivo uma espécie de 'liberdade' que se revela quase sempre contraditória como posta nas teorias do contrato social. O exame aqui realizado a partir do olhar aguçado e político desta cientista pretende destaque a alguns elementos das teorias do contrato social conforme os filósofos políticos Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996) que parecem costurar relações sociais.

A partir das conjecturas provocativas de Pateman (1993) apresento o entrelace do contrato social com o sexual como uma estratégia teórica argumentativa para ressaltar a interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades e famílias. A tese central é o entrelace do contrato social com o sexual na relação de interdependência entre indivíduos, sexualidades e famílias.

Pateman (1993) destaca que o contrato social e contrato sexual são um só instrumento, ambos têm a finalidade de sustentar um ideal de liberdade que oculta sujeições. Proponho o entrelace entre os contratos para dar visibilidade aos elementos que os caracterizam: liberdade e sujeição. Convoco o entrelace do contrato social com o sexual para ressaltar as teorias contratualistas que reforçam uma ideia de indivíduo pelo viés libertário e as arregimentações teóricas que põem em relevo a autonomia e limites do indivíduo, mediante o estatuto familiar da sexualidade procriativa. Recurso que utilizo para dar destacar cada contrato e o entrelace entre estes, como uma liga ou combinação de elementos que parecem costurar as relações entre indivíduos e sociedade. Com este propósito a tese ancora-se em uma abordagem interdisciplinar que concerne privilegio a interface entre a Psicologia Social e a Sociologia, incorporando saberes da Ciência Política feminista, da Antropologia Social, da História e da Filosofia pós-estruturalista que dialogam sem excluir o sistema de relações de gênero.

O aporte literário que manejei para este estudo ressalta a contraposição entre o contrato sexual conforme Pateman (1993) e alguns elementos das teorias do contrato social. Contudo, a vastidão da obra dos teóricos clássicos Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996) e o volume substancial de conceitos e complexas argumentações que suas teorias apresentam interpuseram delimitações acerca do território textual para alcançar os propósitos deste trabalho. Sendo aqui eleitas algumas das suas principais mensagens: 1. O indivíduo livre e autônomo; 2. A sexualidade sob a ordem da procriação e 3. A família como a primeira sociedade e a única natural.

Em *O Leviatã*, Hobbes (1974) descreve as relações entre os indivíduos através de duas condições fundamentais: a primeira consiste no ‘estado natural’ em que os mesmos vivem isolados e sentem-se ameaçados entre si. A segunda condição, os indivíduos instituem um contrato social para garantir uma convivência sem ameaças. O ‘Homem hobbesiano’ em seu estado natural é ameaçado por suas próprias paixões, fraquezas humanas, que se revelam como constantes ameaças. O estado natural apresentado por Hobbes (1974) consiste na ação volitiva dos indivíduos e no temor das suas vontades. A solução apresentada foi um pacto social, como meio de assegurar e proteger a vida. Esse pacto concebeu um governo soberano com o poder de gerir todas as ações dos indivíduos e em troca garantiu-lhes proteção. A ideia de indivíduo elemento fundamental do contrato social parece uma espécie de rizoma de concepções individualistas na contemporaneidade, fazendo parecer que os indivíduos não dependem uns dos outros. Discutidas por Dumont (1983) e Macpershon (1979) esta concepção aparece como um dos maiores entraves da teoria do contrato social e será discutida à luz do ‘entrelace do contrato social com o sexual’, destacando-se como um dos objetivos fundamentais desta tese.

Em Locke (1998), a sexualidade reprodutiva aparece para constituir a base contratual e assegurar as conquistas dos indivíduos. Em *O Segundo Tratado Sobre o Governo*, Locke (1998) sugere a organização social através de um processo comunitário em que “a propriedade privada sustenta a lógica da noção de indivíduo suficiente em si mesmo” conforme argumenta Dumont (1983, p.100). A propriedade e os bens materiais são fatores preponderantes para o contrato entre os indivíduos e o que é feito de uma ideia de sexualidade para alcançar estes fins.

Em Rousseau (1996), o contrato social é um instrumento de representação do povo, em que a liberdade está acima da propriedade ou da forma de governo. No entanto, a família

rousseauiana não segue os pressupostos do seu contrato social. A família aparece como “a mais antiga de todas as sociedades e a única natural” (ROUSSEAU,1996, p.11). A família é anti-contratual. É apresentada como o primeiro modelo das sociedades políticas em que “o chefe é a imagem do pai, e o povo a imagem dos filhos” (ROUSSEAU,1996, p. 12). Nesta leitura, a ideia de família é contraditória aos propósitos da igualdade e liberdade dos indivíduos como postos no contrato social.

A problemática, o problema de estudo, as questões geradoras e os objetivos

Os indivíduos do contrato social são aqui nomeados de ‘indivíduos contratantes’, são tipos ideais, eles se apresentam como construtos teóricos em benefício e sustentação de uma ideia de liberdade. Estes indivíduos não aparecem marcados pelo sexo, são assexuados, livres e autônomos. A partir destas conjecturas contratuais, aqui destaco:

a) ‘indivíduos contratantes’: são indivíduos assexuados, livres e autônomos, regidos pelo ideal individualista do contrato social;

b) indivíduos sexuados: são indivíduos sociais que tecem relações entre si, por contratos e formas diversas de convivência sexual.

Para a constituição do ideal de ‘indivíduo contratante’ a família é apresentada como natural e arregimenta a sexualidade reprodutiva através de indivíduos sexuados que aparecem para dar conformidade às atribuições do homem/ pai e da mulher/ mãe, conforme as teorias de Locke (1998) e Rousseau (1996). A sexualidade para fins de reprodução torna-se o ‘valor nobre’, constitui-se através do casamento enquanto elan social que para fins de diferenciação, destaco como ‘sexualidade procriativa’. O ideal de família ‘naturalizada’ e ‘sexualidade procriativa’ arregimenta convenções e contratos. Elementos que sustentam a problemática da tese questionando seus sentidos e seus objetivos, provocando as indagações:

O entrelace do contrato social com o contrato sexual sustenta o indivíduo contemporâneo em seus propósitos individualistas fundamentados em relações familiares patriarcais que remodeladas na modernidade inserem-se em assimetrias de gênero?

O entrelace do contrato social com contrato sexual regula o modo como a ideia de sexualidade contemporânea é nomeada e exercida?

Fora do entrelace dos contratos há uma relação de interdependência entre indivíduos sociais, sexualidades e famílias?

São questionamentos que pretendo responder para fundamentar o objeto deste estudo. Não objetivo realizar uma análise das teorias do contrato social como um todo. A tese não pretende descrever sobre legislação contratual e gestão política de Estado. Dizendo de outro modo, o contrato social compreendido como um instrumento teórico organizador da sociedade política está quase sempre relacionado ao que decorre da necessidade de preservação da ordem social, destacando o estabelecimento de instituições societárias com regras objetivas e controles sociais. Estes debates se distanciam das questões que entrelaçam a noção de sexualidades e famílias, ou seja, do que há de mais genuíno acerca dos indivíduos sociais e das formas de constituição das relações que estes estabelecessem entre si, e que aqui privilegio.

Mediante estas proposições, as questões geradoras a serem investigadas neste trabalho consistem em: o que é ser indivíduo? E o que resulta na contemporaneidade a convicção dessa nomeação?

Os teóricos clássicos do contrato social não apresentam o significado de indivíduo, eles indicam o ideal de liberdade associada a este. Ideal que afirmou-se como inteligível na modernidade e reverbera até os nossos dias. Para referir sobre indivíduos Hobbes (1974) indica o controle sobre as paixões, Locke (1998) revela algumas pistas ao supor a sociedade conjugal e a sexualidade por uma amarração contratual. Os teóricos contemporâneos Elias (1994); Dumont (1983) e Moscovici (1975) realizam uma leitura dos clássicos e apontam que o triunfo da ideia de indivíduo desde à modernidade, consiste em assegurar a crença numa espécie de ideal individualizado. Ideal sustentado por Locke (1998) para fortalecer a sociedade conjugal, mediante um contrato aparentemente voluntário, em que são dados os modos como o homem/pai e a mulher/mãe devem agir para proteger seus bens e cuidar da família. O contrato conjugal reforçado por Locke (1998) indica a afirmação de uma espécie de sexualidade sustentada pelo sistema patriarcal. Se efetiva pela sociedade conjugal compreendida como família, que em Rousseau (1996) aparece como primeira sociedade e essencialmente natural. Significa que a ideia de indivíduo e sexualidade sustentam os contratos social e sexual?

Da literatura revisada destacam-se argumentos em que a sexualidade se aproxima da repressão. De que sexualidade se fala? A sexualidade é um elemento pulsional e de desejo de uma existência individual conforme Freud (1996g;1996f;1996e;1996d)? Ou, a sexualidade está inscrita numa história de suposições repressivas, conforme sugere Foucault, (1988a)? Em outras concepções, recomenda-se que a sexualidade seja posta como roteiros, reveladores da complexa interação entre os indivíduos e as ordenações sociais, argumentam Simon & Gagnon (1986).

São considerações opostas revelando sexualidades variáveis, instigadas (LAQUER, 2001), refratárias de diversidades, que são próprias de indivíduos sexuados. Para além das sexualidades binárias, a divisão sexual do trabalho e as distinções entre a sexualidade masculina e feminina; as sexualidades combatidas ou instigadas como ‘marginais’, indicam que o lado prático da revolução sexual ainda carrega o espectro patriarcal, que historicamente regeu a ordenação familiar.

O que suscita questionar: de que família se fala? O que é família? Temática que sugere pluralidades. Parafraseando Bourdieu (1993) seu significado só pode ser apreendido a partir de um exame mais cuidadoso do universo simbólico em que a ideia de família está inserida: *A família como categoria realizada* (BOURDIEU, 1993). Como da sexualidade pode-se depreender a ideia de família? O vocabulário de parentesco pode indicar que o ideal de indivíduo chancela a ideia de sexualidades e famílias? São questões que se fundamentam em referenciais teóricos advindos do conhecimento científico que ampara o estudo desta tese.

O objetivo primário é apresentar e discutir o entrelace do contrato social com o contrato sexual como norte para compreensão da ideia de indivíduos, sexualidades e famílias na contemporaneidade. No alcance dos objetivos específicos, conduzi a análise de alguns elementos da teoria do contrato social em Hobbes (1974); Locke (1998) e Rousseau (1996;1985) para ressaltar como ocorre o entrelace do contrato social com o contrato sexual (Pateman, 1993). As investigações sobre a ideia de indivíduo pela leitura dos clássicos contratualistas são ressaltadas e contrapostas às teorias contemporâneas auferindo elementos que fazem emergir o ‘indivíduo contratante’ e os indivíduos sociais. Objetivo apresentar a ideia de sexualidade e família através de perspectivas teóricas na contemporaneidade com a finalidade e contrapor seus significados mediante o entrelace do contrato social com o sexual.

Conforme Bourdieu (1993) a ideia de família carrega a suposição que ela existe como um universo social separado, engajado dentro de um trabalho de perpetuação das fronteiras e

orientado para a idealização do interior como sagrado, por oposição ao exterior. Ariès (2006) nos lembra que este ideal de família eleita como natural é fruto da separação progressiva do espaço público e do espaço privado, ocorrida ao mesmo tempo em que se observou o crescimento da relevância do valor afetivo nas relações familiares. São referenciais teóricos que convocam interrogar sobre indivíduos sexualidades e famílias, na contemporaneidade.

Contudo, como bem argumenta Moscovici (2012;2009) faz-se importante enfatizar a natureza diversa do conhecimento. O conhecimento científico aqui apresentado pelos construtos teóricos pertence a uma dimensão reificada, fundamentada no rigor metodológico. Em outro universo que não o conhecimento teórico, qual o estatuto dado aos indivíduos, as sexualidades e a famílias?

Para alcançar possíveis respostas encontrei amparo na teoria das representações sociais de Moscovici (2012;2009) em princípios desenvolvidos a partir da sua obra *Representações Sociais – investigações em psicologia social*, em que o autor bem argumenta: “Quando se estuda o senso comum, ou seja, o conhecimento popular, o que está em jogo é algo que liga a sociedade, ou os indivíduos a sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar” (MOSCOVICI, 2009, p.322).

O conhecimento do senso comum é próprio das relações negociadas. Moscovici (2009) ressalta que o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum são igualmente relevantes. E acrescenta: (2009.p. p.323) “esses dois tipos de universos diferem um do outro no sentido em que o primeiro tenta estabelecer explicações do mundo [...] e independentes das pessoas, enquanto que o último prospera através da negociação e da aceitação mútua”. Mas, de maneira importante, eles diferem com respeito ao tipo de métodos e raciocínio:

O conhecimento científico procede da premissa para a conclusão e se apoia naquilo que ele considera puros fatos. O método do senso comum não é tão sistemático, ele se apoia na memória coletiva, no consenso. Mas o que deve ser enfatizado é que ambos estão baseados na razão (MOSCOVICI, 2009, p.323).

O conhecimento do senso comum é também racional e relevante. Possibilita conhecer diferentes significados em processos de pesquisa e diversificação do conhecimento. “Raciocínio no pensamento do senso comum, por um lado e em pensamento científico, por outro lado, mostra essa natureza polifásica” (MOSCOVICI, 2009, p.324).

A Psicologia Social de Moscovici (2009) fornece elementos que permitem um caminho para a compreensão desses fenômenos. Destaca que a diversidade visa desenvolver a teoria e a criatividade dos pesquisadores, na medida em que o interesse maior está na descoberta e não na comprovação dos dados auferidos. Meu objetivo através desta tese é também a descoberta de representações sociais enunciadas por famílias: o que referem mães, pais, filhos e filhas acerca das suas experiências na infância, juventude, namoro, relações afetivas sexuais, casamento e relação familiar.

Para o alcance desta proposta realizei uma pesquisa empírica na cidade de Salvador em que participaram três (03) famílias³: a família Sigma, constituída por pai mãe e duas filhas, a família Delta constituída por padrasto, mãe e filha, e a família Gama, constituída por mãe e filho. São seis mulheres e três homens em idades entre 27 e 64 anos, escolarizados e pertencentes ao segmento social médio urbano.

Meu objetivo com a investigação empírica é apresentar as representações sociais das famílias sobre a ideia de indivíduo, seu significado e significar sexualidades e famílias. Ao indagar possíveis lógicas que decolam de vivências das famílias, a tese não pretende generalizações, mas refletir sobre outras modelações do conhecimento e em que medida há ou não encontros e desencontros sobre as reflexões que os conhecimentos construídos me sugerem, sem pretender comparações entre tipos de pesquisa, mas no plano de ensaio, e aquela que se debruça em relação ao conhecimento do senso comum.

Por outro lado, qual a pertinência dos estudos da psicologia social em face aos estudos que abarcam as questões de gênero? Moscovici (2009) destaca que suas críticas as desigualdades sociais em particular “a desigualdade das mulheres fez das representações um instrumento de posição crítica” (2009, p.37). Tomo de empréstimo as palavras do autor em que a teoria das representações sociais pode ser compreendida em duas perspectivas: “a primeira é uma teoria concebida para responder a questões específicas com respeito a crenças e vínculos sociais e para descobrir novos fenômenos. Em segundo lugar ela é a base de uma psicologia social do conhecimento” (MOSCOVICI, 2009, p.380). E como tal permite a desconstrução de concepções invariantes.

³ A pesquisa de abordagem qualitativa foi realizada com 03 (três) famílias, residentes na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Descrições socio-demográficas e metodológicas que estão apresentadas no Capítulo Um em tópicos sobre método e técnicas de pesquisa.

Um desenho metodológico de pesquisa qualitativa, com entrevistas das famílias, foi a técnica que recolhi os dados principais e permitiu que os significados fossem postos por convocação das questões que lhes apresentei. Os indivíduos sociais e suas ações entendidas como realidades-chaves para compreensão como fato social. Os resultados obtidos estão ao longo deste trabalho, postos lado a lado das teorias do conhecimento científico como uma proposta de evidenciar duas dimensões e promover o registro de diversidades e comunalidades entre conhecimentos.

Por que o objeto de estudo são famílias brasileiras constituídas por pessoas de sexos opostos? Suspeito que estas famílias estão mais próximas do entrelace entre os contratos, porque estão inseridas nas normas e padrões sociais; respondem pelo imperativo da sexualidade reprodutiva e acomodam a divisão sexual do trabalho como meio de garantir o cuidado familiar. Na literatura consultada, os estudos sobre estas famílias indicam condições de constante dilema frente às mudanças sociais que se apresentam a exemplo da busca de mais liberdade por parte das mulheres; conflitos de poder e autoridade por parte dos homens; busca de um padrão de maior individualidade entre seus membros conforme os estudos de Scott Parry (2011). As famílias constituídas por pessoas de sexos opostos são indicadas como modelos para o cuidado com os filhos, mas recolhe-se pelo individualismo como bem ressalta Singly (2004), Reis (2004) e Poster (1979)⁴. Meu objetivo é apresentar através das narrativas das famílias participantes, o que estas atribuem sobre as diferenças entre os sexos, ou assimetrias ligadas às relações de gênero e suas não relações com estas assimetrias.

Priorizo uma visão da dinâmica social que amparada nos teóricos da Psicologia Social, ressalta implicações científicas imediatas, assim como importância histórica e política. Ela nos obriga a enfrentar mudanças e diferenças sociais em uma perspectiva comum e não polarizar o valor de cada uma. Assim como não polarizar os debates que envolvem as assimetrias de gênero. Mulheres e homens estão enredados nestas condições e devem ser postos como regentes de mudanças. Ou seja, os questionamentos da Psicologia Social ressaltam que o indivíduo não é apenas biológico, mas também social conforme os autores Moscovici (2009); Jodelet (1989a); (2009); Lane e Codo, (2009); Sawaia, (2008). São concepções em que a sociedade é tida como um ambiente não destinado a treinar o indivíduo, nem para reduzir suas incertezas, mas um sistema de relações entre indivíduos sociais.

⁴ São considerações feitas por diferentes campos de saber conforme ressalta o Sociólogo francês François de Singly, o psicólogo social brasileiro José R.T. Reis e o historiador americano Mark Poster.

Considerações que possibilitam ressignificar construtos teóricos que nos remetem a modos de convivência em sociedade, incluindo as questões mais pertinentes vinculadas às relações familiares, como as relações de poder, a divisão sexual do trabalho, os conflitos acerca das sexualidades. Permitem que os debates sobre as desigualdades sociais incorporem o sistema de relações de gênero, entre outras normatizações do social, como raça e classe.

No que concerne à realidade brasileira, pesquisas realizadas na cidade de Salvador por Heilborn et al (2006) destacam que as sexualidades vem sendo compreendidas como produtos de diferentes cenários e não apenas derivadas do funcionamento bio-psíquico dos sujeitos, mas efeitos de processos complexos de socialização de gêneros. E quando invade o diálogo entre pais e filhos, as sexualidades se constituem quase sempre como um núcleo de conflitos (HEILBORN, 2004). Há uma preocupação com a perda da virgindade da mulher; com a virilidade masculina; medo das doenças sexualmente transmissíveis conforme pesquisas realizadas por Heilborn et al (2006)⁵ na cidade de Salvador, estado da Bahia. A sexualidade é um dos principais domínios que incitam os jovens a criar uma esfera de autonomia individual relativamente à família de origem, distanciando-se desta para a busca de conhecimentos. Os jovens têm na sexualidade o rito da autonomia, da busca do prazer, do novo e principalmente de se legitimar perante os pares, resultando em ausência de diálogos que marca a cultura brasileira e baiana conforme ressaltam as pesquisas realizadas por Castro, Abramovay e Silva (2004)⁶.

Nas relações conjugais a divisão sexual do trabalho e as distinções entre a sexualidade masculina e feminina indicam contradições muito próximas do espectro patriarcal. Condições que convergem com os elementos que constituem o contrato sexual como patriarcado moderno, conforme bem argumentam Pateman (1993;1989) e Pateman & Mills (2007). A assimetria estabelecida pelo sistema de relações de gênero é um dos elementos que mais

⁵ Na literatura não são muitas as pesquisas que abordam o tema sexualidades e famílias. Há estudos com jovens que envolvem os pais e a escola sobre suas crenças acerca do comportamento sexual dos filhos, trazendo de maneira indireta um conhecimento sobre sexualidades e famílias, conforme pesquisa analisada na obra *O Aprendizado da Sexualidade*, Heilborn et al (2006), que “reúne os resultados de uma investigação sobre sexualidade e reprodução de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos, numa perspectiva biográfica. Nessa pesquisa os autores destacaram as formas pelas quais os comportamentos sexuais-afetivos e reprodutivos interagem com eventos referentes às esferas escolar, profissional e conjugais dos jovens, considerando distintas condições de vida. A pesquisa foi realizada em três grandes capitais, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.” (HEILBORN, 2006, pp.43/45).

⁶ Conforme os estudos, que também envolvem os pais e a escola, sobre crenças acerca do comportamento sexual dos filhos, trazendo de maneira indireta um conhecimento sobre famílias e sexualidades, realizados por Castro, Abramovay e Silva (2004) com jovens em 13 capitais brasileiras incluído a cidade de Salvador, Estado da Bahia.

fortalecem desigualdades sociais⁷. São assimetrias que demandam um olhar mais aprofundado sobre as relações conjugais, familiares, interpessoais e as relações entre as gerações, são todas relações e não atos isolados de indivíduos.

Estudo realizado por Policarpo (2011, p.07) em tese de doutorado acerca de indivíduo e sexualidade, ressalta que a “experiência sexual do indivíduo pode ser explicada pelo sistema social em que este se insere, através das lógicas de ação que regem a sua conduta”. A família indica ser uma força relacional de convivência em que os indivíduos e as sexualidades estão em contínua interação.

Na contemporaneidade, as famílias brasileiras estão sob o impacto de mudanças, numa ambivalência entre aproximações e novas adaptações acerca das condutas de homens e mulheres e dos pais perante os filhos. Seguiu os valores da família moderna burguesa eurocêntrica, trazidos pela colonização e adaptados às condições sociais do Brasil, mas sempre apresentou diferentes configurações, revelando a plasticidade inerente a ideia de família conforme Mesquita (2002) e Mattoso (1992).

Contudo, como bem argumenta Moscovici (2009) reunir processos sociais concretos e suas formas coletivas não é juntar uma gama de teorias e colocar dentro de um mesmo mote como solução prática. Ressalto que um estudo de abordagem interdisciplinar tem a premissa de convocar saberes que afirmam a interdependência entre os indivíduos e a sociedade, suplantando concepções teóricas, priorizando realidades divergentes e as múltiplas condições de poder, de políticas, estruturas econômicas e culturas que as arregimentam.

Este percurso exigiu-me construções e desconstruções, inquietações constantes. Paraphrasing Morin (1996) as coisas não são fáceis para pesquisadores (as) que estudam suas próprias sociedades, porque também esses fazem parte do objeto estudado; têm um ponto de vista parcial, estão inseridos nos mesmos elementos da sociedade que pretendem compreender. O caminho mais promissor é “fazer um esforço extraordinário para encontrar um metaponto de vista” (MORIN, 1996, p. 275).

⁷ Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PNAD, (2013) revelam que as mulheres têm menores salários que os homens, muito embora as mulheres trabalhem e exerçam atividades profissionais, não raro trabalham em suas casas e realizem tarefas domésticas, educação e cuidado com os filhos.

A criatividade do autor nos diz que metapontos de vista aparecem à medida que deixamos nossas ideias encontrar outras perspectivas. Em que as teorias são tidas como próprias da diversidade do conhecimento e as ideias como fonte de possibilidades para seguir em frente. Trajetória que se constituiu através de constantes diálogos que estabeleci com os professores das disciplinas do Programa de Mestrado e Doutorado em Família; das trocas com os colegas; dos debates realizados em congressos e seminários, do constante diálogo com os orientadores que amparam esta tese e a participação em grupos de pesquisas nacionais e internacionais.

As fontes motivadoras foram muitas: no Brasil, a participação no grupo de pesquisa Epistemes da Família e da Subjetividade sob a liderança do Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes, com debates epistemológicos sobre as relações de poder e famílias; também foi significativa a participação no grupo de pesquisa Família (auto) Biografia e Poética com a proposta da família compreendida como próprias das relações, ou seja, uma perspectiva poética desvinculada de ‘aprovações’ científicas, mas embasadas nas narrativas e experiências de cada membro familiar.

A participação na disciplina Tópicos Especiais Família, Gênero e Sexualidade, do curso de Mestrado e Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica Salvador (UCSal), mediante o tirocínio docente, realizada em parceria com o Prof. Dr. José Euclimar Xavier de Menezes e a Prof^a. Dr^a Mary Garcia Castro, foi uma experiência que permitiu uma reflexão crítica acerca do processo de elaboração deste trabalho. Discutimos sobre os aportes teóricos delineadores dos debates contemporâneos que entrelaçam os conceitos de família, gênero e sexualidade, conferindo destaque às tensões implicadas na tríade conceitual de Foucault, (1988a; 2004); Freud, (1996g;1996a) e Beauvoir (1980), ou seja, um diálogo crítico cujas posições, reunidas analiticamente, constroem e desconstroem paradigmas naturalistas e essencialistas definidores de família, de sexualidade e de gênero.

Na França, a experiência do doutorado sanduíche em Paris, através da participação nos seminários *Poder e Dependência no Seio da Família (século XVI ao século XXI)*, realizados no Centre de Recherche Historique⁸ (CRH), com apresentação de conferências⁹, mediante a

⁸ Centro de Pesquisa em História da Família.

⁹ Conferências realizadas em Junho de 2013 e em Fevereiro de 2011, intitulada Ecos do entrelace do contrato social com o contrato sexual e Contrato social e sexual. Problematizei os padrões de poder dentro da família e a

orientação da Prof^a. Dr^a. Antoinette Fauve-Chamoux, e da participação em seminários na l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

A escritura da tese¹⁰ e apresentação dos capítulos

A tese é escrita sob a forma de ensaio numa interseção com as narrativas de três famílias, cujas vozes aqui são capturadas através de pesquisa empírica exploratória por estudo de casos múltiplos. Como refere Adorno (2003), o ensaio é próprio daquilo que já está formado, ou já posto como afirmação teórica. Sua característica principal não é destacar o novo, mas ordenar o já conhecido de uma nova maneira. Consiste em se apropriar “dos conceitos em contextos cambiantes, como falar uma língua por necessidade, sem recorrer aos seus verbetes. O contexto fornece uma maior riqueza no uso dos conceitos ou palavras” (ADORNO, 2003, p. 30). O ensaio como caminho metodológico que confere materialidade a essa tese visa problematizações de objetos já conhecidos como as teorias do contrato social, comumente discutida no âmbito político ou jurídico, e o contrato sexual que aqui discutirei pela vertente da psicologia social.

Motivada por este desafio, proponho ordenar de um modo novo alguns elementos das teorias do contrato social, ressaltando-os como objeto de estudo das relações subjetivas, elegendo as representações sociais das famílias e suas implicações com as sexualidades, em que os relatos das suas histórias de vida e experiências mais significantes, são tratadas como discursos e narrativas locais, intercalados com os constructos teóricos advindos da revisão de literatura. Para realizar este trabalho, o contexto escolhido foi a cidade de Salvador, Estado da Bahia.

sexualidade a partir do entrelace dos contratos. A conferência em Junho de 2013 foi realizada através do doutorado sanduíche com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

¹⁰ A tese terá muitas referências ao pronome “Eu”. É um uso proposital do termo. Pretendo destacar que o ‘eu’ é construído socialmente “Eu proponho”; “meu objetivo”, supponho, etc, deve ser sempre compreendido como ação de diferentes construtores: dos orientadores da tese, dos teóricos escolhidos para a problemática das ideias, e pelas apreensões de diferentes contextos pessoais, acadêmicos e científicos que vivi e participei. Nada aqui é construção pura criada por mim, não existe o eu isolado. O que existe de próprio e do eu de cada ser humano é ser geneticamente programado, mas programado para aprender como escreve o biólogo Jacob (1981) em *O Jogo das Possibilidades*.

As famílias de segmento social médio foram escolhidas por apresentar variações de padrões familiares muito significativos para os objetivos deste estudo: apresentam características que portam um extremo conservadorismo e uma rígida hierarquia interna, como também, revelam-se mais liberais e flexíveis em determinados aspectos da convivência familiar com um posicionamento mais crítico diante da sexualidade, indicando uma maior abertura frente às novas mudanças que envolvem famílias¹¹. Esta escolha também se revelou como uma tarefa desafiadora pelo fato da classe social média apresentar pouca abertura no que refere-se aos relatos sobre suas experiências de vida ou aspectos da sua privacidade.

Com a finalidade de ressaltar os desafios pertinentes a esta empreitada e cumprir os objetivos propostos, a tese apresenta uma introdução, em que destaco o problema de pesquisa, as questões geradoras, os objetivos primários e específicos, a escrita da tese, a apresentação de quatro capítulos, considerações finais e apêndices. O Capítulo Um evidencia as escolhas epistemológicas do objeto de estudo, as motivações profissionais e acadêmicas que ensejaram este trabalho e mantêm relação direta com o objeto desta investigação, o método, técnicas para a análise da pesquisa empírica e das discussões.

No Capítulo Dois, apresento a proposta teórica do entrelace dos contratos sob o título Contrato Social e o Contrato Sexual: contradições de um ideal libertário. Problematizo as teias argumentativas de especialistas contemporâneos, em particular da cientista política Pateman (1993;1989;1979), através das questões que suscita sobre o contrato sexual como uma espécie de patriarcado moderno. Discuto o que é o contrato sexual pondo em relevo o significado deste instrumento teórico e como pode ser aproximado às experiências próprias das micro-relações familiares. Exponho elementos das teorias do contrato social em destaque às suposições dos filósofos iluministas Hobbes (1974) sobre indivíduo; Locke (1998) sobre sexualidade e família em Rousseau (1996;1984) apresentando o entrelace do contato social com o sexual.

No Capítulo Três, intitulado ‘Indivíduo Contratante’ e Indivíduo Social: a negação do outro como afirmação de si? Proponho uma reflexão sobre os fundamentos do termo indivíduo, sugerindo que é pelo indivíduo e para este que o contrato social se estabelece, bem como os direitos e as garantias são orquestradas (DUMONT, 1983). Sob a lente da Psicologia

¹¹ Conforme destacam as pesquisas do Projeto Cuidar ano 2010 (da Universidade Católica do Salvador) na cidade de Salvador, estado da Bahia através da obra Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos (CASTRO, CARVALHO E MOREIRA, 2012).

Social de Elias (2010;1994) e Moscovici (1975) questiono o que é o indivíduo autônomo, elemento fundamental do contrato social e em que se contrapõe ao indivíduo sexuado, elemento fundamental da dinâmica social e familiar. Destaco os elementos das teorias do contrato social que institui o indivíduo como o mais representativo elemento da ideia de contrato. Discuto o indivíduo idealizado na sociedade moderna e na sociedade contemporânea através da distinção das significações da palavra indivíduo na literatura e das representações e narrativas das famílias Sigma, Delta e Gama. Problematizo a ideia de ‘indivíduo contratante’: sem sexo e o sem gênero, versus o indivíduo sexuado, como próprio do entrelace entre os contratos.

No Capítulo Quatro, intitulado: Sexualidades: entre o entrelace e o desenlace dos contratos. Exponho e problematizo a ideia de sexualidade mediante os argumentos de Hobbes (1974) e Locke (1998) sobre as relações entre os indivíduos e a proposta freudiana do pacto entre os irmãos da *horda primitiva* em *Totem Tabu* (Freud, 1996e;1996d). Contraponho a teoria freudiana acerca da sexualidade e do indivíduo com os argumentos de Elias (2010) e Rief (1979). Analiso a sexualidade enquanto objeto das relações de poder como sugere Foucault (2010;2004;1988a;1988b;1997).

Em perspectiva diversa destaco a ideia de sexualidade por roteiros conforme Simon e Gagnon (1986) e Gagnon (2006). Com base nestes autores ressalto que a sexualidade deve ser compreendida como sexualidades e pode ser respondida no âmbito do entrelace do contrato social com o sexual e fora deste entrelace. Problematizo o termo sexualidade pelo conhecimento do senso comum, através das narrativas das famílias Sigma, Delta e Gama. Ressalto a “*família como categoria realizada*” conforme Bourdieu (1993). Apresento e problematizo as representações sociais das famílias participantes Sigma, Delta e Gama, destacando os diferentes significados de família. Convoco a Antropologia Social como esteio para análise das significações do vocabulário de parentesco e suas implicações com a ideia de indivíduo e sexualidade, suscitando perspectivas ou instrumentos teóricos para a saída do entrelace entre os contratos. Ou seja, processos de aquisição ou conquistas que incorporam o social como fundamental para o desenvolvimento de características sexuais. Inevitável afetação pela sociedade e pela cultura, que faz-se pela relação entre indivíduos e sexualidades.

Nas considerações finais, retomo a proposta inicial de aproximar a família ao quadro mais amplo da cultura e da sociedade. Revisito os principais objetivos da tese e finalizo com algumas considerações sobre os resultados e pistas para investigações futuras.

CAPÍTULO UM

ESCOLHAS EPISTEMOLÓGICAS E METOLÓGICAS DO OBJETO DE ESTUDO

A revisão de literatura foi realizada com o objetivo de pôr em debate as teorias do contrato social dos autores clássicos com as teorias de autores contemporâneos. Como etapa inicial, privilegiei as fontes primárias constituídas pelas teorias substantivas como suporte fundamental para a elaboração de processos metodológicos e realização da pesquisa empírica. Busquei debates e problematizações entre a ideia de indivíduo e sexualidade através do entrelace entre o contrato sexual e social que abrangem os debates sobre gênero e famílias em sua referência às sexualidades.

O viés político e filosófico é ressaltado para expor a ideia de contrato, indivíduos, sexualidades e famílias. Os filósofos sociais clássicos Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996;1985) foram utilizados por serem referências fundamentais nos debates sobre as teorias do contrato social.

Comecei por pesquisar autores que debatem ou problematizam questões sobre as teorias do contrato social e sobre os trabalhos e pesquisas realizados mediante a obra *O Contrato Sexual*, Pateman (1993). Os capítulos *Fazendo contratos; Confusões patriarcais; A gênese, dos pais e a liberdade política dos filhos*, ganham destaque nesta tese. Os trabalhos da autora, particularmente a obra que privilegio, pode ser atribuído a um grande esforço, para expor os fundamentos de estruturas patriarcais na modernidade e em tempos contemporâneos. Como uma definição de trabalho, a liberdade é ausência de subordinação. A obra supracitada com sua primeira versão publicada nos Estados Unidos em 1988 é uma revisão crítica das teorias clássicas do contrato social que põe em relevo e questiona as razões políticas e filosóficas do contrato social como postas pelos filósofos iluministas. Das obras *O Leviatã*,s Hobbes (1974); *O Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*, Locke (1998) e *O Contrato Social* de Rousseau (1996) são destacados os principais elementos sobre as teorias do contrato social, a saber: o indivíduo livre e autônomo; o pacto voluntário do casal conjugal; a ideia do casamento para a procriação visando à proteção de bens e propriedades e a família como primeira sociedade e a mais natural. A sujeição das mulheres pelos homens é o ponto alvo para expor que o patriarcado moderno e contemporâneo é o grande orquestrador de relações em bases patriarcais, e estão na ordem pública e privada, fazendo-as parecer opostas e mutuamente exclusivas. A autora não intenciona complementar ou criar teorias contratualistas, realiza uma espécie de denúncia, expondo elementos que sustentam sujeição.

1.1 A literatura revisada: textos clássicos e contemporâneos, fontes primárias e secundárias

No problema da obrigação política, Pateman (1993) aborda os argumentos “liberais” destinados a garantir uma ideia de liberdade: o indivíduo da teoria liberal deve consentir a ter sua liberdade protegida pelo Estado. A autora argumenta sobre a recusa ou sobre o “problema” de participação no contrato social. Ou ainda, se de fato houve um consentimento, questionando a justificativa do Estado liberal. Para tornarem-se “livres e iguais”, os indivíduos devem consentir a ter sua liberdade protegida pelo Estado. Mas isso abre o “problema” da não concordância à proteção.

Embora o argumento de obrigação política seja desenvolvido a partir de uma tradição muito diferente das teorias feministas, tem implicações sobre estas e permite delinear a crítica de Pateman (1993) em *O Contrato Sexual*. A autora sustenta que dado o envolvimento social das capacidades reprodutivas das mulheres é quase utópico supor que a tensão entre o pessoal e o político, entre amor e justiça, entre a individualidade e comunidade, desapareça com a presente afirmação do liberalismo-patriarcal (PATEMAN, 1989).

Em *Participação e Teoria Democrática* (1970), obra conhecida como fundadora da teoria contemporânea da democracia participativa conforme ressaltam Bacqué & Sintomer (2011), a autora propõe uma análise sobre as teorias que defendem a participação direta das pessoas nas questões de ordem política, e da ideia de autonomia. O debate inclui como principais autores Rousseau (1985), Stuart Mill¹² e G.D.H Cole¹³, com a finalidade de ressaltar a democracia enquanto método político que se refere a um conjunto de arranjos institucionais. Na interpretação da autora, essa ideia de democracia resulta em um estado perene de competição entre os líderes. Nesta perspectiva, a participação popular não é vista como um bem em si mesmo, mas como um perigo para as liberdades individuais. A crítica repousa sobre as decisões arbitrárias de líderes de Estado, visando à proteção dos indivíduos.

Na problematização do entrelace dos contratos social com o sexual, a Psicologia Social e a Sociologia são convocadas para promover argumentações acerca da ideia de contratos,

¹² Ressalta as contribuições do autor sobre a conquista de direitos das mulheres em *Sujeição das Mulheres*, Mill (2006).

¹³ G.D.H.Cole, *.Self-Governemont of Industry*, Londres : G.Bell and Sons, 1919.

indivíduos e sociedade. As obras do psicólogo social francês Moscovici (2012), *A psicanálise, sua imagem e seu público*; *Representações Sociais: investigações em psicologia social*; (Moscovici, 2009) *A Máquina de Fazer Deuses* (1990) e *Sociedade Contra Natureza* (Moscovici, 1975), este último para problematizações acerca do contrato social e ideal de indivíduo. Moscovici ressalta que:

A pergunta principal que os psicólogos sociais faziam era: Quem socializa o indivíduo? Os psicólogos negligenciaram o segundo aspecto do problema contido na sua pergunta. Quem socializa a sociedade? Um novo enfoque com relação entre indivíduo e sociedade deveria tomar em consideração dois fenômenos básicos. O primeiro é o que o indivíduo não é apenas um produto biológico, mas um produto social; e o segundo é o de que a sociedade não é um ambiente destinado a treinar o indivíduo e a reduzir suas incertezas, mas um sistema de relações entre “indivíduos coletivos”. Esta visão da dinâmica social possui implicações científicas imediatas, assim como a importância psicológica e política; ela nos obriga a encarar o controle social e a mudança social em uma perspectiva comum e a não tratá-los separadamente como aconteceu no passado (MOSCOVICI, 2009, p.158).

Amparada nesta proposta, detenho-me no campo da psicologia social que privilegia o estudo da interação social e da subjetividade, da relação de interdependência entre os indivíduos e a sociedade, ou da interação que se faz necessária nos estudos sobre estes temas contextualizando suas particularidades.

Utilizo os autores brasileiros que acordam concepções da Psicologia Social, em que os indivíduos não são antagônicos a sociedade: *A psicologia Social: o homem em movimento* de Lane & Codo (2004); *Novas Veredas da Psicologia Social* de Lane & Sawaia (2006); *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*; *A Diversidade da Psicologia* de Kahhale (2007); *Paradigmas em Psicologia Social* (Campos & Guareschi, 2009).

Na obra *A distinção de sexo: uma nova proposta de igualdade*, da socióloga Théry (2010), encontrei argumentações fecundas para uma análise crítica da teoria do contrato social na medida em que a autora o intitula como mito fundador da sociedade. Nas proposições críticas de Théry (2010) aparece uma nova abordagem sobre a desigualdade entre os sexos. A autora questiona: do que falamos quando a referência é a distinção social masculino/feminino? Ressalta-se o fato de algumas teorias determinarem identidades’ como atributos dos indivíduos e adotarem uma filosofia dualista entre o "eu" (com uma identidade de gênero) e o "corpo" (com uma identidade de sexo). A alternativa apresentada é recusar este dualismo e considerar a distinção entre os sexos como um modo de ação que são realizados através de relacionamentos significativos. Destaca-se aqui a escolha de teóricas francesas pela utilização do termo distinção de sexo em lugar do termo gênero. Théry (2010), propõe a distinção do

sexo como uma crítica a identidade de gênero na contemporaneidade e a crítica do gênero enquanto atributo da pessoa. Concepções que embasam alguns dos principais argumentos desta tese

Das teorias sobre a ideia de indivíduo destaco os estudos acerca da modernidade e sua vinculação com a noção de indivíduo contemporâneo. Utilizei a obra dos sociólogos franceses Touraine (1999), *Critica a Modernidade* e Dumont (1983) *Ensaio sobre o Individualismo*, acerca da construção do significado de indivíduo pela gênese da ‘ideologia moderna’ e o viés crítico que o autor realiza sobre *O Leviatã* hobbesiano e o contrato social, bem como a valorização de propriedade e riquezas como objeto contratual privilegiado na concepção do filósofo inglês Locke (1998). Nesta perspectiva, discuto o significado do termo indivíduo, sua vinculação com a teoria do contrato social e sua relação com o advento do individualismo.

Encontrei na sociologia e na Psicologia Social de Elias (1994), através das obras *A Sociedade dos Indivíduos; Além de Freud: sociologia, psicologia e psicanálise* (2010) e *o Processo Civilizador* (ELIAS, 1993), instrumentos para construção de problematizações e análises que permite uma compreensão da diferença entre o que nomeio de ‘indivíduo contratante’ e indivíduo social.

Das teorias sobre a ideia de sexualidade, utilizei a teoria psicanalítica através da abordagem freudiana para estabelecer uma análise crítica que favorecesse o destaque do entrelace entre os contratos social e sexual. As obras *Totem e Tabu*, Freud (1996e); *Psicologia de Grupo e Análises do Ego*, Freud (1996d); *O Mal Estar da Civilização*, Freud (1996a) e os *Três Ensaio da Teoria da Sexualidade*, Freud (1996e) são utilizadas com este objetivo. A sexualidade apresenta-se como gênese da constituição da vida psíquica do indivíduo. Na obra *Freud: pensamento e humanismo* de Rief (1979), utilizo as abordagens críticas deste autor para estabelecer um campo de debate entre o indivíduo hobbesiano e os indivíduos da horda primitiva. Meu objetivo é ressaltar que ideia de indivíduo da teoria contratual reforça a noção de ‘sexualidade procriativa’.

As obras do filósofo Foucault (1988a;19988b;1988c) ganham ênfase por suas proposições críticas e estudos sobre a *História da Sexualidade; Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise* (Foucault, 2010); *Ética, Sexualidade e Política* (Foucault, 2004a); “*Nietzsche, a genealogia e a história*” In: *Microfísica do poder*, (Foucault 1998c), que fornecem conceitos e métodos para uma empreitada teórica mais ambiciosa,

incitando questionamentos sobre modelo ou estrutura contratual que analiso. O autor destaca-se por apresentar a sexualidade produzida por meio de discursos. O autor argumenta que a sociedade civil moderna instaurou um novo dispositivo de controle ao estabelecer normas e padrões morais acerca das formas de expressão dos indivíduos no que tange a nomeação de sexualidade.

Nas pesquisas que realizei, encontrei interpretações que favoreceu uma análise crítica da obra *História da Sexualidade A obra Inventando o Sexo: dos gregos a Freud*, do historiador estadunidense Laquer (2001) foi utilizada para mostrar como o gênero tem sido historicamente construído, analisando a passagem de um modelo antigo (até o século XVIII), para um modelo unissex baseado na bipartição do sexo biológico em masculino e feminino.

As obras *Uma Interpretação Sobre o Desejo: Ensaio sobre o Estudo da Sexualidade* do sociólogo estadunidense Gagnon (2006) e *Conduta Sexual* de Simon e Gagnon (1986) são utilizadas para contrapor a ideia de sexualidades pelo entrelace entre do contratos social com o sexual. Através da teoria dos roteiros pretendo ressaltar sexualidades pelo campo do diverso, das diferentes formas que estas podem representar-se, da interpretação que sugere sexualidades como atuações sociais.

Por uma abordagem antropológica social, recorri aos estudos de Tckerzóff (2003) através a obra *FAA Samoa: uma Identidade Polinesiana* com o objetivo de ressaltar sexualidades fora dos pressupostos das sociedades Ocidental contemporânea.

Dos estudos sobre o sistema de relação de gênero e sexualidades, utilizei as questões mais fecundas da filósofa estadunidense Haraway (2009;2008;1989); De Lauteris, (1984) e das sociólogas brasileiras Saffioti (2004;2001;1979) e Castro (2009;2008). Incorporo as explanações críticas da filósofa francesa Badinter pelo uso das obras *XY: A identidade Masculina* Badinter (1992) e *O conflito entre a Mulher e a Mãe*, Badinter (2010) e das antropólogas sociais francesas Alés e Barraud (2001).

A obra *Sexo relativo ou sexo absoluto?*, Alès & Barraud (2001) ressalta a distinção dos sexos e relações de poder, que utilizo para ressaltar a relação de interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades e famílias, com análise crítica do vocabulário de parentesco (categorias: pai, mãe, filho, filha, avó, avô, tio, tia, etc.).

Através da obra *O Machismo Invisível* da psicóloga mexicana Castañeda (2007), destaco os pressupostos da noção de masculinidade e feminilidade, o machismo construído acerca dessas classificações com o objetivo de aprofundar o debate através dos dados auferidos na pesquisa com as famílias participantes.

Em *O Aprendizado da Sexualidade*, Heilborn et al (2006), utilizei as pesquisas sobre sexualidade realizadas com jovens no Brasil, e em particular na cidade de Salvador. Encontrei ressonância na pesquisa realizada pelas sociólogas Castro, Abramovay e Silva (2004) patrocinada pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization¹⁴ (UNESCO), através da obra *Sobre Juventudes e Sexualidades*, realizada em doze capitais brasileiras incluindo a cidade de Salvador e trazem algumas indicações acerca de concepções sobre sexualidade e famílias na capital soteropolitana. Muito embora esses estudos não tenham como objeto a relação entre sexualidades e famílias, procurei estabelecer uma aproximação com os resultados e discussões apresentados, no sentido de compreender a complexa realidade que apresenta o tema sexualidade na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

As fontes secundárias foram acessadas em revistas eletrônicas que integram bases de dados oficiais de pesquisa e sítios científicos na internet: dissertações, teses e publicações sobre sexualidade, gênero, indivíduo (Banco de teses da CAPES/Domínio Público, Scielo); pesquisas em sítios na internet de periódicos nacionais (PAGU, REF, periódicos internacionais (PERSEE, REVUE, CLIO). Dissertações nacionais de Alves (2012) e Pickina (2009) acerca da obra *O Contrato Sexual* (PATEMAN, 1993). Artigos e debates internacionais sobre a referida obra e teorias contratualistas, conforme Garrau (2011). Com o objetivo de acessar publicações recentes que promovem diferentes discussões identificando as tendências de produções científicas acerca do fenômeno estudado.

Nas pesquisas, utilizei os dados sobre as mudanças sociais, as estratégias individuais e coletivas, em destaque artigos e tese (POLICARPO, 2011) sobre indivíduo e sexualidade, bem como o comportamento socioeconômicos nas escolhas de vida. Algumas abordagens não foram incluídas por não atenderem ao rigor metodológico, Procurei seguir o caminho de pesquisa: aquele que faz com que os (as) pesquisadores (as) procurem conhecer, desvendar e trazer as teorias com o objetivo de incentivar novos trabalhos.

¹⁴ União Nacional ,Educativa, Científica e Organização Cultural (UNESCO).

1.2 Método e técnicas: delineamentos e instrumentos para análise do objeto de estudo

Para melhor aprofundar a compreensão do objeto deste estudo, utilizei o método da pesquisa qualitativa¹⁵ com abordagem interdisciplinar. Método que favorece a incorporação de *insights*, as informações provenientes da literatura e do conhecimento sobre o contexto social. Permite comunicar observações sobre o tema de pesquisa no contexto estudado, identificando a influência de crenças e perspectivas muito particulares de campos de saber. Esta abordagem é fruto de mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX que irrompeu um movimento de denúncias à suposta neutralidade do conhecimento científico e consequente revisão epistemológica, orientada pelo pressuposto ético-político, evidenciando a relação entre ciência, verdade e poder (HAGUETTE & COLOMBO 1987). Referencial que politizou o conhecimento situando-o como mediação das relações de poder, e historicizou os fenômenos humanos destituindo o mito da ciência imparcial promotora do conhecimento.

A pesquisa qualitativa compreendendo os indivíduos sociais como capazes de reflexões sobre sua práxis e seus modos relacionais de convivência, através das interações sociais. Permite pensar como a ciência construiu e contrói a própria noção de si, através da cultura e dos padrões sociais do tempo e do espaço que ordenam as relações entre os indivíduos. O foco primordial é a relação de interdependência mútua entre as etapas do processo de pesquisa, ou seja, desde da escolha da amostra, da elaboração do instrumento de coleta de dados até os resultados auferidos e as conclusões apresentadas:

O fator determinante na seleção dos objetos de estudo é sua relevância ao tema de pesquisa. Os participantes não são selecionados por constituírem uma amostra estatisticamente representativa da população geral. O objetivo não é reduzir a complexidade por meio de um processo de decomposições de variáveis, mas em vez disso ampliar a complexidade ao incluir o contexto (FLICK, 2009, p.95).

Entendimento que construí através de algumas concepções teóricas como o interacionismo simbólico, surgido na escola de Chicago e desenvolvido pelo psicólogo social George Mead, conforme Flick (2009). O interacionismo simbólico destaca que os indivíduos

¹⁵ Embora a pesquisa qualitativa apresente diferentes abordagens em suas concepções teóricas e na maneira como compreendem seus objetos, algumas perspectivas principais as resumem: os pontos de referências teóricas são extraídos das tradições do interacionismo simbólico, da fenomenologia, da etnometodologia, do construcionismo e das teorias psicanalistas (FLICK, 2009). Ressalta-se o caráter indisciplinar e a diversidade de conhecimento integrada em método e técnicas.

sociais agem em relação às coisas com base no significado que os objetos, os eventos e as experiências têm para eles e que se origina da relação com outros indivíduos (FLICK, 2009; HAGUETTE & COLOMBO, 1987; KAHHALE, 2007). O que faz-se relevante neste estudo é o significado subjetivo atribuído pelas famílias participantes, às suas atividades e ambientes. Enfatizar que os dados apresentados pelas participantes advêm de pontos de vista subjetivos, originários das relações interpessoais que estabelecem.

A reconstrução de tais pontos de vista tornou-se instrumentos para análise dos fenômenos sociais. Significa que a pesquisa qualitativa visa responder às exigências da diversificação e ressaltar diferentes formas de convivência social, fundamentalmente quanto ao objeto estudado, ou seja, o enfoque na diversificação de modos de convivência familiar, exigindo que as pesquisas sociais utilizem estratégias indutivas, ao invés de utilizar teorias para testá-las. Com estes propósitos a pesquisa qualitativa responde aos questionamentos muito particulares, que convergem com uns dos propósitos mais significativos da metodologia que aqui utilizo, que não objetiva medir e quantificar os dados pesquisados. A relevância consiste na minha compreensão do não dito, na compreensão de representações, no destaque dos discursos e nas motivações das famílias participantes. Este percurso é guiado por um caminho fenomenológico que combina problematizações de constructos teóricos com informações advindas de conhecimentos do senso comum, ou seja, as famílias participantes constituem suas experiências através de fenômenos que estão em-relação-a-algo e são definidas pela maneira que é direcionada e pelo sentido que as experiências têm para estas (DARTIGUES, 1992).

A ‘verdade’ das representações sociais e das experiências vividas não estão sob prova, o que é mais valioso é o sentido do dizer. Por isso, quando me reporto às histórias de vida das famílias aqui estudadas pretendo chamar a atenção para a análise do dado empírico sobre a sua significação. Com nos diz Feyeraband (2007), os critérios de qualidade da pesquisa são a compreensão de uma realidade particular. “O conhecimento do mundo, para a pesquisa qualitativa, não deve ser um fim em si mesmo, mas um instrumento para a autoconscientização e ação humana” (FEYERABAND, 2007, p. 59). Assim, há uma diminuição da distância entre a produção e a aplicação do conhecimento, bem como um aumento da exigência do meu comprometimento como pesquisadora na relação entre o processo de pesquisa e o que é produzido através desta.

Como um processo em movimento tenho por finalidade à busca da interação entre o conhecimento científico advindos de teorias substantivas e a familiaridade com o que se faz conhecido através das histórias de vida das famílias participantes, que é compreendida como um conhecimento do senso comum. A história de vida é uma das técnicas utilizadas na pesquisa qualitativa que melhor analisa a intersecção entre a vida individual e o contexto social, como ressaltam Haguette & Colombo (1987). Possibilita dar sentido a um caminho percorrido ou à noção de continuidade: conhecer sobre a história de cada família participante ao longo de diferentes períodos vividos.

Esta noção de continuidade demanda uma compreensão íntima da vida dos participantes de uma pesquisa, que permite que os temas abordados também sejam estudados através das representações sociais, dos contextos em que vivem das percepções e limitações (MOSCOVICI, 2009). São os narradores que dão forma e conteúdo às narrativas à medida que interpretam suas próprias experiências e o mundo no qual elas estão.

Na pesquisa que realizei com as famílias participantes, a técnica da história de vida permitiu um conhecimento sobre a vida de cada membro familiar. Ouvir a história de cada um com suas singularidades e seus discursos, possibilitou que eu tivesse um conhecimento bem aproximado sobre cada realidade familiar. Na interação entre pai, mãe, filhos e filhas e da maneira como estes trazem suas lembranças e afetos em um determinado contexto e tempo. Foram narradas diferentes vivências, que revelaram algumas experiências e valores mais significativos, a exemplo das pessoas mais importantes em suas vidas, o primeiro namorado, a decisão de casar, o nascimento dos filhos, etc. São histórias trazidas dos fatos vividos, de recordações contidas no “acervo” de suas experiências inter-relacionais, ou seja, não inclui apenas a sua própria experiência, mas as experiências de outras pessoas e outros indivíduos que fizeram e fazem parte das suas histórias. Bosi (1999.p.53) evidencia que “a lembrança é a sobrevivência do passado”. Embora motivados por um roteiro de entrevista que norteia as questões as famílias participantes trouxeram lembranças de realizações ou acontecimentos que têm um sentido próprio para elas. “O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembranças” (BOSI, 1999, p. 64).

A história de vida como instrumento para conhecê-la, permitiu-me aprender sobre a cultura pelo lado de dentro, no dizer da psicologia social de Moscovici (2009) o olhar e passar pela rua, debruçada na janela da minha própria casa, ou seja, a cultura a que pertença. Destacar o ponto de intersecção das relações entre o que é exterior aos indivíduos

sociais e aquilo que as famílias trazem como próprias às suas realidades. A história de vida pode ser desta forma, considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece uma base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos. As lembranças que emergem dos espaços sociais, das prescrições, influências, proibições, inquietações, dúvidas e certezas, trazem à tona “o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas, orientado para um fim atual” (NORA, 1993, p. 9). Ao narrar fatos que foram significativos, as famílias participantes permitiram-se ouvir sobre suas próprias experiências, inscrevendo-se numa subjetividade que não tem um tempo determinado, linear, mas um tempo em que suas escolhas revelam o que elas são. É o que destaca Thompson quando se refere ao ato de recordar:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser (THOMPSON, 1997, p.57).

Este recordar remete as histórias individuais, sociais e familiares e podem reencontrar referências que são próprias dessas narrativas, embora diferentes da maneira que foram vividas, já que se apresentam nas lembranças de uma nova realidade resultante da reelaboração daquele fato vivido. O processo de rememoração consiste numa seleção de fatos, a memória que se mostra como o lado subjetivo do conhecimento de cada narrador. Ao narrar suas histórias de vida, as participantes colocaram suas experiências como marcas para outras histórias, aquelas construídas por aqueles que também fazem parte da sua família, transformando também a minha experiência enquanto pesquisadora que os escutou. Fato que refletiu na maneira como cada capítulo da tese foi construído e como os dados foram apresentados.

1.3 As representações sociais, a amostra escolhida, o roteiro e as entrevistas

As pesquisas foram guiadas pela teoria das representações sociais desenvolvida pelo psicólogo social Serge Moscovici (2012;2009) a partir dos seus estudos em *A psicanálise, sua Imagem e seu Público*, Moscovici (2012)¹⁶ que remete ao conceito de representações coletivas de Durkheim (1974). “As representações sociais constituíam uma classe muito geral de fenômenos psíquicos e sociais, compreendendo o que chamamos de ciência, ideologia, mito, etc.” (MOSCOVICI, 2012, p.39). O autor vai proceder à remodelagem do conceito de Durkheim¹⁷ buscando a sua atualização, trazendo-o para as condições contemporâneas, olhando para as sociedades do Ocidente como imersas na intensa divisão do trabalho, nas quais a dimensão da especialização, bem como a da informação, tornou-se componentes decisivos nas vidas das pessoas e dos grupos.

A psicologia como ciência afirmou a matriz epistemológica da psicologia através da fisiologia e análises do humano pela vertente das ciências naturais, Moscovici (2009) apresentou a teoria das representações sociais e questionou o ‘saber psicológico’ que exclui os fatos históricos e sociais na assertiva da interação entre o indivíduo e a sociedade:

Quando falamos de representações sociais, em geral partimos de outras premissas. Primeiramente, consideramos que não existe recorte entre o universo exterior e do indivíduo (ou do grupo), que o sujeito e o objeto não são totalmente heterogêneos em seu campo comum. O objeto está inscrito num contexto ativo, movediço, pois é parcialmente concebido pela pessoa ou pela coletividade como prolongamento de seu comportamento e, para eles, só existe em função dos meios e dos métodos que permitem conhecê-lo (MOSCOVICI, 2012, p.45).

As negociações do indivíduo com os outros indivíduos e grupos são destacadas como fundamentais para a compreensão dos processos que se desenvolvem ao mesmo tempo para os indivíduos e para os grupos, dos dois lados, constituindo uma parte importante da realidade social, modulando-a. Os estudos sobre as representações sociais na perspectiva de Serge Moscovici (2012;2009) fornecem o quadro mais estimulante para construir uma psicologia social que abarca o estudo dos sistemas cognitivos e o estudo dos sistemas sociais.

¹⁶ Esta obra resultou da tese de doutorado do autor, referenciada por seu orientador Lagache. Ver em Moscovici (2012).

¹⁷ O conceito de representações sociais de Durkheim diferenciava o aspecto individual do aspecto social, e paralelamente a vertente perceptiva da vertente intelectual do funcionamento coletivo, que se tornam reais em função dos meios e dos métodos que permitem o conhecimento dos comportamentos, ressalta Moscovici (2012).

A diversidade conceitual da representação social em que são ressaltados diferentes enunciados, como crenças, valores, conceitos, etc., é comumente alvo de críticas. Moscovici (2012;2009) destaca que a diversidade visa desenvolver a teoria e a criatividade dos pesquisadores, na medida em que o interesse maior está na descoberta do objeto pesquisado e não na comprovação do que se pesquisa.

Se o estudo dos processos simbólicos se tornou nosso objetivo principal, nós seremos forçados a explorar o campo e limites da realidade social em que vivemos. De fato, se quisermos compreender fatos sociais reais em vez de fatos individuais em um contexto social; e se quisermos abandonar a visão de sociedade em que os indivíduos, fechados nas células dos seus grupos “primários”, se movimentam como aleatoriamente, se quisermos destruir a ilusão de que nós poderemos um dia conseguir uma universalidade vazia de leis, através da descoberta de mecanismos gerais e abstratos, sem referência a seus conteúdos, então devemos admitir claramente que nós, até o presente momento, tendemos a ignorar os processos sociais concretos e suas formas coletivas (MOSCOVICI, 2009, p.161).

O que está em relevo é a relação dos sistemas cognitivos complexos do indivíduo em interface com os sistemas das relações simbólicas que caracterizam uma sociedade. “Representar significa a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo” (MOSCOVICI, 2009, p.56). O objetivo deste trabalho doutoral converge com o exposto pelo autor acerca da relevância das representações e apresentações das famílias participantes, cujos discursos referem sobre as experiências que os indivíduos sociais tiveram na infância, na juventude e na relação familiar. Trata-se de representações sociais perspectivadas mediante a interface da psicologia e da sociologia, priorizando a plasticidade que busca captar fenômenos móveis, por vezes voláteis, por vezes rígidos, cuja complexidade reforça relevância de sua captação.

As representações sociais são aqui utilizadas como um instrumento para o conhecimento das famílias pela perspectiva social. As representações sociais englobam tanto as experiências quanto o sentido que as famílias participantes atribuem ao significado de família, categorias de parentesco como pai, mãe, filho(a), irmão(a), etc., e relações conjugais: marido, esposa, bem como da noção de indivíduo, homem, mulher e sexualidade. Minha sugestão é inserir estes elementos como pertencentes às relações de gênero e dos complexos elementos que dão significado a diversidade familiar e sua relação com a sociedade. A psicologia social de Serge Moscovici (2012;2009) traz elementos que permitem um caminho para a compreensão destes fenômenos.

Jodelet (1989a) participou das pesquisas e estudos da teoria das representações sociais com Moscovici (2009) e esclarece o conceito e uso das representações sociais destacando-as como formas de conhecimento prático voltadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, da realidade em que vivem os indivíduos. São vias de conhecimento que se manifestam como processos cognitivos pelos conceitos, categorias, imagens que são socialmente elaboradas e compartilhadas favorecendo a comunicação (JODELET, 1989b). Deste modo, as representações são em essência fenômenos sociais a partir do contexto em que são geradas.

Qual o sentido de aproximar as representações sociais a ideia de contratos? Os contratos trazem a ideia de interesses comuns, de ligação entre os indivíduos, ou de uma espécie de vinculação entre estes. As representações sociais trazem os conhecimentos do senso comum naquilo que os indivíduos partilham entre si com a sociedade, ou como bem argumenta Moscovici (2009), são duas dimensões, que não são mutuamente exclusivas.

A psicologia social promove a interação do indivíduo com a sociedade. Percurso que denota plasticidade, que busca captar fenômenos por vezes permeáveis, por vezes rígidos, mas que torna possível conhecer realidades distintas como conjuntos dinâmicos, que revelam como as famílias se auto-referenciam, e suas relações com o meio em que vivem. Da ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução (MOSCOVICI, 2009).

Como ressalta Lane (2001), o nascer é uma condição que insere a vida em uma sociedade, que já possui uma série de significantes que vão sendo incorporados à medida que se estabelecessem relações intersubjetivas. As pessoas possuem valores próprios que foram costurados com base no tecido social a que pertence, dando forma ao processo da subjetivação. Movimento que requer um constante manejo e é passível às mudanças pertinentes ao meio social. Através das representações sociais pretendo englobar tanto as experiências, quanto o sentido que as famílias participantes atribuem a ideia de indivíduo, família, às categorias de parentesco como pai, mãe, filho(a), irmão(a), etc., e às relações conjugais: marido, esposa, bem como da noção de homem, mulher e sexualidade, objetos próprios da relação de gênero e dos complexos elementos que dão significado à diversidade familiar.

Meu objetivo é convocar mais um refletir acerca dos discursos das famílias, de presenças sentidas, silenciadas e não sentidas do entrelace entre os contratos social e sexual;

conflitos e acomodações próprios do entrelace entre os contratos, regulando sexualidades e famílias por arregimentações e sistema de relação de gênero, ancorado numa abordagem interdisciplinar¹⁸, privilegiando a interface entre a sociologia e a psicologia, incorporando outros saberes como a ciência política feminista, antropologia, da história e a filosofia pós-estruturalista, que dialogam sem excluir o sistema de relações de gênero.

Com esse propósito, iniciei a organização da coleta de dados a partir do mês de Junho do ano de 2011. A captação das famílias participantes ocorreu em seus contextos de vida cotidiana, através das indicações propostas pela minha rede social de convivência. Pelo próprio procedimento de não tomar a família como um conceito estático, considerando sua diversidade e ‘desnaturalização’, procedi pela escolha de diferentes configurações familiares, tendo como critério de eleição famílias de classe média, com filhos na idade entre 18 e 35 anos. A aceitação e a acessibilidade das famílias também foi outro critério seletivo. São famílias advindas de relações de pessoas de sexos diferentes. Mas que não se configuram como a única maneira de constituição familiar. As famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo não fazem parte desta amostra por falta de acesso a estas ou pelo fato de não ter conhecimento acerca destas famílias que tivessem os critérios acima estabelecidos: residentes na cidade de Salvador com filho(a) ou filhos (as) em idade de 18 a 35 anos. Critério que se fez relevante por possibilitar o conhecimento das experiências de pais, mães, filhas e filhos quanto à ideia de sexualidade e sua interação com a ideia de indivíduo, família e condutas que estes realizaram e realizam.

Após a autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa, submetido à Plataforma Brasil¹⁹, convidei as famílias de maneira aleatória sem a pretensão de uma amostra probabilística, explicitando o objeto de estudo da pesquisa e suas particularidades.

¹⁸ A interdisciplinaridade é compreendida nesta tese como uma interseção entre saberes, um campo de cruzamento entre atividades disciplinares e interdisciplinares com lógicas diferentes. Neste sentido, o Comitê Multidisciplinar da CAPES21, criado em 1999, reconhece as dificuldades na formulação dos conceitos, conforme ressalta no Relatório de Acompanhamento: “Entende-se por interdisciplinaridade (ou pesquisa científica e tecnológica interdisciplinar) a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencente à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou tecnologia através da transferência de métodos de uma área para outra e gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas, podendo fazer surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes e com uma formação de base sólida e integradora ao mesmo tempo”. (CAPES, Relatório de Acompanhamento 2003: 03). Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt> (acessado em junho 2012).

¹⁹ Pesquisa aprovada através do Parecer do CEP 100.606. Numero CAAE 012.35612.00005033.

Em todos os casos o primeiro contato ocorreu através das mulheres: mães ou filhas. Através destas mantive contato com os homens: pai, padrasto e filhos.

Na fase inicial dos convites às famílias, houve algumas recusas, tive dificuldade de encontrar famílias que quisessem participar da pesquisa. Um membro familiar revelou que não se sentiria bem ao participar da pesquisa pelo fato do tema ser objeto de constrangimento em sua família. Suponho que as recusas foram motivadas pelo objeto de estudo envolver o tema sexualidade. Porém, isso não ficou esclarecido, algumas famílias responderam não poder participar por questões de falta de tempo, dificuldade de reunir as pessoas, etc. Após alguns meses de consulta as diferentes famílias entre muitas recusas, 03 (três) famílias concordaram em participar. Mediante consulta e aceite de todos os membros familiares foi possível a confirmação da participação de cada família para realização da entrevista, configurando este estudo com uma amostra constituída por três famílias aqui caracterizada por estudo de casos múltiplos.

No que concerne ao método de estudo de caso, há uma generalização analítica, termo proposto por Yin (2001) para se referir a articulação dos dados com a teoria proposta e enfatizar experiências contemporâneas. O estudo de caso representa uma subjetividade desenvolvida enquanto resultado para a obtenção de conhecimento de realidades ou da evolução de modos específicos de atuar e de perceber. “O prosseguimento da amostragem ocorre de acordo com a relevância dos casos, e não conforme sua representatividade. Este princípio é também característico de estratégias relacionadas para a coleta de dados na pesquisa qualitativa” (FLICK, 2009, p.122). As famílias participantes representam as características ou condições consideradas significativas aos propósitos de estudo desta tese. São famílias que apresentam configurações distintas: família nuclear, família recomposta e família monoparental.

As entrevistas foram agendadas considerando a disponibilidade de cada membro familiar. Busquei compatibilizar dia e horário que fosse acessível a todos os membros das famílias participantes. Fato que demandou um tempo longo entre o aceite e a realização da pesquisa. As pesquisas foram realizadas nos meses de Setembro e Novembro de 2012.

Para a realização do procedimento de coleta de dados elaborei um roteiro de entrevista²⁰ consubstanciado na revisão de literatura e no objeto de estudo da tese. A abordagem interdisciplinar forneceu os instrumentos para compor um roteiro constituído por um questionário semiestruturado²¹ como trilhas a orientar o caminhar entre as minhas percepções e das famílias participantes.

Pelo cuidado ético com os participantes da pesquisa considerei que frente a um estudo que envolve sexualidades e aborda questões sobre a intimidade, o roteiro de pesquisa demandava uma abordagem mais cuidadosa, ou seja, uma metodologia que não suscitasse constrangimentos e julgamentos morais. Questionei-me por diversas vezes sobre como favorecer os relatos das experiências de vida sem causar uma situação de constrangimento, ou causar conflitos. Indaguei-me sobre como lidar com situações frente à revelação de segredos e emoções intensas motivadas pelas lembranças de fatos e laços afetivos. A partir dessas indagações elaborei as perguntas considerando que todas as representações sobre indivíduo, sexualidade e família constituem-se de crenças e valores e que a noção de sexualidade enquanto prática e comportamento está inserida nessas representações, e é uma parte que envolve a vida dos participantes, ou que a sexualidade faz parte de algumas das significativas experiências vividas. Procurei elaborar perguntas que estivessem relacionadas com fatos vividos desde infância até as vivências atuais, possibilitando que o tema não favorecesse situações que estivessem distanciadas de fatos cotidianos e de acontecimentos pertencentes à vida dos indivíduos incluindo uma dinâmica familiar. De maneira que cada membro familiar foi motivado a falar da sua infância, juventude, fase adulta, namoro, casamento, nascimento, educação dos filhos e relacionamento conjugal. Procurei elaborar um instrumento de pesquisa que pudesse alcançar os objetivos propostos na tese, com a finalidade de conhecer os discursos e as representações das famílias. Utilizei a técnica da entrevista narrativa, como vetor fundamental para motivar as respostas das questões que envolvem toda a vida dos participantes.

²⁰ O roteiro utilizado para as entrevistas foi desenvolvido a partir do roteiro de entrevista “história de vida temática” integrante de um projeto intitulado: trocas simbólicas, socialização e relações intergeracionais na família, constituído por uma mostra de 290 famílias numa composição de 87 indivíduos de uma mesma linhagem (membros do mesmo sexo de gerações sucessivas: avós; pais e filhos) de autoria da Prof^ª. Dr^ª Miriã Alcântara.

²¹ Roteiro de entrevista está descrito no apêndice dois desta tese.

Após um consenso familiar, cada membro assinou o consentimento de sua participação mediante os devidos esclarecimentos e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido²², acorde o protocolo de ética em pesquisa com seres humanos. Todos responderam a um questionário socio-demográfico constante no roteiro de pesquisa²³ e foram realizadas entrevistas gravadas e transcritas literalmente de acordo com as respostas dos participantes. As entrevistas foram realizadas com cada membro da família separadamente, embora em um ambiente que os outros participantes podiam ter acesso. Exceto as entrevistas que foram realizadas com as filhas e os filhos, que foram realizadas em ambiente fechado, sendo o quarto o lugar eleito por estes para as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas em um período de uma hora e foram gravadas após a autorização das famílias participantes. As suposições e/ou questões foram planejadas como algo oferecido, podendo as famílias participantes responder ou não ao que lhes foi proposto. Spink (2004) ressalta que uma seleção sobre o que “dizer”, as personagens envolvidas nas respostas, corresponde ao posicionamento assumido entre participantes e pesquisadora (o). A coleta de dados verbais das famílias participantes representa os discursos dos participantes em uma entrevista, que não correspondem necessariamente à versão que estas famílias dariam para outra pesquisadora.

Minha suposição é que há um conhecimento ainda por ser explorado acerca das ideias, valores e crenças de um grupo de famílias sobre o objeto estudado. As famílias participantes apresentam um conhecimento subjetivo sobre a noção de indivíduo, de casamento, de sexualidade, e o sentido de família, que foram revelados através de questões acerca da infância, juventude; namoro, casamento, relacionamentos afetivos sexuais, nascimento de filhos; formação educacional e inserção laboral. Considerando esta proposta, cada membro familiar foi motivado a falar de sua infância, através dos seguintes estímulos: gostaria que você me contasse um pouco sobre como foi a sua infância, onde morava; com quem morava; as pessoas mais importantes na sua vida naquela época; como foi ou é a educação recebida em casa; o relacionamento com os seus pais; os brinquedos; as brincadeiras preferidas. Através dessas motivações pretendi ressaltar as singularidades de cada um e as similaridades entre os membros familiares e as diferenças que marcam os gêneros e os sexos.

²² TCLE consta no apêndice um

²³ Idem

1.4 Os instrumentos para análise: a análise do discurso e a tabulação dos dados

Os relatos das experiências vividas por cada família participante tiveram como esteio a técnica da análise de discurso. Técnica que toma a linguagem como comprometida com o seu meio, com o contexto em que o discurso²⁴ é construído, com a ideologia que torna possível a relação entre a linguagem e o sentido que pretende transmitir (GILL, 2002). Esta autora ressalta o significado da interseção entre o simbólico e o político, ou seja, o discurso é próprio de uma ação, algo que está em processo. A análise de discurso se faz entre a linguística e as ciências sociais. Cobra da linguística a inclusão do discurso pela história e pelos fenômenos sociais que o modifica e o constitui. “Refletindo a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na linguagem” (GILL, 2002, p. 26).

Na análise de discurso não é objetivo interpretar cada excerto falado ou relatado. A análise do discurso não propõe a interpretação do texto, propõe questionar o que está implícito no discurso. Compreende que o dito pelo participante, tem uma materialidade simbólica própria [...] Os analistas do discurso, vêem todo discurso como prática social. A linguagem, então, não é vista como um epifenômeno, mas como uma prática em si mesma. As pessoas empregam discursos para fazer coisas, para acusar, para pedir desculpas, para se apresentar de uma maneira aceitável, etc. Realçar isto é sublimar que o discurso não ocorre em um vácuo social (GILL, 2002, p. 248)

Os discursos trazem as referências contextuais em que foram ditos, no lugar em foram ditos, por quem foi dito: homem, pai, padrasto, mulher, mãe, mulher filha, homem filho, e para quem foi dito: psicóloga, doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea. “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (GILL, 2002). O que foi dito, produziu efeito de sentido. São processos de subjetivação e de identificação das famílias, de construção do que é real em suas experiências. A análise do discurso considera que a linguagem não é transparente. A análise está sempre em função da questão primordial que coloca: o que o texto significa?

Na análise do discurso deve-se constituir o *corpus*²⁵ discursivo com base nos seguintes critérios: “todo o discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (GILL, 2002, p. 249). Em uma das famílias participantes da pesquisa, foi dito: *família*

²⁴ O termo “discurso é empregado para se referir a todas as formas de fala e textos, seja quando ocorre naturalmente nas conversações, como quando é apresentado como material de entrevistas, ou textos escritos de todo tipo” (GILL, 2002, p.27).

²⁵ Corpus discursivo refere-se ao que será objeto de análise, conforme Gill (2002).

é contrato. Este discurso só se torna claro pelo contexto de pesquisa e pela história de vida das (os) participantes, ou seja, ganha sentido porque deriva de linguagens simbólicas construídas por formações ideológicas e ‘representações’ que se sobrepõem de maneira decisiva em seu contexto: “o como se diz, quem diz, em que circunstâncias, etc., convertem-se por este mecanismo o *corpus bruto* em um objeto teórico, isto é, um “objeto linguisticamente de-superficialidade” (GILL, 2002);

Ao construir o *corpus* a análise prioriza o *texto* que é a unidade que vai ser analisada. Gill (2002) ressalta que faz-se necessário separar no texto o que é inteligível. Tais processos referem-se à inteligibilidade e a compreensão do texto. A análise de discurso conforme Gill (2002) considera os limites do texto que é colocado. Significa que também ele faz parte do simbólico e da ideologia em que o discurso foi dito. Assim, considere como categorias de análise: indivíduos, casamento, famílias e sexualidades. A análise realizada nesta tese consiste em contemplar o discurso e refletir sobre o sentido que é produzido através deste.

1.5 De que família se fala?

Bourdieu (1993) ressalta que as definições de família teriam em comum a suposição que ela existe como um universo social separado, engajado dentro de um trabalho de perpetuação das fronteiras e orientado para a idealização do interior como sagrado, *sanctum* (por oposição ao exterior). Estes universos sagrados, secretos, as portas fechadas sobre sua intimidade, separada do exterior pela barreira simbólica do limiar, se perpetua, revela a privacidade como um obstáculo ao conhecimento secreto das famílias, salvaguardando os bastidores do domínio privado. A casa aparece como um lugar estável, uma unidade permanente, associada de maneira durável como um porto seguro, lugar garantido (BOURDIEU, 1993). É neste sentido que a noção de família repousa sobre uma constelação de palavras: “casa, unidade familiar, união, lar, etc.

Ariès (2006) nos lembra que a família eleita como natural é fruto da separação progressiva do espaço público e do espaço privado, ocorrida ao mesmo tempo em que se observou o crescimento da relevância do valor afetivo na regulação das relações intrafamiliares. “Essa evolução da família medieval para a família moderna durante muito tempo se limitou aos nobres, burgueses e lavradores ricos. A partir do século XVIII e até nossos dias, o sentimento da família modificou-se muito pouco” (ARIÈS, 2006, p. 189). Com

menor ou maior tempo, tal concepção tornou-se uma espécie normativa em todas as estruturas familiares das sociedades do Ocidente. Dados que revelam o quanto a noção de família, tal como a conhecemos hoje, é uma invenção recente. De acordo com a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss (1982), o que sempre prevaleceu foi um sistema de relações concebido por uma construção conjunta, em que há diferentes classificações: pai, mãe, filho, filha, irmã, irmão, avós, tios, etc. Numa perspectiva diferente da visão estruturalista, Bourdieu (1993) nos instiga a uma análise das “representações que as pessoas fazem e o do que elas designam por família” (BOURDIEU, 1993, p. 14).

No esteio de pluralidades a formação da família brasileira demonstra diferentes padrões de estrutura familiar, conforme os estudos de Mesquita (1989). Não há um modelo unívoco ou um tipo prevalente de família. A família brasileira e em particular a baiana aproxima-se da ideia de Bourdieu (1993): trata-se de uma categoria que é formada através de uma história, das representações. As pesquisas baseadas em estudos históricos por Mesquita (2002) ressaltam a existência de várias formas de organização familiar brasileira. A constituição da família brasileira e as relações entre homens e mulheres, seguiram os valores da família moderna burguesa eurocêntrica, trazidos pela colonização e adaptado às condições sociais do Brasil, mas que não foram os únicos. A sociedade brasileira do período colonial teve como organização fundamental o sistema familiar que exercia funções econômicas e políticas reguladas pelo modelo patriarcal adaptado às condições sociais de um país então, latifundiário e escravagista. O estudo da família brasileira está vinculado a dois posicionamentos conceituais específicos: projeta-se a partir do modelo de família patriarcal como sendo um modelo da família brasileira (FREYRE, 1998). Neste primeiro momento, a família patriarcal extensa foi tomada como “civilizadora” ao impor sua ordem social: os chefes de família assumiam como princípios preservar a honra familiar, exercendo a autoridade sobre os filhos, parentes e principalmente sobre a mulher e esposa. De acordo com Mesquita (2002), esta concepção do poder patriarcal como modelo absoluto obscureceu outras formas de organizações familiares que se organizaram por todo o território nacional e refletiam as possibilidades de sobrevivência de uma população numerosa numa sociedade desigual. As famílias extensas, compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados não foi predominante em todas as regiões do Brasil. Constatou-se que a família patriarcal com características de família extensa não foi a única configuração existente, eram mais comuns as famílias com estruturas mais simples e poucos integrantes. No entanto, os

padrões sociais, políticos e morais que regiam as famílias estavam centrados na dissimetria de poder entre homens e mulheres:

A vida girava em torno da família e a legislação reforçou, o privilegio masculino. O marido continuava, legalmente, com a designação de chefe de família [...] o código Civil de 1916 reconheceu e legitimou a supremacia masculina, limitando o acesso feminino ao emprego e a propriedade. “As mulheres casadas ainda eram, legalmente, incapacitadas e apenas na ausência do marido podiam assumir a liderança da família” (MESQUITA, 2002, p.6).

As relações familiares estavam sustentadas pela autoridade do marido e pai, determinando as ações das mulheres, bem como o acesso destas aos bens ou patrimônio da família. O patriarcado exerceu o controle absoluto sobre as formas relacionais das famílias brasileiras. Realidade destacada por Therborn (2006) ao ressaltar que em sua formação familiar, a família brasileira partilhava características comuns aos padrões dominantes europeus, representando o fortalecimento e o enrijecimento do patriarcado: as mulheres brancas eram impedidas de qualquer trabalho produtivo enquanto contassem com um provedor masculino e seus escravos ou servos. Contudo, não havia apenas um modelo familiar como o patriarcal, como descrito nos estudos do antropólogo Gilberto Freyre (1998). Havia diferentes configurações familiares como também descreve Mattoso (1992), havia famílias patriarcais, famílias consensuais, fundadas no consentimento mútuo dos parceiros e não reconhecidas por uma instituição religiosa predominante. Havia diferentes famílias: famílias como hoje denominamos, monoparentais, formadas por “maridos ausentes, companheiros ambulantes, mulheres chefiando seus lares e crianças circulando entre outras casas e sendo criadas por comadres, vizinhas e familiares” (MATTOSO, 1992, p.142). São estudos que destacam o quanto o povoamento do Brasil colônia foi marcado pela formação de famílias sem um modelo unívoco, mostrando uma lógica contrária aos costumes da família nomeada como tradicional. Na sociedade brasileira, havia encontros entre índios, brancos e negros, na vida rural e urbana, promovendo a formação de diferentes formas de organização familiar, “A 'grande família', hipertrofiada e multifuncional englobava todos numa mesma unidade econômica, 'centro e núcleo da vida social', 'força social que se desdobrava em força política', verdadeira 'aristocracia rural” (MATTOSO, 1992, p.143). A autora também descreve a existência de famílias livres e de diferentes tipos de configurações familiares que acolhiam parentes e amigos e escravos libertos sem casa. Situações que ocorriam no campo e no espaço urbano.

A história das famílias brasileiras nos faz considerar em maior escala, a plasticidade inerente ao termo família. Dizendo de outro modo: propus-me a analisar as representações sobre o que os membros das famílias designam por família, conforme Bourdieu (1993) em *A família como categoria realizada*. Há na contemporaneidade diversos tipos ou configurações familiares: família nuclear, recomposta, homoparental, monoparental, extensa. Não é objetivo deste estudo ressaltar uma configuração familiar em particular. Entendo que família se constitui pelo vínculo que é estabelecido entre os seus membros, conforme bem demonstra os estudos de Rabinovich e Moreira, (2011).

Faz-se relevante destacar como as famílias se nomeiam e os significados atribuídos as categorias mãe, pai, filha, avó, tio, etc., conforme o vocabulário de parentesco. É um universo de sentidos, variáveis de acordo com culturas diversas, que permite a cada um representar-se com as características próprias de cada lugar. Quais são suas experiências e o que eles entendem por pai, mãe, avós, etc. “Por isso a família não é estática, e não pode ser entendida por um conceito ou definição, mas pelos sentidos que são atribuídos a experiências vividas por pais, mães. Dessa maneira, a família não para de mudar”, argumentação valiosa da socióloga francesa Théry (2010, p.56). O vocabulário de parentesco podem indicar a complexidade dos contratos realizados pelos indivíduos sociais e suas famílias, ou como uma via possível para transformações. Destaco que as realidades distintas das famílias dão significado às nomeações, fazendo da família não um conceito, mas uma representação de diferentes realidades familiares. Conforme bem argumentam, Menezes & Castro (2009, p.13) “Em sua própria arquitetura a família se renova, diversifica-se, muda, ou seus construtos básicos se reproduzem ad *náuseam* particularizando-se entre tantas instituições e entre tantos feixes de relações”. O que implica ressaltar que a ‘categoria família’ é importante e recorrente no discurso de todos os atores envolvidos, mas o seu significado só pode ser apreendido a partir de um exame mais cuidadoso do universo simbólico que partilham os indivíduos. É importante saber onde e quando as pessoas estão compartilhando um sistema de significados e identificar também as quebras, descontinuidades em seus curtos-circuitos comunicacionais. Tal perspectiva permite conhecer uma visão de mundo e de valores que possam ser relativizados, de valores que se aproximem ou se distanciem do entrelace entre os contratos social e sexual e possam ser revistos ou postos em dúvida, em continuo movimento, convergindo com as mudanças que são próprias das questões familiares.

1.6 Álbuns de famílias: as (os) participantes

As famílias participantes são nomeadas como família Sigma, família Delta e família Gama. Cada nomeação está associada aos discursos das famílias guiada por dois motivos fundamentais: primeiro, por ser a característica que aparece com mais frequência em seus discursos, segundo, para preservar as famílias e suas experiências de vida. As idades de cada membro são reais, mas os nomes são fictícios e as profissões foram alteradas. As referências às cidades e regiões foram substituídas por palavras genéricas em parênteses duplos ((...)). Uma barra diagonal significa pausa (/); duas barras (//) indicam a interrupção de uma palavra por outra. As frases destacadas em letras maiúsculas indicam o aumento do tom de voz do entrevistado. Para indicar um trecho omitido na transcrição são utilizados três pontos (...), para indicar nomes de instituições (WW). As palavras em negrito são enfatizadas pelo interesse em destacar elementos dos discursos das participantes que referem a proposta do entrelace entre os contratos.

1.6.1A Família SIGMA²⁶

Participantes:

1- Tereza - Mulher / Mãe

Profissão: dona de casa – idade 56 anos

2- Antenor - Homem / Pai

Profissão: administrador – idade 62 anos

Antenor e Tereza moram na cidade de Salvador, pertencem ao segmento social médio. Estão casados há mais de 37 anos.

3- Laura Mulher / Filha

Profissão: bióloga – idade 32 anos

Laura é solteira, mora com os pais na cidade de Salvador. Trabalha como bióloga e referiu ser muito apegada aos seus pais.

²⁶ Sigma é uma palavra grega que significa força (LAROUSSE, 1999).

4- Manuela Mulher / Filha

Profissão: engenheira – idade 27 anos

Manuela é solteira, mora com os pais na cidade de Salvador. Trabalha como engenheira e faz planos de se casar brevemente.

Os Sigma aqui apresentados constituem uma família composta por pai, mãe e duas filhas. Nas representações desta família ‘força’ é o significado que melhor os representa.

Ao entrar na casa de cada família, percebi a maneira como cada membro se portava frente aos outros. E como se comunicava em face da minha presença. Essa comunicação é uma parte explícita da produção do conhecimento e não apenas uma variável que interfere no processo. A maneira como eu descrevi sobre o conteúdo da entrevista afetou a forma como está família apresentou suas narrativas.

Faz-se relevante destacar que no primeiro contato com a família Sigma, Tereza, mulher e mãe, relatou as dificuldades que teve para criar as filhas²⁷ diante de intensos problemas conjugais e das mudanças que se fazem presente na contemporaneidade, relativas à autoridade e à disciplina dos filhos. Antenor, homem e pai, relatou o quanto as crianças e jovens na atualidade são mais autônomos que há décadas atrás conforme seu ponto de vista: “*meu neto de cinco anos, hoje, sabe mais do que eu sabia aos dez anos de idade*”. Foram relatos feitos sem que eu houvesse realizado qualquer questionamento acerca da educação dos seus filhos. Os relatos pareciam revelar as questões mais fundamentais desta família: a autoridade dos pais, a obediência dos filhos, as dificuldades do casal, etc.

Para Tereza, sua família nasceu como “uma obra do destino”. O que Tereza chama de destino é a maneira como conheceu Antenor seu marido. Quando jovens, moravam em cidades diferentes e se encontraram poucas vezes antes do casamento, não tiveram a experiência do namoro.

Quando criança, Tereza viveu com os pais e mais oito irmãos. No resgate das suas lembranças, ela referiu uma infância sem muita coisa para viver: as meninas costumavam ficar em casa ajudando a mãe, etc. Na juventude o assunto era namorado, mas para Tereza não

²⁷ Tereza e Antenor tem três filhas. A filha mais velha é casada, reside em outra cidade do estado da Bahia e não participou da entrevista.

existia essa coisa de falar de sexo o namoro era uma coisa saudável não havia essa coisa de, não havia conversas com amigos, em casa ou na família.

Antenor trouxe a lembrança da sua união com Tereza como uma época que estava passando por um momento muito difícil em sua vida. Trouxe lembranças de uma vida de muita disciplina, em que a obediência aos pais era um valor absoluto. Quando jovem Antenor viveu em constantes viagens por conta do seu trabalho. Um dia achou que estava muito só e resolveu procurar uma moça para casar. E assim o fez. Conheceu Tereza por acaso e em poucos meses já estava casado.

Como a fazer um balanço sobre sua vida conjugal, Antenor afirma que não faria nada diferente. Só mudaria os três primeiros anos de casamento que não foram bons. Referiu que a cabeça estava meio confusa, aos vinte e três anos ele era jovem e Tereza também. Para Antenor, o jovem de sua época tinha pouco conhecimento em comparação com os dias de hoje. Ele faz uma comparação entre o período da sua juventude e as mudanças do período de juventude das suas filhas, H., Laura e Manuela. A educação das filhas foi lembrada como um período de muito trabalho, uma grande vigilância e muita dificuldade para lidar com as questões de autoridade.

Laura falou da sua infância como sendo de muita alegria, seus pais trabalhavam muito: sua mãe cuidando da casa e da sua irmã mais velha. Também lembrou que os pais não permitiam que ela brincasse com outras crianças. Eram pais muito conservadores. Costumava ver muita televisão e sonhava em ser como as personagens que assistia. Na juventude houve uma maior flexibilização por parte dos pais que permitiu a interação com as pessoas que moravam na vizinhança. Nesse período começou a fazer muitas amizades. Lembrou que houve muitas brigas e intrigas de parentes para separar seus pais. Esta sempre foi uma das suas maiores preocupações e sempre fez de tudo para não trazer mais problemas para eles: viveu situações de intenso sofrimento que escondeu dos pais com receio de ser mais um motivo que pudesse resultar em uma separação. Aos quatorze anos referiu não namorar, ‘só ficava’. Ao fazer dezoito anos pôde sair só sem a necessidade de autorização dos pais.

Manuela referiu sobre sua infância como um pouco diferente da maioria das meninas ao seu redor: gostava muito de brincar com os meninos. Referiu odiar brincar de boneca, gostava de brincar de carrinho. A única coisa que gostava de brincar de menina era de ser professora. Queixou-se da relação com a mãe que sempre reclamou de tudo que ela fazia. No

entanto, para ela os pais sempre foram liberais, já havia uma maior liberdade por conta dela ser a mais nova. Começou a namorar aos quatorze anos e falou de si com muita espontaneidade.

Nos discursos dos membros da família Sigma, aparece de modo contínuo a ideia de ‘luta’, força e sacrifício. Em suas representações estão presentes descrições acerca de momentos difíceis com o casal, traição no casamento, superações, rivalidades entre parentes e um grande investimento pela constância da relação familiar.

1.6.2 A Família DELTA²⁸

Participantes:

1 - Antônia – Mulher / Mãe

Profissão: Pedagoga - idade 52 anos

2 - Augusto – Homem / Padrasto

Profissão: Arquiteto - idade 64 anos

Antônia e Augusto moram na cidade de Salvador, pertencem ao segmento social médio. Estão no segundo casamento há 16 anos.

3 – Maria – Mulher / Filha

Profissão: psicóloga - idade 28 anos

Maria é solteira, mora com a mãe e o padrasto na cidade de Salvador.

A família Delta é composta por padrasto, mãe e filha. Nas representações e discurso desta família, mudança é o significado de maior prevalência. O primeiro contato com esta família foi através de Antônia²⁹. Ela relembrou uma infância partilhada entre muitos irmãos. Seus pais eram muito conservadores: “Meu pai não era um homem de brincadeira. Meu pai era conservador, mandava na minha mãe que ficou meio nossa filha”. Da infância para

²⁸ Delta é uma palavra grega que significa mudança (LAROUSSE, 1999).

²⁹ Por sugestão de Antônia a entrevista ocorreu em instituição em que ela aprimora conhecimentos em seu campo de atuação profissional.

juventude Antônia referiu sentir muita solidão. O pai era muito severo em relação à sua sexualidade, havia muita fiscalização. Começou a namorar aos onze anos: namoro de ficar olhando, mandar bilhetes. Até aos dezessete anos todos os namoros eram platônicos, tinha medo de enfrentar o pai. Conheceu seu primeiro marido aos dezenove anos, mas não foi com ele sua primeira experiência sexual. Preferiu esconder está experiência com medo de seu pai e com o tempo deixar ao esquecimento.

Aos vinte e um anos Antônia se casou, revelou que a decisão de casar foi muito solitária, ela apenas comunicou aos seus pais e sentiu como se fosse algo errado, que não lhe fosse permitido casar. Ela era a filha que deveria ficar em casa e não sair. O ato do casamento foi trazido como bom, mas não tiveram lua de mel: “deixei por conta dele e ele achou que não precisava nada e aí fomos para casa, eu fiquei muito abalada com isso”. Para Antônia, seu primeiro marido era um homem muito cheio de tabus. Era uma relação muito fechada e seu primeiro casamento lhe reservou apenas um lugar de mãe.

Para realização da entrevista com seu segundo marido e sua filha, Antônia orientou uma visita à sua casa. Ao entrar na casa da família Delta tive o primeiro contato com Maria. Seu padrasto, Augusto, estava em cômodo distinto³⁰.

Maria fala de sua infância com a melhor época da sua vida, morava com seus pais e seu irmão. Morava em lugar com muito verde, brincava de todas as brincadeiras (boneca, futebol, etc.). Sobre a educação recebida em casa, seus pais eram liberais. Não havia muita preocupação porque ela gostava muito de estudar.

Na juventude, a experiência mais marcante foi a separação dos pais: “Depois da separação a gente ficou com minha mãe. E isso mudou bastante coisa, mas não fiquei mal, aproveitei as mudanças e passei a curtir mais”. Para Maria, os atritos na juventude, eram decorrentes do fato da mãe preocupar-se com a hora de sua chegada. Maria lembrou que foi muito supervisionada, mas nunca houve uma conversa sobre sexualidade, sua mãe lhe orientava para tomar cuidado. Após a separação dos seus pais, o contato com o pai sempre aconteceu, mas não com frequência. O namoro mais importante para Maria aconteceu quando

³⁰ A entrevista foi realizada com Maria em seu quarto e em seguida com Augusto na sala da família. Os Delta responderam as questões do roteiro de entrevista. Espontaneamente falou muito pouco sob a dinâmica das relações entre eles.

ela tinha quinze anos. Maria fez plano de casar e chegou a usar uma aliança: “Eu fazia plano de casar e ter filho. A gente chegou a usar aliança, um tempo, ele morou só, eu cheguei a ficar com ele, foi minha primeira relação, a gente chegou a noivar. Mas ele era muito ciumento, por isso a gente terminou”. Maria revelou que casar é uma ideia que só nasce quando se está apaixonada, não é uma coisa que lhe ensinaram desde pequena.

Assim como Antônia, Augusto vive uma segunda experiência de casamento. Revelou sua infância como de muitas responsabilidades, os pais permitiam às brincadeiras com seus quatro irmãos e crianças vizinhas após as tarefas escolares. Na juventude, não houve mudanças porque o que mais fazia era estudar. Os pais de Augusto eram conservadores, o pai dava as tarefas e aplicava as correções, a mãe era menos severa. A primeira namorada de Augusto foi aos quatorze, quinze anos, foi um contato meio confuso, um dia olhando um para o outro começaram a se encontrar, na praça. Com a segunda namorada o namoro já foi mais avançado: “os contatos mais íntimos, abraçar, beijar. Eu já tinha dezessete anos, era uma garota da cidade”. O pai de Augusto nunca se manifestou, não houve nenhuma participação ou conversa sobre sexualidade, olhava de lado. Augusto seguiu o exemplo do pai, e ressaltou que nesses assuntos os pais não precisam opinar, são coisas que se aprende com os amigos, em outros lugares. Augusto referiu que seu primeiro namoro sério foi com uma terceira namorada que conheceu no carnaval. Após cinco anos de namoro comunicou que queria se casar e não houve nenhuma ponderação por parte da namorada. Ele lembrou: “foi uma decisão rápida e execução muito rápida (/)”. A vida de casado, não mudou muito porque ele continuou com a rotina de trabalho, ele lembrou que não havia como mudar:

A vida de casado não mudou nada porque eu continuei com a rotina de trabalho, não havia como mudar. Quem cuidava das crianças era minha mulher. (JL, a primeira filha) nasceu e eu fui encontrá-la três dias depois, eu estava no campo. (JC, a segunda filha) nasceu em ((cidade do interior da Bahia)) essa, só fui ver uma semana depois. (AC, filho) eu vi no mesmo dia de nascimento. O trabalho me ocupava e eu não podia ficar acompanhando muita coisa (AUGUSTO, 64 anos).

No primeiro casamento de Augusto as regras da divisão sexual do trabalho eram bem estabelecidas. Augusto teve uma dificuldade de falar de seu relacionamento passado e atual, ele respondeu com muita dificuldade sobre as questões pessoais, lembrou os fatos mais significativos do seu trabalho, à época da faculdade e da sua carreira. Augusto lembrou que em seu primeiro casamento, sua mulher se ocupava com os filhos e o cuidado da casa. Sua responsabilidade era trabalhar e quase sempre estava ausente em viagens. Em seu

relacionamento atual há uma maior interação com sua mulher e as responsabilidades são compartilhadas.

Antônia e Augusto se conheceram em um ambiente de trabalho. Com o tempo perceberam que queriam ficar juntos, pediram a separação do primeiro casamento, casaram-se e estão juntos há dezesseis anos. O casal referiu viver muito bem. Moram com Maria, a segunda filha de Antônia e enteada de Augusto.

1.6.3 A Família GAMA³¹

Participantes:

1- Marília – Mulher / Mãe

Profissão: médica - idade 48 anos

2- Mário – Homem / Filho

Profissão: médico veterinário - Idade 28 anos

A família Gama é constituída por mãe e filho. Esta família refere suas ações em constante mediação pelos afetos.

O primeiro contato com família Gama foi através de Marília em sua casa, que espontaneamente relatou sobre sua vida laboral e sobre os desafios enfrentados para conciliar seus projetos profissionais com a experiência de cuidar da casa, ser mãe e amparar o filho. Marília é solteira e mora na cidade de Salvador, com seu filho Mário.

Marília teve uma infância mais ligada às brincadeiras com a irmã, com os pais e crianças vizinhas. Havia uma maior participação por parte dos pais em fazer brinquedos, levar os filhos para passeios, etc. Na juventude Marília ocupou-se com a escola, grupos de jovens etc. Para ela a educação recebida pelos pais estava relacionada ao seu comportamento bom” ou “ruim” nos estudos e na escola. O pai é considerado a pessoa mais importante e um homem à frente do seu tempo. A mãe é vista como mais preocupada com a educação e transmissão de valores.

³¹ Gama é uma palavra grega que significa sentimento (LAROUSSE,1999).

Sobre namoro, Marília lembrou que não levava a sério, o namoro não era vigiado. Não havia uma preocupação com o comportamento por parte dos seus pais, já que ela muito dedicada aos estudos; os pais não se preocupam com a opinião dos vizinhos, padrinhos, tios, etc. Mais importante era apoiar os filhos e manter a família unida. Havia uma concepção que a mulher devia ter uma carreira profissional e trabalho. Havia uma grande valorização da lealdade dos filhos para com os pais. Aqueles devem dizer o que querem, o que gostam, onde estão. Tais práticas traziam um sentimento de tranquilidade e confiança por parte dos pais frente ao comportamento dos filhos.

O namoro mais longo de Marília foi com o pai do seu filho. Eles eram muitos jovens e não quiseram se casar. Seus pais se preocuparam mais com os seus estudos e deram apoio quando do nascimento de Mário. A gravidez de Marília trouxe tensões sob as formas de conduzir tal realidade, mas a imposição do casamento não aconteceu, a preocupação era preparar a filha para a inserção profissional ensinando-lhe a exercer a autonomia: “Desde da notícia da minha gravidez a preocupação maior era com os estudos. Não pensamos em casamento, não estávamos preparados para isso. Hoje meu filho está bem, é um bom filho e acho que agimos certo”.

Mário é o único filho de Marília. Na infância, Mario conviveu muito com a mãe, os avós maternos, primos, tios, etc. Sobre educação dos pais ele lembrou que seus pais nunca foram muito rígidos. A mãe cobrava mais sobre responsabilidades na escola. O pai não era muito presente, mas sempre lhe cobrou uma atenção maior com a escola. A juventude de Mário começou na fase de quinze, dezesseis anos. Começou a namorar ‘sério’ aos dezesseis anos. Namorou durante dois anos, mas o relacionamento terminou para se dedicar mais aos seus estudos e sua carreira profissional. Sua primeira experiência sexual foi aos quinze anos com uma mulher mais velha. Foi sugestão dos amigos que também tiveram essa experiência. Para Mário, casamento é uma coisa muito importante e quer encontrar em breve uma mulher que possa dividir esse plano com ele, porque “Casamento é escolher alguém para ficar junto e para dá certo. O importante é ficarem juntos e unidos”.

As histórias de vida dessas famílias são apresentadas em todo o desenvolvimento da tese através das representações sociais e discursos acerca das categorias indivíduo, sexualidade e família. As representações são intercaladas com a revisão de literatura e argumentações que delineio acerca do objeto de estudo.

CAPÍTULO DOIS

O CONTRATO SOCIAL E O CONTRATO SEXUAL: CONTRADIÇÕES DE UM IDEAL LIBERTÁRIO

A obra de Pateman (1993) *O Contrato Sexual*³² é a primeira obra de filosofia política feminista que debate sobre o contrato social. É uma proposta inovadora no campo dos estudos sobre as teorias deste contrato. A autora põe em crivo a teoria filosófica política dos teóricos clássicos iluministas Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996) desafio incomensurável frente à relevância histórica e política das teorias do contrato social, ainda reconhecida como o pilar fundamental para a consolidação de normas sociais, regras morais, e principalmente sobre liberdade conforme argumenta Théry (2010).

Essa ideia é tão poderosa que a cientista política Pateman (1993) em suas críticas mais aguçadas reconhece a teoria contratual como a mais famosa e influente história política dos tempos modernos. E ressalta, “A autoridade legal do Estado, a legislação civil e a própria legitimidade do governo civil moderno são explicadas como apreensões de nossa sociedade em referências desse contrato” (PATEMAN, 1993, p.15). Mas, a autora indica que não se rendeu ao fascínio do ideal de liberdade contido nas teorias do contrato social. E traz a ciência política como uma ferramenta poderosa para pôr em debate e desafiar a legitimidade dessas teorias com o propósito de destacar que o sistema político atual, baseia-se na filosofia política dos clássicos, e que dada a estrutura patriarcal que carrega, foi realizada em bases desiguais.

A história da sociedade regulada por contrato aparece como uma forma de sujeição, uma ausência de um dever ético e afirmação de uma política de injustificada desigualdade social. O interesse da autora não recai essencialmente na interpretação dos textos clássicos, embora utilize os trabalhos clássicos em suas discussões. Escreve Pateman (1993, p.19) “Estou recuperando essa história a fim de iluminar a estrutura atual das principais instituições sociais”.

Em *O Contrato Sexual* Pateman, (1993) escreve que a história da sociedade regulada por contratos é apresentada como a história moderna da origem de uma política masculina:

Através do espelho do contrato original, os cidadãos podem se enxergar como membros de uma sociedade constituída por relações livres. A ficção política reflete nossos próprios seres políticos para nós mesmos – mas quem somos nós? Somente os homens – que criam a vida política – podem fazer parte do pacto original, embora a ficção política fale também às mulheres por meio da linguagem do “indivíduo”. Uma

³² A obra *O Contrato Sexual* foi lançada em 1988 recebeu o Prêmio Lippincott Benjamin da APSA em 2005. Prêmio que é dado para um trabalho de qualidade excepcional por um teórico político vivo que ainda é considerada significativa após um intervalo de tempo de pelo menos 15 anos, desde a publicação original. Disponível em <http://www.sscnet.ucla.edu/polisci/faculty/pateman>. (Aceso em Setembro 2011). Os estudos da autora trouxeram um novo debate acerca de questões políticas fundamentais sobre liberdade versus subordinação e conflitos sociais que envolvem poder e remete as relações de gênero, raça/etnia e classe social.

mensagem curiosa é enviada as mulheres, que representam tudo que o indivíduo não é, mas a mensagem deve ser continuamente transmitida porque o significado do indivíduo e do contrato social depende das mulheres e do contrato sexual (PATEMAN, 1993, p. 325).

Através do contrato original, um contrato que para a autora, baseia-se na força do homem sobre a mulher, a ideia de liberdade aparece como elemento comum a todos. Com isso, neutraliza-se as contradições de um instrumento que se faz libertário por uma política de homens, revelando assimetrias de poder entre o homem e a mulher.

Faz-se relevante ressaltar que o homem e a mulher do contrato sexual em Pateman (1993) são essências sociais e não se apresentam como indivíduos reais ou como prova de dados empíricos. A obra *O Contrato Sexual* de Pateman (1993) apresenta uma leitura política teórica contemporânea acerca das teorias contratuais clássicas. Os indivíduos são nomeados como homens e mulheres para dar significado e propor discussões políticas acerca dos conflitos quase sempre vividos nas relações reais sociais contemporâneas: as que inserem a mulher em situações de violência; as que marcam os corpos pela diferença sexual e insistem em atribuir o masculino e o feminino como imanências psíquicas; as que revelam o homem em situações de vantagens moral, política e sobre ganhos e propriedades. Nesta política uma ideia de propriedade e bens patrimoniais ainda prevalece como fundamentais e são atribuídas aos homens. Que tipo de propriedades? A propriedade em suas pessoas, a propriedade de bens e riquezas.

2.1 O que é o contrato sexual?

Aqui destaco os principais elementos apresentados pela autora com o objetivo de ressaltar como das leituras dos clássicos pôde-se constituir e caracterizar o casamento como um contrato sexual amparado na estrutura patriarcal:

Da leitura do contrato social em Hobbes (1974), Pateman (1993) refere que:

- 1) “Hobbes supõe que na sociedade civil, a sujeição das mulheres aos homens é assegurada através de um contrato; dessa vez não um contrato imposto, mais um contrato de casamento” (PATEMAN, 1993, p.78).
- 2) “Hobbes também afirma que na sociedade civil o marido detém o domínio porque a maioria das comunidades foi erigida pelos pais e não pelas mães de famílias” (1993, p.78).

A autora visa ressaltar que o contrato social hobbesiano não atinge os mesmos propósitos quando refere-se as relações entre homem e mulher e entre pai e mãe, ou do que é constituído por cada um. A diferença sexual é utilizada como uma forma de diferenciação no casamento. Pateman (1993) argumenta que embora Hobbes (1974) afirme que todos os indivíduos são independentes e todas as relações sociais são políticas, no estado natural de convivência entre os indivíduos e no casamento, a independência é substituída pela ideia de submissão. Ao que tudo indica, ser indivíduo no contrato social requer pertencer a uma espécie de categoria masculina. Ou, os argumentos de Hobbes só podem fazer sentido em uma política feita por homens, que convergem para afirmar uma relação patriarcal em que há um sistema de desvalorização do que é diferente do homem, ou daquilo que não é posto como próprio de suas ações.

Ler Hobbes (1974) através da observação crítica de Pateman (1993) permitiu-me destacar que o contrato social hobbesiano revela-se como um instrumento que visa garantir tanto certa harmonia entre os indivíduos, quanto um meio de instituir uma ‘natural submissão’ da mulher em razão da sua exclusiva capacidade de gestar, da sua ocupação com a família, ou que, não há como dar garantias que o contrato social atingirá seu objetivo se não for pela exclusão das mulheres do contrato social e sua inclusão no contrato sexual.

Nas leituras que Pateman realiza no contrato social em Locke (1998), a autora destaca que:

- 1) “O problema aparece mais claramente no estado natural retratado por John Locke em que as mulheres são excluídas do status de “indivíduos” na condição natural”, Pateman (1993, p.83).
- 2) “Locke admite que o casamento e a família existam no estado natural e declara que as aptidões dos indivíduos variam conforme o sexo; somente os homens detêm por natureza as características de seres livres e iguais entre si” (1993, p.83).
- 3) “As mulheres são naturalmente subordinadas aos homens e a ordem da natureza está refletida nas relações conjugais. (1993, p.83).
- 4) “Locke não tem problemas com suas discussões sobre o direito conjugal. Ele admite que a ordem civil dependa do direito dos maridos sobre suas esposas, o qual, argumenta, advém da natureza, da diferença de atributos naturais entre os sexos” (PATEMAN, 1993, p.85).

Aqui é posto em relevo a separação que é feita por Locke (1998) quanto às aptidões do casal conjugal de acordo com o sexo, tornando homem e mulher seres antagônicos, estes aparecem em condições mutuamente exclusivas no que se refere à liberdade e a subordinação. No casamento, a mulher e esposa é subordinada ao homem e marido. A autora destaca como o casamento e a família em Locke (1998) são elementos de uma condição natural em que as mulheres estão sob a submissão dos homens. Os argumentos de Locke (1998) sustentam o sistema patriarcalista que não deixa dúvida sobre a importância das mulheres no contrato sexual. O que está em jogo é os direitos que os homens querem estabelecer entre si.

Em Locke (1998) a constituição da sociedade conjugal ocorre pela diferença entre a esfera pública, domínio do homem, e o que é realizado no âmbito familiar, domínio da mulher. Para Pateman (1993;1989) torna-se claro que aparece em Locke a separação entre a participação política e as regras fundamentais do patriarcado. A relação entre marido e mulher se daria pelas proposições patriarcais e o contrato de casamento torna-se um contrato regido pelo sexual (PATEMAN, 1989). Pateman observa ainda que a esfera doméstica não está incluída no conceito de público nem no conceito de social do filósofo clássico. A sociedade civil teria abstraído “o ambiente doméstico, tornando-o invisível. Sinal disso estaria nas expressões “sociedade e Estado”, “economia e política”, “social e político” que muitas vezes são utilizadas como equivalentes de “privado e público”, respectivamente” (PATEMAN, 1993, p.35).

Em Rousseau (1996;1985) Pateman ressalta:

- 1) “Rousseau, que era tão crítico em relação a tudo o mais nas teorias de Hobbes e Locke [...] não tem problemas com suas discussões sobre o direito conjugal. Ele admite que a ordem civil dependa do direito dos maridos sobre suas esposas” (PATEMAN, 1993, p.85).
- 2) “Rousseau argumenta que tem que existir “uma base natural sobre a qual os vínculos comuns se formam” - a base natural do casamento e da família. Para ele, é “através de uma pequena pátria, que é a família, que o coração se apega a grande” (PATEMAN,1993, p.69).
- 3) “Para ser um bom marido e um bom cidadão o homem tem que ter boa esposa, ou seja, obediente, que mantém a ordem na esfera doméstica que é o fundamento natural da vida política” (1993, p.148).

- 4) “Rousseau afirma que: Não concordo com sua opinião quando você diz que se nós somos corrompidos não é culpa das mulheres, e sim de nós mesmos; meu livro inteiro é dedicado a mostrar que é culpa delas” (1993, p.149).

A substituição ou troca da figura de autoridade outrora centrada no pai é transferida para os indivíduos. Esta mudança ganha relevo nas palavras de Rousseau (1996;1984). Este afirma o sistema patriarcal através da diferença sexual. Uma diferença que implica a dependência e submissão das mulheres. Em Rousseau (1996, 1984) o que está em jogo é diferença sexual e não a propriedade de bens e riquezas como aparece em Hobbes (1974) e Locke (1998).

A autora também ressalta que em Locke (1998) esta concepção fica mais clara quando a diferença entre o estado natural e contrato social só diverge quanto ao contrato firmado entre os indivíduos para proteger seus bens e propriedades. Se a mulher é excluída como sujeito de posse no estado natural, o mesmo acontece no estado artificial ou do contrato. Para Pateman (1993) os argumentos utilizados fundamentam o patriarcado moderno. As mulheres não estão sob as políticas patriarcais regidas pelo pai. O contrato social dos filósofos clássicos torna o pai patriarca, indivíduo. E deixam claro que os indivíduos livres são os homens.

Pateman (1993) tem uma abordagem orientada para a teoria política e está preocupada em trazer as teorias do contrato social em conjunto com a política e a evidência empírica³³. O fascínio da teoria do contrato social é tão poderoso que na contemporaneidade ela parece mais loquaz e mais representativa que no período da era moderna (PATEMAN, 1993). Os debates giram em torno dos caminhos seguidos para a consolidação de normas morais, leis, sistematizações políticas e como uma bem sucedida passagem da natureza para a cultura. Estas são interpretações que não convergem com as abordagens propostas pela cientista política Pateman (1993).

³³ Entre suas publicações estão a obra *Participação e Teoria Democrática* que ressalta o problema da obrigação política. Contudo, os interesses e estudos da autora estão centrados na teoria democrática frente as questões sobre cidadania e democratização.

O contrato original é consubstanciado na ideia da criação da sociedade por um acordo original, dando origem a ‘civilização’. Essa concepção pode ser representada pelo mito da ‘horda primitiva’ freudiana, particularmente em *Totem e Tabu* (1913/1996).

Em *Contrato e Dominação* (Pateman e Mills, 2007) a autora enfatiza que sua intenção ao fazer a crítica aos teóricos clássicos do contrato social consiste em destacar a estrutura das instituições como o casamento. O contrato sexual é o casamento sob a ordem patriarcal, ou o poder centrado não mais na figura do pai, mas exercido pelo indivíduo masculino.

Não foi fácil para Pateman (1993;1989) trazer o patriarcado moderno como o elemento mais eficaz para destacar a relação entre liberdade e sujeição. Ela reconhece o quanto o termo é controverso e não universal chegando a afirmar que o seu significado é problemático. Sua intenção é negar seu caráter a-histórico, trazê-lo em um período datado, a exemplo dos séculos que marcam a entrada na modernidade e em muitos aspectos na contemporaneidade. No Capítulo Dois, intitulado *Confusões Patriarcais* que integra à sua obra *O Contrato Sexual*, a autora classifica o patriarcado em três categorias, todas em função de um tempo histórico, e discute o termo patriarcado e sua significação contemporânea.

De acordo com Pateman (1993) há três formas distintas de compreender o patriarcado, que de alguma maneira estão relacionadas: o patriarcal *tradicional* com sua hegemonia durante séculos em nome da família e sob o comando da autoridade paterna. Este patriarcado forneceu o modelo ou a metáfora para as relações de poder e autoridade. O modelo se apresentava com tamanha veemência que não se manifestava apenas na família, mas em toda forma de Estado. O governo como um grande pai deveria governar e tratar seus súditos como filhos a serem protegidos. O poder familiar exercido pelo pai era, em cenário anterior, o poder político.

Tudo parecia correr bem até os questionamentos de teóricos como Sir Robert Filmer, que continha afirmações destacando que o poder político e o poder paterno não eram parecidos, mas sim iguais. Para a autora aí surge o patriarcalismo *clássico*. Constituído por uma “teoria clássica - a segunda das três formas de argumentação patriarcal – foi a primeira que desenvolveu extensivamente uma teoria do direito e da obediência política” (PATEMAN, 1993, p.45). Nesta teoria, havia uma justificativa que afirmava os reis como pais e os pais como reis, numa clara manifestação de apoio a monarquia. O argumento clássico fundamental era a submissão política dos filhos aos pais, ou seja, o direito político era natural e não um objeto consentido por uma convenção. “O pai patriarcal de Filmer detém o poder absoluto do *patria protestas* que, na legislação romana, tinha poder de vida e morte sobre seus filhos” (PATEMAN, 1993, p.47). Esta argumentação é compreendida pela autora como a teoria patriarcal *clássica* que teve seu fim no século XVII. Em seu lugar surgiu o patriarcado *moderno*. Neste instrumento, o direito político nasce através de um contrato, de uma

convenção em que os filhos se tornam indivíduos livres³⁴. “O Patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista” (PATEMAN, 1993, p.45). Os pais, politicamente derrotados do patriarcado clássico, foram destituídos do poder absoluto sobre os filhos. Isso explica porque Locke (1998) rejeitava a ideia patriarcalista clássica. Como contratualista o autor afirmava que os poderes políticos e paternos eram distintos e que o contrato era a origem do direito político (PATEMAN, 1993). Os pais se tornaram indivíduos, assim como os filhos. Mas esta versão tradicional da teoria do contrato social não examina toda a história. A mudança que promoveu os filhos ao *status* de indivíduos não modificou as condições patriarcais nas relações entre homens e mulheres, fundamentalmente nas questões que acomodam matrimônio e patrimônio. Esse contrato não sofreu mudanças. “Trata da gênese do direito político e explica porque o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal ou instancia do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p.16). O que faz do patriarcado moderno um instrumento de divisão sexual do prazer e do poder.

Destaca-se também o fato do significado de patriarcado historicamente está ligado a ‘autoridade do pai’, fazendo com que o termo seja posto como obsoleto ou não atual. Em uma análise não contratual o patriarcado enquanto modelo de sujeição à mulher, resiste pela autoridade dos indivíduos enquanto homens, não mais enquanto pais. O contrato social é o instrumento que consolida essa mudança. Não é neste instrumento que o poder representado pela imagem do pai foi substituído pelo poder representado pelo homem enquanto indivíduo moderno? Pateman ressalta que: “A sociedade moderna não está estruturada no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens, enquanto homens” (PATEMAN, 1993, p. 18). É pela política instituída entre os homens que nasce o patriarcado moderno.

Em uma das suas obras, *O problema da obrigação política: uma análise da teoria liberal*, Pateman (1979) argumenta que a obrigação política constitui um problema insolúvel no estado democrático liberal. Argumenta-se que o problema pode ser resolvido apenas no contexto de um sistema democrático participativo. Para chegar a esta conclusão, Pateman (1979) oferece uma avaliação da teoria liberal e uma interpretação dos principais argumentos sobre a obrigação política e o consentimento democrático. O que pode-se ressaltar é a

³⁴ A autora faz analogia com a hipótese da ‘horda primitiva’ freudiana e o acordo realizado entre os irmãos que institui o pacto fraternal. Na leitura da autora Freud (1996e) apresenta uma versão do contrato original.

ausência de debates que incluam as relações familiares no direito político do patriarcado do antigo regime.

O patriarcado *clássico* derrotado pelo contrato social sofreu uma derrota em parte, já que no patriarcado *moderno*, elementos do anterior, prevaleceram para manter a sujeição na relação entre homem e mulher, principalmente na casa ou no lar. Lugar no qual haviam regras bem estabelecidas para com os cuidados com a casa e com os filhos, conjugados com a obediência aos maridos (THERBORN, 2006). Como bem ressalta esse autor em *Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000*, o mundo medieval e moderno não era igualmente patriarcal. “O poder dos pais, irmãos, maridos e filhos, embora virtualmente predominado em toda parte, de fato diferia entre as classes e culturas” (THERBORN, 2006, p.34). O que também pode ser considerado no mundo contemporâneo. O autor destaca que o patriarcado ainda vive e governa importantes culturas como a Asiática, a Africana, parte dos Andes e dos Balcãs e partes do Leste Asiático e “em culturas onde o pai ou marido não domina, a ordem sociosexual pode ser dominada pela falocracia ou o poder sexual masculino assimétrico, como nas cidades populares da América Latina” (THERBORN, 2006, p.450).

As três formas de aparição do patriarcado citados por Pateman (1993) podem responder por que quase sempre há uma espécie de confusão em torno do termo patriarcado. Todas as formas de se referir ao termo parecem contar a história das origens da família ou da organização da sociedade. Seja para justificar a sua importância política, seja para demonstrar a liberdade, a submissão ou a não submissão do poder do pai.

Os teóricos da teoria do contrato social, Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996;1985) lutaram para demonstrar o quanto estavam livres do poder patriarcal que concentrava o poder político. O sistema patriarcal do antigo regime e o patriarcado da era moderna, filho legítimo do contrato social, em que a figura do pai é substituída pela figura do indivíduo, aparecem como se fossem completamente diferentes. É neste sentido que a teoria moderna do contrato social é anti-paternalista. Escreve Pateman (1993,p.56) “Os contratualistas são os mais ferrenhos opositores do paternalismo [...] e o jargão do paternalismo lembra o tradicional modelo patriarcal da ordem política”. Exceto por Rousseau (1996) os argumentos contratualistas indicam que o poder patriarcal está extinto, ou transformou-se num objeto do velho mundo. Para Pateman (1993) os teóricos do contrato venceram essa batalha, seus argumentos impetraram o ideal de liberdade que permanece vivo até os nossos dias.

Lendo os teóricos clássicos pela lente de Pateman, Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996) instituem o patriarcado moderno. Este nasce com motivações libertárias, mas divide os sexos quanto ao pleno alcance desta conquista. O que ocupa a autora é a teoria do contrato social como uma versão mutilada, uma história contada em parte. De maneira escamoteada, subsumida como natural as teorias do contrato social versam sobre relações privadas e da ordem das intimidades: a que regula as relações no casamento e o torna um contrato sexual. Neste lugar há uma diferença fundamental de valor no que tange as ações exercidas pelo homem e pela mulher. Sua análise supõe que:

As mulheres não têm um papel no contrato original, mas elas não são deixadas para trás no estado natural – isso invalidaria o propósito do contrato sexual! As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera ‘civil’. A antinomia privado/público é outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homens. A esfera privada, nomeada como feminina (natural) e a esfera pública masculina (civil), são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado (PATEMAN, 1993, p. 28).

Ao destacar que as mulheres não foram deixadas para trás, a ênfase recai sobre as atribuições que foram atribuídas às mulheres no casamento e na família, nas práticas naturalizadas como femininas: cuidar das tarefas domésticas, cuidar e educar os filhos no âmbito familiar. Ao ressaltar que as mulheres fazem e não fazem parte do contrato social, Pateman (1993) põe em cheque a validade da proposta de liberdade e expõe que a autonomia do indivíduo do contrato social é sustentada pelo contrato sexual: “O contrato não é o caminho para a liberdade e igualdade. Pelo contrário, é um meio, talvez o meio mais fundamental, pelos quais o patriarcado seja comprovado” (PATEMAN, 1993, p. 42).

Pateman (1993) destaca os argumentos contidos nas teorias clássicas do contrato social que afirmam que todos os indivíduos são naturalmente livres e iguais, ou nascem livres e iguais. Entretanto, se as mulheres só podem fazer parte do contrato sexual ou através de mecanismos de ‘sujeição’, o ideal de liberdade e autonomia deve ser posto em questão. Para também questionar que “A história do contrato sexual é sobre relações (hetero) sexuais, e sobre mulheres personificadas como seres sexuais” (PATEMAN, 1993, p.36). A autora visa ressaltar a extensão do patriarcado³⁵ em sua totalidade. Ocupa-se com o patriarcado como

³⁵ O século XXI trouxe o declínio do patriarcado através dos direitos e garantias das mulheres e da liberdade de escolhas dos filhos (THERBORN, 2006). No Brasil, a Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais e art. 226, § 5º, bem como, o Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, consolidaram alguns direitos femininos já existentes na sociedade. No Novo Código, a família não é regida pelo *pátrio poder*, é regida pelo poder familiar que pressupõe a igualdade de poder para o casal conjugal. Termos

uma forma de dominação que se estende não apenas na relação familiar. Patriarcado moderno também afeta a vida pública, está presente nas relações de trabalho. O patriarcado moderno se faz presente quando as diferenças entre homem e mulher são utilizadas para estabelecer vantagens de um sobre o outro, seja na família, seja na sociedade. Refere-se a uma condição em que a política de homens instituem os privilégios e os privilegiados. De que liberdade se fala em um ‘contrato’ que se consolida sob assimetrias de poder e da liberdade?

Em *O Contrato Sexual* (1993) e em trabalhos que versam sobre: *O Transtorno de Mulheres: Democracia, Feminismo e Teoria Política* e *O problema da obrigação política: uma análise crítica da teoria liberal*, John Wiley and Son (PATEMAN 1989;1979), a autora aborda os desafios e problemas da democracia; a cidadania e o Estado frente à participação das mulheres. Em *Participação e Teoria Democrática* (PATEMAN, 1970) obra reconhecida como fundadora da teoria contemporânea da democracia participativa, são postas em xeque as teorias que defendem a participação direta das pessoas nas questões de ordem política e da ideia de autonomia.

A crítica dirigida por Pateman (1993) à teoria do contrato social pode ser interpretada como essencialmente feminista suscitando argumentações frente à pluralidade deste movimento social. As motivações da autora foram originadas pela afirmação positiva do feminismo, que permitiu ir além de reivindicações aos direitos exclusivos de mulheres. Em sua obra *O Contrato Sexual* e em trabalhos que debatem a participação política, Pateman (1979;1970) fornece elementos que ultrapassam uma reivindicação exclusiva aos ‘direitos de mulheres’. Ao questionar o estatuto de liberdade e de autonomia do indivíduo, a autora rejeita o elemento fundamental da modernidade e das práticas contemporâneas que denomino de ‘indivíduo contratante’. Expõe o caráter ambíguo do contratualismo e as vertentes que propõe à ideia de liberdade; questiona o significado de indivíduo e a enaltecida liberdade do contrato social; considera que a liberdade é masculina e a mulher participa do contrato como subordinada. Estes argumentos não se referem a uma legitimidade da condição atual das mulheres, nem podem atribuir esta condição para todas as mulheres.

Os argumentos de Pateman (1993) remetem aos debates sobre filosofia e política com destaque para as condições assimétricas que envolvem a diferença de sexo no que concerne à liberdade e direitos. Neste entendimento, o contrato social promove a ideia de liberdade ao

que constavam no Código anterior a exemplo de "todo homem", foi substituído por "toda pessoa" conforme a Constituição Federal do Brasil, ano 1988.

mesmo tempo em que mascara a assimetria entre os sexos pela invisibilidade do contrato sexual. A modernidade parece ter criado um amálgama libertário. Ou no dizer de Starobinsky (1991, p. 64) “cada época descobre uma dimensão diferente da condição humana”, ao século XVIII deve ser atribuída a descoberta da liberdade ou a “invenção da liberdade”. A lente política de Pateman (1993) não deixa dúvida sobre seu objetivo de destacar o patriarcado como o sistema mais eficaz e ao mesmo tempo elemento mais difícil de ser superado para a conquista da liberdade, ou da superação de uma espécie de ideal libertário que aparece nos escritos dos teóricos clássicos do contrato social.

Pateman (1993) acerta quando enfatiza o contrato sexual e a sujeição sustentada por este. Embora reconheça que na segunda metade do século XX os maridos não mais desfrutavam de amplos direitos que exerciam sobre as mulheres enquanto esposas. Houve mudanças que revelam que o patriarcado enquanto poder do homem, sobre as ações e o corpo da mulher, logrou algumas derrotas. Não é legítima a autoridade do marido sobre a esposa, nem qualquer direito masculino sobre as mulheres. Poder-se-ia destacar que o patriarcado moderno do contrato sexual pode invocar um debate mais amplo para que possa ser posto junto ao conceito anglo-saxônico de gênero e de distinção de sexos conforme sugerem os debates das teóricas francesas. São instrumentos teóricos de enfrentamento, de desconstrução de concepções invariantes, como as que acomodam o termo patriarcado.

2.2 O patriarcado e as relações de gênero na contemporaneidade

Para que não se perca o referencial histórico assimétrico das relações de convivência, o patriarcado não deve ser esquecido: em *O Transtorno de Mulheres: Democracia, Feminismo e Teoria Política*, Pateman (1989) destaca a política masculina que garante vantagens ao homem em função da divisão sexual do trabalho, da reprodução e da sexualidade. Suas reflexões remetem a uma espécie de propriedade que os homens querem exercer sobre o corpo das mulheres. Contra estes elementos, destaca-se que o movimento feminista tem realizado políticas relevantes e contínuas contra o modelo patriarcal, muito embora não tenham vinculado o patriarcado a teoria do contrato. Dizendo de outro modo: em princípios contra a assimetria de poder, há um esforço em lutar pela eliminação de todas as referências à diferença entre homens e mulheres. Na leitura da autora, este argumento também

é utilizado para dar sustentação à teoria do contrato social. O resultado parece ser uma confusão de ordem patriarcal: as tentativas de eliminar o patriarcado como instrumento de sujeição das mulheres terminam por fortalecer a ‘doutrina patriarcal moderna’.

Pateman (1993) ressalta criticamente à busca de algumas ações do feminismo por um lugar para a mulher enquanto indivíduo:

A vitória do contrato tem um apelo considerável junto às feministas, dada a longa preponderância da doutrina da proteção e dos vários mecanismos legais e sociais utilizados para negar a posse da propriedade em suas pessoas das mulheres. “É fácil concluir que a negação da igualdade civil às mulheres significa que a aspiração feminista seja a de conquistar o reconhecimento de indivíduos para as mulheres” Essa aspiração nunca será atingida. O indivíduo é uma categoria patriarcal (PATEMAN, 1993, p.272).

A autora sugere que o indivíduo é o elemento chave do patriarcado moderno. Tal assertiva me permite conjecturar: se o indivíduo é um símbolo da hegemonia política masculina, os debates sobre os direitos das mulheres que reivindicam o reconhecimento destas como ‘indivíduos, estão presos em uma espécie de armadilha individualista que parece pertencer ao entrelace entre os contratos? E ainda, o indivíduo pode também ser uma categoria fundamental para pôr em debate os pressupostos que os sustentam, a exemplo da ideia de ‘sexualidade procriativa’? São argumentações sugeridas por Pateman (1993) de maneira pouco explorada. A autora até destaca a sexualidade como um atributo patriarcal masculino e argumenta: “o indivíduo é masculino e sua sexualidade é compreendida de acordo com essa afirmação” (PATEMAN, 1993, p.272). Por outro lado, não esclarece sobre a interdependência entre estes termos, e como da ideia de indivíduo pode-se negar e afirmar sexualidades³⁶.

O que desponta interesse nas análises críticas de Pateman (1993;1989) é o caráter político que a autora emprega nas questões de ordem familiar ao supor o casamento como instrumento político e sexual. Ao ressaltar que o contrato social depende do contrato sexual, ela confere visibilidade ao mundo privado, destacando os embates entre micropoderes, próprios das relações familiares, dando ao privado um lugar de destaque no campo das ciências políticas. Fornece elementos para questionar a família patriarcal como modelo político individualista; rejeita o indivíduo como elemento fundamental da modernidade e das

³⁶ Debate que será aprofundado no Capítulo Três.

práticas contemporâneas; expõe o caráter ambíguo do contratualismo e as vertentes que propõe a ideia de liberdade, ou seja, o indivíduo como símbolo libertário, contrapondo-se a algumas propostas feministas, que reivindicam para a mulher o ‘status’ de indivíduo. É como se algumas abordagens feministas respondessem ao fascínio da teoria do contrato ao tentar eliminar as diferenças entre homens e mulheres pela neutralização do gênero “Tal resposta supõe que os ‘indivíduos’ podem ser distinguidos dos corpos sexualmente diferenciados. A doutrina do contrato apoia-se no mesmo pressuposto” (PATEMAN, 1993, p. 35).

Mas devo também acrescentar que desde os anos 1960, a bandeira feminista em prol dos direitos das mulheres provocou mudanças fundamentais nas relações entre homens e mulheres, como indivíduos sociais. O feminismo como movimento social, impetrou conquistas e há um pouco mais de sessenta anos, denuncia violências contra as mulheres conforme salienta Saffioti (2001) e intolerância quanto às condutas sexuais não normativas, conforme Louro (2000). Porém, como todo movimento social apresenta-se por diferentes vozes, afirmando sua pluralidade. Não há ‘o feminismo’. Há feminismos que divergem na maneira que apresentam seus ideais. Os feminismos lutam por condições de vida e direitos que eliminem desvantagens de uns sobre outros indivíduos sociais, embora os instrumentos não utilizem uma linguagem consensual.

De acordo com Pateman (1993;1989) o patriarcado moderno e contemporâneo se impõem no domínio público, lugar em que o salário feminino³⁷ é menor, e ainda considerado como complemento do masculino. O que faz parecer que o trabalho produtivo da mulher é menos legítimo e mais flexível, condicionado às prioritárias tarefas do lar, incluindo o cuidado com a casa e com os filhos. Na era moderna e na contemporaneidade, os sistemas de subordinações acompanharam as mudanças ligadas às atribuições relacionadas à mulher. Nas micro-relações o patriarcado moderno afirma-se através das atribuições que são naturalizadas no casamento. Este quase sempre aparece como uma espécie de legitimador de práticas patriarcais A relação conjugal pelo casamento torna-se uma espécie de contrato sexual:

Contrato de casamento não é como um contrato de trabalho; pelo contrário, o contrato de trabalho pressupõe o contrato de casamento. Ou, para colocar a questão de outro modo, a construção do ‘trabalhador’ pressupõe que ele seja um homem que tem uma mulher, uma dona de casa, para cuidar de suas necessidades cotidianas. As esferas privada e pública da sociedade civil são separáveis, refletem a ordem natural da

³⁷ Os salários recebidos pelos trabalhos realizados pelas mulheres e as questões que envolvem propriedade e riquezas são uns dos fatores que mais esclarecem sobre as desigualdades de poder e gênero nas sociedades do Ocidente. No Brasil de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PNAD (2013) a cada R\$ 100 reais ganho pelos homens, as mulheres recebem R\$ 70,00 reais.

diferença sexual, e inseparáveis, incapazes de ser compreendidas isoladamente uma da outra. A persistente figura do ‘trabalhador’, o artesão, com um macacão limpo, um saco de ferramentas e uma marmita, é sempre acompanhada pela figura espectral de sua esposa (PATEMAN, 1993, p. 196).

O contrato sexual como instrumento patriarcal torna-se objeto da política da intimidade. Ele é tão político quanto afetivo. Uma política que favorece a garantia da liberdade masculina, através da sua ação no mundo do trabalho, obtendo o ganho para o seu sustento, para aquisição de bens e propriedades. Ação que se faz possível mediante o trabalho que é realizado na casa, no lócus privado, historicamente pela mulher que ali trabalha. A casa, a família enquanto lugar das trocas afetivas, dos sentimentos de amor e cuidado, é o pilar fundamental do mundo público. É a presença da figura de uma mulher, mãe, esposa, ou de quem trabalha em casa, que dá sustentação ao mundo público, que faz do trabalhador partícipe de produção de bens e riquezas no espaço não familiar.

O contrato sexual reflete o valor da diferença dos sexos através da divisão sexual do trabalho. Dizendo de outra maneira: o contrato sexual faz parecer que a separação natural (privado) e civil (público) é essencialmente necessária. A diferença sexual (o que é ser homem, e o que é ser mulher), bem como a construção da diferença sexual enquanto diferença política, são essenciais para dar visibilidade ao contrato social e para a invisibilidade do contrato sexual.

Para a socióloga Saffioti (2004) o conceito de patriarcado compreendido por meio da história do contrato sexual permite a verificação da estrutura patriarcal do capitalismo e de toda a sociedade civil. E esclarece: “Focalizar o contrato sexual, colocando em relevo a figura do marido, permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção” (SAFFIOTI, 2004, p. 128). De acordo com a autora destacar o patriarcado é fundamental para dar visibilidade à maneira como a mulher torna-se propriedade do homem enquanto esposa. O marido é a figura mais representativa do poder sobre a mulher nas práticas patriarcais. No patriarcado moderno, o direito sexual ou conjugal estabelece-se antes do direito à paternidade. O poder político do homem assenta-se no direito conjugal.

Por outro lado, o termo patriarcado deve ser acompanhado pelas discussões que visam sistemas igualitários como o sistema de relação de gênero. Como bem argumenta a autora:

O gênero é mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também, relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero (SAFFIOTI, 2004, pp. 118/119).

Faz-se necessário o uso dos dois termos destacando a história das práticas patriarcais e sua relevância política, quer no âmbito público ou nas relações familiares. A incoerência ou erro consiste em considerar que o patriarcado é próprio das relações familiares ou excluir o contrato sexual do mundo público, do espaço de trabalho, da produção de bens, e da esfera política. O contrato sexual entendido como uma forte expressão do patriarcado moderno, não diz respeito apenas à esfera privada ou familiar. Os elementos que o caracterizam estão nas relações nomeadas como públicas e o privadas. Não há como sustentar o mundo público sem o contrato sexual.

É nesse sentido que proponho o entrelace entre os contratos. Não se trata de fazer uma separação dos seus domínios para classificar o lócus de ação. O entrelace entre os contratos pretende dar visibilidade e destacar os elementos mais significativos que os sustentam, além de estabelecer uma interdependência entre eles. Ressaltar o entrelace entre os contratos pode esclarecer sobre desigualdades impetradas em nome de um ideal de liberdade. Se o contrato social é conhecido por esta característica, o contrato sexual deve torna-se visível por não tê-la.

Pateman (1993) usa a subordinação para afirmar que apesar das conquistas e da não legitimidade do direito dos homens ao corpo das mulheres, há que se debater o construto patriarcado pela sua marca insidiosa nas concepções políticas filosóficas da modernidade. O uso da ideia de subordinação das mulheres pelos homens não afirma o esvaziamento da história de luta e conquistas das mulheres. Estas sempre estiveram em frentes de batalhas e nos embates que suscitam controles e dominações, como as notáveis Olímpia de Gouges³⁸, Mary Wollstroncraft³⁹ entre outras. A subordinação é o engasgo frente a uma proposta de liberdade que se efetiva para poucos. Muitos homens e mulheres estão inseridos em condições de desigualdades, em uma política disfarçada de libertária, de uma perspectiva individualista de exclusão do outro.

³⁸ Filósofa, escritora e ativista no século XVIII contra as desigualdades sociais contra as mulheres, a escravidão dos negros. Uma de suas obras principais revelam seu interesse e luta como Os Direitos da Mulher Cidadã; Carta ao Povo.

³⁹ Lutou pelos direitos da mulher, foi condenada e morta, conforme ressalta Strey (2009).

2.3 O entrelace do contrato social com o contrato sexual

Embora Pateman (1993) reconheça o aspecto essencialmente individualista nas teorias do contrato social de Hobbes (1974) e as argumentações patriarcalistas deste contratualista, como também as de Locke (1998) e Rousseau (1996; 1985) acerca da liberdade, das relações conjugais e da família, há alguns elementos em sua obra que não aparecem com o destaque que é dado ao patriarcado. E que, aqui suspeito, são os elementos orquestradores de uma espécie de política emancipatória subversiva que em meu destaque atinge tanto os homens como mulheres, vão além da subordinação feminina, fragmenta as relações societárias e familiares, e que apresento como a esteira fundamental para as problematizações propostas nesta tese:

- a) A concepção de indivíduo que em Hobbes (1974) aparece como o alicerce fundamental da ideia de liberdade;
- b) Da sociedade conjugal e das condutas sexuais em Locke (1998) como instrumento-meio para fins ou alcance e garantia de bens e propriedades, fazendo da sexualidade um instrumento contratual;
- c) E ‘a família como primeira sociedade e a mais natural’ em Rousseau (1996, p. 11) afirmando-a como o repositório de tudo aquilo que é posto como originário e invariável.

Os elementos em destaque revelam que esses teóricos divergem em questões fundamentais: cada um tenta demonstrar, através de diferentes argumentações, como e por quê? O contrato social é necessário e fundamental. Muito embora, a semelhança dos seus argumentos repouse sempre na ideia do indivíduo livre e autônomo. Peça fundamental que faz com que essas teorias apareçam como umas das mais representativas daquilo que se propõe sobre os caminhos que levaram a constituição da sociedade, com suas normas morais, suas leis de cidadania e para a explicação de certa ‘harmonia’ ou convivência política.

Pateman (1993) bem argumenta que a subordinação pela linguagem do gênero indica que a condição da mulher não está determinada pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Ouso sugerir que se uma invenção política fez parecer que as relações entre homens e mulheres se dão numa relação de liberdade e sujeição, talvez as reivindicações pelo gênero devam apontar que a relação é de liberdade e dependência. A liberdade consubstanciada em um ideal que faz do outro partícipe desta conquista. O sistema de relação de gênero é aqui compreendida como um instrumento que assinala condutas,

nomeia os sexos como masculino e feminino, instituindo a ‘heterossexualidade reprodutiva’ e nomeia o seu par oposto a ‘homossexualidade’ como argumenta Weeks (2000).

O gênero como categoria de análise crítica conforme sugere Scott (2009) não é exclusivo à mulher inclui o homem, haja vista o caráter ‘universal’ que lhe é atribuído. O gênero resulta em um símbolo politicamente manejável. São representações conforme argumenta De Lauretis (1994). Argumentos que fortalecessem a relação de interdependência entre indivíduos, famílias e sexualidades pela linguagem não neutra de gênero.

Ao enunciar o “indivíduo” elemento fundamental da política do contrato social, diferentes questões se apresentam: quem é indivíduo? E por que ele parece sexualmente neutro? Uma resposta possível supõe que a diferença entre homem e mulher desaparece. Esta resposta também pode ser usada para indicar um caminho acerca da primeira questão. A neutralidade da diferença sexual interessa para firmar o ideal de liberdade?

A estratégia em que apresento do entrelace do contrato social com o sexual visa aclarar tanto as questões acerca do ‘indivíduo contratante’; da ‘sexualidade procriativa’ e do natural e civil quanto à relação destes com as questões de ordem familiar. Neste espaço, parece que o sistema patriarcal moderno e contemporâneo se metamorfoseia utilizando a linguagem do cuidado, do afeto e da sexualidade. Das pistas deixadas por Hobbes no *Leviatã* (1974) alguns elementos são postos em relevo: a versão natural de liberdade dos indivíduos e a versão artificial ou do contrato.

A condição patriarcal que a princípio pode parecer arcaica deve ser posta em aproximação com a realidade brasileira contemporânea em que as mulheres ainda recebem menores salários que os homens. As pistas para compreensão desta diferenciação podem ser encontradas nos argumentos de Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996;1985) acerca da condição de sujeição imposta às mulheres no espaço familiar, fazendo parecer que as mulheres, devem ser as principais cuidadoras, sem um reconhecimento do valor das atribuições que lhe são dirigidas. Talvez esta condição possa esclarecer porque quase sempre as mulheres estão em plano secundário quanto à apropriação de bens e propriedades, ou o valor do seu trabalho na família seja baliza para ganhos fora desta. Numa perspectiva assimétrica a capacidade produtiva da mulher é aquinhoada. As riquezas geradas pela mulher na sociedade e na família aparecem como subsumidas a um dever afetivo que não encontra respaldo ético, ou reconhecimento positivo quanto à apropriação de riquezas e patrimônio.

Condição que Pateman (1993) apresenta como própria do contrato sexual. Uma melhor compreensão deste contrato também pode ser alcançada ao realizarmos um olhar mais atento sobre a divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer que opera pela assimetria nas relações de gênero, conforme os debates propostos pelas feministas Haraway (2009;2008), Castro (2008); Hirata (2002) e De Lauretis (1994). Esta autora ressalta uma concepção de gênero como representacional da relação social, ou seja, representações das relações sociais que abarca questões sobre raça e classe.

Para De Lauretis (1994) é fundamental destacar que as relações de gênero não se encerram nas questões da diferença sexual, ou do que é ‘marcado’ no corpo do homem e da mulher, nem dos elementos físico-biológicos que os diferenciam. O gênero como um construto advém da representação e da auto-representação. Ou seja, as mulheres estão concomitantemente na representação do gênero e fora deste, podendo afirmar, negar e modificar essa representação. Esta assertiva pode esclarecer os debates propostos por algumas feministas como Mouffe (1999) ao questionar a ideia do contrato sexual proposto por Pateman (1993).

Para Mouffe (1999) o contrato sexual de Pateman (1993) mantém a oposição entre homens e mulheres e afirma a diferença através das características ‘naturais’ entre estes, ou seja, a diferença opera para cristalizar atribuições que são relegadas às mulheres, a exemplo da maternidade ou do cuidado das crianças e/ou filhos. No dizer da autora ocorre uma espécie de naturalismo ou acomodação, deixando de lado as questões não resolvidas sobre ‘identidades’ enquanto vinculadas às questões de cidadania. Para aclarar o debate ressalta que:

Não estou apoiando o total desaparecimento da diferença sexual como distinção pertinente; tampouco estou dizendo que a igualdade entre homens e mulheres exija relações neutras do ponto de vista genérico; e é claro que, em muitos casos, tratar os homens e as mulheres igualmente implica tratá-los diferencialmente. Minha tese é que, no domínio da esfera política e no que está relacionado com a cidadania, a diferença sexual não deve ser uma distinção pertinente. Concordo com Pateman em sua crítica da concepção liberal, masculina, da cidadania moderna, mas acho que um projeto de democracia radical e plural não necessita um modelo de cidadania sexualmente diferenciado no qual as tarefas específicas de homens e mulheres sejam valorizadas com equidade, mas uma concepção verdadeiramente diferente do que representa ser um cidadão e de como atuar como membro de uma comunidade política democrática (MOUFFE,1999, p.40).

A autora acorda com Pateman (1993) acerca das teorias do contrato social em particular quanto às críticas acerca da teoria liberal proposta por Locke (1998). Por outro lado, interpreta que a diferença sexual não pode ser relevante quando envolve a cidadania, condição

em que, todos devem ser tratados sem levar em conta essa diferença. Debate que encontram aliadas e opositoras, conforme Dean (1992) e Scott (2009).

Em uma discussão sobre a obra *O Contrato Sexual*, Pateman (1993), Dean (1992) destaca o que ela nomeia o ‘*dilema de Pateman*’ (*Pateman’s dilemma*). O ‘*dilema*’ refere-se a argumentação de Pateman sobre a sujeição das mulheres pelos homens. E quando esta apresenta o ‘indivíduo’ como essencialmente masculino, suscitando o paradoxo quanto à condição de liberdade e cidadania que lhe é vinculada. Condição que imprimiu reformas e trouxe conquistas para as mulheres principalmente na segunda metade do século XX.

Dean (1992) argumenta que ao pedir o fim da subordinação das mulheres, é preciso um olhar crítico sobre as reformas, que não mais legitimam a sujeição, e deram às mulheres condições de liberdade e igualdade, com direitos iguais aos homens. E ainda, que as reformas foram realizadas com base numa linguagem masculina do contrato e da liberdade individual; portanto, permitindo que as mulheres se tornassem indivíduos.

Para Dean (1992) o ‘*dilema de Pateman*’ também revela que há nas proposições da autora uma visão pessimista para pensar uma saída da sociedade de contratos. E que “há outras formas de acordo voluntário pelo qual os homens e as mulheres podem desenvolver relações políticas” (DEAN, 1992, p. 316). E acrescenta que Pateman (1993) não apresenta soluções a exemplo de críticos contemporâneos sobre as contradições contratualistas, conforme sugere Philip (2005). Ou seja, há vias de pensar um ideal político distinto do ideal liberal: o ideal da não-dominação, apresentando uma solução para a dominação que indica conter as teorias do contrato.

Por outro lado, Scott (2009) destaca que os discursos do feminismo que propõem o reconhecimento de ‘indivíduo’ para as mulheres incorrem em auferir “uma cidadania de segunda classe”. O problema consiste na ideia de cidadania ser amparada em interesses e parâmetros masculinos, ou deixando de lado condições que são próprias às mulheres, a exemplo da maternidade e interesses não semelhantes aos interesses dos homens.

Os argumentos supracitados indicam uma ideia de cidadania que homogeneiza os sexos. Ou os argumentos sobre cidadania e mulheres indicam uma proposição em abolir tudo o que é referência a ideia de indivíduo. Em minha leitura, quando Pateman (1993) refere sobre o indivíduo masculino, objetiva apontar condições de sujeições para as mulheres. Se houve e há conquistas para estas sustentadas na ideia de indivíduo, suponho que a contraposição que

trago entre ‘indivíduo contratante’ e indivíduo social talvez possa contribuir para aclarar esse debate.

Conforme De Lauretis (1994) os debates sobre igualdade e diferença, trata-se de ambivalências de gênero, e acrescenta:

Não podemos resolver ou eliminar a incômoda condição de estar ao mesmo tempo dentro e fora do gênero, seja por meio de sua dessexualização (tornando-o apenas uma metáfora, uma questão de *différance*, de efeitos puramente discursivos) ou de sua androgenização (reivindicando a mesma experiência de condições materiais para ambos os gêneros de uma mesma classe, raça, ou cultura (DE LAURETIS,1994 p.219).

Este excerto permite incluir questões que envolvem a igualdade e diferença quanto a direitos, ou a igualdade e a diferença sexual. Em minha leitura, se as mulheres devem ser cidadãs, por um ideal não masculino, esta conquista não se dará pela negação das relações entre homens e mulheres, mas pela afirmação das diferenças entre ambos, que geram e devem instituir direitos conforme suas diferenças. Tentar igualar interesses pelos sexos sem reconhecer as particularidades de cada um, é fazer da diferença um esteio para desigualdades, conforme Pateman (1993) bem destaca nos pressupostos de Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996). Na teoria desses autores mulheres não eram cidadãs porque seu lócus era a família, lugar que a cidadania não podia ser alcançada. E em práticas contemporâneas de convivência, algumas mulheres não são cidadãs porque não são proprietárias: nem de riquezas, nem dos seus corpos (Saffioti, 2009). É minha sugestão que os debates sobre, igualdade, diferenças e cidadania devem enfatizar que não é a diferença que qualifica ou desqualifica homens e mulheres, mas como a diferença entre os sexos é utilizada para sujeições e injustiça social.

No Brasil, Alves (2012) investigou como “o direito brasileiro abarca a existência de uma obrigação de caráter sexual decorrente do contrato de casamento” (p.10). A pesquisa questionou em que medida o direito trata o casamento que apresenta uma estrutura patriarcal e utiliza as proposições teóricas que Pateman (1993) acerca da condição de sujeição das mulheres na relação matrimonial. Alves (2012, p.10) escreve que: “há uma obrigação sexual perante as mulheres impostas pelos homens”. A sugestão é que o direito brasileiro acolhe esse estado de coisas. Conforme Alves (2012, p.173) “Alguns autores e juízes referem-se de forma clara à expressão “débito conjugal” como obrigação resultante do contrato de casamento”.

Pode-se depreender que a autora incorpora as proposições críticas de Pateman (1993) e as utiliza como ferramenta teórica para implicar práticas jurídicas que indicam fortalecer situações patriarcais e de conflitos na relação matrimonial.

Pickina (2009, p.72) destaca: “Na sua crítica, Pateman (1993) expõe a proposta androcêntrica dos contratualistas e a incorporação, nas suas teses, de um contrato sexual privado, camuflado pelas condições para a separação entre público e privado” A autora traz a crítica que Mouffe (1999) realiza a obra *O Contrato Sexual*, de modo particular às questões que abarca a diferença sexual, ressaltando que dessa maneira Pateman (1993) esvazia a condição plena de conquista da cidadania, já que são levados em conta os elementos que marcam a diferença sexual entre homens e mulheres. Pickina (2009, p.78) ressalta que “Pateman parece não romper com o naturalismo, ou seja, com uma definição puramente biológica dos sexos, que para ela constitui uma *invariante*”. A crítica refere-se sobre a ideia de o contrato sexual enfatizar a relação de sujeição das mulheres pelos homens, realizando uma leitura patriarcal baseada na diferença sexual. Neste sentido, Pateman (1993) é arrolada a uma ideia de reforço das práticas patriarcais que visa denunciar, já que se apoia na diferença sexual ou nos elementos anatomo-biológicos para fundamentar a sua hipótese de liberdade-sujeição: liberdade do homem e a sujeição da mulher. Interpretação que se aproxima das críticas de Mouffe (1999). E aparece nos debates que contrapõem as questões que envolvem as questões de gênero⁴⁰. Conforme Lauretis (1994) são ambiguidades próprias que a categoria carrega.

A questão que pode ser dirigida ao contrato sexual posto por Pateman (1993) e que pode ser mais um elemento para a desconstrução de concepções invariantes consiste em: por que Pateman (1993) não mais enfatiza no seu *Contrato Sexual* a teoria liberal como instrumento político que afeta mulheres e homens. Por que não enfatiza a condição de alguns homens serem sujeitados por outros homens? A autora bem ressalta esta condição quando refere-se ao contrato de trabalho, em que homens são explorados por outros homens. Mas não infere uma análise crítica a essa condição quando refere-se às relações no casamento em

⁴⁰ Tais reivindicações foram parte do repertório do movimento feminista, denominado feminismo da igualdade ou “primeira onda”. De acordo com Grosz (1994), o movimento desenvolveu-se no final do século XIX, anos 60 (nos Estados Unidos) e nos anos 70 (na Europa e difundindo-se pelo mundo inteiro nas décadas seguintes) com a participação da filósofa francesa Simone de Beauvoir, posteriormente Betty Friedan entre outras feministas liberais e humanistas. Ver dissertação de mestrado de Pereira (2010).

estruturas patriarcais. Ou, quando aborda o casamento como um contrato sexual. Ora, se a autora reivindica condições de justiça social, talvez o caminho mais efetivo ocorra pela desconstrução da ideia de liberdade, afirmando que a liberdade como posta no contrato social, é uma invenção que traz consequências para toda a sociedade e para casamento em bases patriarcais. Afeta homens e mulheres.

Atribuir à categoria homem uma ação patriarcal e de sujeição da mulher é útil para acusar a existência da contradição: liberdade e sujeição. Contudo, suponho que uma estratégia mais assertiva consiste em questionar a ideia de liberdade e também de indivíduo, frente à acusação de sujeições. Suponho que há uma espécie de falta em Pateman (1993) em não ampliar o debate sobre a ideia de liberdade em relações matrimônias.

Minha sugestão consiste em não particularizar os domínios homem e mulher. Expor a relação de dependência entre estas categorias sociais. Ou negar a força da condição individualizada que faz parecer que toda condição social ou domínio de propriedades e riquezas pode ser atribuída a uma conquista essencialmente individual. Suponho que mais enfatizar sobre liberdade nos contratos social e sexual pode aclarar que a ideia de indivíduo nega a dependência que é inerente aos indivíduos sociais. De maneira que pode-se abrir perspectivas de debates sobre desigualdades e injustiça social numa discussão crítica que repousa sobre a teoria liberal clássica e contemporânea de Locke (1998) e Rawls (1971). Ou seja, em suas proposições críticas Pateman (1993) fornece os elementos para que esse caminho possa ser trilhado. A ideia de indivíduo⁴¹ contém complexos elementos, sendo fundamental para as discussões sobre o entrelace do contrato social com o sexual na contemporaneidade.

No Capítulo *Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria*, em *O Leviatã* de Hobbes (1974) nos fala sob a condição do ‘homem em seu estado natural’⁴². Como se apresentou esse estado? Nas palavras de Hobbes, foi um estado de guerra.

⁴¹ Debate que aprofundarei no Capítulo Três apresentando os elementos que diferenciam os ‘indivíduos contratantes’ dos indivíduos sociais.

⁴²Entre os filósofos iluministas das teorias do contrato social, Hobbes foi o primeiro a apresentar a teoria em sua obra clássica *O Leviatã*, (1869/1974). Ribeiro (1999) nos diz, que no século XVI, houve na Inglaterra um grande medo de invasões e de ataques de outros povos como as brigadas espanholas, que se temia como se fossem invencíveis. “Thomas Hobbes nasceu de parto prematuro: — minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo, como recordará, autobiógrafo, aos noventa anos. O medo, gêmeo de um pensador, marcando-o desde o nascimento,

O homem é inimigo do outro homem e suas paixões são as sementes que fazem germinar as mais sórdidas das atitudes:

Os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito. De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. (Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de mantê-los a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida (HOBBS, 1974, p. 46).

O argumento fundamental de Hobbes consiste em tomar o estado natural como um estado de completa vulnerabilidade. Embora alguns homens possam ser hábeis ou mais fortes do que outros, não há garantias que os mais fracos e os menos hábeis não lhes causem mal, ou que lhes tirem a vida. Hobbes apresenta o homem como tendo uma liberdade irrestrita, como se cada indivíduo pudesse fazer tudo o que determina a sua vontade, existindo uma constante guerra de todos contra todos.

Dentre os filósofos clássicos Hobbes é o que mais amplia a ideia de liberdade sustentada na ausência de impedimentos externos, como se nada detivesse a vontade do indivíduo (Chauí, 2004). O limite consiste apenas na força do seu corpo, sem qualquer limitação de ordem moral. Contudo, a versão natural que concebe uma espécie de ‘direito natural’ ao homem é a “preservação de sua própria natureza”, uma autopreservação. O que conduz o indivíduo a propor uma ação baseada nesta finalidade maior? Esta operação se traduz como uma obrigação voluntária, um paradoxo, já que o direito natural confere limites ao seu mais valioso objeto: a liberdade. Para justificar esta troca, Hobbes (1974) destaca as paixões como reveladoras dos sentimentos mais mesquinhos do homem. Razão pela qual a competição é vista como algo que pode levar às disputas sangrentas pelo poder e pela conquista; que a desconfiança é a fonte do medo, e impõe um estado perene de vigilância; e a glória é a fonte das vaidades, em que a reputação torna-se o seu bem mais valioso, e uma palavra mal dita é uma ofensa. Esses três elementos reunidos estão na natureza do homem hobbesiano e atuam como estopim para uma condição perene de guerra. Uma guerra semeada

enlaçado com ele feito herança ou gene, como seu direito ou natureza; a vida e obra de Hobbes são pontuadas por esta paixão” (RIBEIRO, 1999, p. 26).

por disposições que não consiste no ato de lutar, nas lutas corpóreas entre os indivíduos, mas na vontade de aniquilar o outro.

Em *O Leviatã* os indivíduos não podem constituir uma convivência pacífica com outros porque há um caráter natural antissocial e apresenta-se como uma constante ameaça. Assim, não são capazes de uma organização social, não são capazes de construir coisas ou criar condições de viver em sociedade:

Tudo que resulta de uma condição de guerra, ou seja, que o homem é inimigo do outro também é vivido para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta (HOBBS, 1974, p. 46).

Parece que há um esforço contínuo do autor em destacar o caráter solitário e avesso à sociabilidade por parte dos indivíduos. São sempre pouco dispostos para cooperação, são naturalmente violentos e incordiais. São indivíduos que vivem sem estabelecer laços entre si. A liberdade natural é vivida de forma absoluta. Entendida como a ausência de impedimentos externos, de um governo que limite a vontade do homem. De maneira que o homem é livre para fazer o que quiser, limitado somente pelas forças de seu corpo:

Por liberdade entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o que seu julgamento e razão lhe ditarem. Uma lei de natureza (*lex naturais*) é um preceito ou regra geral, estabelecido pela razão, mediante o qual se proíbe a um homem fazer tudo o que possa destruir sua vida ou privá-lo dos meios necessários para preservá-la, ou omitir aquilo que pense poder contribuir melhor para preservá-la. (HOBBS, 1974, p.47).

A lei da natureza é a lei do indivíduo independente e absoluto: é guiada pela razão que o faz escolher o que melhor lhe favoreça e que melhor preserve sua existência. No estado natural não há o reconhecimento de direitos e deveres porque estes são próprios de modos de convivência em que há uma organização social.

Há aqui duas condições que se revelam irreconciliáveis e que demandam um exercício de compreensão: 1) Por que os indivíduos isolados e autônomos precisariam subordinar-se? O medo da guerra faz com que os indivíduos tornem-se menos desconfiados, menos

competitivos e menos vaidosos? Ou, o interesse em juntar-se aos outros indivíduos é antes uma necessidade, uma condição inerente à sua existência, e é anterior ao seu medo, ou a sua liberdade? Talvez o maior temor dos indivíduos seja reconhecer o quão dependente são uns dos outros, fazendo da ideia de contrato um artifício loquaz para negar esta dependência?

Destarte, o paradoxo que a ideia de liberdade e subordinação enunciam, remetemo-nos a outra condição: 2) Quais são as garantias que o Estado terá êxito em assegurar à vida, proteger a propriedade e garantir a cidadania? O que pode garantir que o Estado tal quais os indivíduos, contendor do germe impulsional das paixões, porque também este é composto de indivíduos, ou no caso de Hobbes (1974) de um indivíduo, cumprirá os seus propósitos?

Não pretendo responder a estas questões. Aqui, elas visam mais um percurso reflexivo quanto à vulnerabilidade própria dos objetivos do contrato social hobbesiano. Visam expor a relação de dependência do Estado com as paixões humanas, as mesmas paixões que pertencem aos indivíduos no estado natural, temido pela guerra. Um Estado vulnerável as vaidades, que no *Leviatã* é representado por um indivíduo, um soberano. De maneira que tanto a ideia de indivíduos livres e autônomos, quanto o contrato social sustentado por um governo soberano, parecem carregadas de contradições.

Nas análises de Dumont (1983;1992) os argumentos de Hobbes (1974) são próprios de uma filosofia política que privilegia as ações e conquistas individuais. Parte-se do indivíduo como isolado ou quase um selvagem, e a vida social será necessariamente considerada pela força. Dizendo de outro modo, através do poder que uns querem exercer sobre os outros. Dessa maneira, o indivíduo só poderá passar do estado natural para um estado de direitos e deveres, se for através de um contrato social: uma troca entre os indivíduos, um objeto artificial regido pelo ideal de liberdade. Conforme demonstrarei através da versão artificial do contrato.

No Capítulo *Da primeira e segunda leis naturais, e dos contratos*, Hobbes (1974) expõe os primeiros traços do que ele denomina de o estado *artificial*⁴³. Este estado só pode ser gerado através de um contrato social. Sua premissa fundamental é que esse estado levou os indivíduos a um acordo de cooperação, visando conter as ameaças, as discórdias e guerras veladas. Os indivíduos são levados a concordarem entre si mediante mútua aceitação, em

⁴³ A natureza, de acordo com Hobbes (1974), é a “arte mediante a qual Deus fez e governa o mundo” (HOBBS, 1974, p.26). O homem imita a arte da natureza, a fim de prover melhores condições para a vida humana, ao criar, por exemplo, um homem artificial. (TOURAINÉ, 1992).

razão de proteger-se da vontade de cada um. Este entendimento faz Hobbes apresentar a ideia de contrato:

A transferência mútua de direitos é aquilo a que se chama contrato. Há uma diferença entre a transferência do direito a uma coisa e a transferência ou tradição, ou seja, a entrega da própria coisa. Porque a coisa pode ser entregue juntamente com a translação do direito, como na compra e venda com dinheiro a vista, ou na troca de bens e terras; ou pode ser entregue algum tempo depois. Por outro lado, um dos contratantes pode entregar a coisa contratada por seu lado, permitindo que o outro cumpra a sua parte num momento posterior determinado, confiando nele até lá. Nesse caso, da sua parte o contrato se chama pacto ou convenção. Ambas as partes podem também contratar agora para cumprir mais tarde, e nesse caso, dado que se confia naquele que deverá cumprir sua parte, sua ação se chama observância da promessa, ou fé; e a falta de cumprimento (se for voluntária) chama-se violação de fé. Os sinais de contrato podem ser expressos ou por inferência. Expressas são as palavras proferidas com a compreensão do que significam. Essas palavras são do tempo presente, ou do passado, como dou, adjudico, dei, adjudiquei, quero que isto seja teu; ou do futuro, como darei, adjudicarei, palavras do futuro a que se chamam promessas. Nos contratos, o direito não é transmitido apenas quando as palavras são do tempo presente ou passado, mas também quando elas são do futuro, porque todo contrato é uma translação ou troca mútua de direitos (HOBBS, 1974, p.49).

O contrato social como artifício da razão pretende dar garantias que assegurem os direitos transferidos entre os indivíduos. O estado soberano como uma espada de *Leviatã* é tido como o único capaz de fazer os indivíduos terem respeito entre si, garantindo-lhes a transferência mútua de direitos, através da confiança ou da fé no cumprimento do que foi contratado. O contrato social aparece como um artifício da razão em ação contentora das paixões, para gerar a ordem política. Escreve Hobbes (1974, p.124) “Portanto, inobservar o contrato é agir em desconformidade com a razão, é agir meramente segundo as paixões, conseqüentemente, é agir irracionalmente, pois é a razão que propicia o gozo da paz e seus benefícios”. Contra as paixões, a ideia de contrato torna-se um paradigma do livre acordo que estrutura as relações sociais. Há uma clara descrição em *O Leviatã* sobre o objeto do contrato: a troca de bens e terra, ou seja, a propriedade destaca-se como ‘o bem mais valioso’ para ser trocado. Segundo Macpherson (1979) a teoria do contrato social hobbesiano, apresenta o indivíduo contratual como semelhante à imagem do indivíduo burguês, capaz de, por meio da razão, cuidar de si e de suas posses. Identifica-se a teoria hobbesiana como uma espécie de individualismo *possessivo*, ou seja, o indivíduo que é livre por natureza e só exercita essa liberdade entre os outros por meio de um estado que garanta a posse de seus bens⁴⁴. Dessa

⁴⁴ Macpherson (1979) ressalta que a propriedade é um dos motivos geradores de guerra encontrados na sociedade da época de Thomas Hobbes, uma sociedade dominada pelos homens de posses, que na sua maioria comandavam bolsa de valores de Londres. Havia uma defesa ao direito individual incondicional à propriedade, e no Parlamento Inglês, apoiavam o Partido Presbiteriano, com o intuito de substituir a então vigente constituição por uma outra que atendesse melhor a seus interesses mercantis, valendo-se do pretexto de estarem empenhados em libertar o povo dos pesados impostos. Por outro lado, a doutrina presbiteriana não condenava os excessivos

maneira, o contrato social garantiria a ordem e a paz exercendo a contenção da violência, que assim desapareceria da relação entre os indivíduos contratantes. O homem artificial é o único capaz de trazer a paz almejada. Conforme Hobbes:

Mas tal como os homens, tendo em vista conseguir a paz, e através disso sua própria conservação, criaram um homem artificial, ao qual chamamos Estado, assim também criaram cadeias artificiais, chamadas leis civis, as quais eles mesmos, mediante pactos mútuos, prenderam numa das pontas à boca daquele homem ou assembleia a quem confiaram o poder soberano, e na outra ponta a seus próprios ouvidos. Embora esses laços por sua própria natureza sejam fracos, é, no entanto, possível mantê-los, devido ao perigo, se não pela dificuldade de rompê-los (HOBBES, 1974, p. 74).

O contrato social realiza-se sob a garantia de um homem artificial ou Estado absoluto, em que o contrato revela-se como o paradigma de uma obrigação estabelecida voluntariamente pelos indivíduos contratantes. Dentre o melhor dos casos, dentro da sua variedade mais significativa, a teoria política hobbesiana indica ser uma maneira individualista de tratar a sociedade (DUMONT, 1983). Há no *Leviatã* hobbesiano um estado artificial que pretende legitimar o mundo público da legislação civil e o mundo privado da liberdade e da igualdade sustentados no princípio do indivíduo. Em Hobbes, o humano só é social se for tomado como ‘indivíduo contratante’ que se associa a outros, por uma condição impositiva. Indivíduos que em nada dependem do outro, exceto pela negação das paixões, elemento próprios da sua natureza.

Conforme Touraine (1992), as relações sociais e a ideia de ator não têm lugar na filosofia política: só importa a ideia de indivíduo com poder ilimitado. Nesta hipótese, o estado natural e o estado artificial tornam o humano em essência um ser não coletivo ou associado. Eu conjecturo que Hobbes (1974) fornece os elementos para arrolar tais ações a uma concepção individualista, ou seria de todo engano tal conjectura?

Talvez uma resposta mais aceitável seja a que propõe Dumont (1983) em *Ensaio Sobre o Individualismo* no Capítulo Gênese, I: O indivíduo- fora-do-mundo e o indivíduo-dentro-do-mundo⁴⁵. Estas duas vias propostas para pensar o indivíduo moderno, esclarecem

lucros daqueles que detinham grandes posses, atraindo dessa forma, inúmeros adeptos, que viriam a posicionar-se contra o rei, fomentando o estado de guerra que é sugerido em *O Leviatã*.

⁴⁵ Dumont (1983) faz uma referência a Índia, lugar onde realizou suas pesquisas sobre as castas e modos de convivência desta sociedade. O indivíduo indiano aparece como fora do mundo. “Ele procura a verdade última e abandona a vida social. O mundo social é visto como fora da sua realidade. Ele se libera dos entraves da vida do mundo social, preocupa-se apenas consigo mesmo. O indivíduo indiano se parece com o mesmo indivíduo moderno do *Leviatã* hobbesiano”. A diferença consiste no fato do indivíduo indiano viver em seu próprio

como o indivíduo, tal como Hobbes nos apresenta, é uma herança dos gregos que se tornou elemento fundamental da ideologia moderna⁴⁶. O indivíduo é trazido ao contrato social como livre e autônomo. As raízes dessa herança estão nas crenças judaico-cristã⁴⁷ que indica o indivíduo como essência da humanidade. No entrelace entre os contratos, o indivíduo do contrato social que aqui denomino de ‘indivíduo contratante’ indica ser o núcleo fundamental do individualismo contemporâneo⁴⁸. As contradições de um ideal libertário: estado natural e estado artificial ou indivíduo natural e ‘indivíduo contratante’ são os maiores entraves da teoria do contrato social. Dumont (1983) chama a atenção para o fato dessa ideia de contrato, ser algo muito particular, pertencente a um tipo de sociedade que ignora a interdependência entre os indivíduos como o fator essencial para a convivência em sociedade. O autor ressalta que:

O contrato social é um contrato de associação: supõe-se que é uma associação de alguns voluntários. Mais a sociedade no sentido do todo, no sentido de uma *universa*, dentro da qual o homem nasce, a que ele pertence, a que lhe ensina sua língua e onde são semeados o espírito material, onde as ideias são feitas, está ausente no contrato social. O contrato social implica ao menos que é uma sociedade civil (DUMONT, 1983, p.100).

O autor propõe tomar o contrato social como próprio de uma ‘sociedade particular’. Porque nenhum indivíduo é membro de uma ‘sociedade universal’ que comporta todas as línguas, todos os costumes, todas as permissões e proibições que regulam as ações do humano na convivência de uns com os outros. Como próprio de um tipo particular de sociedade, o contrato social implica o social, apenas no sentido em que foi substituído pelo político e pelo econômico e por um tipo particular de concepção do social.

Esta estratégia foi adotada para que o ‘indivíduo contratante’ apareça sem as marcas do sexo e da sexualidade, como bem argumenta Théry (2010) em *A Distinção de Sexo: uma nova proposta de igualdade*. Porém, quando Hobbes (1974) diz que todas as relações contratuais são regidas pelo homem artificial, ele está considerando que as relações de ordem privada também as são. É o único contratualista que enuncia a teoria do contrato sem a

mundo e o indivíduo moderno viver em um mundo social. Comparativamente o indivíduo moderno é o indivíduo dentro-do-mundo” (DUMONT, 1983, p.38).

⁴⁶ Ideologia moderna é aqui compreendida como um conjunto social de representações, conjunto de ideias e valores comuns de uma sociedade a exemplo da sociedade moderna que tem a economia ou a valorização de bem e propriedades como um valor substancial para sua organização (DUMONT, 1983).

⁴⁷ Para alguns classicistas a descoberta na Grécia do discurso coerente consiste no fato dos homens se vêem como indivíduos dotados de uma particularidade não inserida na totalidade social (MACPHERSON, 1979).

⁴⁸ Discussão que será aprofundada no Capítulo Três.

fronteira que limita direitos entre a esfera pública e privada, conforme bem argumenta Pateman (1993). Considerações que me permitem também supor a família como constructo contratual.

Com o propósito de pôr em relevo o indivíduo, *O Leviatã* é trazido para esta tese para destacar uma concepção do individual construída pela ideologia fundante e fundamental da era moderna. Os argumentos de um estado natural ameaçador, e um estado artificial constituído por um acordo de vontades individuais, representado por um governo absolutista, são próprios de uma filosofia política que privilegia as ações e conquistas individuais, conforme bem destaca Dumont (1983;1992).

Destaco minha suspeita a partir do estado da arte que leio sistematicamente, que a ideia de indivíduo em Hobbes (1974) serviu como solo produtivo para germinar as concepções individualistas na contemporaneidade. Perspectiva que de acordo com Touraine (1992), converge com as suposições contratuais em Locke (1998). Este filósofo fornece os elementos para uma discussão sobre a noção de indivíduo e sua relação com a sexualidade, trazendo o casal conjugal como partícipe de uma espécie de contrato familiar. Argumentação que me permitiu supor o ‘indivíduo contratante’ e a sexualidade para fins de reprodução, como os elementos essenciais para discutir o entrelace entre os contratos.

Em *O Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, no Capítulo *Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*, John Locke⁴⁹ (1998) destaca sobre o estado natural em que vive o indivíduo livre, com pleno direitos, em que todos são senhores de si mesmos, com bens e propriedades.

No estado natural, sob a perspectiva de Locke (1998), há uma condição de convivência que permite a igualdade de direitos sem uma disposição de ameaça. Embora também haja uma condição de fragilidade que não permite a proteção e a garantia da propriedade:

Se o homem é tão livre no estado de natureza como se tem dito, se ele é o senhor por que renunciaria a sua liberdade, a este império, para sujeitar-se à dominação e ao controle de qualquer outro poder? A resposta é evidente: ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro (LOCKE, 1998, p.123).

⁴⁹ Quarenta anos após Hobbes, John Locke escreveu em *O Segundo Tratado Sobre o Governo Civil* (1998) contrário as ideias do *O Leviatã* o estado natural em Locke a propriedade se destaca como mola propulsora para a criação do contrato social (TOURAINÉ, 1992).

Neste excerto, o indivíduo é o regente das mudanças e transformações necessárias para assegurar a convivência social, a propriedade e os direitos a liberdade. A propriedade privada é um direito natural. A lei da natureza reside na propriedade comum da terra e de todos os seus produtos. Os recursos naturais são transformados pelo trabalho em bens e propriedades. No estado de natureza, os indivíduos possuem terras e bens. A propriedade privada adquire garantias de legitimidade ao realizar o contrato social. É esta a diferença entre Hobbes e Locke. Para este, a sociedade que funda o contrato não repousa sobre o medo da violência e da guerra. Locke dá ao direito natural uma expressão econômica que é oposta ao poder político (DUMONT, 1983). Essa distinção aparece como uma completa descontinuidade entre o estado natural e a organização social. Dumont (1983) destaca os ideais de Locke (1998) como os mais representativos da passagem do holismo para o individualismo, ou seja, da menor valorização da totalidade social e da valorização das propriedades e riquezas, ou da não valorização da sociedade como global, em contraposição ao valor supremo do indivíduo. A ideia de comunidade permanece em Locke (1998), mas ele associa a premissa individualista da propriedade a uma ordem humana. Para este contratualista a propriedade privada é um direito natural.

Touraine (1992) ressalta que o liberalismo na sua versão original, formulada em suas linhas básicas por Locke (1998), sustenta a tese dos direitos naturais do indivíduo a serem defendidos e consagrados por um governo nascido de um contrato livremente firmado entre indivíduos autônomos para garantir seus interesses. Ao Estado não cabe uma função primordialmente coercitiva, há uma separação do que é próprio ao Estado e aos indivíduos, há uma garantia dos direitos naturais, conforme Touraine (1992, p. 72) “O Estado intervém e administra através do controle das privações, das punições e das recompensas liberadas para os comportamentos individuais, instaurando uma nova modalidade de poder”. Ancorada nessa ideia de poder, nasce a ideia de liberdade do contrato social, da não obediência a uma ordem absoluta que cerceava a autonomia e a crença humana em suas próprias capacidades.

Locke (1998) parte da definição do direito natural como direito à vida, mas a liberdade associada aos bens necessários é o que promove a conservação e a garantia da vida. No estado da natureza os indivíduos possuem terras e bens. A propriedade privada, precisa ter garantias e legitimidade, condição que se realiza através do contrato social. De que maneira o estado natural é substituído pelo estado artificial?

O indivíduo estabelece um contrato em que a comunidade é movida pelo consentimento dos indivíduos que a compõem. Suponho que seja uma comunidade composta de proprietários de patrimônios. Assim, não há renúncia à liberdade natural, e os indivíduos implicados podem se opor ao poder que estabeleceram quando este não atender aos propósitos de proteção aos bens e propriedades. Não há um governo soberano, a participação de todo e qualquer indivíduo ao contrato é livre, podendo este negar-se a qualquer obrigação de fazê-lo. Mas uma condição se impõe como necessária: a que refere sobre a ordem privada, a exemplo da sociedade conjugal:

A sociedade conjugal resulta de um pacto voluntário entre o homem e a mulher, e embora consista principalmente em uma comunhão dos corpos, fundamentada sobre um direito recíproco, como o exige seu objetivo principal, a procriação. Esta sociedade se faz acompanhada de uma ajuda e de uma assistência mútuas e, além disso, também de uma comunhão de interesses, necessária não somente para unir seu cuidado e sua afeição, mas também a sua descendência comum, que tem o direito de ser alimentada e mantida por eles até ser capaz de prover suas próprias necessidades. Como a união entre o homem e a mulher tem por fim não somente a procriação, mas a perpetuação da espécie, esta relação entre o homem e a mulher deve continuar, mesmo depois da procriação, quanto tempo for necessário para a alimentação e o sustento dos jovens (LOCKE, 1998, p. 126).

O contratualista ressalta a sociedade conjugal como um objeto em que o homem e a mulher são os contratantes em condições muito distintas. Devo destacar que aí consiste uma condição muito clara sobre o que Pateman (1993) nomeia de contrato sexual. A reciprocidade de direitos entre homem e mulher, está em função da possibilidade do homem gerar patrimônio; e a mulher gerar descendentes. São, portanto, ‘indivíduos contratantes’ de uma sexualidade que destaco como ‘procriativa’.

Embora o casamento com a finalidade de procriação⁵⁰ não seja advento da teoria contratual de Locke (1998), este apresenta-se como um procedimento contratual destinado a assegurar a coesão social. Uma coesão que tem como objetivo fundamental a propriedade e os bens patrimoniais⁵¹. O contrato social, proposto pelo contratualista, tem como fim último de acordo com Macpherson (1979), a preservação da propriedade, isto é, os indivíduos realizam

⁵⁰ De acordo com Flandrin (1982), em *A vida sexual das pessoas casadas no antigo regime: a doutrina da igreja e a realidade dos comportamentos*, a moral do casal no casamento é objeto de regulamentação das sociedades romanas. Mais tarde, a moral Cristã instaurou interdições sobre o comportamento sexual, a regulamentar normas para o casamento. Os casais são obrigados a se unirem para gerar filhos. A sexualidade está em função da reprodução.

⁵¹ Suponho que a ‘sexualidade procriativa’ atinge os indivíduos contratantes e os torna instrumentos de ganhos materiais. No Capítulo Quatro demonstrei como esta sexualidade aparece.

o contrato entre si apenas com o fim de conservar suas propriedades. Não há o medo da guerra como em Hobbes (1974). Não por acaso, o casamento aparece tendo como fundamento primordial a divisão sexual do trabalho entre os sexos, com divisões bem marcadas sobre que, são os proprietários de riquezas. O indivíduo do contrato social de Locke (1998) faz aparecer os indivíduos sexuados, os mesmos que Pateman (1993) localiza pelo contrato sexual.

A sexualidade aparece como o objeto mais contratual para assegurar as conquistas e salvaguardar as garantias advindas do labor humano. Por esta perspectiva, a sexualidade aparece como um artifício, uma construção que objetiva um caráter natural. Conforme Gazelé (2012, p.64) “Todas as sociedades humanas regulamentaram a sexualidade, para romper com o mundo animal e construir uma ordem humana. O Ocidente muito cedo colocou um anátema sobre a sexualidade e o erotismo”. O que talvez esclareça o estatuto dado a sexualidade em Locke (1998), em que a família é o elo entre o indivíduo e a sexualidade, e que parece atender a um tipo particular de sexualidade normativa da ‘sociedade conjugal. A família torna-se um dos elementos primordiais do contrato social. Condição que à primeira vista se apresenta contrária a família do contrato social roussoniano, referência em que a família é alocada no ‘estado natural’.

Quase um século após Hobbes (1974), Rousseau (1996) em *Do Contrato Social*, questiona por que o homem vive em sociedade e por que se priva de sua liberdade⁵². Como a responder as argumentações hobbesianas, questiona o estado soberano do *Leviatã* e afirma que o homem é bom por natureza, como a dizer que um grupo de indivíduos só pode garantir a vida e a cidadania se forem homens bons (CHAUI, 2004). Como indivíduos desconfiados, invejosos e vaidosos podem fazer contratos?

Na natureza bastavam os sentimentos naturais, amor de si e piedade. Os indivíduos livres de Rousseau (1996) no estado natural têm relações sociais uns com os outros e são bons por natureza, não há um estado de ameaça ou discórdia (CHAUI, 2004). Os indivíduos estão preocupados com a busca de alimentos e de proteção e no impulso natural de procriação para a perpetuação da espécie. Em um primeiro momento segundo Rousseau (1985), a terra dispunha dos bens necessários para sua conservação. Embora precisasse concorrer com os

⁵² A solidão natural do homem já fora defendida por Hobbes (1974), por isso Rousseau afirma que “Hobbes viu bem o defeito das definições modernas do direito natural, mas as consequências que tira das suas mostram que o toma num sentido que não é menos falso” (Rousseau, 1985, p.252). Para Rousseau, Hobbes (1974) utiliza dados históricos para analisar o homem natural, confundindo o fato com o direito, isto é, estabelece o direito natural mesclando-o com resultados históricos quando na verdade a história suprime o direito natural. Para Rousseau, ao contrário, o contrato substitui o direito natural do homem solitário pela cidadania (DUMONT, 1983).

animais pelo alimento o homem encarregou-se posteriormente de prover a subsistência, por meio da pesca, da caça e dos frutos do campo, enquanto a mulher tornou-se mais sedentária, cuidando dos filhos e da cabana, o que gerou a aglomeração de várias famílias em uma mesma região e deu origem a pequenas nações particulares sob a mesma influência climática, alimentação e gênero de vida. Vivendo, contudo, na mais perfeita harmonia. Essa ideia de família aparece como natural.

No *Discurso sobre a origem e as condições de ilegalidade feita pelos homens*, Rousseau (1985) enfatiza que o ‘estado natural’ é o tempo mais feliz e duradouro da humanidade, porquanto, neste estado, o homem é livre, bom, sadio e feliz, gozando dos frutos do campo, da pesca e da caça, acumulando apenas o necessário para seu consumo imediato, sem preocupar-se em armazenar além do necessário para sua subsistência (STAROBINSKI, 1991). Nas argumentações roussonianas, o estado harmônico entre os indivíduos findados com o surgimento da propriedade. Pressuposto que diverge da teoria contratual de Locke (1998).

Como ressalta Starobinski (1976) o contrato social roussonianos indica uma referência da perda da liberdade natural do homem, que tendo nascido livre, vive preso pela condição de subordinação ao outro, fato que torna todos os homens escravos: “O homem nasceu livre e em toda parte se encontra sob ferros. De tal modo, acredita-se senhor dos outros, que não deixa de ser mais escravo que eles” (ROUSSEAU, 1996, p.45). Rousseau questiona como é feita essa mudança ignorando-a por completo, mas se impõe o desafio: demonstrar o que torna um indivíduo escravo de outro. Sua solução é apresentar a convenção, ou o contrato social como um instrumento maior que permite a transformação de um estado natural de liberdade para um estado de ordem social, estado tido como sagrado por servir de base a todos os outros direitos dos homens, como alicerce para convivência:

Se eu considerasse tão somente a força e o efeito que dela deriva, diria: enquanto um povo é constringido a obedecer, e faz bem em obedecer, tão logo ele possa sacudir o jugo, e o sacode. Faz ainda melhor porque recobrando a liberdade, graças ao mesmo direito com o qual lhe arrebatarem, ou que lhe serve de base para retomá-la. A ordem social é um direito sagrado que serve de alicerce a todos os outros. Esse direito todavia não vem da Natureza. Está pois fundamentado sobre convenções (ROUSSEAU, 1996, p.45).

Há nesta passagem a exposição de um problema político que remete a liberdade que se torna objeto de troca. Para que seja realizada a troca, o indivíduo é apresentado como ‘povo’ e passa a representar a vontade de todos. São os indivíduos que alicerçados pela convenção,

tornam-se povo. Este troca a liberdade pela proteção, que deve ser obtida através da obediência. O povo faz bem em obedecer, mas também não o faz, caso seja necessário. Porque “O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado [...]. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.” (ROUSSEAU, 1996, p. 36). Assim, os indivíduos, enquanto povo retoma a liberdade que empenhou. Foi a condição apresentada pelo autor para substituir a ideia de governo soberano de Hobbes (1651). A partir desta condição, cria-se uma ordem social conquistada pelo contrato social que não baseia-se na força:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum à pessoa e os bens de cada associado, e cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente. “Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social” (ROUSSEAU, 1996, p. 53).

Uma forma de associação que anule a vulnerabilidade advinda de um poder opressor. Para combater os teóricos do direito natural, no *Discurso sobre a origem da desigualdade*, Rousseau (1985) ressalta que a liberdade no ‘estado natural,’ em que vive os indivíduos, precisa de garantias, na medida em que o puro instinto não é mais suficiente para a sobrevivência do homem em seu estado natural. O contrato social garantirá a liberdade e assegurará direitos.

O contrato social em Rousseau (1996) revela-se como um corpo moral e coletivo, em que há uma completa diferença entre a liberdade natural e a liberdade civil. O contrato nasce de uma necessidade: criar uma ordem social que cria a alienação total de indivíduos livres. Althusser (1972) argumenta que o contrato social rousseauiano apresenta condições incompatíveis, que faz do contrato um instrumento que nega e afirma a liberdade. Muito embora deva-se reconhecer que este autor não imprime o mesmo esforço para pôr em relevo o uso da razão como mola instrumental de valorização de ganhos materiais, e de desenfreio consumismo que impetra na modernidade.

Althusser (1972) deixa de fora um problema que marca as relações contemporâneas e torna as relações em sociedade uma espécie de esteio na arregimentação do lucro pelo lucro. Por outro lado, sua análise crítica ao contrato social de Rousseau (1996), incita uma análise para que a ‘ganância capitalista’ possa ser incluída no debate através da proposta individualista com fins de garantia de bens e propriedades.

Conforme nos alerta Althusser (1972) o contrato social é uma convenção de troca, celebrado entre as partes contratantes, como em todo contrato. Porém, uma dessas partes contratantes não existe de fato, ela será o resultado ou função do contrato. A solução do contrato está prescrita em uma das condições do próprio contrato ou como produto do contrato, que é a comunidade. Os indivíduos fazem o contrato com a comunidade que só passa a existir quando o contrato é celebrado. De acordo com Althusser (1972), há um desajuste que pode ser demonstrado pelo ato de intercâmbio entre PI. 1 e PI.2:

PI.1 Indivíduo	PI.2 Comunidade
(Alienação total)	(?)

Intercâmbio

A comunidade não é anterior ao contrato social. Quando os indivíduos trocam a liberdade submetendo-se pela alienação total, o que dará o contratante, que é criado, no ato do contrato? Essa questão só poderá ser respondida se soubermos quem é a comunidade. Ela é composta pelos mesmos indivíduos que representa PI.1 a parte individual, ou seja, todos os indivíduos que participam do contrato social. É, portanto, um ato recíproco do público com o particular: a comunidade é uma condição do contrato. A comunidade só é constituída quando os indivíduos realizam o ato contratual. O contrato social só pode ser realizado se houver dois contratantes: indivíduos e comunidade. Aparece o primeiro desajuste do contrato rousseauiano.

Rousseau (1996) quer demonstrar que os direitos que os indivíduos possuíam no estado natural, um estado que é tido como “puro”, transforma-se em um estado completamente diferente após os indivíduos tornarem-se sociáveis. Desta forma, os indivíduos em ambos os estados, natural e contratual, são completamente diferentes. O primeiro é a-histórico e o segundo engendra a significação da história, regidos pela liberdade civil.

No estado natural rousseauiano, todas as necessidades estavam satisfeitas, não havia mediação com outros indivíduos para garantir a sobrevivência, ressalta Althusser (1972). O simples instinto animal bastava para a preservação da espécie. A família é natural porque pertence a esse estado natural. Ela é entendida como quase um estado de graça, através do

governo do pai em prol dos filhos. O problema apareceu quando os fenômenos fora do controle dos indivíduos levaram a situação de caos – uma catástrofe natural qualquer como um furacão, um terremoto, uma enchente, transformariam o estado natural – os indivíduos precisaram se unir para superar esses infortúnios naturais que não existiam antes. Pela capacidade que os indivíduos têm de contrariar seus instintos, terminaram por se associar aos outros. Os indivíduos sociabilizaram-se, portanto, contra a sua própria natureza para não perecer “se não mudasse o modo de vida, pereceria” (ROUSSEAU, 1996, p.31). Em outras palavras, para continuar existindo os indivíduos precisaram contrariar sua essência: naturalmente independentes. E tornaram-se seres morais, conscientes e socialmente dependentes. Essas condições são trazidas por Pateman (1993) como referência ao contrato sexual. A descontinuidade entre o estado natural e estado artificial não atinge a família tal como apresentada em Rousseau (1996). Os indivíduos considerados socializados não incluem a relação familiar. Por outro lado, há uma ruptura na relação familiar, entre pai e filho. É através desta ruptura que a família ‘natural’ eleva-se ao status de convenção.

A família anti-contratual difere do contrato social porque não há uma busca por uma organização social ou pela garantia da liberdade, não há uma indicação de troca de liberdade pela ordem social. “A família não aliena a liberdade a não ser em troca da sua utilidade” afirma Rousseau (1996, p.11). A família como base natural está fora do contrato social. O contrato sexual em sua invisibilidade é recoberto por um pretense estado de ‘felicidade’ protegida por um guardião que se faz presente na imagem do pai.

A família como o primeiro modelo das sociedades políticas e a mais natural constitui-se com base nos seguintes pressupostos: a) O chefe é a imagem do pai, b) O povo é a imagem dos filhos, c) Só pai e filhos nascem livres e iguais. O contrato social em Rousseau (1996) diz que: a) O indivíduo é livre, b) Que nenhuma pessoa pode ser subordinada a outra e c) Que a força não faz direitos.

Na família rousseauniana, a liberdade não está em jogo, porque já há um chefe que governa: o pai. A família, como base natural, é anterior ao contrato, não há uma indicação de troca de liberdade pela ordem social. Para Rousseau, a diferença entre o contrato social e a família, é que nesta, o amor do pai por seus filhos é retribuído pelo cuidado. No contrato social rousseauniano, o Estado não tem o mesmo amor de pai pelo povo: “Toda a diferença é que na família, o amor do pai por seus filhos é retribuído pelos cuidados que receberá mais tarde, e no Estado, o prazer de comandar é superado pelo amor que o chefe não tem pelo seu povo (ROUSSEAU, 1996, p.46). Suponho que quando Rousseau faz uma comparação entre o

contrato social e a família natural, a liberdade não é um objeto a ser conquistado ou requerido. O contrato social não provém da força, mas de um direito, de uma convenção, de um instrumento político não natural. É o oposto da família, tal como afirma Rousseau no Capítulo II *das Primeiras Sociedades*: “A mais antiga de todas as sociedades e a mais natural é a família “(ROUSSEAU, 1996, p.46). O desajuste do contrato social pode ser comparado a outro tipo de ‘estado natural’ em que as trocas não se dão pela via da liberdade. O contrato social em Rousseau revela-se como um corpo moral e coletivo, em que há uma completa diferença entre a liberdade natural (privada) e a liberdade civil (pública).

Arendt (2008) apresenta um argumento para esclarecer essa complexa contradição entre contrato social e família:

O poder pré-político com qual o chefe da família reinava sobre a família e seus escravos nada têm a ver com o caótico “estado natural” de cuja violência, segundo o pensamento político do século dezessete, os homens só poderiam escapar se estabelecessem um governo que, através do monopólio de poder e da violência, abolisse a “guerra de todos contra todos”. Pelo contrário, todo o conceito de domínio e de submissão, de governo e de poder no sentido em que concebemos, bem como a ordem regulamentada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes à esfera privada, e não à esfera pública (ARENDRT, 2008, p.41).

A autora realiza uma clara comparação com o *Leviatã* de Hobbes (1974) enfatizando que a submissão e a desigualdade eram próprias das relações em família. Ao contrário do espaço considerado público que só participava indivíduos como iguais, que ficavam de fora escravos e mulheres:

A polis diferenciavam-se da família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe de família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais. É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco tem em comum com o nosso conceito de igualdade; significava viver entre pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de “desiguais”; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-estado (ARENDRT, 2008, pp.41/42).

A família em Rousseau (1996) aparece sob a guarda do patriarca *tradicional*. Espécie de patriarcado que deve ter fornecido o modelo ou a metáfora para as relações de poder e autoridade na família enquanto ‘fenômeno natural’. O modelo se apresentava com tamanha veemência que não manifestava-se apenas na família, mas em toda forma de Estado. Este como um grande pai, deveria exercer sua autoridade moral e política e tratar seus súditos como filhos a serem protegidos. O poder familiar exercido pelo pai era, em cenário anterior, o

poder político. Essa condição do pai foi contestada, conforme está exposta nas teorias do contrato social.

Suponho que os substitutos do pai são os ‘indivíduos contratantes’. São estes os orquestradores da maneira que a família e a sociedade se representam. Essa condição pareceu muito mais eficaz e assertiva por permitir a ideia de igualdade de conquistas para todos. Não era mais necessário ter ou pertencer a uma família para ser integrado como cidadão ou ter a liberdade de traçar seu caminho. Pareceu que, ser indivíduo, era melhor que ser pai, já que nem todos poderiam alcançar esse status.

Os interesses que abriga o ‘indivíduo contratante’, e o contrato sexual que abriga o indivíduo pelo parentesco, tem que parecer diferentes para funcionar. Um esforço é exigido para que se perceba que o parentesco também é individual.⁵³

O que talvez indique o germen de uma vontade ‘individual’ no modelo de família patriarcal em que um só indivíduo é apresentado como o chefe da família. Essa condição exercida pelo pai patriarca foi contestada para fazer surgir o contrato social, mas permaneceu na figura do indivíduo-pai moderno. A família como base natural está fora do contrato social. Significa que o ideal de liberdade está ausente ou só se faz presente na imagem do homem. A igualdade e a liberdade não estão presentes para todos que compõem a família natural. Esta parece muito mais próxima do contrato sexual. Uma parte invisível que dá sentido ao contrato social.

Embora Rousseau (1996) afirme o caráter natural da família, aponta sua perspectiva situacional, ao considerar uma mudança que a faz tornar-se contratual ou alterar-se conforme as mudanças próprias de cada realidade familiar. Parece que nem mesmo a família rousseauiana pôde ser fixada em uma condição natural, já que altera o seu *status* natural visando à adequação às necessidades de pais e filhos. Quando a família torna-se contratual? Para Rousseau, quando o pai e os filhos se tornam independentes, ou seja, quando não existe mais a obrigação de cuidado por parte do pai e de obediência por parte dos filhos:

As crianças apenas permanecem ligadas ao pai o tempo necessário que dele necessita para a sua conservação. Assim que cesse tal necessidade, dissolve-se o laço natural. As crianças eximidas da obediência devida ao pai, o pai isento dos cuidados devidos aos filhos, reentram todos igualmente na independência. Se continuam a permanecer unidos, já não é naturalmente, mas voluntariamente, e a própria família apenas se mantém por convenção (ROUSSEAU, 1996, p. 11).

⁵³ Tema que será discutido no Capítulo Quatro.

Fica claro que a mudança proposta pelo autor está restrita a relação entre pai e filho. A convenção supõe que há entre estes uma relação de igualdade ou ainda de reconhecimento do filho aos cuidados que lhe fora dado pelo pai. Ao que tudo indica a mãe não é partícipe dessa mudança. Esta condição só pode ser aceita se admitirmos que a família rousseauiana seja também uma espécie de ‘naturalidade artificial’, um contra censo, uma convenção ontológica: a que nomeia o pai como chefe e o povo como filhos.

Se na contemporaneidade a ideia de naturalidade familiar ou de convenção entre pai e filho se confunde com a noção de liberdade e acordo, ela parece muito próxima do contrato sexual, ou a uma espécie de patriarcado moderno conforme sugere Pateman (1993).

O casamento como um pacto voluntário, tal como sugere Locke (1998) no contrato social, é como um ato de vontades entre um homem uma mulher, inscrito numa estrita condição: procriar ou reproduzir a espécie. A teoria contratual de Locke (1998) transforma o casamento em um contrato matrimonial, um contrato sexual através da relação conjugal e do casamento. Não é neste instrumento que a divisão sexual do trabalho se estabelece com o propósito de beneficiar sua descendência?

Pateman (1993) apresenta o contrato sexual como o pilar fundamental do espaço de produção de bens e riquezas que em linguagem patriarcal é atribuído ao mundo público. No contrato sexual (leia-se patriarcado moderno) repousa certos elementos relevantes para a compreensão do convívio social. Pode-se supor que o contrato sexual seja o instrumento que valida as ações de poder e atribui práticas valorativas sustentadas na diferença sexual. Cabe, pois indagar acerca dos problemas implicados no contrato sexual, particularmente acerca do estatuto de ‘indivíduo contratante’. Ao que tudo indica, as ideias de autonomia e de liberdade se contrapõem à família, comumente interpretada como o fundamento natural da vida civil (PATEMAN, 1993). A vida civil ordenada a partir do contrato social, em certa medida depende do contrato sexual, que é constituído por um conjunto de práticas tecidas continuamente pela significação dos vínculos e pela mediação dos afetos: “Os indivíduos compreendem o que significa “contratar” somente porque todo contrato é parte da prática mais ampla de fazer contratos, e a prática é constituída porque contratos são vínculos” (PATEMAN, 1993, p. 259).

O patriarcado enquanto poder político do homem enfraqueceu seus tentáculos, mas o sistema de relação de gênero revela que as questões mais subjetivas do patriarcado, as que

envolvem o sexo e as sexualidades, estão fortemente enraizadas nas questões de gênero. O destaque por Pateman pode esclarecer essa afirmação:

O termo “gênero” foi introduzido como uma arma de luta contra o patriarcado. O argumento patriarcal deixa claro que as mulheres estão naturalmente submetidas aos homens, ou seja, a submissão decorre de sua biologia, de seu sexo. Falar em gênero, em vez de falar de sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Realmente, o que os homens e as mulheres são e como as relações entre eles estão estruturadas, depende muito da importância política atribuída à masculinidade e à feminilidade (PATEMAN, 1993, p.330).

Desde que as ciências sociais americana passaram a utilizar o termo “gênero”⁵⁴, debates se iniciaram nos anos 60 e 70, e os discursos referentes ao corpo forneceram muitas problematizações. Os debates feministas acerca do gênero como arma de luta, já fazem quase meio século e foram além das questões de direitos de mulheres, como as propostas da teoria *queer* que traga à tona os debates sobre a diversidade sexual e sexualidades não normativas. Debate que não será aqui tratado de maneira direta, mas que não impede que uma reflexão seja feita através de questionamentos sobre o entrelace entre os contratos. Ou no sentido de questionar o gênero que atribui o macho como homem e a fêmea como mulher, mediante o viés biológico, que se ampara na imposição do sexo e da sexualidade como devir normativo.

O entrelace entre o contrato social com o sexual é também ferramenta de uso para a negação de relações sexuais de pessoas do mesmo sexo? Estas relações são regidas pelo contrato sexual? As respostas podem abarcar diferentes suposições: 1) As relações entre pessoas do mesmo sexo, não são mediadas pelo entrelace do contrato social com o sexual enquanto este for compreendido como regulador de relações heterossexuais: procriação sustentada pelo pacto voluntário entre homem e mulher, como sugerem os filósofos contratualistas. E 2) As relações entre pessoas do mesmo sexo, também podem reproduzir os mesmos sistemas do contrato sexual através da divisão sexual do trabalho; na desqualificação das práticas realizadas pelas mulheres acerca da esfera doméstica, ou através de práticas que representem ‘indivíduos contratantes’ e afirmem os mesmos pressupostos que se fundamenta pelo ideal de indivíduo, este que aufere grande valor as conquistas individuais. As

⁵⁴ O gênero enquanto objeto de estudo e análise do comportamento sexual, foi mencionado na metade do século XX por uma equipe de médicos em busca de respostas para lidar com as questões da intersexualidade. “Em 1954, Robert Stoller escreve *Pesquisa Clínica de Identidade de Gênero*. Esse termo passa a ter uma popularidade que antes não se conhecia” (DORLIN, 2012, p.32). A partir daí, Stoller propõe distinguir o sexo biológico de identidade sexual, com o objetivo de perceber homem ou mulher e como estes se comportam. A distinção será apresentada em 1968 em termo de sexo e de gênero. Conforme Dorlin (2012) em *Sexo, gênero e sexualidade*.

sexualidades, sejam estas normatizadas ou fora das normas, não podem ser compreendidas sem uma relação direta com as concepções arroladas a ideia de indivíduo. Este é o fundamento da ideia de liberdade e sustenta na contemporaneidade, relações genderizadas.

Quanto ao termo gênero há aqui a necessidade de distinção de uma palavra que se tornou uma bandeira de luta. Quando se diz que o sexual não conhece qualquer orientação primária, nem de gênero, nem de sexo, porque ele visa antes o prazer, de que gênero se fala? Um exemplo da complexidade que ronda o termo gênero pode ser vista em um texto da filósofa americana Haraway (2008). Ao ter recebido um convite para elaborar um dicionário marxista a autora realizou um grande esforço para demonstrar como o termo gênero é carregado de diferentes sentidos. Aportam diferenças entre as culturas e as línguas que o representa.

A raiz da palavra em inglês, francês e espanhol é o verbo latino *generare*, gerar, e a alteração latina *gener-* raça ou tipo. Um sentido obsoleto de "*to gender*" em inglês é "copular" (*Oxford English Dictionary*). Os substantivos "*Geschlecht*", "*Gender*", "*Genre*" e "*Género*" se referem à ideia de espécie, tipo e classe. "Gênero" em inglês tem sido usado neste sentido "genérico", continuamente, pelo menos desde o século quatorze. Em francês, alemão, espanhol e inglês, "gênero" refere-se a categorias gramaticais e literárias. As palavras modernas em inglês e alemão, "*Gender*" e "*Geschlecht*", referem diretamente conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração, engendramento e assim por diante, ao passo que em francês e em espanhol elas não parecem ter esses sentidos tão prontamente. **Palavras próximas a "gênero" implicam em conceitos de parentesco, raça, taxonomia biológica, linguagem e nacionalidade [...].Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para "sexo" e "gênero" são parte da história política das palavras.** Os significados médicos acrescentados a "sexo" se somam progressivamente a "gênero", no inglês, através do Século XX. Significados médicos, zoológicos, gramaticais e literários têm, todos, sido contestados pelos feminismos modernos (HARAWAY, 2008, p.209, grifo nosso).

Este excerto traz diferentes significados quanto ao termo gênero em sua abordagem gramatical, ou na relevância semiótica, histórica e cultural que o termo carrega. Os indivíduos adquirem uma espécie de qualificação, em função de diferentes representações e contextos atribuídos pelo gênero e para o gênero. Os significados carregam uma variabilidade conforme a cultura, sua concepção é feita a partir do uso em cada lugar, cidade ou país. Para existir socialmente o termo gênero é interpretado conforme os hábitos, crenças e costumes. Significa dizer que os indivíduos sociais fazem parte da análise que o constitui, o aceita e o rejeita conforme suas relações de convivência.

Tal entendimento coloca à luz o quanto a palavra gênero é carregada de contradições, ou nada clara quanto ao seu significado. Começa por ser um elemento que, longe das

discussões acadêmicas e projetos igualitários, não é posto em questão: ninguém pergunta – qual o seu gênero? Há uma suposição a priori, como se todos já o tivesse, e todos já o conhecesse pelas características físicas que os indivíduos apresentam. Conforme bem argumenta a autora “Os significados compartilhados das categorias raciais e sexuais de gênero apontam para as histórias modernas das opressões coloniais, racistas e sexuais entrelaçadas nos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus consequentes discursos libertários e de oposição” (HARAWAY, 2008, p.208).

Faz-se relevante as formas que o gênero, enquanto classe gramatical ou classificação biológica, atua para fazer parecer que os sexos são fixos ou naturais. Um sexo que é nomeado como pertencente ao mundo público e outro sexo que é nomeado como pertencente ao mundo privado fazem o par oposto que reiteradamente torna-se norma. Quando utiliza-se o público e o privado, incorre-se no erro de também destacar o natural e o civil como termos que remetem ao homem e a mulher respectivamente. O gênero aparece como o elemento que reporta-se aos parâmetros culturais. Foi esta alocação ao gênero, ou seja, um termo que carrega um significado racial, moral, classista e, portanto, social, que fizeram com que as teóricas feministas como Scott (2009) e Rubin (1986), Haraway (2009;2008); De Lauretis (1994); Castro (2008;1992) entre outras, desse ao termo gênero um destaque essencialmente político.

De acordo com Haraway:

Em todas as suas versões, as teorias feministas de gênero tentam articular a especificidade da opressão das mulheres no contexto de culturas nas quais as distinções entre sexo e gênero são marcantes. Quão marcantes depende de um sistema relacionado de significados reunido em torno de uma família de pares de oposição: natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recursos/produtos [...] os conceitos feministas de gênero colocam de modo agudo os problemas da comparação cultural, da tradução linguística e da solidariedade política (Haraway 2008, p.210).

Há uma chamada para a relevância do terreno simbólico, das práticas e ações de convivência. Situar as diferenças de gênero de acordo com hábitos culturais, revelam o caráter manipulativo e político do termo.

A socióloga Castro (2009) ressalta que no Brasil, o gênero pela perspectiva americana teve uma aceitação imediata, sem grandes discussões, mas chama a atenção pela maneira que o termo gênero é usado por agências de interesse em políticas direcionadas às mulheres e acrescenta que “algumas feministas têm chamado a atenção para a necessidade de ser mais restrita a diferenciação entre mulher, gênero e perspectivas feministas e, também, para o debate, no sentido de evitar identidades fixas” (CASTRO, 2009, p.57). Ainda quanto ao

gênero Saffioti (2004) e Castro e Lavinias (1992b) sugerem seu uso concomitante com o termo patriarcado, para que não se perca o referencial crítico quando as assimetrias de poder e desigualdades sociais em suas modalidades históricas.

Confirmando essa condição Scholz (2014a) em *O Sexo do Capitalismo - Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado*, argumenta que é preciso partir do princípio de que a “moderna relação de gênero deve ser examinada no contexto do patriarcado produtor de mercadorias, não como um dado trans-histórico “paralelo” às diferentes formações sociais. Isto não quer dizer que não haja antecedentes” (SCHOLZ, 2014a, p.12). A relação de gênero adquire na modernidade produtora de mercadorias (posteriormente nomeada de capitalismo) uma qualidade completamente nova, que é preciso ter em conta teórica e analiticamente. Na pós-modernidade, pode-se constatar uma nova mudança na relação de gênero. Contudo, há que verificar a codificação fundamental, no sentido do valor atribuído a quem produz, que corresponde a uma hierarquização sexual que Scholz (2014a) nomeia de dissociação-valor.

2.4 O contrato sexual: natural versus civil (o público e o privado?)

Natural e civil são ao mesmo tempo, opostos e interdependentes (PATEMAN, 1993). Os dois termos adquirem significado a partir da relação recíproca; o que é civil exclui o que é natural, e o que é natural exclui o que é contratual. A íntima relação entre o privado e o natural está, segundo Pateman (1993;1989) na base da interconexão entre liberalismo e patriarcalismo, e aparece mesmo em liberais considerados feministas, como Stuart Mill⁵⁵. O público e o privado podem ser também denominados espaço da cultura e da natureza, respectivamente, mas qualquer que seja a nomenclatura utilizada há uma hierarquia entre o que é nomeado como espaço masculino e feminino.

A identificação do feminino com a natureza teria três consequências. A primeira seria a desvalorização das atividades consideradas femininas, que o contrato sexual reforça ao mesmo tempo em que desqualifica. Conforme Pateman (1989, p.45) “Isso porque teríamos herdado dos gregos o valor da superação da existência meramente natural”. A cultura seria a expressão do potencial criativo e político, portanto, um espaço de manipulação do poder para benefício de poucos. A segunda consequência, por sua vez, consiste em considerar essa

⁵⁵ MILL, John Stuart. A sujeição das mulheres, (2006).

dicotomia inquestionável e imutável. Se considerarmos a natureza como força distributiva das tarefas referentes à criação dos filhos por exemplo, os seres humanos não teriam muito a fazer a não ser adaptar à vida em sociedade, a distinção entre tarefas femininas e masculinas, ganham um caráter fixo, levando a ideia de identidade. Finalmente, a terceira consequência diz respeito à abstração histórica, implícita na dicotomia público-privado. Ao considerá-la uma imposição da natureza, além de imutável e amoral, a divisão entre o público e o privado é descontextualizada. A dicotomia público e privado obscurece a relação entre liberalismo e patriarcalismo, ou entre contrato social e contrato sexual, e a relação de ambos com o capitalismo. Este último teria reforçado essa dicotomia à medida que se desenvolvia, concentrando tanto a teoria quanto a prática política na esfera pública e civil, marginalizando a esfera doméstica.

O capitalismo não teria, portanto, definido apenas uma divisão de classes, mas também uma divisão sexual com a qual se relaciona à primeira. A divisão sexual do trabalho afastaria as mulheres do mercado ou inseri-las-ia em condições sociais desvantajosas. Realidade que está sempre em discussão, já que a doutrina do liberalismo mostra-se incapaz de diagnosticar como desigualdade de gênero a desigualdade nas condições de inserção da mulher.

Scholz (2014b) argumenta que no patriarcado capitalista as mulheres trabalham numa proporção considerável na esfera pública, exercendo atividades profissionais. Porém, as mulheres, ao contrário dos homens, são até hoje as primeiras responsáveis pelas tarefas de cuidar da família, ou seja, na ordem simbólica do patriarcado produtor de mercadorias, existem as imagens correspondentes da masculinidade e da feminilidade. “A dissociação-valor como princípio formal abrangente também significa, simultaneamente, noutro nível de abstração, uma coordenação de esferas sexualmente especificada, a saber, das mulheres para a esfera privada e dos homens para a esfera pública” escreve Scholz (2014b, p.18) em *O Sexo do Capitalismo*. Na contemporaneidade, o fato de as mulheres mesmo antes já se movimentarem numa percentagem considerável para a esfera pública não afeta a força concentrada neste contexto cumulativo psicossocial-ideal-material, onde afeto e vínculo se misturam com o ideal de liberdade e de conquistas materiais. Isso ocorre mesmo ainda hoje, quando as mulheres exercem carreiras profissionais ou fora do âmbito doméstico, ou seja, mesmo sendo consideradas “duplamente socializadas” conforme sugere Scholz (2014b).

Para explicar essa transformação, ou realizar uma dupla análise da oposição e dependência entre natural e civil, aqui destaco:

- a) A contraposição entre o privado e o público é o outro lado da divisão entre natural e civil, entre mulher e homem. No entrelace entre os contratos, a esfera privada aparece como feminina (natural) e a esfera pública, aparece como masculina (civil)⁵⁶. São contratuais, mas uma adquire significado a partir da outra.
- b) O significado do que é ser um indivíduo, produtor de contratos e civilmente livre, é revelado através do significado da condição de sujeição de quem trabalha em casa.

O trabalho (domínio civil) e a casa dos afetos (domínio natural) estão presos a uma interpretação que os faz parecer dissociados de qualquer relação entre eles. Da mesma forma, o sexo foi dividido em metades: homem e mulher. A estratagemma consiste em dividir o que faz cada um, para atribuir valor às suas ações. A esfera privada, ou lugar por essência do trabalho e dos afetos é esquecida: “O grande público reconhece o termo contrato social porque ele tem sido utilizado para se referir às relações entre governo, trabalho e capital no domínio ‘civil’. (PATEMAN, 1993, p. 30). A invisibilidade do contrato social nas relações privadas é da mesma ordem que torna invisível o contrato sexual na vida pública: a ordem que exclui o trabalho realizado no âmbito privado, como também de valor. No contrato sexual repousam certos elementos relevantes para a compreensão do convívio e do funcionamento da família que parecem validar as ações de poder e atribui práticas valorativas sustentadas na diferença sexual.

⁵⁶ A definição dos espaços entre produção e reprodução, público e privado vivenciados pelos sexos (ou também podemos dizer pelos agentes familiares) remete a diferentes formações sociais. No mundo grego, por exemplo, a divisão social do trabalho e a divisão sexual do trabalho já evidenciavam as desigualdades nas relações sociais entre os homens: a exploração do homem pelo próprio homem e que hoje podemos chamar de exploração de gênero (ENGELS, 1981). Aos homens livres, era reservada a vida pública, a responsabilidade pelas decisões sobre a vida da cidade. No mundo medieval, o trabalho era feito em casa ou com a família, não havia a separação entre o lugar de produção e lugar de morada. A mulher camponesa trabalhava com o marido em suas funções de artesãos ou comerciantes. Por outro lado, a casa e a família como a conhecemos hoje eram bem diferentes: não havia o sentimento de privacidade e apresentava diferenciações bem relevantes nas relações entre os sexos. O chefe era o pai ou marido que era o responsável pela mulher. Esta não tinha quase nenhuma relação direta autônoma com o espaço público, julgado como próprio do homem. Houve uma mudança fundamental com o advento do capitalismo, e a separação entre os sexos nos espaços e tempos de produção e reprodução tomou o caminho tal como se apresenta hoje, nas relações contemporâneas. As mulheres, prioritariamente, foram designadas para o lugar da reprodução, e os homens para a produção. Muito embora essa separação não tenha ocorrido de maneira linear ou de maneira indiscriminada, houve mulheres que permaneceram em campos de trabalho familiar e ao mesmo tempo, em trabalhos fora deste (HIRATA 2002; CASTO E LAVINAS, 1992). No Brasil, o final do século XIX marca a constituição de espaços distintos: o privado e o público, excluindo as mulheres deste último. O discurso que vigorava na época na França e que provocava reflexos também no Brasil, apoiava-se nas pesquisas da medicina e da biologia que comprovavam a existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares (PERROT, 1991). Essas ideias definem a racionalidade harmoniosa da divisão sexual do trabalho, atribuindo para cada um dos sexos tarefas e espaços específicos.

Cabe, pois, indagar acerca dos problemas implicados no contrato sexual, particularmente acerca do estatuto de ‘indivíduo contratante’. Ao que tudo indica, as ideias de autonomia e de liberdade se contrapõem à família, muito embora a vida civil ordenada a partir do contrato social dependa do contrato sexual.

Em *Contrato e Dominação* (PATEMAN & MILLS (2007) obra da autora com fundamentos postos no *O Contrato Sexual* (1993) e de Charles Mills sobre *O Contrato Racial* (1997), torna-se claro que Pateman pretende afirmar o contrato sexual (leia-se patriarcado moderno), como uma parte invisível do contrato social, que não foi dirigida em termos de democracia ou elemento relevante nas discussões sobre a teoria democrática. Mills (1997) acrescenta que o racismo foi tratado com a mesma invisibilidade. No desenvolvimento da obra *Contrato e Dominação* há um diálogo entre Pateman e Charles Mills que põe em relevo diferentes perspectivas sobre o valor normativo da teoria do contrato social, com o objetivo de estabelecer uma relação ou capturar a interdependência entre raça, classe e gênero. Mills destaca que “a teoria do contrato social é hegemônica no campo (principalmente branco) da filosofia política” (PATEMAN & MILLS, 2007, p.34).

Para responder às críticas dirigidas a sua obra *O Contrato Sexual*, Pateman (1993) argumenta que o contrato sexual enquanto expressão do patriarcado moderno é muito mais complexo e contém argumentos mais densos que os descritos em sua obra. Uma das principais críticas refere-se ao fato de a obra citada apresentar argumentações que mais parecem como uma agência moral. Ou como sugere Fraser (1997a) que Pateman (1993) teria reduzido as instituições sociais a uma série de relações diádicas. As respostas da autora são espirituosas e devolvem as críticas com análises mais profundas sobre o objeto criticado, a exemplo de suas análises sobre a teoria política e o problema da obrigação.

O interesse de todos os trabalhos da autora reside na teoria democrática, ou para mudanças que fortaleçam uma maior democracia na sociedade. Como destaca em sua obra “o contrato sexual é a respeito da política da liberdade e não uma agência moral” (PATEMAN & MILLS, 2007, p.210). Em suas respostas, a autora também enfatiza que pouco se tem discutido sobre a noção de subordinação civil e escravidão civil que parecem muito próximas às relações contratuais reais como o contrato de casamento e de trabalho. A obra *O Contrato Sexual*, indica uma busca ou uma maior reivindicação na contemporaneidade por uma filosofia política que seja capaz de reconhecer desigualdades sociais ou que destaque as implicações que sustentam a teoria política originada na era moderna. Um dos exemplos desta

política são os contratos reais como o casamento e o contrato de trabalho⁵⁷. Esses contratos indicam ter como base a teoria contratual fundamentada em uma espécie de patriarcado moderno que distorce o sentido de liberdade, e sugere o contrato social como uma racionalização da injustiça social. No contrato sexual há a compulsoriedade da “condição natural” de homem e de mulher, vinculados a todo privilégio e obrigação, seja econômico, patrimonial e reprodutivo. Tanto os privilégios, assim como as obrigações, são derivados da condição sexual dos sujeitos no interior do sistema da ‘heterossexualidade compulsória. Os laços de filiação, de conjugalidade, ou de parentalidade têm como base fundamental tal sistema. Muito embora estes laços estejam em constante movimento de transformação, e novos laços de filiação de parentesco surjam. As famílias contemporâneas são caracterizadas pelas diferentes formas que se apresentam e organizam as relações entre pai, mãe e filhos.

As discussões aqui apresentadas em plano de ensaio são fundamentadas em concepções teóricas advindas do estado de arte que manejo. Resulta do aporte ao conhecimento científico sobre o objeto de pesquisa em estudo. É proposta desta tese que o conhecimento científico e o conhecimento advindo através das representações sociais das famílias, sejam postos lado a lado⁵⁸. Conforme bem argumenta Moscovici (2009, p.323) “O conhecimento científico procede da premissa para a conclusão e se apoia naquilo que ele considera puros fatos [...] o senso comum, se apoia na memória coletiva, no consenso”.

O que faz-me questionar: como pensar ‘famílias ‘como espaços de circulação democrática dos afetos e dos indivíduos? Uma transformação necessária dar-se-ia no casamento, lugar por excelência de trocas afetivas e sexuais. Ou, também este sofre as variações próprias de um ideal de liberdade pela falta, que disfarça a necessidade de amparo na casa dos afetos?

⁵⁷ A autora destaca às semelhanças da criação e da relação entre casamento moderno e trabalho nos séculos XVII e XVIII (de 1840 a 1970) para o fim do auge patriarcal.

⁵⁸ Doravante utilizarei essa proposta em todos os capítulos da tese.

2.5 As Famílias Sigma, Delta e Gama no entelace dos contratos?

Quando perguntado à família Sigma o que é casamento os discursos não se referem a um conceito. Referem-se às situações que viveram nas dificuldades enfrentadas e que ainda perduram, as recusas, as mudanças impostas.

Antenor referiu que casamento é respeito é união de duas pessoas. Revelou que antes de conhecer Tereza teve muitas mulheres e que teve tudo para abandonar o casamento, mas tentou e valeu a pena porque aprenderam juntos.

Tereza traz a ideia de casamento como luta, conquista que exigiu muito investimento: “O que é casamento: eu lutei muito pra chegar até aqui, corpo a corpo, suor do rosto. Foi muito difícil. Para chegar até aqui e ficar nesse teto eu lutei muito”.

Antenor e Tereza se conheceram por acaso, e casaram-se poucos meses após. Para Tereza, o casamento foi uma experiência muito difícil, de muitas tensões, só não desistiu para não ser uma ‘mulher largada’. Ela não sabia nada sobre Antenor e pouco conversaram. No segundo encontro, Antenor apareceu de repente na casa dos pais de Tereza, pediu permissão aos pais, pegou a mão de Tereza e colocou uma aliança. Tereza lembrou que conseguiu dizer “a gente não se conhece não pode dar certo – e ele disse: eu já lhe conheço”. O pai de Tereza ficou muito contente e a mãe aceitou sem uma opinião formada, casaram-se em poucos meses. Tereza lembrou que se casaram e logo em seguida foram para um hotel. Minutos depois, Antenor recebeu um telefonema chamando-o para realizar uma viagem a trabalho. Ela ficou sozinha neste hotel durante cinco dias. Não tiveram lua de mel, nem tiveram a oportunidade de conversar.

Quando o marido retornou, Tereza teve a sua primeira experiência sexual: “Foi difícil, só ficou mais confortável após seis meses de casamento. Todas as mulheres do mundo ele pegava”. Para Antenor, o casamento aconteceu como um ato não pensado, lembrou que foi se dar conta do ato que tinha cometido três anos após: “Ah um dia eu pensei: eu vou arrumar uma moça para casar, depois do ato e que eu fui pensar no que eu fiz. Eu levei isso como se não tivesse acontecido mais ou menos três anos, foi muito difícil”.

A experiência do casamento foi difícil para o casal. Tereza pensou em abandonar tudo, “Em quase quarenta anos de casados, houve calma em poucos meses. Eu me vi

menosprezada e agi feito um leão, eu não me casei para ser uma mulher largada, eu não vou ser abandonada, foi difícil. Não é uma história bonita”.

Tereza seguiu o caminho da maioria de algumas mulheres da sua época, tornou-se a esposa e mulher cuidadora, lugar ensinado e reiterado como obrigatório para a conduta de uma mulher, em que a maternidade passa a ter um papel gratificante, pois se torna impregnado de ideal (BADINTER, 2010). As experiências de Tereza se aproximam da condição da mulher em bases patriarcais. Que suponho está próximo do contrato sexual conforme Pateman (1993). A mulher, como mãe, era à única ou a mais apta a cuidar dos filhos e da casa e, portanto, deveria manter-se vinculada apenas ao seio familiar. Voltada para o cuidado com as filhas, Tereza se separou da vida pública, porque essa realidade contrastava com as suas obrigações de dona de casa. Tereza e Antenor lembraram o quanto tiveram que “lutar” para continuarem casados. Foram anos de muitas dificuldades, paciência e renúncias. Antenor reconhece o quanto Tereza foi paciente em suas ausências e suas falhas, e reconhece que teve que mudar para continuar casado, ele destacou o quanto aprendeu na vida de casado. Reconhece ainda o quanto “ser esposa é ter muito trabalho e muita paciência. Manuela traz que o casamento é mais necessário para o homem que para mulher. Laura traz a ideia de casamento como um sonho que ela quer realizar: “O que é casamento? Casamento é tudo. Eu sou louca para me casar. Quando você casa você tá escolhendo a pessoa. É uma escolha super consciente, ninguém tá te obrigando”.

A família Sigma traz o significado de marido como uma relação de muita dificuldade, que se passa junto e faz com que aprenda juntos. Embora para Laura esta não seja uma realidade no dia a dia do casal. O significado de ser esposa é trazido como um contínuo exercício de tolerância: “O que é ser esposa? Ser esposa é tolerância, é você renunciar, ser parceira (/), é até mais que isso é ter a paciência e fazer tudo para dar certo”

As mudanças no casamento trazidas por Antenor na sua história de vida não modificou o significado de marido para Tereza, ao trazer que “ser marido é o machismo que sempre aparece”. É como se este significado fosse latente e quase imutável. Concepção que também aparece na história de Laura e Manuela, filhas do casal. Para Laura, “casamento é tudo” e “Ser marido e ser esposa é a união do casal, mas isso é um sonho”. Este discurso indica que o casamento com união, não é realizável no plano da realidade. A expressão “tudo” se refere à possibilidade de fazer escolhas. O fato de não ser obrigada a casar com alguém que não escolheu é quase uma certeza que dará certo. É como se o fato de escolher o parceiro

permitisse que o casamento fosse bem sucedido. Talvez essas significações sejam ecos do entrelace entre os contratos, na medida em que dão sustentação ao individualismo pelo amor romântico. Essa ideia que a princípio pode parecer contrária com o significado dado por Laura “em relação a ser marido e esposa: a união do casal, condição muito necessária ao casamento, está na esfera dos sonhos”, convergem entre si. Ambos parecem revelar concepções próprias do entrelace dos contratos. O casamento é tudo, mas não há união entre as pessoas que fazem parte dele. O casamento é idealizado e só pode realizar-se pelo domínio do sonho. Talvez seja por isso que no plano da realidade, Manuela traga o significado de casamento como algo mais necessário ao homem que a mulher. É uma divisão que tem lugares bem determinados que pareçam muitos próximos com as experiências vividas por seus pais. A mulher que tem que ter muita paciência, etc.

Nas narrativas de Tereza da família Sigma, o machismo é uma das máculas que acompanha o casal. Na pesquisa Gravad, Heilborn et al (2006) realizada na cidade de Salvador, o machismo aparece na fala das mulheres como uma das explicações para as diferenças entre homem e mulher. O machismo é sustentado pela ‘natural’ condição do homem de deixar fora do seu controle os impulsos sexuais: “Os homens são percebidos como padecendo de mais necessidade de sexo que a mulher” (HEILBORN et al, 2006, p.136).

Sobre o machismo, Castañeda (2007) destaca que: “O machismo está tão profundamente arraigado nos costumes e no discurso que se tornou quase invisível quando não exerce suas formas mais flagrantes como a violência física ou verbal” (CASTAÑEDA, 2007, p. 16). No entanto, discursos sobre a masculinidade como uma força natural, continua presente em quase todos os aspectos da vida cotidiana. Para Badinter (1993), o machismo e a constituição da masculinidade estão continuamente relacionados, em que ‘pequeno homem’ aprende a aceitar, o sofrimento para integrar o círculo restrito dos homens, elementos que afirmam o machismo reiterado. Nos grupos em que a virilidade é a marca, incorporam-se gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem. Há, portanto, uma luta do ‘pequeno homem’ contra si mesmo: reprime-se os choros, as tristezas e os medos para estar no ‘mesmo nível que os homens e depois para ser o melhor. Um contínuo esforço para ‘ganhar’ o direito de estar com os homens ou para ser como os outros homens através de uma maneira de conceber o que é um homem, quase por imitação. A mensagem dominante é esta: ser homem é ser diferente do outro. O masculino é,

ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo. Parece com o modelo de sociedade que institui o ‘indivíduo contratante’ temerário das paixões.

Badinter (1993) observa que o surgimento do sexo como desejo sexual contribuiu para impor aos homens um quadro heterossexual. Ou seja, o homem enquanto sexo oposto a mulher adquire uma forma ‘*natural*’ de sexualidade. A sexualidade pela expressão dos seus desejos, afirmados como uma condição necessária aos prazeres da reprodução humana. O paradigma heterossexual se impõe como linha de conduta. São elementos que dão significado ao que é trazido por Tereza da família Sigma. E que também se revelam nas significações trazidas pelas filhas dessa família. Nos discursos enunciados pela família Sigma, ser mãe e esposa implica ausência de distinção. Sofrimento e sedução são sentidos que se mesclam nas representações dessas categorias.

Para a família Delta casamento é uma convenção. Antônia e Augusto trazem que casamento sempre foi uma regra social.

Antônia tinha um projeto de vida que não incluía casamento, queria ser independente, mas não via como realizar esse projeto dentro da sua família. A única forma de sair de casa bem era casando: “Eu achava que se eu saísse de casa ia ser algo devastador para minha família, eu não via o modelo de mulher solteira saindo de casa”. Antônia conheceu seu primeiro marido aos dezenove anos. Mas não foi com ele sua primeira experiência sexual. Conheceu um homem mais velho, mas esta experiência não teve nenhum significado. Teve muito medo que seu pai descobrisse: “Eu não quis investir nesse relacionamento, ele era mais velho que eu, se meu pai descobrisse seria uma tragédia, pior do que qualquer tragédia na minha vida. Ele guardava a minha honra”.

Após dois anos de namoro, Antônia casou-se com seu primeiro marido, não conversaram sobre experiências anteriores. “Quando casei foi muito bom, eu tinha a minha casa, podia fazer o que quisesse”. O casamento deu certo por doze anos, e tiveram dois filhos (HN e Maria), mas não continuaram juntos pelo fato do marido ser muito conservador: “Meu ex-marido era um homem muito cheio de tabus, durante a gravidez do meu primeiro filho ele não teve contato comigo, com mulher grávida não se tem relações. Era uma relação muito fechada (/)”.

Quando o primeiro filho de Antônia nasceu, sua vida se transformou. Ela lembrou que foi bom para o marido por que eles já estavam afastados: “Quando meu filho nasceu, ele ficou em casa, mas eu fiquei com meu filho. Eu só era mãe, não era mulher. Meu casamento já tinha acabado, o nascimento de Maria foi uma relação em mil”

Após doze anos de um casamento por convenção, Antônia conheceu seu marido atual, Augusto. O encontro aconteceu no ambiente de trabalho. Após alguns meses pediram a separação do casamento anterior. Um dos motivos mais fundamentais que fez Antônia casar novamente é que com Augusto ela se sente ‘mulher’. Uma mulher plena que pode viver sua sexualidade.

O significado de marido e esposa para a família Delta é dividir responsabilidade. Casamento para Augusto e Antônia é ato contínuo de responsabilidade “no seio de um conglomerado que todos decidiram chamar de família”.

Maria acrescenta que casamento é como uma construção de duas pessoas, uma condição para administrar o eu e o nós, os filhos. Sem falhas: “Casamento é ficar em prol de algo que é conjunto que pode ser um projeto da união em si e depois quando tiver filho é (/) você conseguir administrar você e o nós ao mesmo tempo sem deixar nenhum dos dois prejudicados assim”.

Maria refere marido e esposa como uma fraternidade, um sentimento de irmandade que envolve sexo: “O que é ser marido? Ser marido e ser esposa são duas pessoas que participam da mesma coisa é uma fraternidade com sexo”.

Em *Contrato e Dominação* (Pateman & Mills, 2007) em resposta às críticas recebidas acerca das suas construções sobre sua obra *O Contrato Sexual*, Pateman afirma que o contrato sexual é o casamento. É um esforço da autora em destacar o casamento em bases patriarcais como o símbolo representativo da desigualdade relacional. Por outro lado, há diferentes maneiras de realizar e viver um casamento. Não é o casamento como ato, mas como se dá o casamento dentro das regras do sistema de procriação e das regras ancoradas na divisão sexual do trabalho ou em bases patriarcais. Não ao acaso quase sempre as discussões sobre casamento começam pela regra da exogamia conjugal: o casamento é constituído por um homem e uma mulher que não são da mesma família, do mesmo grupo sanguíneo, ou do mesmo clã, fazem desta celebração a oportunidade de um passar para a família do outro, ou

de um clã para o outro, são os sistemas da aliança conforme os estudos antropológicos de Lévi-Strauss (1982). Também se argumentam que essas são as regras, que a sociedade impõe a quem dela faz parte, sob pena de não haver sociedade ou de não haver a constituição da civilização ou cultura. Nesse sentido, o casamento, como um sistema procriativo pretendeu responder às normas organizadoras de uma de sociedade que suscita questionamentos. A convenção ou a ideia do contrato teve também que inventar o “amor romântico” conforme Bourdieu (2003) e Solomon (1994). E desde então, os casais não se casam pela procriação, se casam pelo desejo e pelo prazer.

As representações da família Delta convocam um refletir sobre o entrelace entre os contratos. Será que esse construto pode responder pela noção de casamento, ou pelas diferentes maneiras de constituir o casamento? As significações e ações que trazem esta família permitem-nos uma reflexão no sentido de mudança: constituíram uma nova família, deixaram para trás convenções. Indicam o comprometimento do casal nas escolhas que fazem. Permitem supor que uma convenção não suplanta o reconhecimento mútuo ou uma condição que privilegia a importância do outro.

Para a família Gama o casamento é uma escolha, contrário a uma convenção. Marília referiu que casar é uma escolha que dará certo. Indica uma ideia que garanta um resultado positivo. “Casamento é uma experiência, se aposta que vai ser muito boa, para sempre, por isso não pode ser convenção tem que ser com alguém que vale a pena”.

Marido e esposa é o resultado também de uma escolha, uma vontade de ficar juntos, através da parceria. Esse significado está presente em toda a narrativa desta família.

Para Mário: “Casamento é escolher alguém para ficar junto e para dar certo”.

Os discursos da família Gama aproximam-se de uma ideal de casamento que teve seu início na modernidade.

Desde a antiguidade à idade média eram os pais que estabeleciam o casamento dos filhos. O casamento não celebrava um relacionamento pelo amor do casal. Era um acordo entre as famílias, um contrato conjugal realizado para cumprir os interesses dos pais em benefício das famílias (ARIÈS, 1982). O casamento-procriação era a base para as alianças familiares, a escolha pelo ‘amor’ e a sexualidade eram deixadas de lado, ou melhor, a sexualidade para a reprodução era parte da aliança firmada (Foucault, 1988). Seguindo as

ordenações de um ideal individualizado, na contemporaneidade, o casamento-procriação parece amparar-se em uma nova forma afetiva haja vista sua exigência muito mais próxima do amor romântico, e menos das teorias contratualistas que referem sobre a coesão social.

Nas relações conjugais contemporâneas sob a ordem das leis, não se credita qualquer subordinação de um sexo sobre outro, nem o casamento está essencialmente vinculado à coesão social. Essa contradição é própria da separação entre os contratos. Se o contrato social parece estar de um lado, e o contrato sexual de outro, como se opera a junção da liberdade individual com a ideia de casamento? Como ligar o indivíduo regente de suas escolhas, conforme sugere Hobbes (1974), com a sexualidade reprodutiva sugerida por Locke (1998)?

A solução parece ter sido encontrada no amor romântico. Conforme Bourdieu “O amor puro”, esta arte pela arte do amor, é uma invenção histórica relativamente recente. Solomon (2003) refere o amor puro como uma arte advinda do ideal de indivíduo e de um novo modo de convivência em que a privacidade aparece quase como um imperativo.

O amor romântico só se tornou adulto quando as sociedades recém-industrializadas e criadoras do anonimato alimentaram a independência econômica e o isolamento da família nuclear, quando foi concedida a mulheres e homens uma considerável margem de escolha pessoal na formação das parcerias conjugais; quando as narrativas românticas difundiram o evangelho do amor para a multidão de mulheres de classe média (enquanto o amor cortês tinha sido privilegio de algumas poucas heroínas aristocráticas) e, o que é mais importante filosoficamente, quando o contraste entre o amor sagrado e o amor profano se esfacelou e foi sintetizado numa forma secular, como tantas outras ideias o foram no iluminismo (SOLOMON, 1994,p.505).

Nas análises do autor, a crença numa espécie de ideal individualizado que fez nascer o anonimato, sustentado na autonomia econômica, tornou o amor romântico a escolha fundamental de indivíduos. O amor cortês de que fala o autor é aclarado por Ariès (1982) em *O amor no Casamento*, como uma espécie de amor clandestino que repousava na casa dos amantes, dos amores proibidos entre mulheres casadas e homens que as idealizavam, sem jamais concretizar um encontro carnal. O amor cortês é uma metáfora às avessas do lugar ‘sublime’ que uma mulher deve ocupar para suscitar no homem uma espécie de desafio, um sentimento de adoração ou reificação da imagem da mulher. Diferente era o amor sagrado cuja procriação era o objetivo principal. Para Solomon (1994), a era moderna fez do amor cortês e do amor sagrado um amor romântico. A fim de sustentar os ideais de uma ‘liberdade inventada’ conforme alguns autores que aqui manejo.

Como bem argumenta Costa (1998) “O amor romântico tem apenas dois ou três séculos de existência. É uma emoção filha do ‘individualismo afetivo’, da privacidade e da intimidade burguesa” (COSTA, 1998, p.203). Na contemporaneidade, o amor romântico parece muito longe das razões individualistas que o concebeu, reclama por um lugar que está mais próximo de um ideal de liberdade, embora talvez esteja ainda preso no entrelace entre os contratos. Chamo a atenção para o entrelace entre os contratos. O contrato sexual é esta liga que em nome do cuidado, ampara o contrato social. A liga se dá pelo afeto ou uma nova forma de expressão afetiva: o amor romântico?

Parece que a crença no casamento como lugar de identidade sexual’ do casal, tornou-se o destino. Théry (2010) ressalta que essa confusão ainda é ancorada no interior da cultura ocidental. A identidade sexual marca as pessoas pelo seu sexo.

Destaquei através das análises de Pateman (1993) que o contrato de casamento não é como um contrato de trabalho, pelo contrário, o contrato de trabalho pressupõe o contrato de casamento. Ou, para colocar a questão de outro modo, a construção do ‘trabalhador’ pressupõe que ele seja um homem que tem esposa ou uma mulher, ou uma dona de casa, para cuidar das suas necessidades enquanto tarefas domésticas cotidianas. A divisão sexual do trabalho marca as diferenças entre o homem e a mulher. E são sempre colocadas como uma questão que dá sentido as condutas de cada um, conforme o sexo.

Como bem ressalta Hirata (2002), essa atribuição é fruto dos mitos fundadores que separam o público do privado. "A divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder" (HIRATA, 2002, p. 280). Uma das suas principais características é relacionar os homens ao mundo da produção de bens e propriedades, e as mulheres ao campo reprodutivo. Atribuições que são destinadas ao casal conjugal do contrato social de Locke (1998).

Uma nova perspectiva sobre o trabalho sugere sua ampliação no sentido de considerar o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e o trabalho informal. São diferentes maneiras de reconhecer o trabalho, permitindo dar visibilidade a uma grande massa de trabalho que não é reconhecida, a exemplo do trabalho realizado por mulheres em suas casas. Neste locus, aparece de maneira bem clara a separação das esferas privada e pública da sociedade, como se refletissem uma ordem natural da diferença sexual. Mas é nessa diferença

que o público e o privado se mostram inseparáveis, incapazes de ser compreendidos isoladamente um do outro.

Pela interpretação do entrelace ente os contratos social e sexual, o trabalho de uma esposa segue o caminho natural da diferença das duas esferas: a esposa trabalha em sua casa sem receber salário porque faz parte da regra da diferença sexual, é natural que assim o faça, ou porque talvez para ela o que faz em casa e com a sua família é maior que um salário ou valor monetário vinculado ao que realiza. Não raro, as tarefas domésticas parecem carregadas de um de valor afetivo que monetariamente se constituem como difíceis de ser quantificados. É a liga fundamental do contrato social com o sexual.

Pelo amor aos filhos e pelo amor à família uma mãe e esposa pode deixar para trás direitos que seriam objeto de disputa, ou de uma reivindicação do que lhe é próprio (CASTAÑEDA, 2007). Há mulheres que assim o faz como é descrito nas experiências de vida de Tereza da família Sigma. Uma parte significativa das mulheres não reconhece ou não exige nenhum valor monetário pelo trabalho que realizam em suas casas, correm quase sempre o risco de permanecerem na condição de subordinadas, ou usando os argumentos de Hobbes (1974), a mulher pode aceitar uma condição de desigualdade movida por uma espécie de medo: medo de não ter apoio; medo de não ter como se sustentar; medo de ‘ser uma mulher largada’; medo de uma ameaça de guerra velada no lócus familiar.

O mesmo motivo que supostamente levou o indivíduo a fazer o contrato social pode ser utilizado para respaldar o contrato sexual? Para evitar uma guerra que seria de esposa versus marido, ou de homem versus mulher, algumas mulheres terminam por ser contratantes do contrato sexual? É talvez o motivo mais loquaz, para que o contrato sexual se apresente de maneira específica em ressonância aos códigos morais e pessoais entrelaçados nas relações de convivência familiar, quase sempre mediado pelos afetos. Talvez isto explique porque o contrato sexual seja objeto do uso e do imaginário masculino desenhado pelas histórias sobre as origens da família, em que a mulher é marcada como signo ou elemento de troca. Se a força física masculina faz-se esteio para a imposição da autoridade ou da liberdade masculina, que se revela através de uma maior participação no espaço público, com o domínio de bens e propriedades, esta força consegue com êxito determinar uma ideia de liberdade. Mas uma liberdade que deve ser questionada. Usando um argumento roussouniano “a força não faz direitos” (ROUSSEAU, 1996, p.15).

Reconhecer que há uma condição de desigualdade de poder em que há perdas para a mulher e ganhos para o homem não é um argumento ou elemento novo, os caminhos são sempre recheados de acusações e defesas. Num esforço de destacar o patriarcado moderno como um sistema que afeta a mulher e põe o indivíduo como construção masculina, Pateman (1993) acerta ao pôr em cheque a liberdade do indivíduo tal como se apresenta nas teorias do contrato social. No entanto, ao tomar o indivíduo do contrato social como detentor de uma liberdade: a liberdade masculina, não estaria a autora dando reforço a uma espécie de poder que ela denuncia. Ou ainda, não estaria Pateman (1993) utilizando uma linguagem patriarcal? Haveria outra vertente de interpretação? Por exemplo, o argumento da liberdade masculina. Poderia ser substituído pela dependência masculina? Da substituição do ‘indivíduo contratante’, supostamente livre, pelo indivíduo social que depende de alguma maneira que o outro lhe favoreça, seja no cuidado da casa, dos filhos, ou da produção de riquezas? Minhas conjecturas sustentam que há uma compreensão sobre a ideia de liberdade que precisa ser questionada. A maneira como a ideia de liberdade é apresentada nas teorias do contrato social requer uma nova compreensão. Se se diz que o indivíduo é livre porque é capaz de criar uma estratégia para conter as ameaças advindas das suas vontades, então a ideia de liberdade deve ser posta em suspenso, carece de um processo de conhecimento ou de reelaboração de seu significado. Suponho que um dos argumentos que pode iniciar um debate proveitoso aponta que não há liberdade masculina; e não há autonomia do indivíduo em um sentido ‘puro’, seja este ‘indivíduo contratante’ ou social, enquanto seres que sempre carecem de algum tipo de atenção e cuidado: são seres que precisam de alimento para a sua sobrevivência, precisam que alguém que conjuntamente produza os bens materiais para a sua utilização, precisam que alguém lhe transmita o conhecimento e as informações necessárias para o seu desenvolvimento, mesmo no mais recôndito dos lugares.

Para deixar claro, não me refiro ao significado de liberdade enquanto capacidade criativa, ou seja, de uma não dependência aos fatores ambientais, conforme argumenta em Starobinsky (1991). Minha proposta é para uma outra interpretação de liberdade, considerando que o homem ou o masculino enquanto gênero, constitui uma noção de liberdade que exclui a sua dependência. No dizer de Starobinski (1991), uma liberdade inventada. Suponho que se trata de uma relação de dependência que não se faz reconhecida. A questão é que devemos sempre voltar à ideia de indivíduo livre: nesta repousa os principais elementos que podem revelar a quão comprometida está a ideia de liberdade. O argumento mais loquaz talvez seja ressaltar que há uma relação de dependência entre os indivíduos, que

os tornam indivíduos sociais. Uma dependência que favorece uma espécie de liberdade criativa constituída pela interdependência que fundamenta as relações entre eles. Ou, como sugere George Mead (1982) mediante uma interação entre os indivíduos, suscitando relações de cooperação.

Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996) são igualmente revolucionários ao darem origem a uma espécie de pensamento democrático que rejeita a legitimação do poder político pela herança da vontade divina (TOURAINÉ, 1992). As proposições desses autores permitem uma análise instigante da ideia de organização social em seus ordenamentos políticos, com fundamentações inteiramente diferentes. Neste Capítulo, procurei mostrar que as teorias do contrato social são teorias fundadas em uma história de rupturas. A teoria do contrato social em Hobbes é centrada na sujeição dos indivíduos ao governo soberano. O indivíduo é o elemento fundamental que se subordina a um Estado representativo de uma política individual, absolutista.

Locke (1998) insiste sobre o consentimento da maioria dos indivíduos para criar o contrato social, tendo como causa primordial a proteção de bens e propriedades. Causa maior que também deve unir o casal conjugal, afirmando a sexualidade como objeto contratual procriativo. A sexualidade parece surgir como o objeto mais contratual para assegurar as conquistas e salvaguardar as garantias advindas do labor humano. A sexualidade normativa na teoria contratual em Locke (1998) traz a família como elemento essencial do contrato social, na medida em que a sociedade conjugal é a principal protetora dos bens e propriedades.

De maneira que para Locke (1998) o contrato social é para proteção dos direitos individuais, mais que a constituição de uma ordem social pacífica, como é visto em *O Leviatã* hobbesiano. Por isso, a ênfase do contrato social lockeano não pressupõe a vontade geral dos indivíduos, mas a vontade da maioria que detém propriedades. O contrato conjugal deve seguir essa ‘regra’ e instituir, através do contrato social, os deveres do homem e da mulher como artífices da sexualidade normativa. A família aparece como o elo entre o indivíduo livre, possuidor de propriedades, e a sexualidade normativa da ‘sociedade conjugal’.

A teoria do contrato social de Rousseau (1996) é coletiva, toma a comunidade como representativa dos indivíduos, embora a comunidade só possa existir após a realização do contrato que a supõe. O contrato em Rousseau (1996) revela os desajustes para a consolidação do contrato social e fornece elementos para questionar a família como base natural. A família

não é objeto do contrato social, que representa o ideal libertário. São desajustes de uma ideia de família como a primeira das sociedades.

Das trilhas deixadas pelos filósofos clássicos acerca das teorias contratualistas, os ‘indivíduos contratantes’ regem todas as mudanças e transformações que os tornam seres autônomos e independentes. Mas sob uma ideia de sexualidade que aparece como coisa não relevante ou meio de aquisição de vantagens materiais. Os esforços dos indivíduos são para os meios que garantam os bens e propriedades. Contradição que também pode ser observada na ideia de família como base natural, ou numa espécie de convenção própria do ‘contrato sexual’ como bem argumenta Pateman (1993).

Neste Capítulo, pretendi descrever as complexas relações que constituem o entrelace do contrato social com o sexual. O entrelace entre os contratos não garantem a liberdade ou política democrática. A invisibilidade do contrato sexual parece mais uma negligência, uma espécie de esquecimento útil para sustentar um caminho individualista. O antigo regime afirmava as relações sociais pelo domínio patriarcal. Em seus pressupostos libertários, a ideologia moderna, através da teoria contratualista, teve a oportunidade de extingui-lo e não o fez (PATEMAN, 1993;1989;1979 e PATEMAN & MILLS, 2007). As teorias contratuais mantiveram o contrato sexual na relação que atribuiu como não pertencentes à esfera política, fazendo da diferença entre os sexos uma justificativa para relações desiguais que compõem na contemporaneidade o sistema de relação de gênero e de distinção de sexos. Esse sistema parece formatar os indivíduos de modo fragmentário. As concepções da teoria contratual parecem ter distorcido o sentido de liberdade ao associá-la à garantia de propriedade e bens materiais (DUMONT, 1983). Talvez por isso a noção de liberdade que inclui os homens como indivíduos não incluía a diversidade e a diferença. Ao que tudo indica, a ideologia moderna trocou o patriarcado clássico pelo individualismo e manteve o contrato sexual-casamento como elemento disfarçado de cuidado. Parece que os filósofos clássicos Hobbes (1974), Locke (1998) e Rousseau (1996;1984) em modos distintos, deixaram a noção de família e de sexualidade como elementos secundários ao pensar o contrato social. O entrelace entre os contratos revela que noção de família é construída sob bases fragmentárias. O casamento, como expressão do patriarcado moderno, fortalece a divisão sexual do trabalho e normatiza o desvalor do trabalho conforme os debates contemporâneos realizados por Hirata (2002) e Castro e Lavinias (1992b).

Em termos de delimitação procurei destacar elementos das teorias do contrato social, sob a perspectiva do entrelace entre os contratos e as representações sociais das famílias. As Sigma, Delta e Gama são famílias que em alguns elementos indicam uma convergência com os construtos teóricos e parecem muito próximas do entrelace entre os contratos, a exemplo de seus modos de convivência: a mulher como principal cuidadora dos filhos; a mãe que se sobrepõe à mulher; o homem como principal provedor de recursos materiais. O machismo invisível permanece arraigado nos costumes e nos discursos. Todos estes elementos parecem pertencentes ao entrelace dos contratos social com o sexual e indicam o que é feito do indivíduo nas narrativas das famílias. Mas não há nenhuma garantia que as experiências destas famílias atestam para a existência do entrelace entre os contratos. Possibilitam uma reflexão sobre relações em assimetrias de gênero, e sobre como o entrelace entre os contratos permite supor a noção de indivíduo essencialmente fragmentada.

CAPÍTULO TRÊS

INDIVÍDUO SOCIAL E 'INDIVÍDUO CONTRATANTE': A NEGAÇÃO DO OUTRO COMO AFIRMAÇÃO DE SI?

As teorias do contrato social elegem o indivíduo como o mais representativo e o elemento mais fundamental que cria a ideia de contrato. É pela vontade do indivíduo e para as garantias do seu interesse particular que o contrato se estabelece. *O Leviatã* de Hobbes (1974) incita o governo soberano como próprio de uma política individual. A comunidade em Locke (1998) e Rousseau (1996) é representativa dos indivíduos que formam leis e estabelecem as condições para o exercício da cidadania. O naturalismo do ‘estado natural’ e o ‘artificialismo’ do contrato social se diferenciam e se entrelaçam no indivíduo (THERY, 2010). Mas o que é ser indivíduo? E o que resulta na contemporaneidade a convicção desta nomeação?

Para dar materialidade a um dos objetivos da tese proponho a distinção entre dois tipos de significações do termo indivíduo, conforme Dumont (1983):

- a) O ser que fala, o ser que pensa e tem vontades. Condição própria da espécie humana que pode ser observada e encontrada em diferentes tipos de sociedades;
- b) O ser moral, independente, autônomo e essencialmente não social. Este que é apreendido na concepção moderna de sociedade.

Estas significações levam a dois caminhos: um objeto fora de nós e um valor. (DUMONT, 1983). O esboço impõe distinguir analiticamente esses dois aspectos. Há de um lado, os seres que falam, que pensam e que possuem vontades. São indivíduos sexuados, estão em todas as sociedades e são representados de acordo com os seus sexos. Esse indivíduo é o objeto fora de nós, porque ele só existe na relação com o outro. Embora sejam os agentes de suas ações, estão sempre inter-relacionados, de alguma maneira precisam uns dos outros, e estabelecem ligações entre si, mesmo que não seja conforme as suas vontades. Do outro lado, há o indivíduo independente, autônomo e por consequência, essencialmente não social. São ‘indivíduos contratantes’ que aparecem não sexuados e, portanto, não representados pelo sexo, mas que estabelecem contratos e instauram, através destes, modos de organização social. Pode-se inferir que, quando o indivíduo sexuado age (o ser que existe pela linguagem), revela-se como pertencente a um mesmo espaço, fazendo parcerias e tornam-se dependentes um do outro. Quando o indivíduo é aquele que torna-se um ser moral, um ser independente e

autônomo, torna-se o valor supremo, rizoma fundamental do individualismo. O indivíduo como valor supremo parece produto de uma condição puramente ficcional.

3.1 O ‘indivíduo contratante’ e o indivíduo social

No Capítulo Dois, ressaltai que os contextos e as condições de convivência são dados para que os indivíduos exerçam suas liberdades e participem do contrato, como se não houvesse uma ligação primordial entre eles. Na hipótese hobbesiana, tanto no estado natural como na afirmação do contrato social, a figura maior da humanidade não é coletiva ou social, ela é individual e política (DUMONT, 1983). O homem hobbesiano afirma o advento do indivíduo como uma parte da humanidade. Em um ‘estado natural’ o homem é livre: cada indivíduo possui seu próprio poder, dispondo como quiser.

O homem hobbesiano é o “indivíduo contratante”. Imaginemos o estado natural de Hobbes: indivíduos que moram num mesmo lugar e precisam comer, vestir, dormir, etc. Para suprir suas necessidades, uns procuraram comida, abrigo, etc., e faziam isso sem depender uns dos outros. Outros davam prioridade para proteger-se das intempéries do clima e também agiam sós, isolados em suas vontades.

Esse estado de coisas põe em dúvida menos a existência real ou hipotética de um estado natural ou artificial e mais como os indivíduos são caracterizados nesses estados: isolados, não cordiais e voltados para si mesmos. A teoria política do contrato apresenta-se como uma “maneira individualista de tratar a sociedade” (DUMONT, 1983, p. 112). A reprodução desses indivíduos torna-se também um enigma, já que o humano só se reproduz sexualmente e de alguma maneira precisam da participação do outro.

Concordamos que o que Hobbes propõe é uma hipótese. Ribeiro (1999) nos diz que é o homem civilizado de sua época que Hobbes convida para a reflexão. Mas a hipótese sugerida por Hobbes parece ter sido aceita como uma situação real.

A socióloga francesa Théry (2010) aborda a teoria de Hobbes (1974) como um mito secular que prevalece na contemporaneidade e nos afeta influenciando modos de convivência, desde a origem da modernidade. É o mito da passagem da natureza para a cultura que é representado pelo contrato social. Nessa ideia de troca e mudança, há uma dupla mensagem inculcada no ‘indivíduo contratante’: existiu um estado natural, com vontades individuais, mas

tais vontades cessam em função da urgência de um estado de cooperação que cria a sociedade. Os indivíduos sociais aparecem como uma imposição, e são substituídos continuamente por um ideal de autonomia muito particular. De pronto, essa proposta indica que os limites que separam um indivíduo de outro são tão rigidamente demarcados que torna-os caricaturais. Ou, de acordo com Locke (1998), trata-se de um indivíduo que na melhor das intenções só parece interessado em proteger sua propriedade. Ou ainda, como apregoa o contrato social rousseauiano, o indivíduo livre a partir da perspectiva de garantias de leis e de normas sociais.

Destarte, as diferentes considerações entre as teorias contratuais, estas ocupam-se em referendar a ideia de indivíduo livre, que exerce suas ações em contextos que lhes permitem conceber e sentir seus comportamentos como componentes de uma perspectiva individual, hermética. O problema da origem do indivíduo independente e autônomo é saber como este tipo de indivíduo tem podido desenvolver a ideia de autonomia numa condição que, ao tempo em que afirma nega esta possibilidade?

O contrato social de Hobbes é, talvez, o instrumento mais eficaz para afirmar a ideia de independência do indivíduo. Mas indica não realizar essa ideia de maneira satisfatória, na medida em que depende sempre da união de vontades.

Qual o propósito de um esforço contínuo na figura do indivíduo? Há suposições que podemos considerar. Uma delas é a que afirma que é necessário que o indivíduo reconheça sua capacidade de criar coisas, de fazer as leis, de criar as regras, para que possam ser trabalhadores, possam ser donos de propriedades, criadores e participes da vida coletiva sem, contudo, confundir-se com esta (TOURAINÉ, 1992). Ou seja, o indivíduo deve parecer sempre não associado aos grupos, exceto por uma condição contratual que revela-se por condições bem delimitadas e essenciais como a garantia à vida, a proteção das suas propriedades e a obediência as leis que as garantem.

3.2 As famílias Sigma, Delta e Gama – o significado de indivíduo

Quando perguntei à família Sigma o que é ser indivíduo, algumas representações se aproximam, em alguns aspectos diferem, mas indicam o mesmo sentido: sujeito diferente da gente; pessoa sozinha ou pessoa que está em conformidade com regras sociais são as representações trazidas por Antenor: “O que é ser indivíduo? É ser a pessoa sozinha com as próprias escolhas, ideais. “Pessoa é um termo mais completo”.

Manuela referiu: “Indivíduo é uma pessoa que tem um documento, acho que é mais para o governo e para a sociedade, se reconhecer como pessoa”.

Os significados apresentados por Tereza e Laura indicam que ser indivíduo é uma pessoa só, ou uma coisa não boa: “Indivíduo é aquele sujeito que é diferente da gente, ou não é bom.

Regras sociais e o significado de indivíduo confundem-se com o significado de pessoa. Este é tido como mais ‘completo’. A palavra latina *persona* poderia figurar-se como um sinônimo do indivíduo moderno, mas o conceito latino nada tem do nível de generalidade ou de síntese dos atuais termos pessoa ou indivíduo. A *persona* latina referia-se a algo muito específico e tangível. Dizia respeito às máscaras dos atores, através das quais eles proferiam sua fala. Da máscara desenvolveram nuanças de ‘sentido de persona’ como as referentes ao papel de um ator ou ao caráter da pessoa por ele representada. A própria palavra *individuum*, aplicada a uma pessoa, é desconhecida do latim clássico (ELIAS, 1994).

Em *O Leviatã, Das pessoas, autores e coisas personificadas*, Hobbes (1974) destaca que: “Uma pessoa é aquele cujas palavras ou ações são consideradas quer como suas próprias quer como representando as palavras ou ações de outro homem, ou de qualquer outra coisa a que sejam atribuídas, seja com verdade ou por ficção” (HOBBS, 1974, p.58). Ou seja, na Antiguidade, o conceito de *persona* manteve-se fixo nesse nível elevado de particularidade; permaneceu se comparado ao moderno conceito de pessoa, num nível relativamente baixo de generalidade, mas que evoluiu através de um longo processo social.

Para a família Delta ser indivíduo é ser único, ser só. Conforme as narrativas das representações sociais trazidas por Antônia: “ser indivíduo é ser diferenciado, (/) totalmente diferenciado, é ser só”.

Para Augusto: “Eu sou um indivíduo e uma pessoa. Como pessoa eu sou mais um dentro da comunidade, como indivíduo eu sou único. Embora com as minhas manias com as minhas vontades, com os desejos, defeitos e malfeitos. A pessoa é apenas um número”.

Maria referiu: “Ser indivíduo é conseguir executar um desafio ser um instrumento de uma força maior de um conjunto aqui e ao mesmo tempo administrar as questões do seu eu da sua identidade, das coisas que prende você mesma”.

Os discursos da família Delta indicam alguma relação com os ideias postos nas teorias dos contratos. Estão muito próximos dos pressupostos hobbesianos, se diferenciam por uma espécie de falta ou reconhecimento de limitações, da solidude ou até de uma carência.

Porém, como nos tornamos únicos? O como este estado de coisas constitui-se? Vejamos um exemplo dado por Elias:

Ao nascermos, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com os outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semisselvagem. Pode crescer fisicamente, mas, em sua composição psicológica, permanece semelhante a uma criança pequena. Somente ao crescer num grupo é que o pequeno ser humano aprende a fala articulada. Na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos. E a língua que aprendem o padrão de controle instintivo e a composição adulta que nele se desenvolvem, tudo isso depende da estrutura do grupo em que ele cresce, e por fim, de sua posição nesse grupo e do processo formador que ele acarreta. Mas, é apenas na relação com os outros indivíduos que a criança, o adulto e a fase posterior a esta, podem tornar-se capazes de construir e tornar constante algo que possa ser nomeado como pertencente a si próprio. Todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer. Uma das condições fundamentais da existência humana é a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas (ELIAS, 1994, p. 27).

A unicidade de que fala a família Delta parece com a ideia do indivíduo como ‘valor’ conforme sugere Dumont (1983)? O que pode ser afirmado, é que essa ideia de indivíduo como valor, indica uma negação da presença do outro como partícipe das coisas que esses indivíduos constroem.

Contudo, a obra *A Sociedade dos Indivíduos*, Elias (1994) e as análises que realiza o autor, ressalta um caminho lógico de demonstração da maneira como a concepção de indivíduo como valor se construiu pouco a pouco e ainda aparece como natural.

No final dos anos 1980, Elias (1994) questionou o ‘equilíbrio nós-eu’, ou seja, o pertencimento, os vínculos entre comunidade e sociedade, da alternância entre os processos de integração e de desintegração e da questão da instabilidade. O autor reúne os questionamentos atuais sobre a gênese e a definição problemática de indivíduo, percebendo alguns dos problemas maiores que estão firmemente estabelecidos na contemporaneidade. Reiteradamente insiste na necessidade de superação da oposição entre “indivíduo” e “sociedade”. Escreve: “Neste século XX, tudo leva a pensar que não se trata de um problema pontual e individual, mas [...] de um traço fundamental da estrutura da personalidade social dos indivíduos da época mais recente” (ELIAS, 1994, p.262). E acrescenta de maneira esclarecedora “[...] a tônica do vínculo modificou-se de forma decisiva com a modificação estrutural mais profunda da relação do indivíduo com todas as formas de grupo sociais” (ELIAS, 1994, p.263).

O que fica destacado são os significados dados na contemporaneidade para o termo indivíduo. Ressalta-se como a noção de indivíduo ainda depende da forma assumida pelo que as pessoas desejam ou temem. Ou seja, como a noção está atrelada aos sentimentos positivos e negativos ou emocionais, como se tal fosse um atributo da personalidade ou biografia pessoal. O ideal de ego do indivíduo, o desejo de destacar-se dos outros, de reger suas próprias condutas é mola propulsora da gênese da pessoa, individualmente considerada (ELIAS, 1994). Trata-se de algo sem o que o indivíduo perderia sua capacidade de reconhecer-se como mestre de si mesmo. No entanto, esse sentimento não é algo dado ou parte de sua natureza, desenvolveu-se através de uma mudança política e social. “A pessoa não escolhe livremente esse ideal dentre diversos outros como o único que atrai pessoalmente. Ele é o ideal socialmente exigido e inculcado na grande maioria das sociedades altamente diferenciadas” (ELIAS, 1994, p. 118).

Contudo, reconhecer que o ideal de ser indivíduo é constructo realizado em conjunto ou nas regras sociais, pode levar o indivíduo a uma imagem que está associada à palavra sociedade, levando-o a ser a uma massa inerte de pessoas que não se distingue, que ameaça empurrar a todos para um mesmo nível inferior. Conforme Elias:

Pode despertar sentimentos negativos em pessoas para quem a doutrina do individualismo é desagradável. Elas podem associá-la à imagem de indivíduos propensos a oprimir os outros. Ou então, o termo pode despertar um sentimento negativo, como a subordinação do indivíduo ao Estado, a submissão aos mandamentos da igreja ou o sacrifício próprio em favor de um grupo racial –, com a realização de sua vida individual, ou o mais elevado ideal humano. Tais sentimentos podem então condensar-se na ideia mitológica de que unidades sociais como as nações, as raças ou as classes têm, de fato uma existência anterior e independente de todos os indivíduos, sendo por assim dizer, sociedades sem indivíduos (ELIAS, 1994, p.74).

A sociedade concebida deste modo pode significar que o indivíduo não se destaca. Ou, uma condição interpretada como limitadora, que gera obstáculos para o caminho da auto-realização ou do avanço da personalidade individual. É possível que o termo sociedade represente tudo o que bloqueia a realização individual, impedindo a pessoa humana de expressar o que existe nela ou que limita a sua liberdade. “Esse tipo de sentimento pode condensar-se na ideia de que, no começo, havia realmente indivíduos isolados – indivíduos sem sociedade – que só se relacionaram e formaram sociedades numa etapa posterior” (ELIAS, 1994, p.75). Aqui, uma clara referência às teorias do contrato social. É nesse sentido que nas análises do autor, a palavra indivíduo também pode estar associada ao orgulho por sua posição independente na sociedade. Pode simbolizar as realizações pessoais dos indivíduos, independentemente de todas as demais e em concorrência com elas, por energia e mérito próprios. O ideal de indivíduo encontra eco para as avaliações positivas do ideal dessas pessoas, do individualismo.

Por outro lado, o termo pode representar a imagem de grandes personalidades criadoras que são reverenciadas que são modelos a serem seguidos. Assim, o que se entende por indivíduo ainda depende da forma assumida pelo que as pessoas desejam ou temem. Ou seja, o ideal de indivíduo está atrelado aos sentimentos positivos e negativos ou emocionalmente diferentes.

Elias (1994) destaca os caminhos e explica a gênese de uma espécie de insegurança psíquica que brota com a ideia de indivíduo. Ressalta seus efeitos sobre as estruturas da personalidade social dos indivíduos. Insiste sobre a auto reflexividade contínua, que nasce das relações não permanentes, “a grande variabilidade das relações entre os indivíduos”, o que os força constantemente [...] a um exame de suas relações que é ao mesmo tempo um exame de si mesmo” (ELIAS, 1994 p.264). Traz à tona os processos, as estruturas, mas também os efeitos psicológicos que provocam. Há uma passagem em que o autor questiona: as diferenças entre os indivíduos conforme sua constituição natural: cor da pele, cor dos olhos, formato do rosto, etc., são estas as características que os tornam humanos? Parece que a resposta está na

relação de interdependência entre os indivíduos e a sociedade. Mas, não é um tipo de sociedade com regras bem estruturadas sobre a garantia de bens e propriedades como sugere os contratualistas. É uma sociedade em que o desenvolvimento de qualquer indivíduo-criança só ocorrerá pelo cuidado e atenção de outro indivíduo-adulto. O processo de consolidação de como cada criança poderá chegar à fase adulta não precisará ser aqui exposto, a descrição quase minuciosa realizada pelo autor no início deste capítulo nos fornece os elementos para essa condição. A relação com os outros indivíduos é a condição fundamental para a própria construção da noção de ‘si próprio’.

O triunfo da ideia de indivíduo desde a modernidade até os nossos dias parece assegurar a crença numa espécie de liberdade individual. É agindo conforme as leis e normas sociais que estabeleceram, e ao mesmo tempo fazendo-as parecer essencialmente naturais, ou seja, como dissociadas das condições sociais de convivência ou dissociadas da relação que estabelece com os outros que um ideal de liberdade torna-se inteligível. Que pode ser chamado de ideal individualizado.

O significado de indivíduo: ser bem diferente do outro, e a crença na realização de vontades, revelam a crença unívoca da família Gama. São discursos que denotam pluralidades nos significados da própria palavra e nas ações que esta representa. Mas as sentenças tornam claro que a ‘diferença’ é o sentido, é a atribuição que caracteriza o indivíduo. É talvez o sentido que mais se aproxima de um de um ideal individualizado: “Ser indivíduo é fazer tudo o que determina a sua vontade. É ser bem diferente dos outros”. E Ainda: ser indivíduo? É não se comparar com ninguém. “Você é indivíduo quando nada em você é do outro”.

A Parábola das Estátuas Pensantes sugerida por Elias (1994) talvez expresse o ideal centrado na diferença:

À margem de um largo rio, encontra-se uma fileira de estátuas. Elas não conseguem movimentar seus membros. Mas tem olhos e podem enxergar. Talvez ouvidos, também, são capazes de ouvir. E sabem pensar. São dotadas de “entendimento”. Podemos presumir que não vejam umas às outras, embora saibam perfeitamente que existem outras. Cada uma está isolada. Cada estátua em isolamento percebe que há algo acontecendo e medita sobre até que ponto essas ideias correspondem ao que está acontecendo. Algumas acham que essas ideias simplesmente espelham as ocorrências do lado oposto. Outras pensam que uma grande contribuição vem de seu próprio entendimento; no final, é impossível saber o que está acontecendo por lá. Cada estátua forma sua própria opinião. Tudo que ela sabe provém de sua própria experiência. Ela sempre foi tal como é agora. Não se modifica. Enxerga. Observa. Há algo acontecendo do outro lado. Ela pensa nisso. Mas continua em aberto a questão de se o que ela pensa corresponde ao que lá está sucedendo. Ela não tem meios de se convencer. É imóvel. Está só. O abismo é profundo demais (ELIAS, 1994, p. 97).

Os indivíduos estão lado a lado, percebem que coisas acontecem e são alheias às suas vontades, parece que até desconfiam que funcione por uma relação, mas continuam em um universo pessoal como presos às concepções que lhes fazem inertes.

Suponho, com base nas argumentações de Dumont (1983) e Elias (1994) que não há uma contradição em ressaltar que mergulhados no ideal de ‘indivíduos contratantes’, estes que se reconhecem como independentes e autônomos, o humano torna-se uma singularidade absoluta e irredutível. Torna-se um ‘eu íntimo’ que não se mistura com o coletivo, que aspira ser reconhecido como um ser único, como um fim em si mesmo. No coletivo, o indivíduo se definiria pela sua relação com as regras sociais, pela sua subjetividade exterior como argumenta Sennett (1988). A ideologia moderna do indivíduo contratante vai aditar uma subjetividade interior a esta concepção.

3.3 Individualismo: o ‘indivíduo contratante’ na sociedade contemporânea

Para Moscovici, o nascimento do individualismo deu vigoroso impulso a oposição entre sociedade e natureza (MOSCOVICI, 1990;1975). Na contemporaneidade, as coisas são moldadas segundo este padrão:

Átomo permanente indivisível tornada sem portas nem janelas, organismo lutando pela sobrevivência – o mais forte há de vencer! – animal agregado a uma horda, comprador ou vendedor no mercado, sábio isolado às voltas com os enigmas do universo. Em física, em biologia, em economia, em filosofia, em toda a parte o indivíduo é a unidade de referência. Expressão acabada da essência das coisas e do homem, encarna a natureza humana e atesta seu estado originário. Em comparação, a sociedade só poderia ser um estado antagonista, uma associação derivada de vontades diversas e de moléculas independentes submetidas a pressões. Deduzidos desse antagonismo, os princípios das instituições e das leis políticas e sociais que hoje nos dirigem tem nele o seu firme alicerce (MOSCOVICI, 1975, p.09).

O autor põe em relevo os pressupostos do contrato social em que os indivíduos servem de modelo e atestam a capacidade de realização e de criação de normas e princípios morais. Contra natureza surge uma sociedade fragmentada pela vontade dos indivíduos. As leis políticas e organizações sociais são constituídas pelo antagonismo entre o individual e o coletivo. O autor faz uma crítica às teorias do contrato social e alerta para o equívoco dos seus pressupostos e diz: “a socialização dos interesses dos atos das relações humanas é uma

tendência fundamental de nossa época. Restará o encargo de reformular o princípio das instituições, das leis políticas e sociais, a partir de outros vínculos entre sociedade e natureza” (MOSCOVICI 1975, p. 09).

O substantivo indivíduo como é utilizado na contemporaneidade, data de uma época relativamente recente. No latim medieval, a palavra indivíduo era usada para se referir ao que era indivisível, referindo a qualquer espécie, não apenas a humana. Os *individua* eram considerados indefinidos ou vagos, não tinham um valor elevado. Mas, para o desenvolvimento da ideia de indivíduo como a conhecemos hoje, esse termo escolástico⁵⁹ teve uma importância fundamental.

O significado de indivíduo passou a ser associado às características humanas quando ocorreu a elevação do desenvolvimento social, período em que provavelmente “grupos específicos, sentiram uma necessidade mais intensa de se comunicar uns com os outros a respeito de suas questões mais pessoais ou de suas conquistas pessoais e materiais (ELIAS, 1994, p.133). O Renascimento⁶⁰ é marcado como uma época que talvez mais contribuiu para esses fatores. Um período em que as conquistas materiais e pessoais modificaram as formas de convivência social, e os cargos e ‘status sociais’ passaram a destacar pessoas e profissões. “Os humanistas que ocupavam cargos municipais e regionais, bem como os comerciantes ou os artistas, são exemplos das oportunidades sociais de progresso individual” (ELIAS, 1994, p.

⁵⁹ De acordo com Elias (1994) no latim medieval palavras como *individualis* ou *individuus* tinham sentidos ligados ao que era indivisível. Situados num nível mais baixo de síntese eram usadas para se referir ao que era indivisível. É provável que o emprego da palavra *individuus* como símbolo de unidade indivisível se tenha ligado, na comunicação entre os eruditos da filosofia medieval, a uma outra ocorrência que estabeleceu a ponte para o desenvolvimento do conceito mais recente de ‘indivíduo’. A palavra *individuum* foi usada, no contexto dos problemas da lógica formal para expressar um caso singular numa espécie – não apenas humana, mas qualquer espécie. Mas ainda assim os *individua*, portanto, eram considerados indefinidos ou vagos (...). O século XVII tornou mais específico o termo *individuum*, que anteriormente tinha sido usado no campo da lógica e da gramática como universais pelos escolásticos. Os filósofos escolásticos haviam constatado que tudo que havia no mundo, é em certos aspectos um indivíduo, ou seja, único. “A andorinha que está fazendo seu ninho, nos beirais de minha casa é um indivíduo. Nenhuma outra está fazendo isso aqui e agora. Cada pinheiro da montanha agitado pelo vento tem um forma única. A mosca que está fazendo um zumbido pela janela aqui e agora é um indivíduo. Os escolásticos reconheceram a singularidade do caso isolado numa espécie e cunharam uma palavra para designá-lo. O termo revelou-se prenhe de desenvolvimentos imprevisíveis” (ELIAS, 1994, p. 133).

⁶⁰ Comparados aos seus predecessores medievais, os membros das sociedades européias a partir do “Renascimento” ascenderam a um novo nível de autoconsciência. Tornaram-se cada vez mais capazes de se ver como que à distância, tomando o sol como o centro do universo, em vez de presumirem ingenuamente que a Terra, e portanto, eles próprios, eram, esse centro. ‘Essa ‘revolução Copernicana’ foi extremamente característica do novo patamar de autoconsciência que as pessoas subitamente atingiram. Passaram a tomar como espelho não mais o sol. Mas as ciências como guias, frente ao avanço das ciências naturais e outras ciências que tiveram ascensão a partir desta a exemplo das ciências sociais e humanas (ELIAS, 1994).

134). Mas os avanços da individualização como na Renascença, por exemplo, não foram consequência de uma súbita mutação de pessoas isoladas, ou da concepção fortuita de um número especialmente elevado de pessoas talentosas. Foram eventos sociais, consequência de um desarticulação de velhos grupos ou de uma mudança na posição social desses grupos. Em suma, foram o resultado de uma ressignificação muito particular do convívio humano. Nesse sentido, a sociedade burguesa aparece como a mais representativa do progresso individual. Conforme Elias:

Não foi com base na livre decisão de muitos, num *contrato social*, e menos ainda com base em referendos e eleições que a atual rede funcional complexa e altamente diferenciada emergiu. No ocidente, as pessoas não se reuniram num determinado momento, como que vindas de uma situação desprovida de relações para, através de uma votação expressando a vontade da maioria, decidirem distribuir, de acordo com o esquema atual, funções como as de comerciante, diretor de fábrica e operário. Ao contrário, a votações e as eleições, as provas não sangrentas de força entre diferentes grupos funcionais, só se tornaram possíveis, enquanto instituições permanentes de controle social quando aliadas a uma estrutura muito específica de funções sociais (ELIAS, 1994, p.22).

Aqui o significado de indivíduo é essencialmente vinculado ao significado de sociedade, vinculado às características fundamentais que a constitui. As provas não sangrentas de forças são as que supõem Hobbes (1974) no contrato social. Como que em resposta ao *Leviatã* hobbesiano, Elias escreve um capítulo intitulado: “Os Seres Humanos como Indivíduos e como Sociedade, e suas Auto-imagens inspiradas no Desejo e no Medo” (ELIAS, 1994, p.63). Neste capítulo o autor põe em questão não só a teoria contratual hobbesiana como sugere que o indivíduo é um elemento fictício. A ficção se constitui ao atribuir ao indivíduo características indenitárias, em atribuir a ideia de contrato, gerada por ‘indivíduos independentes’ e como fundamentação para criação da sociedade: “Quer se encontrem como amigos ou inimigos, pais ou filhos, marido e mulher, ou fidalgo e servo, rei e súditos, diretor e empregados, o modo como os indivíduos se portam é determinado por suas relações com outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 26). O que podemos depreender é que o indivíduo não é igual a nenhum outro na maneira que responde aos anseios das suas paixões, pela forma que as dispõe. Mas não as fará sem que tenha a resposta do outro. Significado que a própria ideia de contrato manifesta, mas parece desprezar, na medida em que aposta na solitude da ação, como se fossem órgãos isolados, cada um desempenhando a função que lhe compete.

Normalmente imaginamos o ser humano, na atualidade, como dotado de diversos compartimentos psíquicos. Estabelecemos distinções entre “mente” e alma”, ‘razão” e “sentimento”, “consciência” e “instinto” ou “ego” e “id”. Parecem referir-se a uma coisa que existe do mesmo modo que o estômago ou o crânio. Na realidade, porém,

trata-se de funções que, ao contrário das do estômago ou dos ossos, por exemplo, se dirigem constantemente para outras pessoas e coisas. São formas particulares de auto-regulação da pessoa em relação a outras pessoas e coisas (ELIAS, 1994, p. 37).

Mas a nítida diferenciação das funções psíquicas evocadas pelas palavras mente, alma, razão é dada pela natureza, ou trata-se de funções muito específicas construídas em sociedade? Nos dias atuais, as palavras como ‘indivíduo’, sociedade, personalidade, coletividade estão mais próximas do uso dos símbolos que lhes são atribuídos, parecem mais com ‘marcas ideológicas’ das lutas de poder, acham-se tão impregnadas de um conteúdo emotivo que é difícil destrinchar seu núcleo concreto dos desejos e temores dos que estão engajados nos combates. Conforme Elias:

A palavra indivíduo pode despertar sentimentos negativos em pessoas para quem a doutrina do individualismo é desagradável. Elas podem associá-las a imagem de indivíduos implacáveis e brutais, propensos a oprimir os outros e enriquecer a custa deles. Ou então, o termo pode lhes despertar um sentimento negativo, por elas considerarem a subordinação do indivíduo ao Estado, ou a alguma unidade social. E para alguns, inversamente, a palavra ‘indivíduo’ pode estar associada ao orgulho por sua posição independente na sociedade. Pode simbolizar aquilo que a pessoa isolada é capaz de realizar, independentemente de todas as demais e em concorrência com elas, põe energia e méritos próprios. Nela podem encontrar eco todas as valorações positivas do ideal dessas pessoas, o “individualismo”. E ‘sociedade’ pode significar todo aquilo que a iguala, barra o caminho da auto-realização ou do avanço da personalidade individual. Em suma, o que entende por indivíduo ainda depende da forma assumida pelo que as pessoas desejam ou temem. Trata-se de algo amplamente condicionado por ideais carregados de sentimentos positivos, e ante ideias carregados de sentimentos negativos (ELIAS, 1994, p. 75).

Esses sentimentos podem condensar-se na ideia de que, no começo, havia realmente indivíduos isolados – indivíduos sem sociedade, como descrito em *O Leviatã*, Hobbes (1974) que só se relacionaram e formaram sociedades numa etapa posterior.

Nos debates em que a ideia de indivíduo é objeto, Lane (2004) aponta para a tradição biológica da psicologia como um dos maiores entraves para o estudo do comportamento social dos indivíduos, o que não significa negar a relevância do biológico, mas dos constructos teóricos que formam conceitos e afirmações a partir de uma ‘verdade’ biológica, “em que o ser humano é visto como possuidor de uma existência abstrata, única, isolada de tudo e dos outros” (LANE, 2004, p. 82). São significações que a psicologia ‘biologizante’ parece ter herdado dos mesmos fundamentos da teoria do contrato social. Em que o humano é apresentado como tendo um estado natural, independente dos outros indivíduos, e um contrato social em que os indivíduos autônomos concordam entre si por descobrirem interesse em objetivos comuns. Como uma espécie de tradição, essa concepção indica uma completa

inobservância quanto a um fato inquestionável: que o ser humano, antes mesmo do nascimento, se desenvolve biologicamente numa relação constante e direta com o meio ambiente em que está sendo formado, que não pode ser visto como um ambiente dado aprioristicamente, mas construído. A relação humano-meio ambiente implica a construção recíproca do humano e seu meio para dizê-lo mais uma vez, de modo diferente: o humano deve ser visto como produto de sua relação com o meio ambiente e o ambiente como produto humano, desta forma, realizando o social (LANE, 2004).

Na contemporaneidade, as concepções que cercam a ideal de indivíduo concentram-se em problemas que afetam o indivíduo isolado, como a solidão, a angústia, a dor e a morte e concentram-se nos problemas da ‘existência’ humana ou da ‘experiência imediata’. As concepções freudianas que envolvem as relações familiares são quase sempre apresentadas como ‘conflitos’ dos indivíduos. É comum podermos ver com clareza o que distingue esses interesses das preocupações dos filósofos clássicos do contrato social. Pode-se supor que os grandes filósofos clássicos não estavam exclusivamente interessados nas questões da razão; eles buscaram respostas para perguntas concernentes ao lugar do humano no mundo. As questões mais fundamentais que dão sentido à teoria do contrato social em que os indivíduos são isolados ou se aproximam em busca de certezas estão intimamente relacionados. “A imagem não questionada do homem e a noção de auto percepção subjacente a ela são essencialmente idênticas em ambos os casos. Pelos olhos ele fita o mundo “lá fora” como que através de pequenas janelas; ou então medita, desse mesmo ponto de vista, sobre o que está acontecendo ‘do lado de dentro’” (ELIAS, 1994, p. 101). O que nos leva a compreender que as ideias de ‘indivíduo’ e de ‘sociedade’ na contemporaneidade se aproximam em grande parte, com a mesma conotação que lhes é atribuída nas teorias do contrato social.

O ideal de indivíduo como sujeito livre prevalece como regente fundamental na ordenação das relações sociais motivadas por circunstâncias que as *pessoas*, no dizer hobbesiano, temem ou desejam. De acordo com Touraine (1992) foi preciso criar a ideia de indivíduo para que a modernidade pudesse triunfar sobre o esteio da racionalização: “o homem pré-moderno procurava a sabedoria e se sentia obstaculizado por forças impessoais [...]. A modernidade triunfante quis substituir essa sujeição ao mundo pela integração social” (TOURAINÉ, 1992, p. 220). Na teoria do contrato social, o indivíduo é o elemento primordial que cria uma integração social fundamentada na ideia de contrato. São os indivíduos em suas capacidades, autônomos e livres, que podem fazer contratos. Em um

estado natural ou através do contrato social os indivíduos são tomados como independentes, mesmo que subordinados a um governo soberano, leis ou regras sociais.

3.4 Quem pode ser indivíduo e firmar contratos?

Uma resposta ancorada no entrelace dos contratos pode revelar que são os indivíduos livres e autônomos ou os ‘indivíduos contratantes’. Pateman (1993) questiona a ideia de contrato como um paradigma que representa um acordo de vontades. Sugere que o entendimento para esclarecer tal paradigma repousa sobre o ‘indivíduo’, na maneira como ele é apresentado pelos teóricos clássicos do contratualismo e nas proposições do contratualismo contemporâneo:

A teoria clássica do contrato social e o argumento mais amplo de que, de maneira ideal, todas as relações sociais devem adotar uma forma contratual, derivam de uma reivindicação revolucionária: os indivíduos são naturalmente livres e iguais, ou nascem livres e iguais. Se hoje em dia essa ideia parece ser senso comum, em vez de revolucionária, essa é uma consequência da maneira bem-sucedida como os teóricos do contrato transformaram uma proposição subversiva em uma defesa da sujeição civil. A teoria do contrato não é o único exemplo de uma estratégia política teórica que justifica a sujeição apresentando-a como liberdade, mas é digna de nota por chegar a essa conclusão a partir de seu próprio ponto de partida. A doutrina da liberdade e da igualdade individual natural foi revolucionária justamente porque aboliu de uma só vez, todos os fundamentos através dos quais a subordinação de alguns indivíduos, categorias ou grupos de pessoas a outros era justificada. A teoria do contrato era a doutrina emancipatória *par excellence*, a promessa de que a liberdade universal seria o princípio da era moderna (PATEMAN, 1993, p. 66).

A liberdade proposta pelo contrato é interpretada pela autora como uma dupla sujeição: a sujeição da maioria dos indivíduos sob o controle do Estado e de sistemas de exploração econômico, e a sujeição de grupos de indivíduos sobre outros, a exemplo de contextos de sujeição em que estão algumas mulheres sob os homens. Em termos contratuais, Pateman (1993) destaca que as mulheres fazem e não fazem parte do contrato social, pondo em cheque a validade da proposta de liberdade. Cabe, pois, indagar acerca dos problemas implicados no contrato sexual, particularmente acerca do estatuto de indivíduo livre e autônomo. Ao que tudo indica, as ideias de autonomia e de liberdade se contrapõem à família, comumente interpretada como o fundamento natural da vida civil (PATEMAN, 1993;1979). O que é ser senhor de si mesmo na vida civil, ou seja, ser indivíduo livre tem como base a divisão sexual do trabalho na esfera familiar. A aposta máxima de Pateman é que a vida civil, ordenada a partir do contrato social, depende do contrato sexual, que é constituído por um conjunto de práticas tecidas continuamente pela significação dos vínculos e pela mediação

dos afetos. O entrelace entre o contrato social e contrato sexual sustenta o indivíduo contemporâneo em seus ideais de liberdade, fundamentada na assimetria de gênero, sendo o contrato sexual seu componente essencial e basilar. Parece que o entrelace é a liga, o cimento essencial para que esta condição seja mantida. Afirmção que pode tornar-se mais clara ao voltarmos às questões mais essenciais do contrato sexual. Para ser ‘indivíduo contratante’ é necessário negar que haja uma condição de amparo, de cuidado e de algum tipo de dependência. As diferenças entre os sexos através da divisão sexual do trabalho favorecem a essa condição, ao torná-la natural.

Em *O que o gênero faz as pessoas*, Théry (2008) salienta que no início do século XVIII, a filosofia definia a pessoa pela concepção da natureza humana: um exemplo das características físicas, psicológicas e mentais que supostamente fazem parte de todas as pessoas considerando as diferenças culturais. O indivíduo aparece como o representante simbólico da dissolução do estado da natureza com a pessoa. O que acontece com a dimensão eminentemente relacional? Isso permite reconhecer um fato maior, evidente, porém muito ignorado: “as sociedades humanas não são simplesmente compostas de indivíduos de dois sexos. Existe na humanidade uma dimensão sexuada (de gênero) da vida social” (THÉRY, 2008, p.22).

Do que se fala quando se enuncia a ideia de indivíduo? Os filósofos apresentam versões diferentes para supor uma mudança fundamental entre o estado de natureza e a convivência social: O estado de natureza não dá garantias para a preservação da vida, para a proteção da propriedade e não protege os indivíduos nem os tornam cidadãos com direitos garantidos perante as leis. O contrato social aparece como um instrumento que pode assegurar direitos, sobretudo proteger os indivíduos e dar-lhes garantias de proteção. Mas uma mensagem é comum entre todos: o indivíduo livre. Sem gênero e sem sexo (THÉRY, 2010). Aparecem como seres que criam um estado político e uma organização social através da associação de indivíduos independentes e assexuados. Mas indivíduos são sexuados e a sexualidade talvez seja o domínio primeiro dentro daquilo que efetua a passagem do estado natural para o estado artificial. No indivíduo, a natureza é a indisciplina sexual, e a sociedade é a regulamentação da sexualidade pela norma ‘procriativa’.

De acordo com Freud (1996g, p.38) “A mais bela ilustração da teoria popular da pulsão sexual é esta da fabula poética da separação do ser humano em duas metades – homem e mulher”

A observação freudiana convoca bem mais um refletir que uma constatação óbvia do sexo dividido. O dizer freudiano sobre a separação do humano em duas metades traduz-se pela divisão do sexo, ou a ideia de sexo está sob a ordem desta divisão.

Convoca questionar muito menos sobre sua condição ‘natural’ do sexo e da sexualidade e mais por seu objetivo ‘nobre’ como propõe Locke (1998) na sociedade conjugal. Não há aqui uma negação ao biológico. É fato que o ser humano é sexuado e só pode vir a ser por esta condição. Mas tal obviedade não interessa a quem porta o óvulo, e a quem porta o espermatozóide. Se o ser humano, é o único animal capaz de transcender as regras biológicas, é também o único capaz de nomear-se e atribuir-se significados por uma oposição de pares e edificação de metades. Se admitirmos que o sexual esteja no plano do simbólico e do real, não é menos verdade que este possa se dividir em metades ou de acordo com os interesses das atribuições sociais vinculadas ao sexo. Num devir reflexivo, consideremos o significado dado a ser mulher e ser homem pelas representações e discursos das famílias participantes.

3.5 As famílias Sigma, Delta e Gama - o significado de ser homem e ser mulher

Antenor referiu sobre os significados de ser mulher e ser homem pelo discurso: “Ser mulher? quando a mulher deixou a casa para trabalhar, a família começou a desmoronar (/) Ser homem tem uma vantagem, sobre as tarefas da mulher, ser homem é mais fácil”. Para Tereza ser mulher: “Ser mulher? É juntar ser mãe e cuidar da família. Ser homem é o machismo de sempre”.

Laura referiu: “Ser mulher é muito melhor, a mulher tem seios, seu corpo é mais sensual (/), mas sofre muito (/) Ser homem é ter uma porção de coisas mais fáceis: mais liberdade, mais dinheiro”.

Para Manuela: “Ser homem é muito mais fácil. Mulher tem muitos problemas: condenada pela sociedade, vulgarizada por si mesma, tem estria, tem celulite, gravidez, tem TPM. Ser mulher? ah eu preferia ser homem”.

O significado ser homem é mais fácil, estão nos discursos do pai e das filhas. O significado: ser homem é o machismo de sempre, é ter o poder, está no discurso da mãe. O que estes discursos significam?

Os discursos indicam tensões de ordem familiar e das relações sociais por um léxico de fatores: de ordem econômica, social, psíquica, afetiva, etc. Os estudos pela abordagem de gênero fornecem uma análise crítica das relações entre os sexos, destacando o caráter assimétrico no plano dos direitos e das ordenações de poder.

Em suas narrativas, a família Sigma ressalta que: ser mulher é mais difícil, se ser mulher é ter problemas, e ser homem é ter mais liberdade. O debate que se promove são as construções simbólicas das relações, o que as pessoas fazem como arregimentam as práticas cotidianas, as relações de convivência. Se considerarmos as suposições elencadas por essa família teremos sempre como pares de respostas o contraste: mais fácil/mais difícil; mais liberdade/menos liberdade; mais dinheiro/menos dinheiro; mais poder/menos poder.

Bourdieu (2003), salienta que é preciso apoiar-se na análise das coisas, como por exemplo: a divisão sexuada dos espaços, e nas mentes. Os princípios de divisão dos sexos, homem e mulher, e os princípios de nomeação por gênero, masculino e feminino, assumem frequentemente a forma de duplas de adjetivos que “definem” formas de comportamento: a exemplo de homens fortes versus mulheres frágeis. Esses princípios existem objetivamente na divisão do trabalho por sexo e gênero e também se manifestam sob a forma de estruturas mentais que organizam a percepção das coisas objetivas, ou seja, no subjetivo. De maneira que o discurso do homem pode definir o que é uma mulher pela tarefa que lhe é atribuída na família. E o discurso da mulher pode definir um homem pelas vantagens que este adquire por seu sexo. A divisão sexual do trabalho aparece como um marcador do significado da sexualidade e do gênero, e o inverso também pode ser considerado.

Pode-se desconsiderar qualquer reflexão sobre estas suposições e torná-las naturais. Utilizar um dizer, conforme Rousseau (1996, 1984), que essa é a base natural das relações de convivência. Em tempos contemporâneos ainda são aceitas como uma justificativa para ressaltar uma ideia de harmonia familiar. Ou seja, os significados atribuídos a ser homem e ser mulher pela família Sigma podem suscitar controvérsias, possíveis discordâncias. Porém, os discursos apontam para relações de desvantagens maradas pela diferença sexual.

Numa sociedade em a lógica da divisão do ser humano pelo sexo, é a base sobre a qual, o homem se define em comparação à mulher, e o inverso também se realiza, há um entendimento que as tarefas da mulher são mais difíceis, mesmo que essas tarefas não sejam nomeadas. Há uma generalização do que é feito pela mulher. A mulher não tem uma ocupação definida, ela se ocupa do que esteja relacionado ao seu gênero. Isso fica mais claro quando o significado de mulher é associado ao ‘desmoronamento’ da família: “o que é ser mulher: quando a mulher deixou a casa para trabalhar, a família começou a desmoronar”. Esse discurso indica uma crítica negativa à mulher como partícipe do mundo do trabalho. Neste espaço a mulher é vista como aquela que deixou a família. Este entendimento pode ser alocado ao que Patemam (1993) atribui como subordinação patriarcal. Ou a uma atribuição não qualificada ao trabalho da mulher.

Essa condição também pode ser considerada no discurso de Tereza, mulher e mãe da família Sigma. Para ela, ser mulher é cuidar da família e ser mãe. Referiu-se sobre o significado de ser homem como o “machismo de sempre”. Ela confirma o significado dado pelo marido, sobre ser mulher, mas não silencia quanto ao machismo. Indica uma insatisfação, um sentimento de impotência.

As mulheres filhas e irmãs da família Sigma, a princípio atribuem à categoria mulher significados bem dispares: “Ser mulher é muito melhor, a mulher tem seios, seu corpo é mais sensual, mas sofre muito”. Este significado indica uma valorização da mulher pelo corpo, pela seu domínio sensual. É como uma espécie de poder sobre os homens, mas que não impede à mulher de sofrer. Esse sofrimento está associado ao fato de não ter liberdade e não ter dinheiro. As diferenças de significados desaparecem. É o que indica Manuela ao se referir ao significado de ser mulher: “Ser homem é muito mais fácil. Mulher tem muitos problemas. É condenada pela sociedade, vulgarizada por si mesma, tem estria, tem celulite, gravidez, tem TPM”.

Não há um significado de mulher que não esteja vinculado as desvantagens ou as vantagens de ser homem. De maneira direta, Manuela prefere ser homem. Ela escolheu a profissão de engenheira, comumente atribuída como atividade masculina em que a maioria dos homens a exerce. Em suas narrativas, referiu que seu maior sonho é ser mãe e cuidar da família: “Eu tenho a intenção de ter um filho com o meu namorado. Na minha vontade eu queria ter tido um só namorado, casado e ter morrido com ele. Você não precisa conhecer muitas pessoas. Você pode conhecer a mesma pessoa”.

Manuela referiu não quer ter sucesso profissional: “Eu me vi num dilema, deixei de ir para um emprego em outro país para ganhar muito, mas optei por não ir por causa do namorado. Agora eu não estou satisfeita com o meu trabalho (/). Trabalho, mas não estou realizada”.

Há uma ambivalência na narrativa de Manuela. A maternidade e o corpo feminino são vistos como problemas. Mas o seu sonho é ser mãe e cuidar dos filhos. “Eu não tenho sonho de ser a melhor engenheira eu não tenho grandes ambições, queria ter uma vida normal, ter filhos, me casar”. É como se ela sabotasse a si própria: escolhe uma carreira masculina, porque ser homem é melhor, mas não ambiciona ser a melhor, ela sonha em casar e ter filho, o que ela chama de ‘ter uma vida normal’. Vivendo uma vida não normal, se diz insatisfeita com o seu trabalho. Talvez porque à mulher é vista como condenada pela sociedade conforme destaca em suas narrativas. A condenação se refere ao fato da mulher trabalhar fora e não cuidar da família de maneira integral. Faz-se importante destacar que o significado trazido por Manuela remete ao conflito conforme destaca Badinter:

O individualismo e o hedonismo próprio da nossa cultura tornaram-se os primeiros motivos da reprodução e também de sua recusa. Para uma parte das mulheres, a conciliação dos deveres maternos, que não para de crescer, e seu crescimento pessoal, tornaram-se um problema (BADINTER, 2010, p. 10).

Em *O Conflito entre a Mulher e a Mãe*, Badinter (2010) propõe um debate: como ser ao mesmo tempo uma mulher e uma mãe? A autora ressalta que a contracepção e o mundo do trabalho tornaram-se realidades complexas e contrapostas para a mulher, fato que, em alguns debates, é aceito como uma evolução: “No fim dos anos setenta, dotadas dos meios de controlar a reprodução, as mulheres aspiraram à conquista de seus direitos essenciais, a liberdade e igualdade (com os homens), que elas pensaram poder conciliar com a maternidade” (BADINTER, 2010, p.09). Para a autora essa mudança gerou uma espécie de "involução", porque colocou à mulher diante de três possibilidades: aderir, recusar ou negociar seus interesses pessoais com a função maternal. Ser mãe e mulher na contemporaneidade impõe uma negociação muito difícil, consiste numa teia de conflitos que em muitas situações estão voltados para a solução que reclama pela volta da mulher para casa, do cuidado integral e muitas vezes solitário com as tarefas da casa e com os filhos. O problema consiste em saber se a mulher pretende estes objetivos ou trata-se de conflito entre o desejo e a culpa. Desejo de realização de um projeto profissional e culpa de não ser uma boa mãe por não estar em permanência constante em casa no cuidado com os filhos ou com as

tarefas que são atribuídas ao seu gênero. Numa interpretação bem próxima do entrelace entre os contratos.

A ambivalência da maternidade parece ser um dos elementos ou um eco do entrelace dos contratos na contemporaneidade. Conforme bem argumenta Badinter (2010, p.21) “Em uma civilização onde o “eu primeiro” é o princípio erigido, a maternidade é um desafio, de fato uma contradição”. O eu primeiro é parte da concepção do ‘indivíduo contratante’ de uma ideologia moderna que fortaleceu o individualismo e o elegeu como signo de liberdade e de conquista. Uma liberdade que contrasta com a maneira que as realidades se apresentam, desconsiderando a relação de dependência que sustenta um ideal libertário. Não se fala na volta dos homens para a casa. Esse, talvez, seja um debate que ponha em questão o viés individualista do capitalismo. O ideal de liberdade talvez ganhasse outro contexto e o ‘indivíduo contratante’ perderia o seu poder de atração tornando-se um indivíduo social criativo, parte integrante das relações com os outros.

Na família Sigma, as representações sociais de ser homem e ser mulher são muito próximas: mãe, pai e filhas revelam suas histórias de vida como atreladas as mesmas significações: as representações indicam assimetrias de gênero. Há uma continuidade entre as representações trazidas pelos pais e pelas filhas. Embora a família Sigma ressalte que houve mudanças significativas quanto à educação das filhas, por parte dos pais, e uma maior liberdade, citada pelas filhas. Essa liberdade consiste em poder levar o namorado para dormir na casa dos pais e no quarto da filha, ou as filhas dormirem na casa do namorado. Uma mudança que de acordo com Bozon (2009) não se fez presente para a desconstrução de assimetrias de gênero, em que a ‘liberdade e o poder’ são vinculados ao homem ou a uma espécie de direito masculino. A ‘revolução sexual’ não alterou as concepções sobre a divisão sexual do poder e dos sistemas de relações de gênero.

Na família Delta, Augusto indica o significado de ser homem em comparação a mulher, mas não atribui diferença entre ambos: “Ser mulher e ser homem é assumir responsabilidades, da mesma forma, não existe isso de ser diferente pelo fato de ser mulher”. Responsabilidade é a palavra que dá sentido a ser homem e mulher, embora para Augusto seja muito difícil viver a experiência de ser homem. O significado de ser homem foi trazido como muito difícil de responder. As dificuldades são provenientes de expectativas atribuídas à conduta do homem: ser provedor de recursos materiais para a família. Augusto traz as palavras do avô, que se tornou seu legado familiar. A mulher é vista como também provedora

da família, e participe do mundo do trabalho. Embora essa tarefa apareça nas narrativas como muito difícil de ser cumprida.

Augusto relembrou que em seu primeiro casamento, sua mulher se ocupava apenas com os filhos e o cuidado da casa. Sua responsabilidade era trabalhar e quase sempre estava ausente em viagens. Em seu relacionamento atual, há uma maior interação com sua mulher e as responsabilidades são compartilhadas.

Para Antônia, mulher e mãe da família Delta, ser mulher é ser plena. Em suas narrativas ela indica que esse significado está relacionado à liberdade, ao corpo da mulher como expressão de sua sexualidade. Ser homem tem um sentido estreito com a virilidade. O significado de homem também está relacionado à sexualidade: “Meu ex-marido era muito fechado. Homem tem que ser macho, viril”.

Para Maria, mulher e filha da família Delta, “ser mulher é ser forte sem precisar bater em ninguém”. Este significado é apresentado em contraposição ao significado do que é ser homem: forte e violento. Mulher tem que ser forte sem recorrer ao uso da violência. Esse significado torna-se mais claro quando a participante relata uma experiência amorosa vivida no passado: “Eu fazia plano de casar e ter filho. A gente chegou a usar aliança (/). Ele era muito ciumento, era alucinado, ele viu coisas, ai eu disse não dá mais. Minha mãe ficava muito preocupada em ele me agredir”.

A integridade é citada como o sentido de ser homem. Ser homem não deveria estar associado à ideia de violência. Este discurso indica uma associação entre ações do homem e violência, que convoca um debate aprofundado que é extemporâneo aos objetivos deste estudo. Mas não impede de ressaltar que não há como compreender o fenômeno da violência entre os indivíduos sociais, como algo que acontece fora de uma relação de poder, conforme bem argumenta Saffioti (2001)⁶¹. Revelando as complexas situações de violência doméstica e familiar que integra um dos elementos mais relevantes acerca da “violência de gênero”.

As representações da família Gama indicam que ser mulher é um grande desafio, ter que lutar sempre para conseguir seu espaço. A ambivalência dos afetos é marcada nesse

⁶¹ Saffioti (2001) aborda a perspectiva feminista e marxista do patriarcado. Diferindo da abordagem da dominação adotada por Chauí (1985), essa perspectiva vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. Conforme Saffioti, (2001) o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, integra um sistema de exploração de ordem econômico, política e ideológica.

discurso. O significado do termo mulher para Marília indica um construto simbólico que carrega as contradições entre frágil/forte, luta/desafio, alegria/tristeza. Para Mario é um desafio, uma luta. O significado de ser homem refere a liberdade ou a indicação de parceria com a mulher: “Ser mulher é ser forte, enfrentar o que vem, na alegria e na tristeza”. E ainda: “Ser homem, ainda é ter mais liberdade, mais poder, mudou um pouco. “O que significa “ser mulher é ser forte, enfrentar o que vem, na alegria e na tristeza”?”

A obra *FAA-Samoa, uma Identidade Polinésiana: economia, política e sexualidade*, Tcherkézoff (2003) invoca uma reflexão sobre o fato de que há sociedades onde as perguntas: o que ser homem e que é ser mulher? Não podem ser feitas. Não há interdições a estas questões, a explicação consiste no fato da sociedade samoana não ter em sua língua local palavras que correspondam a estas categorias. A noção de categorias, homem e mulher reiteradas como universais e naturais que atuam na família como: marido / esposa / pai / mãe, etc., parece faltar em algumas sociedades, principalmente nas sociedades não Ocidentais. São formas de convivência descritas através dos estudos realizados pelo etnólogo Tcherkézoff (2003) na Ilha Polinesiana Samoa, conhecida como Samoa Ocidental. Esta sociedade ignora a diferença entre macho e fêmea, no sentido em que a diferença marcada no corpo não é considerada como suficiente para construir por ela mesma, o que as famílias Sigma, Delta e Gama ressaltaram em seus discursos sobre o que significa ser homem, e significa ser mulher.

Na sociedade Samoana a mudança física dos corpos é celebrada por ritos e cerimônias. Os indivíduos sociais são participes do mundo da “Noite” e do mundo da “Village”. “São duas dimensões de um mesmo universo cosmológico percorrido por um espírito e um sentido. O mundo da “Noite” é o da população Samoana que habita o mesmo território. O mundo da Village é dos ancestrais, da divindade, dos animais e dos humanos” (TCHERKÉZOFF, 2003, p.64). Quando se refere ao animal humano, estes são participantes do mundo da Village. Dentro desse mundo, lugar tido como sagrado, as relações é que recebem nomeações baseadas no sexo. São os *status* que são sexuados. Ou seja, são os valores que instituem que recebem uma caracterização sexual. Os samoanos caracterizam os relacionamentos sociais, a idade, a parentalidade, etc., por exemplo: *Alii/Tamaitai* são nomes que representam *status* sexuados. Entre eles, *matai (chefe)*, é o mais importante e *Alii/Tamatai*, não são menos importantes porque eles se referem ao que poderíamos considerar como irmãos, o mais elevado status dentro da hierarquia das relações sócio cósmicas de Samoa. Não se distingue qual deles

participa do mundo da “Noite” e do mundo da “Village”, sob pena de cometer uma falta grave (TCHERKÉZOFF, 2003).

As relações sociais samoanas contrói-se pelo valor ou *status* que demandam hierarquia entre as relações do mundo da ‘Noite’ e do mundo da ‘Village’ sem a distinção de quem participa de um ou de outro. Nessas relações, o humano não é dividido em metades: mulher e homem. O humano é integrado à diversidade presente no ambiente em que habita. O holismo da sociedade samoana é a perspectiva preponderante em contraposição as sociedades do Ocidente em que o indivíduo é a referência de maior destaque.

A realidade samoana é aqui sugerida para incitar um estranhamento acerca dos modos de vida das sociedades do Ocidente. Estas sociedades apresentam uma divisão do humano, voltada para a valorização do indivíduo ou uma priorização individualista como ressalta Dumont (1983), Elias (1994) e Moscovici (1975). A realidade samoana se apresenta como uma via de desnaturalização das qualificações atribuídas a homem e mulher. Pretende uma refletir sobre a possibilidade de colocar em perspectiva modos de convivência que convergem com os pressupostos dos teóricos do contrato social da era moderna.

Pateman (1993) observa que os pressupostos dos teóricos clássicos do contrato são sem dúvida alguma influenciados pela figura da mulher e eles tem muito a dizer sobre suas capacidades naturais. Haja vista a construção social e política patriarcal relacionada ao significado de ser masculino e feminino na sociedade moderna. “Enfatizar como o significado de ‘homem’ e ‘mulher’ contribui para a estruturação das mais importantes instituições sociais não é recorrer a categorias puramente naturais” (PATEMAN, 1993, p. 36).

O significado de ser homem e mulher pelo contrato sexual parece querer determinar uma identidade. Pode-se afirmar que a identidade⁶² de uma pessoa é ser homem? Pode-se afirmar que a identidade de uma pessoa é ser mulher? Se a resposta for positiva, ambos tornam-se imutáveis. Todos os homens e todas as mulheres tornam-se idênticos entre si. Se negarmos esta assertiva podemos considerar que haja um conjunto de elementos que são

⁶² Para a filosofia hegeliana, dada a natureza difícil da definição do termo identidade, uma aproximação do que seria uma teoria da identidade surge como uma série de tentativas para determinar o seu significado. Uma vez que qualquer definição é uma identidade, a própria identidade não pode ser definida. A identidade atravessa todos os modos de discurso, sua generalidade e abstração ainda são mais elevados do que aqueles de oposições categóricas. Esta regra é compensada por uma incerteza relativa, há uma dificuldade intrínseca em compreender a identidade dos mais diversos níveis, e a explicação da identidade termina por destacar contradições (MARCUSE, 1978).

atribuídos ao construto identidade, que toma formas variadas de acordo com as significações culturais.

O psicólogo social Ciampa (1987, p.67) ressalta que identidade é “uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações em que cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas”. Depreende-se que há um dizer sobre o que deve ser um homem, e há um dizer sobre o que deve ser uma mulher. Mas quem o diz? Quem são os mestres deste dizer? A sociedade? Os indivíduos?

As teorias substantivas, como a teoria do contrato social, enunciam a ideia de contrato para dar fundamento às relações sociais naquilo que organiza as instituições, como mestres que operam as organizações da esfera pública. Nessa teoria não se diz o que é ser homem, nem o que é ser mulher. Essas características já devem estar prontas a priori, para que possam pertencer ao contrato social e sexual.

Numa leitura sociológica sobre relações de poder e desigualdades sociais Théry (2010) argumenta que a sociedade samoana permite colocar uma distância e interrogar sobre a evidência ocidental da diferença dos sexos⁶³. Como Samoa, um grande número de sociedades tem podido constituir a distinção de sexo sem utilizar as categorias genéricas de homem e de mulher. “Há um conjunto de outras palavras, que designam o *status* social e permite distinguir os sexos um do outro com clareza e sutileza, como um polo relativo e relacional” (THÉRY, 2010, p.53).

O que incita convocar uma reflexão sobre os discursos das famílias Sigma, Delta e Gama. As representações e discursos destas famílias parecem vinculadas a uma complexa questão: ‘ser homem é mais fácil,’ e ser mulher é ter muitos problemas’ são significados de uma sociedade que se utiliza da diferença marcada no corpo como esteio de medida de (des) valor do humano?

⁶³ A autora questiona o uso do termo gênero e utiliza o termo distinção de sexo para promover o debate crítico sobre as teorias do contrato social e a assimetria de poder nas relações sociais.

3.6 Indivíduos sexuados, duas metades: a estratégia (des) valorativa do sexo

A construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo significado em diferentes sociedades ou em épocas diferentes. Toda sociedade possui um sistema de gênero que traduz-se em significados através dos quais a sociedade transforma a biologia sexual em produtos da atividade humana e nos quais essas necessidades transformadas são satisfeitas argumentam Haraway (2008;1989) e Rubin (1986). Esse sistema incluiria vários componentes, entre outros a divisão sexual do trabalho e definições sociais para os gêneros e os mundos sociais que estes conformam (CASTRO, 2009;2008; HIRATA, 2002; DE LAURETIS, 1994). O que visamos por em destaque, é muito menos por quem, ou quando a medida foi inventada, e mais o olhar para o inventado, para uma espécie de manipulação da diferença, através do sexo. Conforme Laquer:

O sexo único repito, não morreu. Mas encontrou uma poderosa alternativa: uma biologia de incomensurabilidade na qual a relação entre o homem e a mulher não era inerentemente uma relação de igualdade ou desigualdade, mas de diferença, que exigia interpretação (LAQUER, 2001, p. 193).

O autor argumenta em sua obra *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, que até o século XVIII vivíamos em um mundo do sexo único, o modelo unisex. A estrutura anatômica do sexo da mulher era interpretada como a mesma do homem, porém de forma inversa. Não havia dois sexos: “Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que o homem, só que – como dizia Némesis, bispo de Emersa, no século IV – a delas ficava dentro do corpo e não fora” (LAQUER, 2001, p. 16). As diferenças corporais e biológicas não eram relevantes. O autor ressalta que, nesse sentido, o gênero como instrumento normativo atuava para estabelecer a diferença. Quando foram definidos dois sexos, ou seja, o homem tem um sexo e a mulher tem outro sexo, a diferença biológica entre ambos se impôs como fundamental para rerepresentar a anatomia sexual. Assim, o sexo passou a determinar o gênero. “Um gênero que inclui tanto a biologia como a cultura” (LAQUEUR, 2001, p. 25).

O que instiga outro questionamento: ainda estamos aprisionados às concepções: sexo homem e sexo mulher, que faz da diferença um instrumento de mensuração de valor? Quando a família Sigma em seus discursos confere significado a “ser homem é mais fácil e ser mulher é ter mais problemas”, este significado é próprio do corpo? A questão fundamental consiste na diferença entre os sexos, ou fazer da diferença um esteio de divisão que impetra o desvalor? A divisão dos sexos revela as atribuições do gênero. “Nenhuma descoberta ou grupo de

descobertas originou o modelo de dois sexos” (LAQUEUR, 2001, p.193). As condutas que são esperadas pelo homem e pela mulher em nome da diferença sexual dos seus corpos não são passíveis de comprovação, diferem de uma cultura para outra. “A diferença sexual independe de fatos biológicos por estar, desde a sua concepção, impregnada na linguagem da ciência, pelo menos no que se refere a alguma construção culturalmente ressonante de diferença sexual, como a linguagem do gênero” (LAQUER, 2001, p.193).

Hobbes (1974) dedicou centenas de páginas para afirmar a capacidade dos indivíduos poderem e não poderem representar uma ameaça para o outro. Em uma sociedade que traz a crença de sua constituição por oposição a natureza, os indivíduos são levados a idealizar uma liberdade e autonomia por oposição a si mesmos. Talvez uma estratégia para desatar o entrelace entre os contratos e permitir um caminho de convivência interpretada como não ameaçadora, seja resgatar o indivíduo em sua relação de interação e dependência mútua, conforme as proposições do interacionismo simbólico: se há interação, há cooperação (MEAD, 1982). Permite articular outras formas de convivência contraposta a uma ideologia contratual sustentada por assimetrias de poder que institui condições econômicas, morais e políticas e familiares de desigualdades. Condição que talvez permita tomar famílias como próprias de realidades afetivas, em que os indivíduos se representam por elas e através das suas significações. Contudo, mediante sexualidades que referem sobre o sentido dos laços que constituem sejam estes consubstanciados no ‘objeto nobre’ da procriação da espécie, sejam estes consubstanciados no desejo de convivência.

Neste Capítulo, pretendi ressaltar que o nascimento do indivíduo moderno parece ter criado um tipo particular: ‘o indivíduo contratante’. Categoria que parece ter sido concebida para negar qualquer forma de relação de dependência e afirmar essa negação para fundamentar a ideia de liberdade. De maneira que o ‘indivíduo contratante’ se aproxima do indivíduo idealizado da sociedade moderna e do individualismo não criativo da sociedade contemporânea (ELIAS, 1994; TOURAINE,1992). As significações do indivíduo no contrato social e nas narrativas das famílias Sigma, Delta e Gama parecem ressaltar como a noção de indivíduo aparece sempre não associada a grupos ou relegada a uma condição fragmentária. São dois universos com suas interpretações. Na teoria do contrato social o ‘status’ do indivíduo está vinculado a uma ontologia individualista. O que é ser indivíduo? E o que resulta na contemporaneidade a convicção dessa nomeação? Os significados que emergem das teorias do contrato social, representativas do conhecimento científico, e as representações

sociais das famílias participantes, pertencentes ao conhecimento do senso comum, revelam uma incompletude, conforme bem argumenta Elias (1994). São indivíduos fragmentados.

Sem a finalidade de comprovar a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum as representações sociais sobre a noção de indivíduo, conforme as famílias Sigma, Delta e Gama, convocam uma reflexão sobre o entrelace entre os contratos social e sexual na medida em que a noção de indivíduo aparece como um “ser solitário”, “só”, mesmo em suas representações e histórias de vida diferentes. O significado de ser homem e ser mulher estão essencialmente vinculados a essas atribuições por serem excluídos de qualquer relação de dependência mútua e inclusiva. O modelo mais representativo dessa ideia parece ser a divisão dos sexos, conforme Laquer (2001). O entrelace entre o contrato social e contrato sexual parece sustentar o ideal do indivíduo contemporâneo em seus ideais de liberdade. O indivíduo homem e o indivíduo mulher terão sempre que parecer dois polos para que a construção ficcional do indivíduo sexuado, garanta a especificidade do ‘indivíduo contratante’. Este mesmo indivíduo, parece se metamorfosear em indivíduo sexuado para que os propósitos dos contratos possam ser adquiridos. Assim, a sexualidade é invocada como a estrutura fundante dos modelos contratuais. No entanto, faz-se necessário ressaltar de que sexualidade se fala? E como do ideal de “indivíduo contratante” podemos compreendê-la?

CAPÍTULO QUATRO

SEXUALIDADES E FAMÍLIAS:

Entre o entrelace e o desenlace dos contratos

Nos Capítulos Dois e Três destaquei as teorias do contrato social em contraposição ao contrato sexual apresentando o entrelace do contrato social com o sexual para expor os elementos que aproximam os contratos a noção de indivíduos na contemporaneidade. Este Capítulo ressalta a noção sexualidades e famílias e como da concepção individual contratante, revela-se o sentido destas temáticas.

Nas teorias do contrato social, Locke (1998) afirma a sexualidade pelos propósitos da procriação. A sociedade conjugal deve atender a esta norma propósitos para garantir a ideia de contrato entre os indivíduos. Em Hobbes (1974) os indivíduos aparecem como contratantes e não sexuados. Muito embora os objetivos desses teóricos se mostrem divergentes, terminam por garantir os interesses particulares dos indivíduos, ou seja, uma concepção filosófica política individual é utilizada para consolidar esse estratagema.

Em Locke (1998) as motivações para tal tornam-se mais claras e a sexualidade de homens e mulheres e pais e mães devem atender a uma espécie de sociedade conjugal refreada: a procriação impera como objetivo nobre. Em Rousseau (1996) da diferença dos sexos pode-se estabelecer relações familiares. O indivíduo só pode aparecer na família através da figura do patriarca. A sexualidade e a família parecem enredadas no entrelace do contrato social com o sexual.

Contudo, face às diferentes formas de convivência familiar na contemporaneidade e diversas concepções acerca da sexualidade, devo questionar: de que sexualidade se fala? É possível que a sexualidade seja um elemento passional e de desejo de uma existência individual? (FREUD,1996d;1996e;1996f;1996). A sexualidade é uma invenção da modernidade que aparece inscrita numa história de suposições repressivas? (FOUCAULT, 1988a) Ou, a sexualidade é própria da roteirização do comportamento sexual? Quais os significados trazidos pelas representações sociais que revelam as famílias participantes Sigma, Delta e Gama acerca da sexualidade? E como da ideia de indivíduos podemos compreender a interdependência entre sexualidade e famílias? São estas as perguntas que proponho responder neste Capítulo.

4.1 Sexualidade sob a chancela dos contratos

Vimos no Capítulo Dois que o indivíduo é o símbolo de maior representação da teoria do contrato social, que aqui nomeio ‘indivíduo contratante’. As paixões são as principais causas da discórdia entre os indivíduos. Acredita-se que se estes tivessem liberdade para realizar plenamente suas vontades, as relações entre estes seriam irreconciliáveis com sua preservação: destruiriam uns aos outros e tudo o que poderiam construir em conjunto. São eles mesmos as próprias ameaças:

Os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer [...]). De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória (HOBBS,1974. p.46).

As ameaças explicariam porque as paixões não só tem de ser controladas, mas, sobretudo, subordinadas a um Estado. Os indivíduos terminam por submeter-se à condição de um contrato social guiados por uma espécie de medo que os levam a estabelecer uma troca mútua de interesses por um ideal de liberdade que se ampara em subordinação.

Numa hipótese bem aproximada das conjecturas de Hobbes (1974), em *Totem e Tabu*, Freud (1996e) supõe que no início havia um grupo de indivíduos tal qual a *horda primeva*. Contudo, em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Freud (1996d), destaca-se o esforço freudiano em apresentar a *horda* como uma espécie de “estado natural” de convivência em grupo como sugere os pressupostos hobbesianos no contrato social:

Os grupos nos parecem como uma revivescência da horda primitiva. Do mesmo modo como o homem primitivo sobrevive potencialmente em cada indivíduo, a ‘horda primeva’ pode mais uma vez surgir de qualquer reunião fortuita; na medida em que os homens se acham habitualmente sob a influência da formação de grupo, reconhecemos nela a sobrevivência da ‘horda primeva’. Temos que concluir que a psicologia dos grupos é a mais antiga psicologia humana; o que isolamos como psicologia individual, desprezando todos os traços do grupo, só depois veio a ser notório, a partir da velha psicologia de grupo, através do processo gradual, que talvez possa, ainda ser descrito como incompleto (FREUD, 1996d, p. 134).

A *horda primeva* substitui a ideia de grupo. Em suas conjecturas, Freud (1996d) não se furta em dizer que a *horda* é um mito, uma hipótese tomada de empréstimo da teoria darwiniana para dar fundamento a sua teoria psicanalítica. Conforme Elias (2010, p.144) “ao adotar a filosofia do contrato social Freud põe a questão do começo da sociedade. Por que em um dado momento, os seres humanos formaram a sociedade?”. E como Hobbes (1974) e Freud (1996e) criam “a hipótese de uma condição de violência individual”

(ELIAS,2010, p.144). Parece que Freud viu a possibilidade de dar fundamento aos conflitos psíquicos que rondam a vida mental dos indivíduos da era moderna.

Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Freud (1996d) pôde construir seu argumento ou sua versão natural da maneira como os indivíduos viviam em grupo e supor o nascimento da cultura e da organização familiar.

O pai primevo da horda primitiva não era ainda imortal, como posteriormente veio a ser, pela deificação. Se morria tinha de ser substituído; seu lugar era provavelmente tomado por um filho mais jovem, que até então fora um membro do grupo, como qualquer outro. Deve existir, portanto, uma possibilidade de transformar a psicologia de grupo em psicologia individual; há que se descobrir uma condição sob a qual tal transformação seja realizada[...] pode-se imaginar apenas uma possibilidade: o pai primevo impedira os filhos de satisfazer seus impulsos diretamente sexuais, forçara-os à abstinência e, conseqüentemente, aos laços emocionais com ele e uns com os outros, que poderiam surgir daqueles de seus impulsos antes inibidos em seu objetivo sexual. Ele os forçara por assim dizer a psicologia de grupo. Seu ciúme e intolerância sexual tornaram-se em última análise, as causas da psicologia de grupo. Quem quer que haja se tornado seu sucessor recebeu também a possibilidade de satisfação sexual e por este meio, lhe foi dada uma saída para as condições de psicologia de grupo (FREUD, 1996d, p. 135).

Neste excerto, o fundamento de toda ordem social deve ser procurada dentro de um tempo pré-histórico que realiza o suposto assassinato do pai da *horda primitiva*. Na história freudiana do *mito primevo*, tomados pelo ódio os filhos reuniram-se para cometer a morte do pai, que os excluía de uma convivência em relações de igualdade: os filhos eram proibidos de ter acesso sexual às mulheres, mãe ou filhas, todas pertencentes ao pai. Motivo que os leva ao ato hodierno. Há uma suposição que o pai morto aparece pela deificação, sua presença torna-se mais forte que antes. O pai ‘temido e adorado’ torna-se *totem*: uma Lei psíquica que através da culpa, passa a governar todas as ações que regem a convivência entre os filhos. Pelo *totem* um filho pôde ocupar o lugar do pai, que embora não deificado, fez com que todos os filhos se tornassem pais e culpados.

O estado natural da *horda primitiva* freudiana é tal qual o de Hobbes (1974). Mas Freud (1996e) faz a ‘guerra não velada’ aparecer pela relação de grupo. Um pai é violento, narcisista que pode realizar seus desejos. No estado natural freudiano a guerra de fato acontece, chegando ao assassinato do pai. O derrotado é o pai narcisista, voltado para as realizações de seus prazeres, sem interesse nos desejos dos filhos. O pai que emerge, assume a culpa primeira através dos seus filhos, que se tornam todos indivíduos, e pai culpados. Assim Freud (1996d;1996e) leva a sexualidade de volta ao grupo, ou ao que lhe parece mais fundamental: a família. Ela renasce na psicologia social freudiana, não incestuosa, mas

sempre ambivalente, pela permanência do complexo de Édipo. Com isso, Freud (1996e) separa toda a sexualidade que é dirigida para a reprodução como única forma de constituição familiar. O tabu do incesto não só afirma à sexualidade o uso exclusivo da procriação, como sugere que os irmãos da horda primeva, se uniram para confirmar a escolha sexual pelo sexo oposto.

No dizer freudiano o *tabu* tornou-se um importante acontecimento para a saída do ‘estado natural’ da psicologia do grupo. Freud (1996d, p.147) escreve que: “Assim, o mito, é o passo com o qual o indivíduo emergiu da psicologia de grupo. O primeiro mito foi certamente psicológico, o mito do herói; o mito explicativo da natureza deve tê-lo seguido muito depois”. A história da *horda* primeira freudiana indica uma forte aproximação com a teoria do contrato social hobbesiano. As semelhanças são marcadas na maneira como Hobbes, (1974) apresenta os indivíduos: violentos e centrado em seus interesses. O contrato não altera em nenhuma forma essencial, o caráter solitário e privado dos indivíduos. Mesmo realizando o contrato social, os indivíduos são em essência sociais. O homem natural de Hobbes (1974) e os irmãos do mito da horda primitiva em Freud (1996d) são centrados em si mesmos e constituem uma visão individual, mesmo quando realizam ações em conjunto com outros indivíduos, mesmo quando realizam contratos.

Há um esforço freudiano em fazer do indivíduo e da psicologia individual o elemento mais fundamental. Assim como Hobbes (1974) em *O Leviatã*, Freud (1996d) indica ter havido uma espécie de ‘contrato’ entre os indivíduos na hipotética *horda primeva*. As condições do contrato surgem a partir do parricídio que gera nos filhos sentimentos de culpa, que tem sua maior expressão na aparição do *tabu*⁶⁴. O acordo cria a lei do incesto e as mulheres da mesma família e até do mesmo grupo tornaram-se signos do proibido, tornaram-se um *tabu*. Este é trazido por Freud como algo “sagrado”, misterioso, perigoso, proibido e até, impuro. Traz o sentido de algo inabordável sendo expresso em proibições e prescrições” (FREUD, 1996e, p. 37). O *tabu* tem como premissa fundamental a existência do *totem*. Em um, e em outro, estão às causas da psique individual. Para afirmar sua hipótese Freud (1996e, p. 79) ressalta que “A ambivalência é a característica nuclear do *tabu*, a polarização emocional, ou seja, os sentimentos de amor e ódio estão numa constante relação de troca, numa grande mobilização do sentimento humano”. Aqui Freud expõe de

⁶⁴ “Homens mortos, recém-nascidos e mulheres menstruadas ou nas dores do parto estimulam desejos pelo seu desamparo especial [...].Por esta razão, todas essas pessoas e todos esses estados são tabu, visto que se deve resistir à tentação” (FREUD, /1996e, p. 50).

modo claro, o que os teóricos clássicos do contrato social ocultam com maestria. Significa dizer, que Freud reconhece tanto a sociabilidade natural dos indivíduos, quanto a necessidade emocional permanente de participação em um grupo. Os indivíduos são instintivamente libidinais⁶⁵, são indivíduos sexuados como demonstrei na versão natural do contrato psíquico apresentado por Freud (1996e).

Na sugestão freudiana a saída do indivíduo do grupo opera-se por uma necessidade de tonar-se ativo na busca dos meios que satisfará seus impulsos instintuais. Influenciado pelos estudos de Le Bon⁶⁶, Freud (1996d) conclui que no grupo os indivíduos não poderiam alcançar seus objetivos porque eles perdem a capacidade de avaliar suas ações ou deixam-se levar pela emoção da maioria.

Qual o interesse da mudança da psicologia social para a psicologia individual? Freud está interessado naquilo que o indivíduo apresenta como mais conflituoso e se propõe a estudar o objeto que lhe parece mais adoecer o ser humano: o sexo. Mas o sexo em Freud não é esse objeto inteligível de fácil domínio, um elemento que seja administrado tal como uma fome saciada. O sexual na teoria freudiana é mais complexo, ele não se basta na realização do encontro dos corpos ou na satisfação do ato sexual. Prova disso é que só um pouco mais tarde em *O Mal Estar da Civilização*, após a reunião de diversos elementos, Freud (1996a) apresentou a distinção entre o sexual e o genital:

É necessário fazer uma distinção nítida entre os conceitos de “sexual” e “genital”. O primeiro é o conceito mais amplo e inclui muitas atividades que nada tem que ver com os órgãos genitais. E a vida sexual inclui a função de obter prazer das zonas do corpo, função que, subsequentemente, é colocada a serviço da reprodução. As duas funções muitas vezes falham em coincidir completamente” (FREUD, 1996a, p.165).

Como abordar o sexo por uma perspectiva do grupo ou da psicologia social? Em *O Grupo e a Vida Mental*, Freud (1996d) menciona que no grupo o indivíduo perde a consciência e o senso de responsabilidade. No grupo a consciência chega a ser chamada de “ansiedade social”. Esta conclusão foi apresentada pelo uso dos trabalhos de Le Bon, e

⁶⁵ Energia, considerada como uma magnitude quantitativa dos instintos “daqueles instintos que tem a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’ (FREUD, 1996d, p. 101).

⁶⁶Psicólogo social e antropólogo Gustave Le Bon. Uma de suas obras mais conhecidas é *Psychologie des foules* (1855), ver em Freud (1996d), *Psicologia de Grupo e Análises do Ego*.

acesso a obra *Psychologie des foules*⁶⁷. Freud (1996d) afirma que o grupo “é crédulo e aberto a influência, não possui faculdade crítica e o improvável não existe para ele” (FREUD, 1996d, p.88). O grupo é também muito sugestível conforme os trabalhos do psicólogo social McDougall em *The Group Mind*⁶⁸ (a mente grupal) consultados por Freud. No grupo o indivíduo deixa-se levar pela emoção e perde sua capacidade de agir racionalmente e nas palavras de Freud (1996d,p.99) “constitui profunda alteração em sua atividade mental”.Por não ter segurança na natureza da sugestão, e não saber como esta realmente afeta a mente do indivíduo, Freud desiste da sugestão e prefere utilizar o conceito da libido: “tentarei utilizar o conceito de libido que nos prestou bons serviços nos estudos das psiconeuroses, a fim de lançar luz sobre a psicologia do grupo” (FREUD,1996d,p.101). O conceito da libido aparece para dar sustentação à força dos impulsos instintuais, ou do sexual:

Libido é a expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que tem a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra amor. O núcleo do que queremos significar por amor consiste naturalmente no amor sexual, com a união sexual como objetivo. Mas não isolamos disso – que, em qualquer caso, tem sua parte no nome ‘amor’ –, por um lado, o amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral. Nossa justificativa reside no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais; nas relações entre os sexos, esses impulsos forçam seu caminho no sentido da união sexual (FREUD,1996d, p.101).

O interesse é mostrar que as relações libidinais ou a libido eufemisticamente chamada de amor constituem a essência da mente grupal. A palavra amor e a inclusão de seus diferentes sentidos pela linguagem é para Freud um uso bem justificável⁶⁹. E acrescenta: “Em grupo o indivíduo é sugestível ou sofre influência por sentir necessidade de estar em harmonia com os outros indivíduos, essa necessidade é causada pela libido, ou seja, por consideração ‘pelo amor deles’” (FREUD, 1996d, p. 103). Por esse caminho, o sexo social foi tratado como libido (leia-se amor), em suas diferentes formas de expressão: amor pelo outro, amor pelos pais, amor pelos filhos, amor pelos amigos, amor pela humanidade.

⁶⁷Ver em Freud (1996d), *Psicologia de Grupo e Análises do Ego*.

⁶⁸ McDougall em *The Group Mind*⁶⁸ ver em Freud (1996d), *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*.

⁶⁹ Freud (1996d) adverte sobre a relação do amor sexual com o Eros de Platão e as palavras sagradas. Adverte que antes dele Eros já era usado com a ideia de amor, portanto, ele não pode ser acusado de usá-la de um uso indevido ou inventado.

Até aqui, a libido pode ser explicada com estes propósitos. Porém, Freud (1996e;1996d) indica ter escolhido o caminho da psicologia individual e a saída da libido social pôde ser realizada através do ‘tabu do incesto’. O mito do tabu do incesto apresenta uma nova interpretação da maneira pela qual o indivíduo deixa de pertencer ao grupo e torna-se um símbolo de uma condição essencialmente individualista, que se tornou ao meu aviso, um ‘indivíduo contratante’. Por que Freud escolhe esse caminho?

Elias (2010, p. 142) ajuda a esclarecer a escolha freudiana ao destacar: “Se considerarmos a teoria social de Freud em detalhes veremos que ele utiliza os termos indivíduo e sociedade como duas realidades de níveis diferentes [...] numa tendência a reificar os dois aspectos”. O autor ainda destaca que falar dos seres humanos pela dicotomia indivíduos-sociedades, como se fosse possível viver como indivíduos, sem viver em sociedade, é constitutivo de uma espécie de concepção e hábito social de um tempo em que os indivíduos são vistos como ameaça, tal como nas sociedades do ocidente nos séculos XVII e XVIII inseridas na filosofia política dos teóricos clássicos do contrato social. Aderindo as teorias da sociedade dos homens de sua época, Freud (1996d) apresentara o indivíduo e a sociedade como antagônicos. Dentro das expressões mais significativas de sua intuição sobre as angústias dos indivíduos. Freud sugere o antagonismo indivíduo-sociedade para o combate eterno entre Eros e Tanatos, a pulsão de vida e a pulsão de morte. “Ele associa o indivíduo ao amor e a sociedade a morte” escreve Elias (2010, p. 141). Parece sempre uma volta ao ‘estado natural’ de Hobbes (1974), onde viver em sociedade é ‘desprazeroso’, perigoso e uma vulnerável exposição à perda da vida.

Théry (2010) ressalta que o mito freudiano tornou-se “O mito de uma reflexão maior do pensamento moderno e que escapou não só ao seu autor como também a psicanálise, porque se tornou o nosso segundo grande mito moderno das origens, depois do contrato social”. Freud (1996e;1996d) parece ser o mais hobbesiano dos psicólogos de sua época. Talvez seja por isso que sua ideia de sexualidade é difusamente construída entre o prazer e desprazer, entre o adoecer e a transgressão, tornada sempre perversa e fora da *Lei*. Uma sexualidade que terá sempre que impor um ‘contrato’, um artifício da desconfiança, para alcançar a garantia ilusória de lutar contra suas concepções negativas acerca das paixões, assim como faz Hobbes (1974). Por outro lado, a proibição ou *Lei* que se apresenta mediante a culpa pelo assassinato do pai, conforme a suposição freudiana revela-se mais

eficaz que a subordinação dos indivíduos a um Estado soberano, como se apresenta em *O Leviatã* de Hobbes (1974).

Esta assertiva aparece mais clarificada no tratamento dado por Freud (1996e) ao mito em *Totem e Tabu* e pode ser posta em comparação com o conceito de procriação do incesto em Lévi-Strauss (1982). O antropólogo considera o tabu do incesto o protótipo de toda lei social. A interdição do incesto é tida como uma espécie de “evolução” entre o estado selvagem do homem e a instituição da sociedade. O tabu do incesto estabelece a circulação de mulheres entre famílias. Desse modo é explicada a maneira que a sociedade ganha forma com a organização de parentesco. No dizer do referido autor, a sociedade é uma extensão da família ou, melhor dizendo, a família está completamente enredada na organização social. Por sugestão de Lévi-Strauss (1982), quando a sociedade é organizada pela estrutura de parentesco, o tabu do incesto leva exatamente a conclusões opostas às hipóteses freudianas. Em vez de fixar as emoções na proibição da sexualidade entre os indivíduos da mesma família, o incesto como forma de procriação, abre a contenção familiar, com repercussões em toda a sociedade. O parentesco subordina a família à sociedade, colocando o indivíduo no coletivo, exigindo que o indivíduo se envolva no grupo (LÉVI-STRAUSS, 1982). *Lei*, autoridade e costume chegam ao indivíduo através da organização e dos rituais coletivos.

Com Freud (1996d;1996e) acontece um movimento contrário. Para firmar a psicologia individual, o pai aparece como um herói culpado. A internalização do pai como superego faz com que o indivíduo em sua vida adulta retorne ao mito coletivo:

O longo período da infância, durante o qual o ser humano em crescimento vive na dependência dos pais, deixa atrás de si, como precipitado, a formação, no ego, de um agente especial no qual se prolonga a influência parental. Ele recebeu o nome de superego. Na medida em que este superego se diferencia do ego ou se lhe opõe, constitui uma terceira força que o ego tem de levar em conta. [...]. Os pormenores da relação entre o ego e o superego tornam-se completamente inteligíveis quando são remontados a atitude da criança para os pais. Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do meio social imediato que representam. Da mesma maneira, o superego, ao longo do desenvolvimento de um indivíduo, recebe contribuições de sucessores e substitutos posteriores aos pais, tais como professores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados. Observar-se-á que, com toda a sua diferença fundamental, id e o superego possuem algo comum: ambos representam as influências do passado – o id, a influência da hereditariedade; o superego, a influência, essencialmente, do que é retirado de outras pessoas, enquanto o ego é principalmente determinado pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos (FREUD, 1996b, p. 159).

Na introspecção do superego os indivíduos filhos que se tornaram pais culpados farão sempre a transmissão de uma sexualidade culpada e atenderão a justificativa do Édipo: um complexo familiar freudiano que representa as angústias de um conjunto de indivíduos. Maneira em que o indivíduo volta para a psicologia de grupo através de um pequeno grupo como a família. Talvez ela não nasça incestuosa como sugere Foucault (1988a), porque o pai da “horda primeva” freudiana vivia num estado narcísico sem lei, conforme Freud (1996d). Para o ‘pai primevo’ não havia interdição sobre seus atos. A interdição ou o tabu começa após o ato hodierno cometido pelos filhos.

Freud deixa claro sua escolha na figura do pai. Este aparece como essencial na visão freudiana de ambas as organizações psicológicas, individual e social, com prejuízo para a ação efetiva da mãe, salvo pelo seu investimento nos cuidados com os filhos. Freud, de fato, quando ele fala do pai, menciona o Pai totem, deificado, sugere Roudinesco (2003). Este será sempre o ponto de origem da sexualidade mediada pelo adoecimento psíquico ou sob as rédeas de um atento superego. Os indivíduos filhos que se tornaram uma espécie de pai culpado, farão sempre a transmissão de uma sexualidade culpada e atenderá a justificativa do Édipo, esse complexo familiar que para a teoria freudiana representa as angústias de um conjunto de indivíduos ou, de um pequeno grupo social.

Poster (1999) ressalta que a teoria freudiana da psicologia de grupo é distorcida por alguns princípios ideológicos, que aqui suspeito estão em conformidade com as teorias do contrato social. A força e a racionalidade que um indivíduo adquire quando separado do grupo pode ser racional somente quando ele está fora deste. Para Freud (1996d) o grupo representa uma perda de independência, da racionalidade e disciplina do indivíduo. Ele contrapõe o grupo com o indivíduo como uma queda na emotividade descontrolada e a falta da criativa capacidade intelectual. “O indivíduo que se junta a um grupo passa por uma profunda alteração mental, em que “essas inibições sobre os instintos que são peculiares a cada indivíduo são removidas” (Poster,1999, p.46). O autor ainda argumenta que: “Esta oposição entre grupos e indivíduos, derivando na teoria social de Locke (1998) é uma deturpação do sistema social” (Poster,1999, p.47).

As contradições mostradas pelo antagonismo entre indivíduo e sociedade sugerem uma forte aproximação de Freud (1996d;1996e) às teorias liberais do contrato social. O problema consiste em Freud apresentar a ideia de organização social através do reducionismo à família patriarcal. Pôster (1999) ressalta que a teoria freudiana tenta mostrar que a

participação em qualquer organização social “grupo burocratizado ou primitivo, involuntário ou voluntário [...] um grupo que é homogêneo (racial, sexual ou classe) ou não - é pouco mais do que uma extensão da família nuclear patriarcal” (POSTER, 1999, p.52). Esta redução de todas as relações sociais com a família nuclear contém a chave para grande dificuldade de alguns conceitos da teoria freudiana.

Para estudar e compreender a doença psíquica pareceu a Freud (1996d) que o indivíduo fora do grupo lhe traria as condições mais favoráveis para a compreensão e vias de tratamento. Os resultados seriam muito mais eficazes se a doença psíquica fosse ‘tratada’ de forma individual, mesmo que a princípio ele não tivesse dúvida que diferentes fatores estão relacionados com o grupo ou com o social: a família, a sociedade, etc. Suponho que ele reconhece a importância do social ou do grupo e até considera sua importância na vida mental dos indivíduos, mas toma o cuidado de mantê-las sempre em plano secundário. Parece que a teoria freudiana não tem o propósito de construir uma teoria ou psicologia social em ação.

Freud (1996d) esforçara-se em apresentar indivíduos contratantes’, ou seja, credores de uma ‘liberdade inventada’ porém em Freud (1996e) contratantes de uma liberdade sexual ambivalente e não raro adocida, por transitar entre o normativo e a transgressão. Desta forma, Freud (1996d) escolhe: não as pessoas em situações concretas na relação de uns com os outros, não as experiências dos indivíduos dentro das relações mútuas, não a maneira como os indivíduos sociais se comportam em relação aos outros. O autor procura justificar sua escolha através do argumento da força da psicologia individual, muito embora reconheça a influência não só das pessoas mais próximas ao indivíduo como a família, amigos, etc., ou seja, todos que lhe são próximos, mesmo assim, o indivíduo está sob a influência de uma só pessoa. E escreve:

O indivíduo, nas relações que já mencionei – com os pais com os irmãos e irmãs, com a pessoa amada, com os amigos e com o médico –, cai sob a influência de apenas uma só pessoa ou de um número bastante reduzido de pessoas, cada uma das quais se torna enormemente importante para ele. Ora quando se fala de psicologia social ou de grupo, costuma-se deixar essas relações de lado e isolar como tema de indagação o influenciamento de um indivíduo por um grande número de pessoas simultaneamente [...] a psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de multidão de pessoas que se organizam em grupo” (FREUD, 1996d, p.82).

Pelas pistas deixadas por Freud não é enganoso supor que o criador da psicanálise sabia que o ser humano jamais desenvolve-se de maneira independente do grupo ou, das

relações que participa, seja em um pequeno grupo, que se intitule família, seja em sociedade. Mas, Freud (1996d;1996e) quer afirmar que no fundo de todos os seres humanos, o sentimento que os indivíduos desenvolvem de maneira independente do outro, e que ele existe por essência separada do outro, é quase uma miríade psicológica. É por isso que para atingir seus objetivos Freud (1996d) deixa claro em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* as razões pelas quais o autor troca a psicologia social pela individual.

A ideia de sexualidade presente na obra freudiana pode ser vista desde a década de 1890, pelo uso da noção de pulsão e uma das primeiras publicações psicanalíticas intitulada *Sexualidade na Etiologia das Neuroses*, Freud (1996h). Mas é em “*Os Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*”, publicados por Freud (1996g) que surgem as nomeações e significados: libido; disposição perverso-polimorfa; perversões, pulsão parcial, sublimação, aberrações sexuais e sexualidade infantil. A pulsão sexual suplanta o caráter biológico dado ao sexual, indica que há vários elementos que atuam na vida psíquica do indivíduo, que Freud (1996g) deixa mais aclarado em suas interpretações sobre o caráter patológico da sexualidade:

Considera-se como alvo sexual normal a união dos genitais no ato designado como coito, que leva à descarga da tensão sexual e à excitação temporária da pulsão sexual (uma satisfação análoga a saci ação da fome). Todavia, mesmo no processo sexual mais normal reconhecem-se os rudimentos daquilo que, se desenvolvido, levaria às aberrações descritas como perversões. As perversões são (a) transgressões anatômicas ou (b) demoras nas relações intermediárias com o objeto sexual que normalmente seriam atravessadas com rapidez a caminho do alvo sexual final (FREUD, 1996g, p.28).

As manifestações geradas pelo sexual constituem e encontra na sexualidade dos neuróticos e nas perversões sexuais, seu lugar de maior ação. Investido em tratar a neurose e as perversões sexuais, Freud (1996g) olha para o indivíduo adulto culpado e enxerga nele a criança sexuada. Em *Os Três Ensaio da Teoria da Sexualidade*, Freud (1996g) ressalta que a neurose que acomete o adulto tem sua gênese na ambivalência sexual da criança:

Em meus recém-publicados *Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade*, tentei escrever as múltiplas variedades dessa constituição sexual, bem como a composição interna da pulsão sexual como todo e sua derivação das diferentes fontes do organismo que contribuem para originá-la. Nos processos somáticos em que se deve buscar a natureza da sexualidade, ali expus o fato de que a disposição sexual constitucional da criança é incomparavelmente mais variada do que se poderia esperar, que merece ser chamada de “perversa polimorfa”, e que o chamado comportamento normal da função sexual brota dessa disposição mediante o recalamento de certos componentes. Através da referência aos caracteres infantis da sexualidade pude estabelecer um vínculo simples entre a saúde, a perversão e a neurose (FREUD, 1996g, pp.262-263).

No segundo ensaio, revela a sexualidade do humano tido como o mais vulnerável: a criança. Como nunca visto a sexualidade é posta em debate e com ela aparece todas as polimorfias sexuais, as perversões atadas ao bizarro e as tiranias da vida mental sexual que parece assombrar o próprio Freud aos descrevê-las como anormalidades ou desvios.

Aqui suspeito que Freud (1996e) mostra a sua versão do ‘contrato social’ pelo tabu do incesto, em que a sexualidade, ao contrário dos filósofos clássicos, aparece como primeira e fundamental. Por outro lado, o ineditismo freudiano só pode ser apresentado como ‘doença psíquica. Freud (1996g) já afirmara sua escolha para o que ressaltarei como ‘sexualidade procriativa’, mas, além disso, apresentou a pulsão sexual dos neuróticos. Ela será a causa mais trabalhosa para as ações do ego. No rastro de uma sexualidade adoecida Freud (1996d;1996e;1996g) deixa pistas da ambivalência emocional que aporta a psique humana. Implica a sexualidade no prazer associado a toda uma série de excitações e de ações que se apresentam para os sujeitos desde nascimento⁷⁰, sofrendo transformações de acordo com o processo de desenvolvimento de cada um, em suas referências parentais e práxis sociais.

A teoria freudiana atribui a sexualidade fundamental significado no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano. Se a sexualidade se inicia quando é nomeada a anatomia sexual dos sujeitos, sua apropriação depende de um longo processo de formação da subjetividade. A teoria freudiana tem o mérito de ressaltar as questões da sexualidade além das fronteiras das funções reprodutivas. Em os “*Os Três ensaios de Sexualidade*” (1996g) Freud destaca o processo de desenvolvimento psicosssexual do humano. O indivíduo encontra prazer no próprio corpo, desde os primeiros tempos de vida. O corpo é erotizado, as excitações sexuais realiza-se de formas variadas. Condição que será negada no terceiro ensaio da obra citada, e a sexualidade conforme a teoria freudiana será sempre adoecida para consolidar os propósitos sociais.

Com a sexualidade inserida no social através do Complexo de Édipo, Freud (1996a) trará uma ideia de civilização como organização societária, uma tipo de organização social

⁷⁰Freud (1996g) enuncia que “a criança traz consigo ao mundo germes da atividade sexual, e que já ao se alimentar goza de uma satisfação sexual, que busca reiteradamente proporcionadamente através da atividade de ‘chucar’. Todavia a atividade na criança não se desenvolve como as demais funções, mas sim após um breve período de florescência e latência. A excitação sexual da criança, é poliforma, provém de uma multiplicidade de fontes. Na infância a pulsão sexual é desprovida de objeto, é auto-erótica (FREUD, 1996g, p.219).

que engendrou a sublimação como contendora da sexualidade. E Marcuse (2010) vai chamar de vinculação entre sexualidade e produção de neuroses.

As formas impostas como civilizatórias as condutas sexuais dos indivíduos faz da sexualidade normativa um meio de troca, que sustentam relações sociais essencialmente restritas à procriação. Freud (1996g) mais uma vez aproxima-se dos pressupostos do contrato social, tal como Locke (1998). Ambos indicam uma ‘sexualidade procriativa’ chancelada pelo contrato através da sociedade conjugal. Suponho que uma linguagem contratualista é apresentada por Freud (1996f) ao referir-se a *Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna* em que ele escreve: “Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela dos seus sentimentos de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais” (FREUD, 1996f, p. 173). É como se Freud quisesse dizer: a sexualidade pensada como parte de uma psicologia social só pode apresentar-se sob uma condição secundária. Como os clássicos contratualistas, a sexualidade só tem estatuto ontológico repressivo. Parece que Freud (1996d;1996e) incorporou os pressupostos lockeanos da teoria do contrato social como se fossem a única forma inteligível: o ‘indivíduo contratante’ e a sociedade constituem-se em uma dualidade com seu oposto indivíduo social, que agoniza perante as justificadas razões de utilidade: aquisição de bens, proteção à propriedade e garantia destes direitos para sua descendência.

A sublimação foi uma hipótese sugerida por Freud (1996g) para explicar os propósitos utilitaristas em que foi inserida a sexualidade. De acordo com Freud, alguns indivíduos se submetem a esta condição sem um dano psíquico ou comprometimento emocional, outros, porém, não podem atender as instâncias sublimatórias, sob pena de adquirirem prejuízos para si mesmos, que aparece como doença. Freud destaca três estágios de ‘civilização’: o primeiro estágio em que o instinto sexual pode manifestar-se livremente sem que sejam consideradas as metas de reprodução; o segundo em que tudo do instinto sexual é suprimido, exceto quando serve ao objetivo da reprodução. E o terceiro estágio, no qual só a sexualidade reprodutiva é admitida como meta sexual. “A esse terceiro estágio corresponde ‘*A Moral Sexual ‘Civilizada’ da atualidade*” conforme escreve Freud (1996f, p. 177). A sexualidade via processo sublimatório, exerce-se através da repressão e do recalque, fator sexual básico na causa das neuroses propriamente ditas. Ainda em Freud (1996f) *A Moral Sexual ‘Civilizada’...*, traz consequências a sexualidade, glorifica a monogamia e faz com que todos os indivíduos sejam

os tutores de uma sexualidade adoecida. Seria esse uns dos artifícios para alcançar o propósito da imortalidade?

Suponho que há um esforço de Freud (1996a;1996f) em descrever o que é feito do indivíduo diante de sua interpretação acerca das estruturas repressivas da sexualidade. É como olhar para essas construções por uma lente de aumento sem a qual talvez não houvesse maior aprofundamento. O autor parece fazer uma espécie de advertência aos pressupostos iluministas. Conforme bem argumenta Poster (1999, p.49): “para Freud os avanços progressistas da civilização não levam à felicidade, ou a liberdade [...]. O indivíduo utilitarista não é uma unidade monádica, um capitão de sua alma. Freud usa a psicanálise para desafiar e refutar a tradição iluminista”. O autor também argumenta que esse desafio não foi conquistado, o caminho tomado pela teoria freudiana foi afirmar de uma maneira pessimista os pressupostos liberais da teoria do contrato social.

Não é por uma afirmação contrária que Freud (1996a) indica que qualquer decréscimo nos controles sociais exercidos sobre os instintos sexuais inverteria a organização da sexualidade, fazendo-a regressar das fortificações centrais do próprio desempenho, anulando a canalização da sexualização para a produção monogâmica. Esta ideia está nos principais conflitos que envolvem as instâncias da psique do indivíduo moderno. Marcuse (2010) ressalta que os conceitos psicanalíticos como sublimação, identificação e introjeção não possuem apenas um conteúdo psíquico, mas envolvem todas as relações societárias. Como os conflitos que envolvem o ego e o superego, os conflitos entre o ego e o id, são simultaneamente entre o indivíduo e a sua sociedade.

A análise que Pateman (1993) realiza em sua obra *O Contrato Sexual*, e o próprio conceito de contrato sexual pode ser aproximado à ideia freudiana de emancipação dos filhos, ou de indivíduos que fazem do contrato um instrumento de injunção, para incluir o público como o pessoal, ou em minhas suspeitas, o entrelace do contrato social com o sexual. É por isso que para Pateman (1993), Freud (1996e) escreveu e articulou de maneira inteligível sua versão do contrato social que é propositadamente esquecido: “Freud (re) escreveu mais de uma versão da história do contrato original [...] suas histórias explicitam que o poder sobre as mulheres e não somente a liberdade está em questão” (PATEMAN, 1993, p.29). A autora refere-se à *horda primitiva* freudiana em que os filhos realizam o ‘contrato original’ que afirma o tabu do incesto.

Na leitura que Pateman (1993, p.161) realiza da teoria freudiana destaca que: “o fato de o contrato sexual modelar parte do pacto fundador é muito mais claro do que nas narrativas clássicas” E acrescenta “Na discussão de Freud o contrato sexual aparece a guisa da história conjectural sobre as origens do parentesco. Freud conta a história da origem de *ambas* as esferas da sociedade civil moderna” (PATEMAN. 1993, p.161).

É minha sugestão que a sexualidade tal como se apresenta na psicanálise freudiana, é um nome dado ao um elemento pulsional e de desejo de uma existência individual. O tabu do incesto e o Complexo de Édipo aparecem para cumprir a mesma função: tornar a sexualidade chancelada pelos contratos, no entrelace do contrato social com o sexual.

Não é de todo incerto supor que Freud (1996d) sabia que o grau das representações sociais dos indivíduos pode conhecer variações muito fortes. Sem lhe parecer questionável “Freud coloca em destaque a característica necessariamente repressiva da sociedade e da civilização. Foi a mesma estratégia que encontrou para encorajar a prevenção e o tratamento das desordens nervosas que ele observou” argumenta Elias (2010, p.152) em *Além, de Freud, sociologia, psicologia, psicanálise*. Ou seja, uma descoberta sobre as desordens mentais que teve que responder a necessidade de lhe atribuir um endereço certo: a sexualidade sob a chancela dos contratos. Ou da negação da relação de dependência. Uma negação da indissolubilidade da dependência dos indivíduos uns com os outros. Ou, uma sociedade de ‘indivíduos contratantes’ como suponho pertencer aos ideais dos teóricos da teoria do contato social.

Para não cair em uma posição crítica desenfreada anti-freudiana é Elias (2010) que nos alerta sobre a relevância e o não desprezo da teoria psicanalítica criada por Freud. Ao tirar o indivíduo do social, ele teve que trazê-lo de volta a ideia de grupo, e ao fazer, deixou pistas da condição afetiva que liga todos os indivíduos sociais. O que se depreende das hipóteses freudianas é o fato destas terem levado essa atenção aos conflitos recorrentes que os indivíduos devem afrontar sobre o caminho que lhes ameaçam na idade adulta, aqueles onde se pode notar a ligação afetiva entre os indivíduos e em seu maior grau nas relações mais familiares. Elias (2010, p.64) destaca que “Freud não precisava inventar o mito da ‘horda primeva’ - está versão da teoria do contrato social inspirada pela psicologia das neuroses”. O autor ressalta que a teoria freudiana indica ter acertado sobre a ambivalência emocional dos indivíduos. Isto está posto na teoria dos sonhos ou no uso criativo que Freud (1996a) utilizou sobre as instâncias do inconsciente. O que parece mais provável é que a teoria da sociedade

em Freud (1996a;1996d;1996e) repousa sobre fundamentos menos sólidos que a sua teoria da clínica da neurose. Sua teoria social merece ser examinada, sabendo que Freud aplicou uma versão de sociedade hodierna, elaborada dentro do quadro de seus estudos sobre a neurose individual (ELIAS, 2010).

Parece que a versão do contrato social em Freud (1996d;1996e) é o tabu do incesto. Se esta suposição estiver correta, a teoria freudiana indica que o tabu está a serviço de quatro propósitos fundamentais: 1) afirmar o Complexo de Édipo⁷¹ pela ambivalência emocional entre pais e filhos; 2) Instituir a família como uma saída ‘sensata’ das instâncias da libido da psicologia social; 3) Afirmar as relações sexuais entre sexos opostos como única condição inteligível de sexualidade 4) Tornar as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, sempre próxima da perversão ou uma condição fora da *Lei*. Talvez esses propósitos possam dar uma explicação sobre a ideia de sexualidade pela hipótese freudiana, ao que tudo indica chancelada por contratos em que o objeto mais primoroso é o sexo. Assim, a sexualidade parecerá sempre muito devedora das regras morais e padrões de interdição da política manipulável dos sexos. Esses propósitos também revelam porque a teoria freudiana aproximou as diferenças entre às características repressivas da sociedade através do tempo e do espaço, misturando o mito com a realidade. Aos seus olhos, a sociedade sempre foi por essência um agenciamento quase existencial de repressão (ELIAS, 2010). Ele a considera como uma adversária eterna do indivíduo.

Para afirmar sua psicologia individual, a teoria freudiana privilegiou a doença psíquica e sem desfazer a importância da psicologia social, deixou-a em lugar não explorado e esse ato pareceu-lhe necessário para dizer que o sexual só pode aparecer como ‘*Um Mal Estar*’ em

⁷¹ “O complexo de Édipo é um conjunto organizado de desejos amorosos hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo de morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo” (LAPLANCHE & PONTALIS, 2001, p.77).

De acordo com Freud (1996b) o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha do objeto. Para a teoria psicanalítica o complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estrutura da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os especialistas ele é o principal eixo de referência da psicopatologia; para cada tipo patológico eles procuram determinar as formas particulares da sua posição e da sua solução.

prol da civilização. Uma neurose como doença, ligada as catequexias sexuais. Freud (1996d;1996a) parece ter se envolvido em demasia em seus propósitos de encontrar as respostas para o sofrimento psíquico que apresentavam seus pacientes frente aos desafios das questões sexuais, para Freud a mais difícil de ser examinada e tratada: as neuroses que carregam um ‘Eros adoecido’. Mas ainda assim se pode dizer que essa escolha freudiana deixou pistas valiosas para sexualidades além dessa contenção. A teoria freudiana atribui à sexualidade fundamental significado no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano. Se a sexualidade se inicia quando é nomeada a anatomia sexual dos sujeitos, sua apropriação depende de um longo processo de formação da subjetividade.

Na sexualidade pelo entrelace entre os contratos social com o sexual, Freud (1996d) indica um movimento de contenção das sexualidades em prol do indivíduo. Que retorna para o grupo pela via do Complexo de Édipo freudiano, este que afirma a hegemonia do pai e reforça o sistema patriarcal familiar. A ideia freudiana de família pode ser ancorada como partícipe do entrelace dos contratos.

Ressaltei no início deste Capítulo que a sexualidade apresentada pela teoria freudiana é regida pelo Eros adoecido ou tornada *mal estar* por ser vista como repressora. Foucault (1988) rejeita essa hipótese freudiana e denuncia a ideia de sexualidade como falso repressiva. Como da rejeição a uma sexualidade repressora, a sexualidade pode ser posta como dispositivo?

4.2 Sexualidade esvaziada da consciência de si

Por sugestão de Pateman (1993) os influentes argumentos de Foucault (1988a) fornecem elementos para que o contrato sexual seja posto em uma abordagem em que poder e dominação apareçam sustentados em formações jurídicas bem conhecidas, que tem como pilar único a afirmação da lei e da ação dos interditos.

Foucault (2010;2008,2002, 1988a;1988b;1988c) se ocupa em problematizar a partir de diferentes práticas os processos que sempre se dirigem a libertação e a subjetivação dos sujeitos. Suas obras se fundamentam em abordagens críticas às normas e aos mecanismos ‘escondidos’ do poder que se exerce através do saber-poder, de instituições em aparência neutras; de saberes científicos sem um caráter essencialmente negativo (VEYNE, 2008). Seu mentor guia é o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, que lhe deu munição para denunciar a sua descoberta de uma espécie de sexualidade disfarçada em reprimida, para afirmar que está

sexualidade é antes um dispositivo de valorização do corpo, lugar- meio e instrumento que se constitui e é sempre confirmado por um aparato normativo.

A sexualidade aparece como produto do saber-poder dirigido ao corpo que pela lei se questiona. Foucault (1988a) situa a psicanálise como apropriadora do sexual na mesma época em que o sexo aparece ligado a ideia de repressão. A teoria freudiana lhe parece um saber reforçador que institui o mecanismo psíquico de repressão sexual. Para Foucault (1988a) através do complexo de Édipo, a psicanálise torna a maneira de lidar com o sexo uma ‘repressão universal’. E faz dessa ação, um meio de apresentar-se como ‘libertadora’. E escreve: “Mas na prática a psicanálise assume a tarefa de eliminar, naqueles que estão em condições de recorrer a ela. Os efeitos de recalque que a interdição pode introduzir; permitindo-lhes articularem em discurso o desejo incestuoso”. (FOUCALUT, 1988a, p.141). Ou seja, segundo o autor, a psicanálise corrobora com a orquestração do saber-poder que torna a sexualidade uma invariante. Foucault acusa a psicanálise como também ferramenta útil aos propósitos da invenção da sexualidade como repressora.

Foucault (1988a) argumenta que é preciso contar sobre como do sexo surgiu à sexualidade. E preciso contar a história da sexualidade, por uma trilha cronológica. Para marcar a diferença e as semelhanças entre modernidade e antiguidade grego-romana em seu segundo volume *O Uso dos Prazeres*, Foucault (1988b) propõe analisar as condutas sexuais que não poderiam ser chamadas de sexualidade na maneira como esta é instituída na idade moderna, mas na forma como se apresentava ‘*o uso dos prazeres*’ para os antigos. Para Foucault essa diferença se fez necessária para marcar o uso do termo ‘sexualidade’ como novo, ou instituído no início do século XIX, para mostrar um novo elemento ou formas de lidar com o “sexo”. Este nunca fora o que na modernidade pareceu ser tão natural.

Tratarei aqui com destaque inicial, o período anterior a modernidade, para marcar a diferença e deixar em evidência o que o autor quis dizer ao chamar o “sexo” e a “sexualidade” uma espécie de invenção da era moderna.

Para os antigos havia o ‘*uso dos prazeres*’ que era importante, de fato um dever ético. Na antiguidade havia um prazer fora da culpa, ou uma imputabilidade quanto às normas sociais. O que havia era um cuidado com o que era feito com o prazer, que realizava-se sem uma proibição ou uma interdição social. Os jogos da verdade do ‘homem de desejo’ na antiguidade estão mais próximos do entendimento acerca de uma conduta ética. Não há

obrigação, nem proibição, a preocupação moral se sobressai sobre qualquer outra. Para demonstrar essa condição, Foucault (1988b) questiona sobre as problematizações que lhe pareceu mais fundamentais ou os modos pelos quais os indivíduos revelaram uma ‘estética da existência’. São quatro as formas de problematização que autor destaca:

1) *Um medo*: os prazeres gerados por uma excitação do corpo que gera a perda de sêmen é causa de temor por se acreditar no efeito da perda do vigor, da perda da saúde do corpo, da perda da força do indivíduo, ou seja, a “atividade sexual, seria em qualquer hipótese, menos favorável à saúde do que a pura simples abstenção e a virgindade” (FOUCAULT, 1988b, p.24). Nos antigos, recomenda-se uma prudência no uso dos prazeres sexuais. Por isso, realiza-se:

2) *Um esquema de comportamento*: havia uma preocupação com a lisura conjugal ou um modo de conjugalidade recíproca e fiel. A “fidelidade” sexual do marido com relação a sua esposa legítima não era exigida pelas leis e pelos costumes, “não deixava de ser, contudo, uma questão que se colocava para os homens e uma forma de austeridade a que certos moralistas conferiam valor” (FOUCAULT, 1988b, 25). Ou seja, sem nenhuma interdição social ou aparato legítimo proibitório, a maneira como se comportava o marido diante de práticas austeras quanto ao uso dos seus prazeres lhe garantia um lugar de valor e respeito. Mas também havia:

3) *Uma imagem*: a imagem de um homem com gestos efeminados: “sua postura, a maneira pela qual ele se enfeita, seu coquetismo, as expressões do seu rosto sua anatomia, a morfologia feminina de todo o seu corpo” (FOUCAULT, 1988b, p.26). Essa imagem é descrita pelo autor como desqualificada pelos antigos, porque advinha de gestos e expressões invertidas, não masculinas. O autor sustenta que não há aí uma condenação ao que hoje se costuma chamar de relações homossexuais, havia uma apreciação negativa da ausência do que era predominantemente masculino e viril. Em resumo havia também:

4) *Um modelo de abstenção*: era um espécie de controle do uso dos prazeres, ligada diretamente a uma atitude de saber, de uma aquisição virtuosa através do controle do corpo e dos prazeres. A *aprosphodisia* ou o prazer do amor é a maior expressão da forma como os antigos lidavam com os prazeres sexuais masculinos e se distancia por completo daquilo que a era moderna chamou de sexualidade. “Não havia uma ‘noção

que se refira a uma entidade única e que permitia agrupar, como sendo da mesma natureza, derivando de uma mesma origem ou fazendo intervir o mesmo tipo de causalidade” (FOUCAULT, 1988b, p.47). A virtude consistia em mesmo tendo a liberdade de poder, e fazer o uso daquilo que lhe é pertinente, ou seja, a liberdade sexual poder-se-ia renunciá-la, para dar sentido a uma austeridade sexual. Que o autor sugere ser mais uma forma refinada ligada ao jogo da vida e da morte; que podia ser observada “nas práticas dos prazeres que não são condenados, em numa vida de casamento onde, no exercício de um poder marital, nenhuma regra nem costume impedem o homem de ter relações extraconjugais” (FOUCAULT, 1988b,31).

O autor questiona por que esses indivíduos livres, que podiam fazer da sua prática sexual uma confirmação de uma liberdade, apresentaram problematizações sobre sua conduta sexual? Uma das respostas consiste em: “parece que as reflexões morais na antiguidade grega ou greco-romana foram muito mais orientadas para as práticas de si, e para a questão da *askesis*, do que para as codificações de condutas e para a definição estrita do permitido e do proibido” (FOUCAULT, 1988b, p.39). Ou seja, destaca que a austeridade e uma espécie de práticas ou ‘eixos da experiência’, davam sentido ao uso dos prazeres sexuais: a relação com o corpo, a relação com a esposa, a relação com os rapazes e a relação com a verdade, conformam o grupo da estilização da conduta sexual dos antigos. Os moralistas conferiam valor a uma estética da existência. O que está em jogo é a estilização de uma atividade de homens “trata-se de uma moral de homens uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens evidentemente livres” escreve Foucault (1988b, p.31).

O que se apresenta com evidência é o interesse do autor em deixar claro que na antiguidade, sem nenhuma interdição legal, “os antigos se impunham uma ação “*etopoética*” (FOUCAULT, 1988b, p.20), estabeleciam regras que os impeliam a adotar uma prática ética. Ou como supõe o autor as ‘*artes da existência*’ (1988b.p.17). A abstenção dos prazeres sexuais era uma prova de controle e de elevado senso moral: o medo do ato sexual, a virgindade, o anátema do sexo, a fidelidade sexual não obrigatória, a não aprovação da intimidade entre os rapazes e o não adultério masculino, era prova de valor e honra.

Nos gregos, Foucault (1988b) destaca o *status* familiar pela conduta dos homens. Quanto ao *status* familiar e cívico para a mulher, há regras de uma conduta que é de uma prática sexual estritamente conjugal. O casamento de um homem não o liga sexualmente: há a liberdade dos homens e do marido em fazer uso do corpo da esposa como propriedade, (um

contrato sexual talvez); há liberdade do marido em ter amantes e de não prestar contas sobre seus atos, entre outras. A moral dos homens só era julgada enquanto sua habilidade quanto ao uso do prazer, e não quanto ao mesmo estado de coisas para as mulheres ou esposas. Foucault dá exemplos como o adultério que se aplicava apenas a mulher. *O aforismo do Contra Nora* era um exemplo claro; a *Casa de Isômaco* mostra a assimetria das relações conjugais. Em suas últimas análises sobre o ‘uso dos prazeres’ o autor menciona que faz uma espécie de resumo sobre a história da ética masculina no pensamento grego clássico. Com isso, ele destaca que da relação com os rapazes, ponto nevrálgico da ética sexual acerca da reflexão e elaboração de si, há uma mudança significativa que se desloca para as mulheres:

É entorno da mulher que pouco a pouco os problemas irão se centrar [...] É a mulher e a relação com a mulher que irão marcar os tempos fortes da reflexão moral sobre os prazeres sexuais quer sob as formas do tema da virgindade, da importância tomada pela conduta matrimonial, ou do valor atribuído a relações de simetria e de reciprocidade ente os dois cônjuges. Além disso, podemos ver um novo deslocamento do núcleo de problematização (dessa vez da mulher para o corpo) no interesse que foi manifestado a partir dos séculos XVII e XVIII pela sexualidade da criança e, de maneira geral, pelas relações ente o comportamento sexual, a normalidade e a saúde (FOUCAULT, 1988b, p.318).

Com isso deixou-se de lado o prazer, deixou-se de lado a estética do prazer, instaurou-se o desejo, filho nascido para sustentar não mais o uso dos prazeres, mas um sexo e uma sexualidade de dispositivos.

A burguesia é eleita como a mais competente em colocar o seu corpo como um título, tal como a nobreza o fez com relação ao sangue. O sexo aparece como um objeto de classe. Sem descendência nobre a burguesia instituiu o cuidado do corpo através do sexo e fez da sexualidade o instrumento mais questionável à busca de um bem-estar. Ao contrário, de uma intensificação do corpo, de uma problematização sobre o uso do prazer, Foucault (1988b) sugere que a burguesia incitou novas técnicas para maximizar a vida. “A burguesia começou considerando que o seu próprio sexo era coisa importante, frágil tesouro, segredo de conhecimento indispensável” (FOUCAULT, 1988a, p.38). O filósofo destaca que na modernidade surgiu uma espécie de tecnologia do sexo orquestrada por uma higienização do corpo, de um hipercuidado com o organismo e escreve:

O sexo não é essa parte do corpo que a burguesia teve que desqualificar ou anular para pôr para trabalhar os que ela dominava. É, ao contrário, esse elemento dela mesma que a inquietou e preocupou mais do que qualquer outro, que solicitou e obteve seus cuidados e que ela cultivou com uma mistura de terror, curiosidade, deleitação e febre [...]. Não imaginaremos a burguesia se castrando, simbolicamente, para melhor recusar aos outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel-prazer. Deve-se ao contrário vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma

sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo “de classe” com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autosssexualização do seu próprio corpo, encarnação do sexo em seu corpo próprio, endogamia do sexo e do corpo. Mas era na forma do sangue, isto é, da antiguidade das ascendências e do valor das alianças; a burguesia, para assumir um corpo, olhou, ao contrário, para o lado de sua descendência e da saúde do seu organismo. O “sangue” da burguesia foi o próprio sexo (FOUCAULT, 1988a, pp. 134,136).

A sexualidade da burguesia moderna tornou-se o seu título de nobreza, que também fez valer para as classes operárias. Para o autor na modernidade o sexo e a sexualidade estão menos para a repressão e mais para dar sentido a uma nova classe emaranhada pela busca da garantia de propriedades: propriedade do corpo, da saúde do corpo. O sexo aparece como vinculado a uma causa biológica e uma Lei de realidade: a vinculação da mulher a reprodução, da regulação do prazer. Que aqui ressalto, visa atender aos interesses de garantias de propriedade conforme Locke (1998) em seu contrato social.

Significa dizer que Foucault (1988b) vai à modernidade para ressaltar os propósitos das teorias do contrato social? Vemos que a periodização que refere o autor destaca a burguesia e os regimes que ela instaura acerca do saber-poder para o controle dos indivíduos. Se quisermos situar sua genealogia crítica na *História da Sexualidade*, é em seu volume *A Vontade de Saber* que o autor destaca a especificidade pseudo-repressora dos séculos iluministas e a ‘frouxidão’ das práticas contemporâneas. Nesse objetivo ele não utiliza a teoria clássica dos contratos para destacar a sexualidade como instrumento discursivo, ele sugere o uso de dispositivos:

A história da sexualidade, se quisermos centrá-la nos mecanismos de repressão, supõe duas rupturas. Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivia obrigatória do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem; a outra, no século XX; menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva: é o momento em que os mecanismos de repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminado em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças (FOUCAULT, 1988a, pag. 126).

As grandes interdições postas pelo autor são as formas como opera o dispositivo da sexualidade. Este aparece voltado para regular tanto as normatizações das relações do casal conjugal como da sexualidade sem fins reprodutivos: foi a serviço da heterossexualidade que o corpo da mulher apareceu como histerizado e estava obrigado a parecer dessexualizado e ao mesmo tempo sexual para fins de uma sexualidade reprodutiva (que em minha leitura muito esclarece, sobre o entrelace entre do contrato social com o sexual). Foi para afirmar a heterossexualidade que o corpo do homem devia está sempre pronto a parecer

hipersexualizado e incontrolável, cabendo a mulher frear suas inclinações para fazer valer os pudores sexuais, antes e após a união do casal. Quanto à ‘sexualidades periféricas’, o amor pelos rapazes ou como passou a ser utilizado na modernidade, as relações homossexuais, estas aparecem marcadas pela ausência de normalidade, conforme ressalta Foucault (1988a, p.56) “as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas, tornando-as marginais”. Se nos antigos ‘o amor pelos rapazes’ era visto como não positivo, na modernidade esse amor se torna uma espécie de perversão. A sugestão de Foucault é mostrar que a modernidade definiu novas regras acerca das coisas sexuais, ou seja, de uma moral de homens no *uso dos prazeres*, passou-se a uma sexualidade marcada pela proibição, pela imposição de normas, uma sexualidade, sinônimo de esvaziamento moral, de ausência ética quanto aos prazeres e ao corpo.

Pretende o autor afirmar que a sexualidade em dispositivo, semente e fruto da era moderna, privou a liberdade sexual dos homens? Ou, que tornou os homens tão ausentes da consciência de si e talvez esvaziado quanto ao prazer sexual, da mesma maneira que a mulher aparece no ‘*uso dos prazeres*’ e na ‘moral’ dos antigos? Mas o autor não se ocupa com a especificidade das relações quanto ao gênero. A sexualidade em dispositivo da era moderna da qual se ocupa o autor refere-se a normalidade do sexo por tecnologias de cuidados do corpo, em prol da saúde do corpo. Este se torna a atenção maior da sexualidade, que aparece como um ponto de passagem denso, pelas relações de poder.

Destacar que o falar do sexo, vai se constituir em uma ciência da sexualidade que se articula na relação do corpo com o prazer. Em que não há uma ordenação orquestrada por um Estado ou um poder maior, constituído por um acordo entre irmãos como suposto no mito freudiano da horda primitiva. O poder-saber de que fala Foucault (1988a) não é central, nem exerce uma manipulação generalizada. É constituído por acréscimos de ações, poder-se-ia dizer, de uma parte de cada lugar, cada sujeito, cada instituição. Cada parte formando uma teia complexa: relação do prazer com a verdade, consubstanciada na ciência sexual com o propósito de orientar os sujeitos a cuidar do corpo. Foucault rejeita a ideia de uma repressão e de uma manipulação generalizada e mesmo de um poder central instalado como uma teia que tem muitos agentes, conforme interpreta Touraine (1992). Prazer e verdade transformam-se em poder-saber que “instaura procedimentos voltados para que os sujeitos diga a verdade sobre o sexo” (Foucault, 1988a, p.57). Mas que sujeitos, homens e mulheres, pais, mães, filhos, filhas? O autor não faz uma referência direta. Com a vontade de descrever um fato

social, histórico, a *História da Sexualidade* foucaultiana quer provocar uma problematização sobre a sociedade contemporânea através da família burguesa que acomoda um saber-poder que trata das relações que envolvem a sexualidade. Para Foucault (1988a) a história da sexualidade está carregada de suposições como a teoria da repressão, que tem como instrumento maior a ideia de que as sexualidades deveriam ser submetidas à lei, ou ainda que só haja sexualidades por mecanismos que as tornam inteligíveis por um aparato legítimo. Conforme o autor:

Não tereis uma sexualidade a não ser por vos submeterdes à lei. Mas por outro lado a teoria da repressão vai compensar essa difusão geral do dispositivo de sexualidade por meio da análise do jogo diferencial das interdições do acordo com as classes sociais. Do discurso que dizia, no fim do século XVIII: “existe em nós um elemento de valor que se deve temer e poupar, a que devemos prestar todos os cuidados se não quisermos que engendre males infinitos” passou-se a um discurso que diz: Nossa sexualidade, por oposição à dos outros, está submetida a um regime de repressão tão intensa que o perigo agora está nisso, não somente o sexo é um segredo temível, [...] doravante a diferenciação social não se afirmará pela qualidade ‘sexual’ do corpo, mas pela repressão (FOUCAULT, 1988a, p.140).

Neste excerto está a base discursiva do dispositivo da sexualidade. Com isso o autor propõe uma interpretação teórica que suplanta a explicação psicanalítica de repressão, quanto ao desenvolvimento sexual e das ramificações sexuais. Se se diz que se é oprimido, se diz que há um repressor ou uma autoridade maior que reprime. Dessa maneira, a sexualidade torna-se o dizer sobre a repressão. Torna-se ela, a própria repressão, na medida em que só há sexualidade sob efeito da lei⁷². Na *História da Sexualidade*, Foucault (1988a) empreende um esforço para demonstrar que o sexo começou a ser muito falado, na verdade o sexo e a sexualidade se apresentam muito mais pelo discurso que pela sua repressão. O autor aponta que o sexo em discurso é utilizado como objeto utilitário para os cuidados do corpo ou para fazer parecer que se fala de sexo. O que está em jogo não é o sexo, mas como do sexo pode-se

⁷² Para tornar clara essa condição o autor mostra os modelos e a maneira que os indivíduos são chamados a se reconhecerem como sujeitos sexuais. Essas práticas são aquelas que chamam os indivíduos para dar atenção a eles mesmos: a se confessar; a se decifrar; a se reconhecer, com Sujeitos de desejos. Mas esse reconhecimento de si, não vem de uma ascese como nos gregos. Os caminhos, da confissão sobre os atos e pensamentos ‘impuros’; da decifração da impureza; do reconhecimento da culpa, são movimentos ordenados por uma relação instituída por um saber-poder, e é através deste que essa tríade institui o desejo. Uma espécie e desejo normativo que ampara a sexualidade. Para Foucault (1988) a teoria da repressão tem como instrumento maior a ideia de que ‘toda sexualidade deve ser submetida à lei, ou melhor, que ela só é sexualidade por efeito da lei’ (p. 140). De que maneira isso pode ser observado. Conforme o autor: na “relação *negativa*” do poder com o sexo, em que este estaria sempre a escapar do poder, exceto por negar, proibir que o sexo se imponha. Através da ‘*instancia da regra*’ o sexo está sempre em fronteiras, entre o permitido e o proibido. A noção do sexo na modernidade só pode ser compreendida pela sua legitimidade.

atribuir ao corpo os seus males, do sexo normal e sexo patológico e afirmar uma sexualidade. Assim, o sexo e a sexualidade são inventados: a invenção da masturbação como doença; a invenção da mulher histérica com o corpo saturado do sexual, a invenção dos males do sexual para a criança e dos males da diversidade sexual para a sociedade. O jogo consiste em apresentar a sexualidade como o ponto alvo.

A sugestão do autor é que a sexualidade é regulada pelo processo de categorização e pela imposição de uma grade de várias possibilidades do corpo e as várias formas de expressão que o sexo pode assumir, sob efeito de lei, que se confunde com as categorias das práticas dela mesma. O problema da sexualidade é se reconhecer como sexualidade. Pela lente do dispositivo entre os instintos sexuais e a sexualidade não há uma continuidade, há uma relação de luta, de sobrevivência, de compensação. O mesmo acontece entre a sexualidade e as coisas que a sexualidade cria, propaga e dissimula. São coisas dadas que visa sustentar uma continuidade a-histórica, natural. É como se partindo de uma coisa ‘criada’, fosse afirmada uma ‘coisa original’. A relação de continuidade não se faz presente.

Aqui suspeito uma aproximação com os pressupostos das teorias do contrato social: a versão natural a-histórica e a versão contratual da sexualidade reprodutiva. São teorias feitas em descontinuidades, em rupturas. Foucault (1988a) não deixa claro essa possibilidade. O autor refere sobre os discursos acerca das sexualidades, que as tornam objeto do que não deve ser dito, ou do que não é próprio para ser dito. O fundamental para o autor é destacar: a que saber estas práticas se referem? Qual o sistema de poder que regula? Como os indivíduos se vêem nessa ‘sexualidade’? Este último pareceu ao autor ser o mais difícil.

Se Foucault (1988a) estiver correto, suponho que a modernidade, era dos clássicos e dos contratos, tratou de tornar a sexualidade um instrumento do poder por via dos contratos. Não foi nesta sociedade que se utilizou a ‘sexualidade procriativa’: sexualidade voltada para a reprodução, como garantia da proteção da propriedade e dos bens dos indivíduos? Parafraseando Foucault, não foi na sociedade dos contratos que apareceu a sexualidade esvaziada, sem uma moral ou consciência sobre os prazeres sexuais? O autor não refere sobre contratos, sua interpretação aponta para o uso de dispositivo. O dispositivo da sexualidade.

Foucault (1988a) nos diz, que na contemporaneidade tem-se a sexualidade como meio de saber-poder, contraria aos gregos ela é meio instituir o proibido o uma forma oca de sentido em que a sexualidade do sujeito está sob a vigilância da sua aceitação. Na era

moderna e na contemporaneidade não há uma problematização dos prazeres, mas uma condição esvaziada quanto ao prazer e ao desejo. Na modernidade, ao invés do prazer, passa-se a usar o sexo. É este o objeto da sexualidade. Escreve o autor: “O problema está em apreender quais são os mecanismos positivos que, produzindo a sexualidade desta ou daquela maneira, acarretam efeitos de miséria” (FOUCAULT, 1988a, p.126). O dispositivo da sexualidade é uma miséria moral, ela é esvaziada, tornam os indivíduos, sujeitos. Estes não invocam uma posição ética para si mesmos, não se ocupam de uma problematização do uso dos prazeres. Respondendo a uma sexualidade em dispositivos, os indivíduos tornaram-se sujeitos a uma ‘sexualidade inventada’ “Isto decorre da ideia de que a sexualidade não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo; mas de que ela é, sem dúvida e antes de tudo, aquilo através de que ele se exerce” (FOUCAULT, 2002, p.132). Se se diz que o sexo e a sexualidade são reprimidos, se diz que há uma autoridade repressora. Dessa maneira a sexualidade torna-se o dizer sobre a repressão. Torna-se ela, a repressão, na medida em que só há sexualidade sob efeito da lei. A sexualidade é antes o que se diz sobre o que fazer com o corpo e com o sexo:

Se é verdade que a “sexualidade” é o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa, deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente lá e cá, e não produz, portanto, os mesmos efeitos? (FOUCAULT, 1988a, p. 139).

Foucault questiona sobre uma sexualidade forjada. Pela lente do dispositivo, a mulher é vista como detentora de uma sexualidade excessiva, percepção que dota também o sexo de um poder excessivo e, portanto, patológico. Mas, que deve servir ao corpo social, cujo controle, via fecundidade, deve ser regulado. Um corpo que serve ao imperativo da reprodução. O dispositivo evoca que a sexualidade feminina deve seguir exclusivamente ao propósito nobre: gerar vida. O dispositivo determina que a mulher mãe, deve renunciar seus desejos, principalmente sexuais. Deve dedicar-se apenas aos cuidados dos filhos, e da família sob a ordem dos anseios e desejos da ordenação masculina. Já a sexualidade e o sexo do homem são os seus atributos. De maneira tal, que os homens se identificam com o seu sexo, com a sua sexualidade e mantém relações privilegiadas com este, de onde provem “a ideia de que o gozo masculino está em primeiro plano e de que ele é essencial” (FOUCAULT, 2004, p. 28). Esta é a sexualidade regulada por prescrições e normas, códigos morais. É a sexualidade regulada por dispositivos. Aprisionada por dispositivo? É esta a sexualidade que vivida pelos indivíduos? Ainda assim, causa ela, o mesmo efeito produz os mesmos fenômenos?

A proposta do autor foi mostrar que a sexualidade é regulada pelo processo de categorização e pela imposição de uma grade as várias possibilidades do corpo e as várias formas de expressão que o sexo pode assumir.

Não pretendo dizer que uma substituição do sangue pelo sexo, resume por si só, as transformações que marcam o liminar de nossa modernidade, o que tento exprimir não é alma de duas civilizações ou o princípio organizador de duas formas culturais; busco as razões pelas quais a sexualidade longe de ter sido reprimida na sociedade contemporânea esta, ao contrário, sendo permanentemente suscitada (FOUCAULT, 1988a, p.161).

O exercício mesmo da sexualidade sob efeito de lei se confunde com as categorias das práticas dela mesma. O problema da sexualidade é se reconhecer como sexualidade.

Para Foucault (1988a) a psicanálise utiliza a modernidade para afirmar sua ideia de repressão. Escreve o autor: “a psicanálise vem inserir-se nesse ponto: “teoria da mútua implicação essencial entre a lei e o desejo” (FOUCAULT, 1988a, p.141). A Lei a que se refere o autor é o tabu do incesto, que incide como premissa do desejo. Uma Lei que precede o pai narcísico freudiano. Os mecanismos de repressão tornaram-se frouxos na modernidade quando a figura do pai se torna domesticada. Período que os clássicos modernos aportam com as teorias do contrato social. Foucault (1988) não cita os teóricos clássicos Hobbes (1974); Locke (1998) e Rousseau (1996), mas refere o período clássico como grande orquestrador de uma sexualidade em dispositivo:

Foram os novos procedimentos de poder, elaborados pela época clássica postos em ação no século XX, que fizeram passar nossas sociedades de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade [...] a sexualidade, quanto a ela encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações (FOUCAULT, 1988a, p.161).

Aqui sugiro uma indicação do autor à ideia de sexualidade moldada pelos clássicos Hobbes (1974); Locke (1998) e Rousseau (1996). O autor parece desconfiar, mas não lhe despertou o interesse pela teoria dos contratos. Ele dirigiu sua crítica à psicanálise. Seria de todo forçoso supor que a sexualidade impetrada por regulamentações e normas que refere Foucault, é também esta, que destaco como ‘sexualidade procriativa’ ou chancelada pelos contratos? Não é com base nesses princípios que Freud (1996a;1996d;1996e) constrói a base para sua psicanálise, ou para sua clínica das neuroses? Não são estes os personagens do mito real de Freud (1996e) em que morre o Pai soberano e aparecem os indivíduos pais, culpados? E por fim, não são os ‘indivíduos contratantes’ que representam a remodelação do patriarcado

arcaico e institui o patriarcado moderno, representado pela ideia de indivíduo, conforme Pateman (1993)?

Apresentar a sexualidade como dispositivo é sem dúvida propor uma estrutura teórica que não prescindia da explicação psicanalítica do desenvolvimento sexual e de suas ramificações sexuais pelo complexo de Édipo. Ou, da repressão patriarcal ao sexo, como denuncia a uma ideia de sexualidade que cerceia a diversidade sexual, que cerceia a liberdade do uso do corpo e dos desejos. Sem invocar ao autor uma atitude genderizada, já que ele se mostrava descrente acerca de movimentos e ‘bandeiras’ emancipatórias, conforme ressalta Dreyfus e Rabinow (1995) há questionamentos que não se deve ofuscar: ciente da sexualidade como dispositivo, por que não pareceu a Foucault (1988b) também questionar nos antigos, o *uso dos prazeres* pelas mulheres? Se havia uma moral polarizada, masculina como o autor preocupou-se em demonstrar, por que não lhe pareceu que a autoridade e o controle no *uso dos prazeres* pelos antigos, revelavam mais que uma busca ética ou contenção masculina? Ou, que havia uma ‘problema’ na maneira como está moral se dirigia as mulheres, revelando um problema de homens?

Quero destacar uma espécie de falta na escolha das problematizações do autor. Foucault reconhece a dupla regra quanto às mulheres, tanto no antigo regime, quanto na contemporaneidade (que interpreto como um viés individualista – o mesmo que aparece na teoria do contrato da era moderna e sustenta a assimetria de gênero) e escreve: “não é a mulher que esta moral é endereçada. A mulher como objeto ou parceiras as quais convém formar, educar e vigiar” (FOUCAULT, 1988b, p.31). Será que sua denuncia a uma sexualidade em dispositivo também está imersa numa concepção de ‘indivíduo contratante’, aquele que só esclarece sobre uma sistemática individual de convivência?

Não posso ofuscar o reconhecimento do autor da existência de uma contenção sexual ou como ele diz de “um sistema muito duro de desigualdades e de coerções a respeito das mulheres”. Se seu interesse era deixar um questionamento sobre as ‘coisas do prazer’ de uma época ou de uma classe, minha sugestão é que a história da sexualidade por ele apresentada, embora ferramenta poderosa contra essencialismos e opressões apresente uma espécie de falta, na medida em que seus questionamentos se alocam no limite ou no estreitamento da especificidade do *uso do prazeres* e da sexualidade em dispositivo, exclusivamente voltada para uma política de homens ou pela forma como essa política limita o prazer sexual do homem. É o que indica o autor ao questionar:

Era preciso perguntar-se por que justamente os quatro grandes domínios de relações onde parecia que o homem livre, nas sociedades antigas, teria podido desenvolver sua atividade sem encontrar maiores proibições foram objeto de uma problematização intensa da prática sexual. “Por que foi aí, a propósito do corpo, da esposa, dos rapazes e da verdade que a prática os prazeres foi questionada? (FOUCAULT, 1988b, p.32).

Para responder a estas indagações o autor aprofundou suas pesquisas sobre o uso dos prazeres e chega a afirmar que esses se dirigiam “para um homem livre, entre o exercício de sua liberdade, as formas de seu poder e seu acesso à verdade” (FOUCAULT, 1988b, p.33).

Foucault sabe que as problematizações do *uso dos prazeres* são uma moral de homens e também sabe que a sexualidade saber-poder que ele denuncia é instituída por uma lei de homens. Assim, em *Microfísica do Poder*, Foucault (1998c) admite:

O que eu gostaria precisamente de mostrar, em relação a tudo que atualmente se diz a respeito da liberação da sexualidade, é que o objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo e que se constituiu como um dispositivo de sujeição milenar. O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes a esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade. Com efeito, é como reivindicação de sua especificidade sexual que os movimentos aparecem no século XIX. Para chegar a que? Afinal de contas, a uma verdadeira dessexualização a um deslocamento em relação à centralização sexual do problema, para reivindicar formas de cultura, de discurso, de linguagem, etc., que são não mais esta espécie de determinação e de fixação a seu sexo que de certa forma elas tiveram politicamente que aceitar que se fazer ouvir. O que há de criativo e de interessante nos movimentos das mulheres é precisamente isto (FOUCAULT, 1998c, p.64).

Neste excerto, não seria de todo forçoso atribuir o contrato sexual ao dispositivo da sexualidade, Foucault dá as pistas para essa aproximação ao sugerir que as reivindicações das mulheres partiram do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade.

Para Pateman (1993), não estaria completamente correta tal afirmação. A autora escreve que: “os influentes estudos de Michel Foucault podem sugerir que a história do contrato sexual produza uma abordagem do poder e da dominação que permanece presa a uma antiga formulação jurídica centrada unicamente na afirmação da lei e da ação dos interditos” (PATEMAN, 1993 p.34). E ainda, que seguramente a legislação e o contrato, bem como a obediência e o contrato, andam juntos. Mas, disso não se deduz que o contrato refere apenas a legislação, nem nos termos de Foucault, à disciplina, à normalização e ao controle.

Ainda é preciso ressaltar que no finalzinho do volume primeiro *A vontade do saber - Direito de morte e poder sobre a vida*, da *Historia da Sexualidade*, Foucault (1988a) atribui à

modernidade, seus modos disciplinares. E atribui à teoria freudiana a possibilidade de saída do dispositivo da sexualidade: ao ter tornado o sexo objeto de discurso, de ter o colocado como objeto de interdições e repressão. Ao fazê-lo foram dadas as condições para tornar o sexo objeto de interesse e escreve: “Incitaram-nos a desenvolver todas as habilidades para surpreendê-lo e nos vincularam a dever extrair dele a verdade [...] Ironia deste dispositivo: é preciso acreditar que nisso está nossa “liberação” (FOUCAULT, 1988a, p.174).

Parafraseando Foucault (1988a), suponho que a saída do entrelace do contrato social com o sexual, se dá pelo reconhecimento da força das paixões, pela inclusão do valor afetivo nas problematizações sobre poder e liberdade. Talvez para novas formas de contratos, em que os indivíduos sociais sejam o símbolo mais primoroso, ou melhor, que haja uma substituição dos contratos pela ética da convivência: da confiança entre os indivíduos sociais. Se esta proposta parece ingênua ou ilusória, dado o grau de esvaziamento que esta palavra carrega que fazemos até lá, novos contratos em que os indivíduos sejam sociais no sentido de reconhecer a relação de dependência de uns com os outros, reconhecendo as diferenças não para subjugar ou sujeitar, mas para aceitá-las como uma condição que lhes são próprias.

Suponho que a proposta do dispositivo da sexualidade em Foucault (1988a) fortalece a ideia que apresento do entrelace entre o contrato social com o sexual, que envolve a sexualidade. O dispositivo revela como a sexualidade pode ser usada como alvo das manipulações de poder, de normatizações e interditos, mas não esclarece sobre a ambivalência dos afetos, nada aparece sobre os vínculos que os indivíduos realizam e desfazem. O entrelace do contrato social com o sexual amplia esse entendimento e dão pistas da força da ligação afetiva, rizoma fundamental em que se faz uso de uma espécie de liga do entrelace entre os contratos. Em outra dimensão de concepções e conhecimentos, o que revelam as representações das famílias Sigma, Delta e Gama acerca da sexualidade.

4.3 As famílias Sigma, Delta e Gama – o significado de sexualidade

Motivada pelas questões que lhes apresentei, a família Sigma referiu sobre sexualidade por quatro proposições: O que é sexualidade? Como se expressa a sexualidade? O que é sexualidade prazerosa? Há um lugar para expressar a sexualidade?

Sexualidade se apresenta como beleza. São vivências do corpo, da estética; sexualidade é saber de si. Os que estes discursos significam?

Laura destacou o corpo e a roupa que usa como atributos da sua sexualidade. O corpo é um instrumento que emite mensagens através da roupa, ou seja, dos símbolos que representam uma convocação de permissão e ou proibição. Laura traz o significado de sexualidade como corpo e vivência do corpo: “Sexualidade é vivência do corpo, da beleza, da estética da preferência. Sexo faz parte da sexualidade, de carícias, do toque da penetração, mas uma coisa não é a outra, é um conjunto. Você veste uma roupa para encontrar um namorado e outra para encontrar uma amiga”.

Os discursos revelaram o corpo e as roupas como uma forma de atrair atenção: “Ah! Eu sou muito danada eu sou muito mal intencionada, a começar pelas roupas lingerie, eu não fico esperando, eu vou até ela e resolvo. Eu tenho umas roupas fatais quando eu quero chamar atenção. Eu acho que isso compõe a minha sexualidade”. Uma roupa que é usada para encontrar o namorado, não é a mesma para encontrar uma amiga. Essa diferença está associada com a ideia de sexualidade prazerosa. Para Laura “Sexualidade prazerosa é quando você tem a retribuição dos seus investimentos, quando tem prazer”. As relações sociais conduzem o corpo conforme os interesses sexuais e não sexuais. Para atrair a atenção de alguém que poderá retribuir um interesse sexual, a sexualidade conduz a maneira que o corpo se apresenta.

Para Laura, Tereza e Antenor foram pais muito conservadores. Na infância foram muito rígidos e na juventude houve uma maior flexibilização por parte dos pais que permitiu a interação com pessoas que moravam na vizinhança. Nesse período Laura começou a fazer muitas amizades. Aos quatorze anos não namorava, “eu só ficava, era só beijo na boca”. Ao fazer dezessete pôde sair só, sem a necessidade de autorização dos pais. Sobre suas experiências de namoro ela referiu: “Meu primeiro namorado eu tinha dezessete anos, ele já sabia de tudo. Eu sempre namorei homem mais velho, perdi minha virgindade com ele. Tive

seis namorados só. Parceiros sexuais tive esses e mais alguns”. Aqui o sexo aparece como parte da sexualidade. Esta é como um meio e instrumento para chegar ao ato sexual. No relato das suas experiências Laura referiu vários significados sobre a sua maneira de lidar com o sexo e a sexualidade. Quando ela se refere aos homens mais velhos, é para acentuar: “ele já sabia tudo” indica um saber e domínio voltado para a virilidade masculina. Há uma nítida separação entre namorados e parceiros sexuais. “Depois que casar tem que fazer tudo com o marido, só com o marido, ai eu faço tudo agora. Todas as minha amigas já tiveram seus momentos piriguetes. Eu acho que enquanto eu não me casar eu faço tudo. Quando eu me casar só vou fazer com o meu marido”. Há uma separação para afirmar uma espécie de planejamento entre o antes e depois do casamento: quando se está ‘solteira’, pode-se ter namorados e parceiros sexuais ao mesmo tempo, são os momentos piriguetes.

Para Laura, sexo e sexualidade são diferentes: “Sexualidade é mais liberal, não coibi as outras pessoas. Você pode expressar tem os espaços, para as coisas. Se você está num show você pode fazer investidas, caricias... mas, se tá num restaurante, não dá para fazer coisas... mas eu resolvo quando eu quero, já fiz tanta coisa”. No discurso de Laura aparece uma espécie de duplo jogo, ou uma recusa ao lugar que é dito como feminino. Há um lugar determinado para expressar a sexualidade.

Para Manuela, filha mais nova de Antenor e Tereza, a sexualidade ganha significado através de algumas etapas: “O que eu acho que é sexualidade? Primeiro passo é você se conhecer, passa até distante do ato sexual, tem coisas mais sensuais, uma palavra, por exemplo”. Ela esclarece essa ideia na maneira como expressa sua sexualidade: “Como eu expresso minha sexualidade? Eu acho muito difícil esta pergunta. Eu sou personalidade muito sexual. As pessoas são hipócritas tem um problema de falar de sexo, de pênis, vagina, de ereção, eu não tenho tabu de falar essas coisas”. A expressão da sexualidade parece mais próxima de questões morais do ato sexual.

O que significa personalidade muito sexual? Manuela indica uma diferença entre realizar o ato sexual e falar sobre sexo ou dizer sobre órgãos genitais e estado de excitação. Para ela o dizer sobre estas palavras apresenta-se de modo mais restrito que fazer sexo com uma pessoa no primeiro contato. Ou, o discurso seria mais reprimido que o ato. Concepção bem próxima das hipóteses foucaultianas? Manuela marca uma ideia de interdição do falar, mas não de realizar o ato sexual. É como se o não dito não revelasse o que uma pessoa pode fazer sobre o sexo e a sexualidade. Quando referiu sobre sexualidade prazerosa, a ideia de

prazer destacou-se como própria de qualquer coisa que cause boas sensações: “Sexualidade prazerosa é que me dê prazer, tanto a mim quanto para o outro. Prazer de várias formas, uma comida gostosa eu não restrinjo ao sexo. Para mim o prazer não vem só do sexo. É muito mais buscar uma sensação que lhe der prazer”. Não há um lugar para expressar a sexualidade. Esta aparece como não refreada, indica um prazer sem as amarras sociais.

Para Tereza sexualidade é beleza, é estética. Sexualidade prazerosa e juntar as duas coisas: é sexo e prazer. Há um lugar para sexualidade ela diz: “na cozinha da minha casa. Para o sexo teria um lugar, pode ser no estacionamento, contanto que o vidro do carro esteja fechado, tem que ter uma reserva”. Em sua juventude Tereza ressaltou que o sexo era uma coisa não falada. Ela avalia o namoro da sua juventude como saudável, “não havia essa coisa de sexo”. Desde a infância Tereza referiu a sexualidade como coisa que não pode ser falada. Suas filhas Laura e Manuela apresentam uma conduta diferente, elas referiram falar de namoro com o pai. Para elas, este é mais aberto, ao contrário de Tereza, que para as filhas é rígida, fechada.

Antenor traz um significado próximo de Tereza, o sexo aparece de maneira difusa com a sexualidade: “Não tem diferença, sexo e sexualidade é a mesma coisa, só que antes se fazia com respeito, hoje não, faz em qualquer lugar”, O que significa “se fazia com respeito, hoje não”? Em suas representações ele relata que no passado havia um lugar mais permitido, como os cabarés e não se dizia o que era feito acerca do sexo. Para Antenor, sexualidade prazerosa é a mesma coisa que sexo prazeroso, “é uma coisa boa, faz parte da vida do ser humano”.

Vimos que as mulheres da família Sigma trazem o significado de sexualidade como beleza, estética⁷³, vivências do corpo. O que estas representações revelam, elas ignoram o caráter misterioso e proibido do corpo e de suas sexualidades?

⁷³ A estética é a teoria não da beleza por si mesma, mais do julgamento que pretende avaliar tanto o belo, a beleza em si, como o não belo (FERRY, 2006).

A estética como conhecimento da psique humana visa o estudo dos estados da consciência e fenômenos inconscientes. Condição que foi permitida a partir de Freud (1905/1996) através da teoria da pulsão. A estética como objeto psicanalítico visa a explicação dos processos psíquicos intrínsecos a sua elaboração. Esta análise se baseia notadamente sobre o conceito de sublimação da teoria freudiana. Em 1905, na primeira tópica freudiana, a sublimação aparece como um tipo particular da atividade humana sem uma ligação aparente com a sexualidade.

De acordo com Freud (1996g) tira sua força da pulsão sexual e atua com um objetivo não sexual em investimentos de objetos socialmente valorizados. Toda criatividade dos indivíduos é considerada como a transposição de um pulsão e desejo. Uma maneira de substituir uma insatisfação, pela criação de um objeto socialmente valorizado, susceptível a satisfazer um desejo. Se está assertiva estiver correta, tomemos como exemplo a figura do corpo feminino, através de uma obra de criação artística, para pôr em relevo as complexidades da sexualidade frente a uma estética, ou a um desejo explícito sobre como o corpo e o sexo são

Tais significados precisam ser compreendidos com as representações sobre ser homem é mais fácil, e ser mulher é mais difícil, conforme os discursos dessa família. Qual o significado da beleza e estética em que ser ‘homem é ter mais liberdade’, e ‘ser mulher é ter muitos problemas’? Há uma dissociação entre as representações da família Sigma acerca do sexo e da sexualidade e as representações sobre ser homem e ser mulher. Nestas

objeto de considerações contraditórias. Suponho que esse caminho nos desafia a perguntar sobre as relações de gênero, e suas dinâmicas sociais.

Na entrada do Museu D’orsay em Paris, França, há uma pintura estonteante. É o quadro do estilo realista de Gustave Courbet, intitulada « A origem do mundo ». Esse quadro tem uma história: Segundo Savatier (2006) um diplomata turco colecionador de pinturas eróticas, encomendou ao artista francês Gustave Courbet, uma obra que retratasse o nu feminino na sua forma mais crua, para fazer parte da sua coleção.

Thierry (2006), ressalta que, por questões de ordem econômica o diplomata turco, desfez-se de toda a sua coleção, o quadro ‘A origem do mundo’ foi comprado por um antiquário e escondido por trás de um outro quadro de Courbet, o ‘Le Château de Blonay (c. 1875). No início do século XX, o barão François de Hatvany, adquiriu-a obra e levou para Budapeste. Ainda escondida por trás do ‘Le Château de Blonay’ foi exposta no museu de belas artes de Budapeste. Com a II Guerra Mundial, a obra tomou um rumo desconhecido. Terminada a guerra, o seu proprietário, o barão Hatvany, conseguiu recuperar uma parte daquela, na qual se incluía a obra ‘A origem do mundo’. Em seguida a obra foi parar na sala da casa de campo do psicanalista francês Jacques Lacan, que por seu realismo perturbador, foi escondida sob uma pintura de madeira feita por André Masson, seu cunhado. ‘A Origem do mundo’ não pôde ser exposta ao público antes do fim do século XX. Após a morte da viúva de Lacan, em 1994, o Estado francês aceitou a obra como doação para resolver os direitos de sucessão da família Lacan. Em 1995, a tela de Gustave Courbet foi exposta publicamente pela primeira vez, no Museu d’Orsay, em Paris, onde pode ser vista atualmente.

A sexualidade como uma estética difusa entre a beleza e o não belo pode ser aclarada pela história da obra ‘*A origem do mundo*’ de Gustave Courbet. Esta obra apresenta a nudez de uma mulher e sua história invoca questionar sobre quão conflituosa apresenta-se a sexualidade como estética do corpo e o corpo como inscrição entre o belo e não belo nas sociedades do Ocidente.

A obra foi descrita por comentadores do mundo artístico e literário de sua época, como um repúdio e fascínio. O destaque aqui, refere ao comentário do crítico Maxime du Camp, que de acordo com Thierry (2006) sintetiza as concepções críticas apresentadas:

Dentro do banheiro de uma pessoa estrangeira vimos um pequeno quadro escondido sobre um lençol verde. Quando retiramos o lençol, ficamos estupefatos ao perceber uma mulher de grande natureza, vista de face, deitada e entregue. Trata-se de uma importante pintura, reproduzida ‘com amor’, assim disseram os italianos e deram a esta obra o nome de realismo. Mas, por um inconcebível esquecimento, o artista que tinha copiado seu modelo em seu estado natural, tinha negligenciado de representar os pés, as pernas, as coxas, o ventre, os quadris, as mãos, os braços, os ombros, o pescoço, e a cabeça (Thierry, 2006, p.36).

Este relato destaca uma interpretação do quadro por Máximo de Camp, um crítico das artes do início do século XX. As descrições sobre o corpo exposto de “uma mulher de grande natureza” revelam a preocupação com a ausência de outras partes do corpo da mulher. Será talvez um apelo ao autor da obra, um pedido de compostura ao destacar a falta dos pés, das pernas, das coxas, do ventre, dos quadris, etc. O quadro parece provocar uma comoção abrupta ou fascínio, haja vista que ele é descrito pelas partes do corpo da mulher que não estão expostas, ao invés de descrever a genitália feminina conforme destaca a obra. Pelo efeito que provoca “A origem do mundo” talvez seja a obra mais representativa do sexual como uma estética que provoca uma ambivalência entre o fascínio e a repulsa. O percurso histórico feito pela obra parece revelador dessa ideia. A valoração ou negação que é dado ao corpo e suas possibilidades sexuais tornam-se, de fato, uma maneira de ressaltar as diferentes formas de sexualidade.

representações, aparecem os conflitos que marcam as relações de gênero: dificuldade em ser mulher, liberdade e poder para o homem; o machismo de sempre, conforme refere Tereza. A sexualidade aparece como não vinculada a essa assimetria. Laura apresenta uma atitude assertiva, refere uma não passividade quanto aos seus interesses sexuais. Manuela revelou que preferia ser homem, mas apresenta uma ideia de sexualidade como uma via que a faz aceitar a dominação. São representações contraditórias, que indicam um desconhecimento sobre a ideia de sexualidade. Ou um não reconhecimento das vivências do corpo frente à assimetria de gênero que essa família apresenta.

As questões postas pelo historiador americano Laquer (2001) sobre o modo como os saberes da anatomia do século II classificava os sexos, ou seja, a ideia do sexo único como sistema classificatório de diferenças, sinaliza a complexa rede de significados e simbolização que a palavra sexualidade carrega em suas modalidades históricas. As hipóteses de Galeno de Bergamo⁷⁴ orquestrador da nomeação do sexo único apontam para as contradições de uma época que pouco se sabia sobre o corpo e sobre o sexo humano. Laquer (2001) argumenta em sua obra intitulada *Inventando o sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*, que devemos considerar as hipóteses pré-iluministas do sexo único, e alguns textos posteriores sobre o *sexo*, ou mesmo o corpo como posto pela era moderna, como epifenômenos. Já o gênero elemento tão cultural nos nossos dias, como quase elemento da natureza:

O gênero – homem e mulher - era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa ordenação sem sentido. Pelo menos o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um “modelo de sexo único”, explicitamente ligados em um círculo de significados; escapar daí para um suposto substrato biológico - a estratégia do iluminismo – era impossível. Foi no mundo do ‘sexo único’ que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigada no conceito de gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUER, 2001, p. 19).

O gênero aqui se apresenta como um marcador cultural da diferença. O gênero menino, o gênero menina, o gênero homem e o gênero mulher, não adquirem significado através da genitália. O sexo podia ser único e ainda assim os gêneros eram diferenciados. O que está posto, é que o corpo biológico não era suficiente para estabelecer uma divisão do sexo do homem e da mulher. Ser homem e ser mulher estava relacionado aos interesses mais ligados ao lugar que estes ocupavam na sociedade, ou conforme suas condutas em prol de

⁷⁴ Médico, anatomista do século II que primeiro apresentou a ideia do sexo (LAQUER, 2001).

conquistas materiais. Interesses patrimoniais tinham maior relevância que a anatomia ou características do domínio do biológico. A diferença sempre é usada para sustentar assimetria e desigualdades sociais infundadas.

A era moderna operou uma mudança e fez aparecer dois sexos. Se nos reportarmos à teoria do contrato social e ao patriarcado remodelado (leia-se contrato sexual) sugerido por Pateman (1993), podemos admitir que a modernidade utiliza a ideia de dois sexos para fortalecer a assimetria pela diferença. O ‘indivíduo contratante’ e o indivíduo sexuado aparecem para dá sustentação a uma espécie de liberdade amparada na assimetria que faz uso da ideia de dois sexos como estratégia de justificação de assimetrias, fazendo com que o sexo seja visto como natural e invariável.

Laquer (2001) chama a atenção para o período em que o sexo passou a ser utilizado para marcar as diferenças entre homens e mulheres. Arraigados numa categoria social, não era o corpo do homem; não era o corpo da mulher e tão pouco as semelhanças que estes apresentam que conferem o status da “inversão” para o sexo nomeado como “único”. Também não é a ‘descoberta’ da diferença da anatomia entre os sexos, que passa a ser nomeada como macho e fêmea, que vislumbra o novo horizonte para as questões sexuais. O gênero enquanto elemento sociológico era tido como um elemento ontológico. Era, portanto, o marcador sexual. Nas palavras do autor:

Quase tudo que se queira dizer sobre o sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único, como no de dois sexos é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (LAQUER, 2001, p. 23).

Poder-se ia argumentar que o gênero é, portanto, o poder que se exerce através de crenças, modos de convivência que se impõem pela sua utilidade e pelas formas de contenção.

Voltando ao objeto que aqui privilegia-se, como do sexo e do gênero pode ser instituída a sexualidade?

Para Laquer (2001) os filósofos iluministas fizeram uso das diferenças do corpo para afirmar uma ideia contratual de divisão dos sexos:

A teoria do contrato social, nos termos mais abstratos, postulava um corpo que, se não assexuado, fosse no entanto, indiferenciado nos seus desejos, interesses ou capacidade de raciocínio. Em flagrante contraste com a teleologia do corpo masculino como padrão, a teoria liberal começou com um corpo neutro individual: com sexo mas sem gênero, em princípio sem consequência para a cultura, uma mera localização do sujeito racional que constitui a pessoa (LAQUER, 2001, p.244).

Sustêm o autor que a teoria do contrato social torna “natural” relações sociais de indivíduos sexuados dotados de paixões e de práticas culturais essencialmente centradas em

assimetrias de gênero. Escreve Laquer (2001, p.244) “o contrato social só podia ser criado entre os homens, um elo exclusivamente fraternal. Ironicamente, o sujeito racional sem gênero produziu sexos opostos com gênero”. Suponho que esse corpo assexuado é representado pelo ‘indivíduo contratante’: o que aparece não vinculado as paixões no contrato social. Mas, esse mesmo ‘indivíduo contratante’ precisa de um corpo sexuado para estabelecer e sustentar os propósitos que visa alcançar. O entrelace do contrato social com o sexual indica ser o grande orquestrador dos conflitos de gênero e parece deixar mais claro o sistema patriarcal. Este tem uma história como sugere Pateman (1993), não é universal, mas datado fundamentalmente nos séculos das teorias contratuais.

A família Delta também referiu sobre sexualidade por quatro proposições: O que é sexualidade? Como se expressa a sexualidade? O que é sexualidade prazerosa? Há um lugar para expressar a sexualidade?

A sexualidade aparece como um estilo de comportamento, um sentimento confuso que remete sempre a sexo como ato sexual. A sexualidade também aparece como um encontro espiritual, uma energia de abertura para o outro.

Para Augusto sexualidade é uma coisa difícil de responder: “Essa pergunta para mim não é fácil, não conheço uma definição técnica para o assunto. Mas eu acho que sexualidade não tem muito a ver com sexo. Sexualidade é mais uma opção, um estilo de comportamento”. Augusto expressa sua sexualidade nos gestos, numa palavra, ele referiu não saber explicar a questão: “tenho uma dificuldade muito grande, sinceramente vem a ideia de opção sexual. A ideia de que sexualidade diz respeito à opção sexual vem mais forte”. A maneira de falar de emitir uma opinião sobre o assunto é uma forma de expressar, mas Augusto não faz de forma consciente, não faz para demonstrar como prova, “eu expressei nas palavras, nos gestos se isso leva a uma conclusão ou outra não é uma conclusão minha”. Talvez ele conduza a ideia de norma, ele desconfia que seja algo que existe, mas não está consciente em suas ações. Quanto à ideia de sexualidade prazerosa, ele diz: “é fazer sexo, isso está muito claro”.

Para Augusto expressa sua sexualidade requer aceitação de normas sociais ou um investimento para só revelar o permitido:

Lugar para sexualidade, não sei. Eu sei que tudo que tem a ver com sexualidade não dá para decidir sozinho. Tem sempre uma coisa que é permitido, que você pode fazer que não dar complicação. Por exemplo, você não pode ter um ato íntimo o fazer sexo

em público, você não pode pedir para sua mulher certas coisas se ela meteu na cabeça que tal coisa é vulgar. Tem que ir com jeito (AUGUSTO, 64 anos).

Antônia referiu a expressão da sexualidade de maneira difusa. Ela titubeia entre uma expressão de alegria e o ato sexual. A sexualidade depende da maneira que poderá ser julgada, sua percepção sobre sexualidade está voltada ao ato sexual:

Sexualidade ai pega, ela está presente em diversos aspectos da vida da gente, embora sejam condicionados a pensar sexualidade relacionada a sexo, até porque o nome parece que vem, como originariamente sexualidade vem do sexo, então terminamos fazendo essa confusão. Mas eu penso que a sexualidade está presente em várias formas de lidar com a experiência de vida humana na relação, que não se restringe a isso. É muito difícil pensar na sexualidade sem ser relacionado ao sexo. Eu adoro quando meu marido pega nas minhas coxas, mete a mão por baixo do meu vestido, isso para mim é sexualidade e também é sexo (ANTONIA, 52 anos).

Antônia lembrou que na juventude se sentiu muito sozinha. Seu pai era muito severo em relação à sexualidade, fiscaliza vigiava, etc. Para ela, a mãe era invasiva e submissa. “Foi uma adolescência de muita solidão”. Referiu sobre a educação dos seus filhos sem uma preocupação de vigiar ou fiscalizar, teve receio de se tornar invasiva como a sua mãe.

Para Antônia não há um lugar para expressar a sexualidade, mas ressalta que: “É muito difícil, a gente fica muito presa às crenças. Por exemplo, no encontro nosso aqui, a sexualidade está presente, mas é difícil agente incluir isso como sexualidade. Podem pensar duas mulheres se olharem encontro, isso é algo, é amor, é sexo, se amam?”. O discurso de Antônia indica que a sexualidade remete sempre a um julgamento social, à maneira que os outros irão pensar. “A sexualidade eu expresso com o meu sorriso, na verdade eu expresso com muita dificuldade. Apesar de tudo eu acho que ainda fico presa a conceitos, pré-conceitos. De que se eu for muito uma pessoa sexualizada pode parecer que sou promiscua, pode parecer algo como, oferecida”.

Maria referiu o significado de sexualidade como uma experiência espiritual, uma energia que altera o sentido do corpo. Alerta para o cuidado de uma sexualidade não benéfica e deixa claro que não se trata de um julgamento moral, ou de uma condição de regras morais. Maria chama a atenção para um prazer que traga um benefício, um ganho espiritual: “O maior encontro espiritual. É uma coisa que te faz estar aberto à interferência energética do outro e por isso que se deve ter muito cuidado com que você se relaciona, não moralmente, mas você tem que reparar que aquela interferência vai ser benéfica”. Para Maria não há um lugar para expressar a sexualidade: sexualidade é troca. Maria traz o período da sua juventude como bem tranquila em relação aos seus pais: “Eu tinha uma boa liberdade. Como a gente sabia

obedecer, meus pais eram tranquilos. Eu classificaria meus pais como bons educadores. Em relação a limites as regras as mesmas para mim e meu irmão”. No discurso de Maria, não há uma indicação de proibições, quando referiu-se à expressão da sexualidade, a ideia de beleza e sexualidade prazerosa está voltada para uma entrega, indicando uma não consciência do ato: “Sexualidade prazerosa é com entrega, sem vaidade, é você buscar mesmo satisfação o prazer sem pensamentos, só se entregando mesmo”.

As representações da família Delta sobre o significado da sexualidade indicam que há uma referência às normas ou conduta social, mas há o reconhecimento de que a sexualidade vai além de normatizações. Aparece ideia de troca, negociações e mudanças. Antônia desfez o casamento por não ter satisfação sexual como ex-marido, tem um relacionamento atual sexual ativo e expressa ser mulher pelo fato do marido não ter pudor quanto ao sexo. Maria tem relacionamento sexual ativo e referiu não ocultar suas experiências com sua família.

A família Gama também referiu sobre sexualidade pelas proposições: O que é sexualidade? Como se expressa a sexualidade? O que é sexualidade prazerosa? Há um lugar para expressar a sexualidade?

Para essa família a sexualidade ganha significado na relação entre corpo, prazer e sentimentos. Sexualidade como um sentimento e prazer. Nas representações dessa família a sexualidade aparece como livre, dissociada da ideia de repressão.

Para Marília a sexualidade tem uma relação direta com o corpo. Ela diz: “Acho que tem a ver com que você sente no seu corpo, como você se mostra. Envolve o sexo, mas não é só o sexo. Envolve tudo sobre a nossa intimidade com o outro, namorado ou marido”. A expressão da sexualidade está na maneira de andar, de vestir. Nas coisas que diz. Ela referiu não haver separação entre o que faz e a sua sexualidade. A sexualidade prazerosa consiste em: “Sexualidade prazerosa é você se sentir bem com o que você faz na maneira que cuida de você, do seu corpo, das coisas que você veste que usa o cabelo, na maneira que fala tudo isso quando te faz bem é sexualidade prazerosa”. O lugar para expressar a sexualidade depende do contexto social. A sexualidade aparece como uma coisa que a pessoa é e aquilo que a pessoa não mostra. Há o reconhecimento que a sociedade liga a sexualidade ao sexo, e como isso há um lugar determinado, há prescrições e punições para quem sai das regras: “Tipo certo ou errado? Acho que não e sim. Depende do lugar onde você mora, vive. Tudo que se refere à sexualidade leva logo a pensar em sexo. E se for assim, o sexo tem um lugar determinado para

se expressar”. Ela destacou que não podemos sair por ai fazendo sexo em qualquer lugar. Primeiro porque há punições claras para isso, segundo porque exigiria um empenho muito grande, talvez um grande investimento emocional para praticá-lo. Suas experiências sexuais foram nomeadas como fora do padrão, são encontros com parceiros sem uma relação de muita convivência: “Eu gosto de sexo com homem, e faço sexo quando eu encontro uma pessoa que sinto afinidade, mas para morar junto não dá, as manias aparecem, gosto de ser livre, encontro parceiros sexuais muito bons, mas cada um segue seu caminho”.

Para Mário, sexualidade: “É um negócio que faz parte da vida da gente e também da vida da outra pessoa que você escolhe para tá junto. É também algo que você sente, não tem uma explicação assim, é do sexual, do ter prazer com alguém”. Mário indica seguir o discurso de Marília e ressalta que: “Eu expesso na maneira que eu sou. Acho eu... Não sei assim...”. Ele lembrou que sempre teve abertura, em conversas com a sua mãe: “Sexo nunca foi uma palavra proibida em casa. Mas, recomendavam sempre camisinha e juízo, para não se meter em fria”. A ideia de sexualidade prazerosa indica ato sexual: “Sexualidade prazerosa é se entregar mesmo, sem medo, curtir a pessoa e curtir você. Não é uma coisa muito fácil de fazer. Eu tenho relacionamentos sexuais com algumas mulheres, mas nada muito sério”. Para Mario o lugar para expressar a sexualidade está relacionado com um gosto ou prazer. “Lugar para a sexualidade? Há sim, um lugar que você curta.” Um lugar que lhe propicie essa sensação. Não aparece uma relação com o permitido e o proibido.

As representações e discursos apresentados por Maria da família Delta e Mário da família Gama distanciam-se das representações de jovens pertencentes ao segmento social médio urbano na cidade de Salvador, Bahia conforme ressalta Heilborn et al (2006)⁷⁵ em *O Aprendizado da Sexualidade*. A pesquisa indica que há uma ausência de diálogo entre os jovens e os pais no que tange a sexualidade. Os conflitos e questões acerca da sexualidade não são aclarados no convívio familiar. Os autores basearam suas pesquisas na teoria dos roteiros de Simon e Gagnon (1986). Concepção teórica que aprofundarei para dar relevo a diversidade própria do construto sexualidade.

⁷⁵ Conforme pesquisa analisada no livro *O Aprendizado da Sexualidade* (2006) que “reúne os resultados de uma investigação sobre sexualidade e reprodução de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos, numa perspectiva biográfica. Buscou-se explorar as formas pelas quais os comportamentos sexuais-afetivos e reprodutivos interagem com eventos referentes às esferas escolar, profissional e conjugais dos jovens, considerando as distintas condições de vida. A pesquisa foi realizada em três grandes capitais, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.” (HEILBORN, 2006, pp.43/45).

4.4 Sexualidades roteirizadas: as sexualidades em cenários

No final da década de 1960, os sociólogos norte americanos Simon e Gagnon, desenvolveram o conceito de roteiros sexuais como parte de um projeto maior que visou tratar a sexualidade como qualquer outro fenômeno social. Em *Conduta Sexual*, Simon e Gagnon (1986) tiveram por finalidade retirar a sexualidade de um lugar ‘misterioso, de sua especificidade conflitiva ou nomeadamente difusa. A interação entre os cenários culturais, os cenários interpessoais e intrapsíquicos revelam que há uma condição única quanto à sexualidade, como sugere a teoria freudiana. Também difere do dispositivo da sexualidade como sugere Foucault (1988a)⁷⁶.

Simon e Gagnon (1986) ressaltam que os fatos sexuais devem ser tratados como um fato social entre outros. Esse objetivo parece conter por ele mesmo elementos que já confirma a significação da sexualidade como um ‘mistério’, e que se apresenta de modo bem mais complexo que outros fatos sociais. Essa perspectiva remete a questionar: por que a sexualidade aparece como um mistério e não é vivida como um fato tão natural como trabalhar, encontrar amigos ou sentar à mesa de um restaurante e compartilhar o almoço entre pessoas conhecidas e estranhas? Essa seria uma atitude bem pragmática se fosse aplicada a sexualidade. Talvez deixá-la mais livre da supervalorização que é dada às questões sobre o comportamento sexual; considerá-la como imanente ao humano e como tal, propensa as acomodações e mudanças. É como os teóricos Simon e Gagnon (1986) e Gagnon (2006) pretendem apresentar a sexualidade pela teoria dos roteiros. Os autores se interessaram por mostrar que os fatos sexuais são próprios da maneira como os seres humanos os concebem ou, não são estranhos a cada pessoa, não são alheios às suas vontades e interesses. Também não são gerados por interesses muito particulares:

Não temos um comportamento sexual biologicamente nu, mas uma conduta sexual socialmente vestida. Assim, adotamos o termo “conduta”, pois queríamos dizer que não estávamos falando de comportamento não-avaliados socialmente. A questão crucial é que o comportamento sexual é constituído socialmente, de modo que se transforma em conduta sexual. A rigor, esta é uma formulação de trás para frente e

⁷⁶ Gagnon (2006) refere-se aos trabalhos de Foucault (1988a;1988b;1988c) como uma abordagem “não muito nova, que reduzir as coisas a textos, discursos é um erro. Pois, aquilo em que realmente consiste a vida social são atuações. Na verdade, são pessoas atuando em espaços sociais. Os roteiros aproximam-se mais do performativo do que do discurso” (GAGNON, 2006, p.416). A crítica realça os diferentes métodos que os autores empregaram em seus estudos. Indicam os métodos utilizados em diferentes teorias e abordagens que são constituídas para compor os debates sobre as complexas concepções acerca das sexualidades e das maneiras que elas se apresentam. Tais métodos devem representar a diversidade desse campo de atuação e não podem sobrepor-se uns aos outros.

errada. Provavelmente, conviria dizer que pensar no sexo como um comportamento é um dos aspectos do modo como nos conduzimos sexualmente. O sexo se transforma em comportamento quando decidimos tirar a roupagem cultural de sexualidade, que é sua condição socialmente “natural”, para revelar a condição não-natural do sexo como um comportamento nu (GAGNON, 2006, p.406).

E como dar a sexualidade uma roupagem social? Para o autor é torná-la uma atividade contrária a forma que é realizada, dizendo de outra maneira, a sexualidade precisa ser olhada como comportamento, para deixar que o sexo apareça como natural. Os roteiros sexuais são ferramentas conceituais que abordam toda experiência sexual como advinda da aprendizagem social. Isso não quer dizer que resulte da incorporação de normas prescritivas e interdições, mas antes de uma ‘impregnação’ de narrativas que abarcam sequências de eventos ou da interiorização de modos de funcionamento de diferentes instituições sociais. O objetivo é afirmar que os indivíduos não adquirem apenas uma espécie de saber ou uma forma como os comportamentos sexuais devem ser realizados, mas uma habilidade de perceber os estados do corpo e reconhecer situações. Os roteiros pretendem uma proposta contrária a uma espécie de ‘deificação’ da sexualidade, ou da nomeação que melhor se aproxime do que compreendemos como comportamento sexual ou coisas sexuais.

Essa ideia traz uma conotação aparentemente tão bem resolvida que podemos questionar: a sexualidade pela via dos roteiros sugere que há uma espécie de ‘cartilha’, um esboço acabado do que é feito por homens e mulheres acerca das suas relações mais íntimas para efeitos sociais? Suposição por demasiado simplória para abordar os complexos fatores que envolvem a construção da teoria da roteirização, segundo as conjecturas de Simon e Gagnon (1986). Na teoria da roteirização, sustêm os autores, nem o sujeito humano, nem a situação social constituem a realidade primária. Cada qual se constitui em, e por meio, de práticas simbólicas reiteradas, corrobora Joas (2006). Além disso, todos os indivíduos estão inseridos em estruturas sociais e culturas populares. Os roteiros acionados pelos atores sociais são suas interpretações das normas sociais, dos mitos culturais e das formas de interação. Ou seja, sugere-se que é possível encontrar uma roteirização sexual intrinsecamente ligada às circunstâncias culturais e históricas da conduta dos indivíduos em um contexto ou ordem social. Com isso, os roteiros têm como base o material simbólico que dão significado as coisas, as formas de linguagens e os contextos locais que conformam a conduta sexual. Gagnon escreve que:

A conduta sexual é inteiramente determinada pela história e pela cultura; o significado na conduta sexual não se encontra numa interpretação da atividade corporal dos indivíduos; a ciência de sexualidade é histórica e culturalmente

determinada em igual medida; a sexualidade é adquirida em todos os seus aspectos, e é organizada pela estrutura social e pela cultura; e o gênero e a sexualidade são formas aprendidas de conduta e se ligam de maneiras diferentes culturas. É importante assinalar que, nesta visão, todas as condutas seguem roteiros, e que a teoria da roteirização não deve ser aplicada meramente à conduta sexual, mas a todas de as formas de conduta social (GAGNON, 2006, p.218/219).

Os autores focaram a roteirização do comportamento sexual do indivíduo por meio de uma dialética de três vias: “1) reunindo os sistema simbólicos culturais, 2) a vida de fantasia do indivíduo e 3) as normas de interação social” (GAGNON, 2006, p. 26).

Através da análise desses elementos Simon e Gagnon (1986) realizaram um exame mais detalhado de como esses processos históricos e esses regimes de regulação sexual efetivamente moldam a vida sexual das pessoas “A teoria dos roteiros sugere que os indivíduos usam a habilidade interativa como material de fantasia e mitos culturais para desenvolver roteiros (como deixas e diálogos apropriados) como um modo de organizar seu comportamento sexual” (JOAS, 2006, p.21). Significa dizer que os indivíduos fazem uma espécie de troca de conhecimentos já incorporados e comuns entre eles: a exemplo da relevância do sexo; das questões mais conflituosas sobre a precocidade do ato sexual; da gravidez indesejada; das permissões e interdições do ato sexual, da maneira que o corpo pode ser tocado, do que pode ser dito sobre sexo do que não pode ser revelado, etc. Esses conhecimentos sofrem modificações decorrentes de alterações concebidas pelos próprios indivíduos e são alocados como fantasísticos servindo de base para interações que se apresentam em diferentes situações. Para uma compreensão pormenorizada Simon e Gagnon (1986) fazem a distinção de diferentes níveis de roteirização:

a) os cenários culturais. b) os roteiros interpessoais e c) os roteiros intrapsíquicos. De acordo com os autores os cenários culturais se revelam como guias, e estão nas relações coletivas que ocorrem em escolas, ambiente de trabalho, espaços, urbanos, etc., e se apresentam da seguinte forma:

Podemos pensar os cenários culturais como guias de instruções que existem no plano da vida coletiva. Assim, todas as instituições e arranjos institucionalizados podem ser interpretados como sistemas semióticos por meio dos quais são fornecidos os requisitos e práticas de papéis específicos As instruções concernentes aos papéis acham-se inseridas em narrativas (os roteiros de cada perfil específico) e proporcionam a compreensão que torna plausível a entrada, o exercício e a saída de papéis. Nesse caso, o indivíduo que pode ser tratado como um membro mais ou menos ativo da platéia a que se destina as instruções sociais e, dependendo de algumas variáveis (como idade, classe, etnicidade) pode ser mais ou menos receptivo a tais instruções (GAGNON, 2006, p.225).

Neste excerto o autor indica que os cenários culturais atuam como fornecedores de instruções acerca dos requisitos narrativos ou formas de comunicações, linguagens e práticas de ações vinculadas ou regidas por instruções culturais inseridas na organização de instituições como sociais como a “família, as escolas, as igrejas, as forças armadas, as organizações empresarias, as universidades, a medicina, o direito e o sistema de justiça criminal são, todos, sistemas de instruções sobre a sexualidade” (GAGNON, 2006, p.224). O que implica dizer que os roteiros representam menos as interdições que explicitam como a sexualidade se apresenta através das instruções culturais. As formulações mais gerais sobre os roteiros sexuais devem ser especificadas de acordo com o plano onde eles atuam se refere ao plano subjetivo da vida mental, se refere ao plano de prescrições culturais. Gagnon esclarece que: “Cenários culturais foi o nome que demos ao sistema semiótico de instruções que é o espaço intersubjetivo do sociocultural. Todas as instituições sociais incorporam instruções sobre como se portar” (GAGNON, 2006, p.412).

A sugestão do autor é tomar os cenários culturais, como prescrições coletivas que dizem a possibilidade do que não deve ser feito em matéria sexual. Este é do ponto de vista das questões de gênero e das sexualidades, o cenário mais conflitivo. Mas os autores sustentam que a recomendação e as interdições culturais não têm a simplicidade das normas e regras legais. As interdições culturais são geralmente encaixadas dentro de regras que não tem necessariamente a sexualidade por objeto, ou dentro do funcionamento institucional que não isolam apenas o aspecto sexual. Ou seja, Simon e Gagnon (1986) supõem que os cenários culturais englobam outras interdições que as que se referem à sexualidade.

O que me leva a indagar, se as proibições sexuais têm os mesmos propósitos que outras interdições ou proibições não sexuais? Por exemplo, proibir que se ultrapasse certa velocidade em um espaço público, está no mesmo plano de interditos que proibir um ato sexual neste mesmo espaço? Suponho que a primeira interdição tem por objetivo a evitação de acidentes e morte eminente. E a segunda proibição, não é uma ameaça direta à vida, mas sim uma ameaça aos valores morais instituídos acerca da forma como os indivíduos apresentam seus corpos em um meio social. Aqui suspeito que os autores deixem de fora o valor moral das condutas dos indivíduos, e os aspectos afetivos que as envolvem.

Os autores Simon e Gagnon sustentam os cenários culturais que tratam explicitamente do sexual, “não especificam os objetos apropriados, os objetivos e as qualidades desejáveis das relações entre o eu, e o outro, eles se referem aos momentos e aos lugares, as sequências

de gestos e de propostas, principalmente o que o indivíduo e seu, ou sua parceira consentem” (1986, p.105). Significa que os cenários culturais não são fixamente preditivos quanto à realização de condutas efetivas, mesmo se eles constituem a matéria prima simbólica do sexual. Na sugestão dos autores, os cenários funcionam como objeto de uma interpretação realizada em partes: uma parte advinda dos atores sociais de ordem intrapsíquica, e de outra, de ordem interpessoal, no momento da negociação das condutas. A dimensão intrapsíquica é um lugar de reformulação pelos atores sociais e de improvisação subjetiva, a partir de contenções culturais, onde o ritmo da transformação é sempre muito lento. Isso explica porque os roteiros intrapsíquicos referem-se à maneira com os indivíduos lidam com suas questões mais pessoais, seus pensamentos, seus medos em relação ao desconhecido, sua acomodação frente a comportamentos já aceitos, todos esses advindos das relações e interações que estabelecem com os outros. É como se os indivíduos utilizassem elementos de origem muito diversos: elementos simbólicos, fragmentários, cenários culturais mais largamente compartilhados, elementos de experiência pessoal, etc. E os organizam em sistemas cognitivos estruturados que toma a forma de sequência narrativa, de projeto e de fantasia sexual, ou seja, os roteiros intrapsíquico. Estes são constituídos de detalhes que o indivíduo utiliza em seu diálogo interno com as expectativas culturais e sociais de comportamentos. Conforme Gagnon:

Os roteiros intrapsíquicos representam o conteúdo da vida mental, em parte resultante do conteúdo dos cenários culturais e das demandas de interação e, em parte, independentes destes. Os problemas concernentes a ligar o significado (a cultura) à ação (a interação social) manifestam-se no campo do intrapsíquico. Portanto, os roteiros intrapsíquicos têm diversas origens. Muitas vezes, compõem-se de versões de cenários culturais que foram improvisadas e, em alguns casos, permanentemente revisadas para atender as exigências da interação concreta. Em muitos casos a versão ideal do cenário cultural (como o sujeito deve portar-se) e as variações pragmáticas são concomitantemente guardadas na cabeça do indivíduo. Esses roteiros podem ir de narrativas cognitivas sumamente ordeiras até fragmentos de desejos, lembranças e planos. À medida que nos aproximamos mais da interação, os roteiros intrapsíquicos costumam tornar-se mais ordeiro, assemelhando-se mais a projetos ou esquemas, embora os componentes mentais que motivam a interação possam não ter grande destaque. O indivíduo, nesse caso, é um dramaturgo que roteiriza sua própria conduta, a fim de lidar com a natureza problemática da interação (GAGNON, 2006, p. 225).

O autor sugere que na prática da vida social, cultural e mental, os níveis de roteirização têm uma interação dinâmica. E que, na interface da cultura e da vida mental, o indivíduo assiste e avalia outros indivíduos e observa como se estivesse fora da cena, com isso adquire um senso crítico, revisor de si mesmo e dos outros. Dessa maneira, internaliza o material dos cenários culturais frente as suas dúvidas e certezas. Para Simon e Gagnon (1986) os roteiros interpessoais são padrões institucionalizados de interação socio-cotidiana. São

ligados a imagem e ao desejo, que despertam e sustentam o desejo sexual dos indivíduos. Os roteiros interpessoais funcionam no nível da interação social. A aceitação e a utilização de tais roteiros constituem a base de padrões contínuos de comportamento social estruturado. “Os roteiros intrapsíquicos tornam-se mais ordeiros, assemelhando-se mais a projetos ou esquemas, [...] O indivíduo, é um dramaturgo que roteiriza sua própria conduta, a fim de lidar com a natureza problemática da interação” (GAGNON, 2006, p. 225). E ainda, o indivíduo é um ator que atende as expectativas de outras pessoas e norteia sua conduta em termos da conduta alheia. “Esse uso do conceito de roteiros indica a interface entre a vida de interação e a vida mental [...] Na interface entre a interação e a vida mental, o indivíduo é platéia, crítico e revisor” (GAGNON, 2006, p.226). As concepções que o indivíduo acolhe em sua vida mental, funcionam também como fantasias, que acionam a memória e sustentam projeções reais ou imaginárias, que são ao mesmo tempo incluídas juntas com os materiais da interação e da cultura dados, e os padrões de interação. “É importante assinalar que não há interação direta entre a cultura e a interação; esses efeitos são inteiramente mediados pela vida mental (ou pelo intrapsíquico). Essa interação entre níveis de roteirização tem dimensões históricas, culturais e individuais” (SIMON E GAGNON, 1986, p.227).

A roteirização intrapsíquica é a atividade mental necessária quando torna-se mais difícil ser simplesmente um ator social satisfatório ou mesmo modificar o material dado dos cenários culturais. Fica claro que a relação entre os cenários culturais e os roteiros interpessoais e os roteiros intrapsíquicos é complexa, e difere não só nas diversas culturas e épocas, mas também dentro dos subgrupos culturais e entre os indivíduos de diferentes culturas. O roteiro é aquilo que liga os sentimentos de desejo e prazer ou de repulsa e desintegração às atividades corporais associadas ao contato físico e aos sinais físicos de excitação. A sequência do que deve ser feito num “ato sexual depende da existência prévia de um roteiro que defina o que deve ser feito com tal ou qual pessoa, em tal ou qual circunstância, em tal ou qual ocasião e quais são sentimentos e motivações apropriados a este evento (horror ou deleite, raiva ou incentivo)” (GAGNON, 2006, p.219). Os roteiros são constituídos com materiais de fantasia e mitos culturais próprios de cada cultura, vinculados às práticas de cada lugar.

O nível interpessoal é tido por Simon e Gagnon (1986) como o último nível dos roteiros sexuais. A sugestão é fazer do roteiro interpessoal um representante do contexto social e de interação. Nestes os indivíduos seriam atores que compartilham com o consenso

ou no consenso que existe em aparência ao nível cultural e que são acordados por suas condutas. Ou seja, os indivíduos agem conformem as expectativas de outros indivíduos. Não ficam claras, como as relações de poder interferem nesses processos. Ao que tudo indica, a teoria dos roteiros deixa claro que a maneira como os diferentes níveis de roteiros contribuem para a estruturação da sexualidade, não é idêntica dentro de todas as situações sociais e históricas. Mas parece deixar de fora os embates de poder e as condições políticas em que a história se realiza. Os conflitos de raça, classe e gênero não aparecem na relação direta com a maneira que os cenários são instituídos, a assimetria de gênero é integrada como parte de uma ação ‘natural’ dos indivíduos. Por outro lado, a teoria dos roteiros é relevante para indicar que “o contexto tradicional dos cenários culturais é um repertório limitado de improvisações ritualizadas, talvez tudo seja necessário para que os parceiros ou os observadores se compreendam ou se entendam” (SIMON E GAGNON, 1986, p.102). Ou seja, sua relevância consiste em afirmar que os comportamentos sexuais não podem ser analisados como um fato gerado pelo instinto, programado pela natureza no sentido do biológico e da reprodução animal, em uma crítica veemente a teoria freudiana. Na interpretação de Gagnon (2006) a teoria freudiana, torna o sexual como resultado de um conflito entre a pulsão sexual e a sociedade.

Suponho que ‘o contrato social freudiano do mito da *horda*, e os processos psíquicos individuais não têm representatividade social. Parecem realizarem-se nas fantasias calcadas pelo mito e nos propósitos da teoria freudiana em tornar a figura do pai superior a todas as outras, reforçando o valor do ‘indivíduo contratante. Indica uma exclusão das condições políticas morais, e históricas das questões sexuais dos indivíduos sociais. Na interpretação de Gagnon (2006), a teoria freudiana torna o sexual como resultado de um conflito entre a pulsão sexual e a sociedade. Por outro lado, a teoria dos roteiros não aponta o antagonismo que Freud (1996d) emprega entre o indivíduo e a sociedade, em que o vencedor é o indivíduo sexuado masculino.

Gagnon (2006, p.408) escreve que: “Freud foi um dos grandes homens que tivemos de deixar de lado para criar nosso próprio ponto de vista. É possível que o tenhamos simplificado mais do que deveríamos”. O autor sugere que os arranjos sociais e culturais em torno das sexualidades não podem explicar a noção de sexo ou o sexo pelo viés biológico-anatômico. Essa é a crítica maior a teoria freudiana que implica na rejeição de construtos teóricos que sustentam a condição humana pela definição da luta inevitável entre as necessidades individuais e as proibições sociais, em contraposição as sexualidades marcadas

pelo naturalismo que pretende definir as práticas sexuais dos indivíduos “Supõe-se que a vida sexual é tal como a vida social, em outras palavras, apresenta-se de formas distintas das realidades históricas, ou difere de uma era histórica pra outra ou de uma cultura para outra” (GAGNON, 2006, p.215). As teorias da psicanálise freudiana influenciaram a teoria da roteirização através da análise da vida de fantasia e da faceta intrapsíquica da sexualidade. Muito embora, para Gagnon (2006, p.65 “as teorias freudianas sobre sexualidade basearam-se em modelos de controle-repressão e de impulsos”. Motivo que levou o autor a seguir os métodos do interacionismo simbólico por distanciar-se de métodos que tinham como objeto estudo de caso e de populações definidas pela clínica das neuroses. Foram os trabalhos do interacionismo simbólico do psicólogo social Mead (1982) e do sociólogo Kinsey⁷⁷ que serviram de esteio par os estudos da teoria da roteirização e tornou a sexualidade um objeto tão representativo como qualquer outro fato social. Para o autor da teoria dos roteiros:

A vida sexual se assemelha a toda vida social: é uma atividade que difere de uma era histórica pra outra ou de uma cultura para outra. A importância da sexualidade sentida pelas coletividades e pelos os indivíduos das culturas ocidentais é consequência da significação sociogênica específica que lhe tenha sido atribuída nesse meio histórico cultural (GAGNON, 2008, p.215).

O significado de sexualidade aparece como resultado da maneira como cada contexto social lida com o prazer. A sexualidade aparece como uma das vias de interpretação do sexo para a consolidação do prazer. Gagnon escreve que:

Seja qual for a semelhança na disposição dos sexos e de seus órgãos genitais, é patente que o sexo entre homens e mulheres, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres não é o mesmo nas diferentes culturas, ou em diferentes momentos da história. Mais especificamente, nem a sexualidade entre homens e mulheres casados, nem a sexualidade de homens mais velhos com homens jovens (GAGNON, 2006, p.218).

Este conjunto de elementos forma as crenças advindas do destaque dado ao corpo e ao sexo. Como pesquisador e teórico Gagnon (2006) fala de uma sexualidade que sofreu transformações, antes objeto de interesse do campo do ‘estranho’ e do desconhecido conforme os estudos de Krafft-Ebing⁷⁸, Havelock Ellis⁷⁹ que ainda hoje não é um objeto de consenso a

⁷⁷ Kinsey foi pioneiro ao estudar o comportamento sexual de homens e mulheres. Em 1948 publica *O comportamento sexual do homem*. E em 1953 *o comportamento sexual da mulher*. Os livros foram originários de uma pesquisa sociológica que criou os relatórios Kinsey (GAGNON, 2006).

⁷⁸ Krafft-Ebing é um dos percussores em investigações acerca do sexo, através da sexologia, autor da obra *Psychopatia Sexualism* em 1886, centralizou-se nos estudos das doenças venéreas e na psicopatologia da sexualidade conforme Philippe e Bejin (1982).

se abordar. Tornou-se objeto de interesse nos estudos sobre o desenvolvimento humano, através dos estudos de Freud (1905; 1908)⁸⁰, Kinsey (1948; 1953) e Masters e Johnson⁸¹. Gagnon (2006) adverte que vivemos hoje num mundo pós-Ellis pós-freudiano, pós-kinseyano e pós-Masters e Johnson, a utilizarmos das trilhas deixadas por suas investigações, mas ainda, por compreender o que delas nos afeta.

Há uma clara afirmação sobre as diferentes formas em que a sexualidade e o sexo se apresentam. Os diferentes papéis que cada indivíduo desempenha no cenário cultural fazem surgir diferentes formas de sexualidade que ultrapassa a noção de sexo e da sexualidade pelo biológico e natural (GAGNON, 2006). Se esta afirmação estiver correta. Pode-se supor que há sexualidades inseridas em regras sociais, fundamentalmente nos cenários culturais que diz como cada indivíduo deve conduzir-se quanto ao sexo a exemplo da relação conjugal com vias de procriação, tal como aparece no entrelace entre os contratos? Pode-se supor segundo a teoria dos roteiros que há formações intrapsíquicas que são constituídas pelos cenários internos, conforme se aproxima da realidade particular de cada indivíduo, que pode aderir ou não as regras sociais. A sexualidade é um elemento integrante da vida pessoal em que as diferenças na conduta sexual do macho e da fêmea são guiados por sistemas de gênero, como rizomas diversos? Para Gagnon (2006, p.64) a resposta está na teoria dos roteiros, ele escreve que “Os padrões apropriados de conduta reprodutiva, sexual e de gênero são produto, todos eles, de culturas específicas, e todos podem ser vistos como exemplos de condutas socialmente roteirizadas”. Ou seja, as sexualidades são roteiros, e abarcam um conjunto de elementos que compõem os cenários culturais, interpessoais e intrapsíquicos.

Explicar o entrelace entre os contratos social com o sexual e de maneira específica, o patriarcado e os conflitos de gênero, pela teoria dos roteiros é colocar dentro de um mesmo cesto, objetos antagônicos que se apresentam de formas complexas e difusas. A teoria dos roteiros não esclarece sobre como os cenários culturais e interpessoais são afetados pelas

⁷⁹ Havelock Ellis em 1897 publica a obra *Sexual Inversion* que descreve as relações sexuais dos homossexuais (GAGNON, 2006).

⁸⁰ Os estudos de Freud (1996g;1996f) se basearam nas pesquisas de Krafft-Ebing, Havelock Ellis, ver os *Três Ensaio da Teoria da Sexualidade*.

⁸¹ Masters e Johnson foram os primeiros pesquisadores do comportamento sexual de casais. E em 1966, publicam ‘*A resposta sexual humana*’. E em 1970 ‘*A inadequação humana*’. As pesquisas foram realizadas em observações laboratoriais do comportamento sexual, fazendo do casal a unidade preferencial de análise (GAGNON, 2006).

relações de poder. Pode-se admitir que a teoria dos roteiros instrumentaliza ou fornece as condições pelas quais os indivíduos instituem, avaliam, aceitam e negam as interdições sexuais, tornando-se ferramentas teóricas que mostram algumas vias para pensar as sexualidades, dissociando da ideia de natureza ou condicionante biológico. Conforme bem argumenta Joas (2006, p.22). “A teoria da roteirização de Gagnon e Simon (1986) é uma síntese da tradição interativista que refere à capacidade das pessoas de preverem o comportamento do outro em um contexto específico”. Porém, a teoria dos roteiros não esclarece sobre as imposições políticas que medeiam às relações de convivência como as relações de poder orquestradas pelo sistema patriarcal individualista e do sistema de relação de gênero. Gagnon (2006, p.424) reconheceu uma espécie de falta ao ressaltar que uma nova edição da teoria dos roteiros teria a seguinte reformulação: “o texto original inalterado, apenas tornando sua linguagem não-sexista”. E confirma uma ausência das problematizações quanto aos sexos sugerindo que na década de 1960 “não estávamos cômicos da linguagem neutra quanto ao gênero” escreveu o autor em sua obra *Uma interpretação do desejo...* (2006, p.424).

O entrelace entre os contratos social e sexual pode ser aclarado pela teoria dos roteiros na medida em que esta teoria descreve como os indivíduos torna a sexualidade uma conduta social. Sua relevância consiste como ferramenta teórica de afirmação da sexualidade por um viés dinâmico e social. Esclarece sobre a participação dos indivíduos na instituição e permanência das condutas sexuais. Os indivíduos não são seres passivos que acomodam as interdições os as aceitam como um epifenômeno há uma interação e negação dessas condutas.

Por outro lado, na contemporaneidade discute-se que a partir do fato em que a mulher pôde dizer não a fecundação através da pílula anticoncepcional, a sexualidade da reprodução ou a ‘sexualidade procriativa’ como nomeio a partir do contrato social de Locke (1998), deixou de ser um legado (BADINTER,2010; BOZON,2009). Pode-se supor que a ‘sexualidade procriativa’ sob a chancela dos contratos encontrou sua derrota? Esta seria uma suposição um pouco distante da realidade que mostra a sexualidade em uma condição difusa, não mais obrigada pela ‘sexualidade procriativa’, mas imersa no entrelace ente os contratos pelo enredo do ‘indivíduo contratante’ com o prazer e pela ambivalência dos afetos.

Utilizando a teoria dos roteiros de Simon e Gagnon (1986) Heilborn et al (2006) salientam que a sexualidade é compreendida como produto de diferentes cenários: culturais e sociais e intrapsíquicos. Estes cenários são marcados pelas diferenças entre as camadas

sociais, popular e não popular e pelas diferenças que se deve a uma combinação de fatores, mediante processos complexos de socialização, envolvendo raça/cor e concepções de gênero. Parte-se da premissa de que, se há características distintas entre homens e mulheres no tocante à vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, ela deve-se a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos como efeito de processos complexos de socialização dos gêneros. Esse entendimento pode esclarecer porque mesmo diante das mudanças ocorridas nas décadas de 1960/1970 acerca da “revolução sexual”, a divisão sexual do trabalho na família contemporânea, bem como as questões acerca da sexualidade entre os mesmos ainda são objeto de conflitos, conforme bem argumenta Bozon (2009).

Chamam a atenção às representações acerca da sexualidade das famílias participantes desta tese; os significados atribuídos a ser homem e ser mulher; as práticas do trabalho doméstico realizados em sua maioria pelas mulheres sem o reconhecimento positivo e as diferenças de salários conforme os sexos. A assimetria de gênero indica sinais de persistência. Em tempos atuais, as famílias brasileiras estão sob o impacto de tais mudanças, numa ambivalência entre aproximações e novas adaptações acerca das condutas sexuais.

Louro (2000, p.10) chama a atenção para o fato de a heterossexualidade ser vista como um fenômeno "natural", universalizado. “É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento”. Há uma suposição que todos os indivíduos apresentam um interesse sexual por outros de sexo oposto, isso leva ao julgamento de exclusão da diversidade sexual. O sexual é excluído como matéria e ato do gênero como bem argumenta Haraway (2009, p.36) “Parece impossível evitar a cilada da lógica apropriacionista de dominação, inscrita no par binário natureza/cultura e na linhagem que ela gerou, incluindo a distinção sexo/gênero”. Esquece-se que o sexo é utilizado pelo gênero.

Ressalto que embora as uniões homossexuais não façam parte deste estudo, não impede que sejam trazidas algumas considerações conforme sua vinculação com a heterossexualidade como nos diz Weeks (2000, p.44) “Uma surpresa para muitas pessoas saber que uma definição mais aguda de heterossexualidade como sendo a norma foi forçada precisamente pela tentativa de definir a homossexualidade⁸². Ambos são termos originários

⁸²Weeks (2000) destaca que os dois termos foram constituídos por Karl Kertbeny, escritor austro-húngaro que utilizou os termos em 1869 para atender a uma nova política alemã que visava a unificação e com isso uma reforma sexual, de revogação das leis anti-sodomas. Weeks (2000) argumenta que os termos

das mudanças no século XIX e XX, como um marcador sexual da modernidade. Os termos foram inicialmente utilizados como o objetivo de estabelecer as diferenças quanto aos comportamentos sexuais. Ao longo do tempo esses termos tornaram-se cruciais e ao mesmo tempo opostos. Conforme Weeks (2000, p.44) “ao invés de descrever uma variante benigna da normalidade, como, originalmente, pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos de sexólogos pioneiros como Krafft-Ebing, uma descrição médico-moral”. A heterossexualidade foi utilizada como barômetro para afirmar o que era norma e para referir um caráter único de prática sexual. Conforme Weeks (2000) seu significado deixou de ser vinculado ao seu par homossexual. O que pode ser compreendido da oposição entre esses termos?

Gagnon sugere que:

Há uma tendência a ver a heterossexualidade como algo que tem vida própria, expressa na adolescência, no casamento, no divórcio, e na velhice. Talvez seja proveitoso vê-la como uma variável dependente que atende a diferentes necessidades sociais e psicológicas (GAGNON,2006, p.84).

As sexualidades heterossexuais são cotidianamente confirmadas, não se realizam sem um interesse sobre o que dela se espera como conquista sexual. Na teoria dos contratos, a conquista dependia da sexualidade como procriação e o uso da divisão dos sexos pareceu ser a melhor forma de realização. Na contemporaneidade essa estratégia antes exclusiva, deixou de ter importância única para os propósitos sexuais. O conflito agora é conciliar os propósitos individualistas com a mudança dos interesses no plano das sexualidades. São elementos que se apresentam pelo conhecimento científico, aprendidos por uma sistemática de confrontação e acomodação de ideias. Que convoca outros conhecimentos que aqui proponho, através das representações sociais. Qual o significado de sexualidade para a família Gama? E como da sexualidade pode-se conhecer sobre essa família.

heterossexualidade e homossexualidade foram utilizados em um processo inicial de ‘campanha’ e logo em seguida foram utilizados pela sexologia, ainda em processo de desenvolvimento. E acrescenta que inicialmente a homossexualidade era uma forma “distintiva de sexualidade: como uma variante benigna, aos olhos dos reformadores, da, mas imprecisa e mal definida noção de “sexualidade normal” (aparentemente, outro conceito usado pela primeira vez por Kertbeny” Weeks (2000, p.44). Antes da separação entre heterossexualidade e homossexualidade o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo biológico era considerado como uma ação própria da sodomia ou uma forma não positiva do ato sexual.

Neste Capítulo, apresentei a noção de sexualidade por diferentes proposições teóricas: 1) A sexualidade pela repressão conforme a perspectiva freudiana; 2) A sexualidade como objeto manipulável pelo poder, conforme o dispositivo da sexualidade foucaultiano e 3) A sexualidade como objeto de aprendizado como propõe Simon e Gagnon (1986). Os três autores e suas conjecturas são utilizados para argumentações acerca do entrelace entre os contratos, quanto à sexualidade. Em uma leitura patriarcal, a sexualidade aparece como adoecida, tomada por inteiro na psique dos indivíduos que sucumbem a neurose, uma sexualidade repressora (FREUD, 1996a;1996d). Essa condição pode ser vista no complexo de Édipo freudiano ou na forma de atribuir significado a sexualidade através do ‘Eros adoecido’, ou seja, da sexualidade sob as interdições para os propósitos da ‘civilização’ que sempre causa mal estar conforme supôs Freud (1996a). Suponho que a sexualidade pensada dessa maneira englobaria a vontade e interesse de ‘indivíduos contratantes’, uma ideia de sexualidade operada pelo conflito do ego com o superego: o conflito suposto pela predominância do ideal patriarcalista na relação familiar e perante a sociedade como um todo. Minha sugestão é que a sexualidade aos olhos de Freud (1996d;1996e) pode ser um exemplo mais completo da sexualidade cancelada pelos contratos.

Há uma diferença relevante entre a sexualidade advinda do contrato social freudiano, fundamentado na visão individualista do contrato social ou dos clássicos contratualistas e há uma diferença fundamental entre a proposta do dispositivo da sexualidade de Foucault (1988a). De fato, a teoria dos roteiros de Simon e Gagnon (1986) antecedeu a *História da Sexualidade* de Foucault (1988a;1988b;1998c), conforme argumenta Joas (2006). As proposições desses autores diferem quanto ao método e aos objetivos utilizados para expor suas hipóteses acerca da sexualidade. O período e os contextos históricos em que as teorias acerca da sexualidade foram constituídas atestam o caráter sócio-político dessas construções.

Simon e Gagnon (1986) e Gagnon (2006) supõem que a sexualidade requer uma aprendizagem, guiada por roteiros. As pessoas aprendem sobre sexualidade através de heranças históricas, modos de agir, maneira de comporta-se socialmente, todas carregadas de experiências boas e ruins. Diz-nos Gagnon (2006, p.46), que os roteiros constroem a sexualidade. Mas “a sexualidade não é uma função exemplar, muito menos um fenômeno universal que tenha práticas idênticas em todas as épocas históricas e espaços culturais”

Se considerarmos a sexualidade como um instrumento instituído e constantemente modelado pela perspectiva das relações de poder, a sexualidade vai revelar por ela mesma as

interdições e prescrições que historicamente atingem os sujeitos. Um instrumento que institui a lei pelo interesse de uma subjetivação manipulada, ou um meio em que os sujeitos são esvaziados de uma consciência de si quanto à sexualidade. Laquer (2001) também refere à sexualidade como produzida pela história, com destaque para os séculos II e III, em que a medicina potencializa forte atenção ao corpo; do sexo único e dos sexos masculino e feminino, como instrumento de diferenciação que visou dar sentido aos interesses do antigo regime e da era moderna. A sexualidade assim apresentada é um fenômeno histórico e socialmente instituído. Suplanta a condição dos corpos ou não está submetida às diferenças que nestes aparecem, sejam femininas ou masculinas, as sexualidades submetem os corpos.

As representações sociais sobre a sexualidade e as experiências das famílias Sigma, Delta e Gama devem ser postas em conjunto na maneira como estas famílias revelam elementos sobre as instâncias da sexualidade em suas diferentes apresentações na cena familiar.

As representações das famílias Sigma, Delta e Gama, fornecem elementos para articulações acerca do entrelace entre os contratos, mas não podem afirmar as sexualidades no entrelace dos contratos. Meu propósito foi destacar como as famílias dão significado às sexualidades. Pela linguagem dos roteiros sexuais, as famílias apresentam a sexualidade por cenários diversos. As relações sexuais acontecem em espaços múltiplos como eventos públicos; estacionamentos, etc., como referem às famílias Sigma e Gama. As fantasias sexuais aparecem como ligadas ao prazer e as vivências do corpo. Este tem um 'status' de beleza e faz a sexualidade aparecer como estética. Embora tragam as assimetrias quanto às diferenças entre os sexos, referem práticas diversas quanto aos prazeres sexuais. Em lugar 'oportuno' não há regras morais, o corpo aparece como todo sexuado. A vida sexual dessas famílias teve início entre os quinze anos para os homens e dezessete anos para as mulheres. Idades próximas da iniciação sexual dos jovens que moram na cidade de Salvador, conforme Castro, Abramovay e Silva (2004); e Heilborn et al (2006). O período entre o primeiro encontro ou namoro e as primeiras relações sexuais não apresentam diferenciações. As experiências sexuais são iniciadas por um forte interesse sexual, mas não motivados por uma intenção direta de continuo relacionamento. Os encontros iniciais foram ocasionais sem uma relevância marcada nas representações e discursos.

As famílias Sigma, Delta e Gama apresentam uma ausência de diálogo quanto à sexualidade em suas famílias de origem, e indicam essa mesma conduta em suas famílias

constituídas. Saber sobre sexualidade está fora do espaço familiar: os amigos, a mídia, os filmes pornográficos, as experiências dos amigos e amigas são meios para conhecer o que ‘se faz’ no sexo e da sexualidade. As experiências que envolvem a sexualidade estão no plano da individualização. Há um sentimento de solidão ou ausência de pessoas de confiança, para dúvidas ou anseios quanto às questões que envolvem sexualidade. Há uma ambivalência entre valores tradicionais, uma indicação de forte valorização do casamento, mesclada com condutas mais liberais quanto à sexualidade e relacionamentos sexuais com diferentes parceiros e parceiras.

Em pesquisa de âmbito internacional, Policarpo (2011, p.07)⁸³ apresenta “um *modelo empírico de experiência sexual*, que destaca processos de individualização que influenciam a construção de uma experiência sexual plural”. Conforme a autora que essa experiência é fundamental para que os processos individualizados sejam constituídos. Ou seja, ‘a experiência sexual’ resulta da ação do indivíduo com outros, está vinculada a ações e condutas marcadas pelo sexo, ou de processos que dão significado a ideia de sexualidade.

No Brasil, Heilborn et al (2006), ressaltam que o vínculo de homens e mulheres com a sexualidade se diferenciam em função das condições econômicas que possuem. Para rapazes e moças de camadas populares a sexualidade está mais associada as ‘necessidades sexuais’ menos passíveis de controlar: “a ideia de que a sexualidade é incontrolável é mais difundida no meio popular, rapazes e moças de camadas populares apresentam semelhanças nas atitudes sobre a sexualidade” (HEILBORN et al, 2006, p. 265). No segmento social médio “há uma prática pouco espontaneísta e pouco reflexiva da sexualidade” (p.205). Prevaecem a falta de diálogo e estereótipos de gênero como elementos fortemente presentes na convivência entre rapazes e moças.

A ênfase dada pela teoria do contrato, e o contrato sexual de Pateman (1993) me permite conjecturar que o entrelace entre o contrato social com o sexual, formata sexualidades e as envolvem por via dos vínculos, incita uma ideia de participação ou uma proposição que sugere a quem dele participa um envolvimento. Não é algo puramente imposto ou prática esvaziada de consciência de si como aparece na política dos dispositivos da *História da Sexualidade* foucaultiana. Minha sugestão é que o entrelace do contrato social com o sexual é mais engenhoso, se faz permeável porque é sustentado por uma ideia de acordo, mesmo que

⁸³ Tese de doutorado sobre indivíduo e sexualidade realizada em Portugal.

esse acordo incorpore subordinações. É minha sugestão que as relações regidas pelo entrelace dos contratos social e sexual se referem a atos que parecem subsumir as interdições, porque estas se misturam aos afetos. Os contratos se fazem pela ambivalência dos sentimentos, que costumam as relações sexuais. Os afetos sustentam o caráter ‘nobre da sexualidade procriativa’, do cuidado dos filhos, da garantia à vida. Não é por acaso que “a legislação e o Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões do patriarcado moderno.” (PATEMAN, 1993, p.34). No entrelace dos contratos, o que se destaca é muito menos uma contenção sexual ou fronteira entre o proibido e permitido e mais políticas ou formas de organização social, que envolve ‘indivíduos contratantes’ e não contratantes. Estes se misturam como partícipes de uma política que faz parecer toda ação social como forma de cuidado e proteção.

Aqui destaquei algumas formas de apresentar a ideia de sexualidade: as sexualidades pelo conhecimento científico e as sexualidades pelo senso comum. São duas dimensões sobre sexualidades. Em concepções teorizadas as sexualidades estão sob o entrelace do contrato social com o sexual. Suponho que há sexualidades enredadas pelo entrelace dos contratos que realizam o manejo de entrada e saída desse entrelace. Parece não haver uma completa condição em que os indivíduos sociais estejam desvinculados do entrelace, enquanto o ideal de ‘indivíduos contratantes’ regerem modos de convivência sociais.

Nas representações e histórias de vida das famílias participantes Sigma, Delta e Gama, as sexualidades podem ser compreendidas em um complexo jogo de ambivalência dos afetos. O entrelace do contrato social com o sexual como ferramenta teórica pode ampliar o entendimento de conflitos e tensões que aparecem nas representações dessas famílias.

4.5 Famílias como categorias realizadas

De acordo com Pateman (1993) o casamento em estruturas patriarcais pode ser aclarado através das concepções de Rousseau (1996;1984) e Freud (1996a;1996e):

De acordo com Rousseau e Freud, as mulheres são incapazes de superar suas paixões sexuais, os vínculos particulares e de voltar sua razão para as exigências de ordem universal e do bem público. As mulheres, portanto, não podem tomar parte no contrato original. Elas estão privadas daquilo que é necessário para criar e depois manter a proteção (conforme Hobbes aponta) garantida pelo Estado e pela legislação aos indivíduos civis. Somente os “indivíduos” podem fazer contratos e manter os termos do contrato original. As mulheres são “o contrário” da legislação civil; elas representam tudo o que os homens têm que dominar para que possam dar origem à sociedade civil (PATEMAN, 1993, pp.152/153).

Neste excerto a autora destaca a misoginia por parte de Rousseau (1996;1984) e os pressupostos freudianos acerca das mulheres.

Da família do ‘estado natural’ de Rousseau (1996) para as famílias contemporâneas a passagem aqui sugerida foi realizada por Freud (1996d;1996e). De acordo com as proposições críticas de Pateman, suspeito que o teórico clássico contratualista fosse fonte de inspiração para a teoria freudiana apresentar uma das formas mais complexas de revelar a família através do mito da horda primitiva. No início deste Capítulo, demonstrei que Freud (1996d;1996e) apresenta uma ideia de família natural e contratual. A família pela teoria freudiana se constitui por uma ideia de sexualidade tornada “*mal estar*”, ou seja, pela forma como a teoria freudiana inscreveu a família no social. Conforme o autor:

Pode-se supor que a formação de família deveu-se ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspede que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por longo tempo, mas que, pelo contrário, se alojou como inquilino permanente. Quando isso aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto de si, ou, em termos mais gerais, seus objetivos sexuais, a seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer com o macho mais forte. Na família primitiva, falta ainda uma característica essencial da civilização. A vontade arbitrária de seu chefe, o pai, era irrestrita. Em Totem e Tabu tentei demonstrar o caminho que vai dessa família à etapa subsequente, a da vida comunal, sob a forma de grupos de irmãos (FREUD, 1996d, pp. 105/106).

Com o mito da *horda primeva* suponho que Freud (1996e) confirma as conjecturas de Rousseau (1996). A família como a primeira sociedade e a mais natural. A estratégia adotada por Freud (1996d;1996e) levou a três caminhos: inscrever a família na condição individual; eleger o masculino como o sexo de dominação e controle familiar; reafirmar a mulher

vinculada à reprodução e eliminar da condição normativa as relações de indivíduos do mesmo sexo. Objetivo que também aparece nos teóricos clássicos das teorias do contrato social ao

Roudinesco (2003, p.45) argumenta sobre o destino dado por Freud a família “se a família é para Freud uma das grandes coletividades humanas da civilização, ela não pode se distanciar do estado anormal a não ser afirmando a primazia da razão sobre o afeto, e da lei do pai sobre a natureza”. O que é posto como natureza e cultura está sob o domínio do pai. No plano mítico a natureza é representada pela inevitável derrubada do pai narcísico dominante da *horda primeva*, que cede lugar a eterna presença do pai Lei como autoridade psíquica na convivência real. Conforme Roudinesco:

Freud cria uma estrutura psíquica do parentesco que inscreve o desejo sexual – isto é, a libido ou Eros - no cerne da dupla lei da aliança e da filiação. Priva assim a vida orgânica de seu monopólio sobre a atividade psíquica, e diferencia o desejo sexual, expresso pela fala, das práticas carnis da sexualidade [...] embora conferindo ao desejo um novo status, faz da família uma necessidade da civilização (ROUDINESCO, 2003, p. 90).

No plano não mítico, é a queda do poder do pai na era moderna, e a conquista do contrato social representado pelo indivíduo que a teoria freudiana indica apresentar. Freud (1996e) não pôde negar a força do contrato social e afirmou a força do indivíduo através do pai domesticado, o pai que será autoridade no ambiente da família moderna, para que dessa forma, o pai pela razão sempre esteja presente pelo *superego* do filho. Na teoria freudiana é pelo superego, hipótese constituída através da internalização do pai, que o indivíduo adulto constitui sua organização mental. Com isso, não se pode deixar de considerar a inscrição do desejo sexual ou a libido que torna a família freudiana, o pequeno grupo mais civilizado da era moderna. Destarte as conjecturas misóginas que Freud (1996a;1996d;1996e;1996g) indica ter se amparado, a ambivalência do afeto é que marca as relações nas famílias. Aí está a inscrição de maior acerto da teoria freudiana (ELIAS, 2010). O problema consiste no lugar ou no destino que Freud alojou a família.

Foucault (2010;1988a) uns dos maiores críticos da psicanálise freudiana, apresenta a família tal como Freud (1996e) a utiliza em suas suposições. A família é o instrumento “permutador da sexualidade coma aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (FOUCAULT, 1988a, p.119). Sem ter a família como objeto fundamental de estudo conforme bem destaca Menezes (2005), Foucault traz a família

como realizadora da passagem do que ele nomeou de dispositivo da aliança para o dispositivo da sexualidade. Foucault (1988a, p.120) escreve que: “Não se deve entender a família, em sua forma contemporânea, como uma estrutura social, econômica e política de aliança, que exclua a sexualidade ou pelo menos a refreie”. O autor aponta a família como um instrumento que utiliza a aliança para garantir uma sexualidade não homogênea aos seus privilégios. Dizendo de outra forma, a sexualidade é apresentada por dispositivo com normas e prescrições para dizer o destino do sexo, fazendo-o parecer não homogêneo, mas ao mesmo tempo, utilizando-o para afirmar os propósitos da sexualidade reprodutiva, uma espécie de duplo jogo, que o autor atribui a uma estratégia de poder que antes da modernidade era ignorada.

Ressaltei que a família escolhida para acusação foi à moderna família burguesa, por fazer do sexo seu objeto de maior valor. Em tornar o sexo uma condição de controle dos corpos, tomá-los como repositório de prática manipulativa. Pela sugestão de Foucault (1988a) a família contemporânea não escapou a estes propósitos e se fez herdeira pela contenção do corpo da mulher, pela vigília ao corpo da criança e pela marginalização do corpo e da sexualidade não inscritos na ‘sexualidade procriativa’. Argumentos que fornecem elementos para pensar a família no entrelace dos contratos.

Sob a perspectiva de um historiador estadunidense, Poster (1999), conforme sua *Teoria Crítica da Família*, a psicanálise freudiana reconhece a historicidade da família burguesa embora não aprofunde o significado desse reconhecimento para a sua psicologia de grupo. O autor argumenta que Freud sabia que muito antes da formação da ligação entre o amor romântico e a monogamia, antes da família nuclear, as famílias alargadas e estruturas de parentesco, eram dominantes e estas foram integradas em estruturas sociais maiores. Conforme Poster (1999, p.58) “O próprio Freud faz tudo que pode para esconder a importância dessas mudanças históricas. Ele limita a psicologia de grupos de comportamento regressivo e não-intelectual, preservando, assim, o conceito burguês do indivíduo”.

De acordo com a antropóloga brasileira Fonseca (2010), a família, como assunto de análise, tem gozado de pouca popularidade entre os cientistas sociais nas últimas décadas. E escreve: “É como se o material sobre as relações familiares emergisse apesar dos analistas. Aliás, não só os brasileiros sentem desconforto com a “família”. A família não tem sido um tema de relevância ou pelo contrário é vista como de relevância fundamental quando o objetivo é aprofundar as questões do eu e da ideia de identidade, voltada para a realização do

indivíduo. Esses interesses se revelam nas sociedades do Ocidente conforme Singly (2007) argumenta em *Sociologia da Família Contemporânea*.

Por outro lado, Scott Parry (2011) destaca que na contemporaneidade família tem sido a temática mais utilizada para afirmar concepções tradicionais: respaldar a pertença da propriedade e dos bens, das religiões diversas; do Estado, dos governos para legitimar suas costuras políticas; da mulher/mãe atada à maternidade submissa, entre outros, etc. E escreve: “De outro lado, têm-se evocado para se contrapor a processos de exploração e subordinação de indivíduos diante do Estado, e de outro, para se contrapor a entidades, organizações e campos simbólicos instituídos acerca da família” (SCOTT, Parry, 2011, p.86).

Em um pequeno texto escrito por Bourdieu (1993) a família como significado e as palavras que a define, são postos em debate. *A família como categoria realizada*, (Bourdieu (1993) pode ser lida como uma proposta do autor de questionar o caráter natural que é dado à família. Uma observação do autor refere sobre um conjunto de palavras que visa dar significado a família: “casa, unidade familiar, lar”. O autor reconhece que isso seria resumir a família por classes de palavras e esses significados fazem mais que reunir elementos distintos, eles fazem parecer que a ideia de família é real, dotada de uma realidade que atinge a todos:

Isto dito, se é verdade que a família é apenas uma palavra, é verdade também que se trata de uma *palavra de ordem*, ou melhor, de uma *categoria*, um princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Podemos, sem contradição, dizer tanto que as realidades sociais são ficções sociais sem outro fundamento que a construção social quanto que elas existem realmente na medida em que são coletivamente reconhecidas. (BOURDIEU, 1993, p.02).

O que chama a atenção é a possibilidade da família ser uma prescrição, uma classificação de atos, que pelo *habitus*⁸⁴ se faz parecer natural’, ou seja, se repete de tal maneira que traz uma constância e certeza de fenômeno comum. São ficções sociais que

⁸⁴Bourdieu fez modificações ao conceito aristotélico-tomista de *habitus* para elaborar uma filosofia disposicional da ação como propulsora dos socialmente constituídos e individualmente incorporados “esquemas de percepção e apreciação. O autor instituiu uma nova estratégia de análise do *campo*, designando espaços relativamente autônomos de forças objetivas e lutas padronizadas sobre formas específicas de autoridade, para dar força à estática e reificada noção de estrutura e dotá-la de dinamismo histórico. O autor segue a tradição de Saussure e de Lévi-Strauss, ao aceitar a existência de estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes. Mas difere ao sustentar que tais estruturas são produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação. “Que as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente” (Bourdieu, 1987p.147). O estruturalismo de Bourdieu se volta para uma função crítica, a do desvelamento da articulação do social.

precisam ser confirmadas a cada nascimento, a cada mudança instituída por si mesma. “Essa construção arbitrária parece se situar do lado da natureza, do natural e do universal” (BOURDIEU, 1993, p.02). Sua naturalidade está sempre em relação com as mudanças que lhe são inerentes. Essas mudanças são interpretadas como um desafio a conservação das prescrições criadas que também são fortalecidas e ajustadas em cada ciclo de mudança.

A afirmação das prescrições normativas na família torna-se uma invariante que deixa de ser percebida como construção e passa a pertencer a um status unívoco naquilo que pretende como universal. Dessa maneira, a reunião de elementos e formas de convivência que é chamada de família deixa-se aparentar menos por uma construção e mais por uma valoração de realidade. Sua realidade está sempre ligada a um ciclo infinito de adaptações, readaptações, de ajustes, de incorporação de modos novos frente à recusa do velho ou das descobertas de melhor condição de convivência. Bourdieu escreve que a família se fundamenta por um esforço conjunto:

É um princípio de visão e de divisão comum, um *nomos*, que todos temos no espírito porque nos foi inculcado através do trabalho de socialização operado em um universo que foi, ele próprio, realmente organizado segundo a divisão em famílias. Este princípio de construção é um dos elementos constitutivos de nosso *habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todos os cérebros socializados de uma certa forma, é ao mesmo tempo individual e coletivo; é uma lei tácita (*nomos*) da percepção e da prática que está no fundamento do consenso sobre o sentido do mundo social (e da palavra família em particular), no fundamento do *senso comum* (BOURDIEU, 1993, p.08).

Os modos de convivência do senso comum, suas aceitações tácitas, seus mitos, suas fantasias, suas percepções, suas certezas espontâneas fortalecem a consolidação daquilo que elas constituem e que estão inscritas nas ações objetivas do todo coletivo, mediante as normas das organizações sociais, como na subjetivação das estruturas mentais (BOURDIEU, 1993).

O autor rejeita a ideia de que o fenômeno social é unicamente produto das ações individuais, e que a lógica dessas ações devem ser procurada na racionalidade dos indivíduos. As novas formas das ligações familiares que estão presentes na contemporaneidade podem ser um fato irrefutável que a ideia de família, que quase sempre aparece como natural, porque ela se apresenta com evidências de serem sempre da mesma forma, é uma invenção recente como mostraram os trabalhos de Ariès (2006) Sennett (1999) sobre a gênese do privado ou de Shorter (2001) sobre a invenção do sentimento familiar. E pode se revelar com um rápido desaparecimento.

Como categoria realizada o significado de família aparece através de realidades distintas como experiência particular de cada família, através de suas representações, da análise das representações que as pessoas dão a família, como escreve Bourdieu (1993, p.04) “Mas se admitimos que a família não fosse uma palavra, trata-se de analisar as representações que as pessoas fazem do que elas designam por família, desta espécie de “família de palavras”, ou melhor, de papel, no singular e no plural”. A família pode ser inscrita como categoria social objetiva e subjetiva. Sendo composta de representações e de ações, de rituais como o casamento, o nascimento de filhos, recasamentos, etc. Se apresenta em movimentos circulares de reprodução, convivências e se faz perene através da herança de hábitos, dos costumes e objetivamente pelo nome, tornando-a transcendental. Mas nada é menos objetivo e nada é menos estático que a família. Sua própria forma é em essência variante, instável e só pode se tornar real porque é ajustada, modelada, e quando assim o faz, de maneira real ou fantasiosa, não consegue escapar da evidência de seu caráter inventivo como na suposição freudiana da ‘horda primitiva’ e do tabu do incesto em que Freud (1996d) apresenta uma complexa amostra de um caráter inventivo da família.

Em uma coletânea brasileira sobre *Famílias, laços e políticas públicas*, chamou-me a atenção um pequeno texto escrito pela antropóloga brasileira Sarti (2008) que sugere a família como uma ideia marcada por símbolos que se realiza num discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial e escreve: “cada família constrói sua própria história, ou o seu próprio mito entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida” (SARTI, 2008, p. 27). E ainda acrescenta “é uma forma de pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não antecipe a sua própria realidade” (SARTI, 2008, p. 27).

É sabido que os trabalhos da antropóloga estão voltados para as famílias de segmento social não privilegiado, mas não impede que se faça uma reflexão sobre a pluralidade familiar, sobre a diversidade que é própria da instituição familiar, seu caráter universal e ao mesmo tempo muito particular. Suponho que a ideia da antropóloga brasileira esteja bem próxima da sugestão de Bourdieu (1993), sobre *A Família como categoria realizada*, trazendo a ideia de famílias para a relevância fundamental que as famílias reais no plano do empírico constituem em suas práticas. Condição que nos permite tirar a família de um conceito estático, pensar em famílias inscritas em realidades que estão sempre em referência ao lugar social que

cada família ocupa. Permite ainda, tomar a sociedade e a cultura como uma parte do que é constituído como realidade familiar. Os referentes sociais mostram a trajetória do que é culturalmente aceito e interditado conforme Gagnon (2006). As prescrições normativas sociais são dirigidas para todas as famílias de maneira homogênea e não as diferenciam umas das outras. O padrão do que é ser uma família aceita pela cultura segue os valores ou o valor que é dado aos componentes da estrutura de parentesco: pai, mãe, filhos avó, avô, tios, netos, etc. As famílias devem se tornar todas parecidas quanto aos interditos sociais e as normas institucionais e morais da sociedade. Mas de fato, elas se apresentam sempre diferentes.

Uma tentativa que aqui proponho é trazer as famílias para dizer sobre si próprias, do que assumem como família; do significado que atribuem a este construto. Não pretendo com isso afirmar uma definição de família. Convoco uma reflexão acerca do seu caráter afetivo, das suas diferenças, do seu saber relacional, nem por isso qualificado ou fora de valor. Pretendo descrever como se estabelecem as relações de interdependência entre a ideia de indivíduo, sexualidades e famílias na contemporaneidade.

Destaco o caráter afetivo que envolve as famílias, os vínculos e os laços que criam e desfazem, através das representações apresentadas pelas famílias Sigma, Delta e Gama.

Para a família Sigma o significado de família é “tudo na vida. É um berço de formação, é base, é refúgio” conforme Antenor. Tereza refere que mesmo com problema e muitas brigas, não fazia sentido desistir. Ela indica casamento e família como uma só coisa e afirma o caráter mais aparente dessa família que é a ideia de força:

Família é tudo, em momento algum não teve a questão de não querer me casar. Eu tive muitos motivos para me separar. Eu me casei para ter uma família, tive muitos problemas, muito sofrimento, mas eu pensei, eu não vou desistir. Eu vi outros problemas com outras famílias, eu vou trocar? Eu vou ficar com o meu que já conheço. Família é o sentido da vida, o núcleo de tudo, se você não tem um berço, não tem um pai presente, uma mãe presente não tem uma família (/) eu levei isso para minha vida. Foi quando eu resolvi tomar rédeas e lutar. Se você não tem uma família não tem uma referência (LAURA, 32 anos).

Laura trouxe a ideia de força e valor da família através do discurso:

Na época que eu criança meus pais eram muitos conservadores. Tiveram muitos problemas de casal e problemas de autoridade com a minha irmã mais velha. Na minha infância eu sofri muito, uma coisa muito ruim me aconteceu e eu não contei para ninguém para não trazer mais problemas para a minha família (/). Eu sofri muito, mas seria pior se eu visse a minha família acabar por minha causa. Eu luto pela união dos meus pais. Eles também lutaram muito, procuraram ajuda profissional (/). Eu sempre lutei pela minha família e vale cada esforço (LAURA, 32 anos).

Manuela referiu o significado de família como casamento e se diz muito próxima das ideias dos seus pais. Indica que as convenções ligadas ao casamento são fortes e que pretende segui-las:

Família é base, refúgio, você passa a dar valor quando você cresce e percebe que família é tudo que você tem. Família bem careta com pai, mãe e filhos. Eu digo para o meu namorado não me pede em casamento com uma aliança, eu quero um anel de noivado. Não acho que casamento é uma instituição falida, muito pelo contrário. Eu sou bem careta quero aliança no dedo noivar, casar tudo direitinho (MANUELA, 27 anos).

As representações da família Sigma indicam que todos fazem parte da família pelo laço afetivo. Um tio paterno não faz parte da família, porque foi motivo de discórdias para os pais. A ambivalência afetiva aparece com evidência nessa família. O laço de sangue não é garantia de pertencimento familiar. Nas narrativas sobre as nomeações de parentesco, ser pai aparece como “dom que ‘Deus’ deu a pessoa” conforme Antenor. Ser pai é ser responsável conforme as representações que aparece nas narrativas de todas as mulheres desta família.

Para Tereza ser mãe “É a renúncia pelo ser. É muito da sua vida, é padecer, você vai lutar, vai brigar para proteger seus filhos em todos os sentidos, é o dom da maternidade”.

Para Laura e Manuela, “ser mãe é se doar para alguém”. Ser filha é mais fácil que ser mãe, é o intruso da relação conjugal, conforme os discursos de Manuela e Laura. Antenor e Tereza referiram o significado de filho como obediência. Ser avós é só carinho sem broncas.

Esses significados devem ser postos em comparação com as das representações e significados sobre indivíduo e sexualidades. Conforme Gill (2002, p. 249) “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro”.

Nos Capítulos Três e Quatro, destaquei que para a família Sigma ser indivíduo é ser sozinho ou está em conformidade com as regras sociais; a sexualidade está sob a condição da liberdade do homem e da dificuldade da mulher. Nas representações sobre família, os significados indicam o que é esperado dos pais e dos filhos na contemporaneidade. Mãe e pai estão vinculados às práticas que estes realizam na família em face ao que é tido como melhor realizável perante o social.

O sociólogo francês Singly (2004) em sua obra *O eu, o Casal e a Família*, ressalta que o século XX trouxe uma nova garantia de qualidade dentro da família contemporânea. O casamento tornou-se um caso privado em que a família deve cuidar dos filhos e do

desenvolvimento harmonioso. Essa é uma atribuição que se revela muito complexa de realização. Conforme Singly (2004, p.03): “o que conta dentro das sociedades individualistas do ocidente é o fato que todo indivíduo, pequeno ou grande, viver dentro de um ambiente favorável por desenvolver sua identidade pessoal, por tornar-se um ser singular”. Um bom pai, uma boa mãe, bons parceiros, bons filhos são estes que podem dar uma ajuda personalizada na família, com a missão ideal de oferecer uma atenção a cada um. São condições muito próximas de um ideal individualizado, e indica criar para os indivíduos uma ideia de independência, que reforça a construção de uma ‘identidade de indivíduo’. Singly (2004, p.04) acrescenta que: “O ideal de igualdade de oportunidades princípio central de uma sociedade individualista [...] é concentrado por essa transmissão de herança cultural, pela estratégia e pelo trabalho dos pais de educar os filhos associando a esse objetivo”.

As representações da família Delta indicam uma significação de família voltada para o cuidado, para a família como sustentação: “Família é o que dá alento, dá sustentação, que desafia, independe de laço de sangue, é cuidar”.

Compartilhar é o sentido de família. As representações estão expressas nas narrativas em que o afeto prevalece sobre as relações consanguíneas. Ser mãe é doação; ser mãe é amor incondicional; ser pai é responsabilidade, ser filho é obediência. Os significados de ser avô e avó aparecem como o amor sem limites.

Não faz parte da família os parentes em que os laços foram rompidos ou afeto não constituídos, como indica o discurso de Antônia:

Fazem parte da minha família, minha mãe, meu pai que é meu padrasto (/) meu pai biológico não faz da minha família (/) tenho contato, mas ele não considera como família. As minhas primas sobrinhas dele são minha família, as filhas dele não são, porque com as minhas primas eu tive vínculo. Meus filhos, minha irmãs, minha neta, as filhas do meu atual marido, são a minha família (ANTÔNIA, 54 anos).

Para Augusto: “Fazem parte da minha família hoje, minha mulher atual, os filhos dela, meus filhos, meus netos, a neta da minha mulher atual que ainda não conheço (/) essa é a minha família”.

Maria trouxe o significado de família como afeto: “Faz parte da minha família um monte de gente. Minha mãe meu pai, meu irmão meu padrasto, minha avó, meus primos. Eu sempre sonhei em ter uma família bacana, filho...”.

A família Delta apresenta suas representações sobre família dissociadas das suas representações sobre indivíduo e sexualidades. Ser indivíduo é ser sozinho, indica não haver um cuidado ou apoio mútuo como aparece nas representações sobre o significado de família. Ou seja, parece que há uma idealização no significado de indivíduo e família, ou está, aparece em conformidade com que se espera dela. As representações sobre sexualidade indicam uma condição de liberdade ao mesmo tempo em que suscita temor frente a um julgamento negativo de uma conduta não conservadora.

Para a família Gama, família é união: “Família é união. O que é família? Família é viver com a pessoa que você ama”. Fazem parte os pais, avós e todos os parentes. Ser mãe é ter amor incondicional e não ter um dia sem preocupação; ser pai é ser um modelo, um exemplo. Ser filho é amar os pais, é estar sempre junto dos pais. Ser avós é à base da família com muito amor para dar.

A família aparece como união, afeto. Os conflitos fazem com que os membros dessa família se mostrem mais ligados entre si. Há uma exigência acerca de novos laços. A carreira profissional indica ser mais relevante. Marília e Mario trouxeram em suas representações o valor de instituírem um sentimento de tranquilidade e confiança por parte dos pais frente ao comportamento dos filhos. Mas o valor fundamental é a inserção profissional bem satisfatória e exercer a autonomia. Indica um extremo valor dado ao trabalho uma ideia de família em que a autonomia é a mola mestra. Ser homem, e ser mulher, se apresenta como se fosse uma condição a se realizar (deveriam ser parceiros). A noção de pai e mãe está fortemente relacionada a um ideal.

Marília e Mário indicam o valor de instituírem um sentimento de tranquilidade, uma relação de confiança por parte dos pais frente ao comportamento dos filhos. Contudo, o valor fundamental é a inserção profissional bem satisfatória como sinônimo de autonomia.

Scott Parry (2011) em *Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades*, chama a atenção para o fato da família de classe média apresentar um grande investimento e valorização na ideia de indivíduo. “Há uma “consagração de uma hegemonia que permite que o que é “privado” se torne “público” na base do discurso valorativo do próprio segmento” Escreve Scott (2011, p.56) Parece que a perspectiva do indivíduo como um ser autônomo e solitário, como também suas conquistas, são mesclados nas representações de sucesso e

realização profissional e em uma crença sobre o conhecimento de si mesmo, e do controle daquilo que realizam.

A psicóloga social Sawaia (2008) em um texto que propõe compreender a família pela afetividade⁸⁵ sugere que a família é o lugar de maior valor, e a instituição mais importante para a sociedade brasileira na contemporaneidade. Sua hipótese para justificar esta realidade está na ausência de “modelos de identificação e confiabilidade sociais”. Ou seja, o modelo de Estado a serviço de práticas de mercado, da valorização da busca e consumo de bens materiais e propriedades, do alto investimento para afirmação do indivíduo, parece não ser um modelo de confiança. Esses propósitos trazem como consequência, uma sociedade marcada pela desconfiança e pelo medo do fracasso material. A autora ressalta que esta realidade é construída por uma sociedade em que os indivíduos estão voltados para si mesmos como defesa competitiva.

A família se tornou o único lugar em que os indivíduos podem ser aceitos com suas paixões, e com as conquistas e derrotas de suas ações. “À sociedade atônita, na ausência de lugares com calor, elege-a como o lugar de proteção social e psicológica” (SAWAIA, 2008, p.44). A família torna-se “tudo”, a exemplo do significado referido pela família Sigma. É o motivo de maior valia para fundamentar a vida e o motivo pelo qual cada ação é justificada. A argumentação da autora fornece elementos para minhas conjecturas que suponho a ideia de família na contemporaneidade enredada no entrelace dos contratos social com o sexual. A ambivalência entre os afetos marca as relações e parece instituir uma liga entre os interesses motivados pela razão e as demandas das emoções. O entrelace dos contratos pode ser o resultado quase bem sucedido desta condição.

⁸⁵ O termo compreende o afeto e a afetividade como o meio fundamental pelo qual são constituídas as relações entre as pessoas, entre o social e o psicológico, entre as instâncias da razão e da emoção. A afetividade marca as condições para a convivência mútua e marca a negação dessa convivência quando o afeto perde lugar para a dominação (SAWAIA, 2008).

4.6 Os indivíduos e as sexualidades no vocabulário de parentesco: “*sexo absoluto ou sexo relativo*”?

Fonseca (2010) ressalta que o “parentesco”, como é visto em boa parte dos estudos antropológicos contemporâneos, se distanciou das interpretações clássicas⁸⁶. Nessa perspectiva as antropólogas francesas Alès & Barraud (2001) propõem através dos estudos da antropologia social, uma análise do vocabulário de parentesco destacando como diferentes sociedades abordam a diferenciação dos sexos por este vocabulário. A finalidade dos estudos das autoras é interrogar sobre a maneira que diferentes sociedades instituem e exprimem a diferença entre os sexos. Através do vocabulário de parentesco e as atividades cerimoniais e rituais de grupos sociais, busca-se uma compreensão da relação entre os sexos além do sistema binário que se representa através do homem e da mulher. Há um esforço em evitar a armadilha de uma ‘deificação’ acerca da identidade respectiva que cada um dos dois sexos exerce sempre dentro das relações sociais estabelecidas, aquelas que se referem às regras implícitas seguidas por uma sociedade particular como foi observada por Dumont (1983), as sociedades do Ocidente. O método consiste em analisar de maneira geral o sistema que constituem o vocabulário de parentesco nessas sociedades destacando como do vocabulário de parentesco pode-se modificar uma perspectiva individualista para uma perspectiva relacional. “O objetivo é à busca de um pilar complexo de relação e não uma pluralidade de identidade individual distinta” (ALÈS & BARRAUD, p.28). As autoras se referem à pluralidade que é representada pelas nomeações pai, mãe, filho, filha, irmã, irmão, avó, avô, etc.

Aqui, faz-se necessário uma digressão sobre a concepção lévi-straussiana de estrutura de parentesco.

Em *As Estruturas Elementares de Parentesco*, Lévi-Strauss (1982) traz a aliança como a base de constituição da família pré-moderna, através do sistema de matrimônio, de fixação dos nomes e dos bens. O matrimônio baseado na troca de mulheres, que o autor interpreta como “guerras pacificamente resolvidas [...] E a troca de noivas, é apenas o termo de um processo ininterrupto de dons recíprocos, que realiza a passagem da hostilidade à aliança, da angústia a confiança, do medo à amizade” (LÉVI-STRAUSS, 1982, p.107). O autor não refere sobre a teoria dos contratos, mas segue a teoria estruturalista do *Dom e da Dádiva* de Maus

⁸⁶ A autora cita a obra de Schneider (1984) *A Critique of the Study of Kinship*, que põe em debate a visão etnocêntrica de modelos de análise antropológica. Ver em Fonseca (2010).

(2005). A aliança é vista como o propósito do grupo estabelecer laços com outros grupos, proteger a propriedade e iniciar o sistema de parentesco com uma abertura social que possibilita a interação entre diferentes gerações: a família é representada pelas categorias pai, mãe, filho, filha, irmão, irmã, tio, tia, entre outros. Lévi-Strauss (1982, p.530) escreve que: “As regras do parentesco e do casamento não se tornaram necessárias pelo estado da sociedade. É o próprio estado da sociedade, remodelando as relações biológicas e os sentimentos naturais, impondo-lhes tomar posição em estruturas que as implicam”. O autor quer ressaltar que a sociedade criou as condições para instituir a família, e após uma complexa evolução histórica, a família conjugal recebeu reconhecimento jurídico. Prioritariamente não são as preocupações de ordem sexual que levam à família. É a divisão sexual do trabalho que torna o casamento indispensável; a família assenta mais sobre um fundamento social que natural. Aqui podemos atribuir uma forte aproximação com os pressupostos das teorias do contato social, e do contrato sexual contraposto a essas teorias.

Lévi-Strauss (1982) através da sua teoria do parentesco revela uma postura claramente contratualista sobre a família levando à noção de modelo, resalta Roudinesco (2003) Nessa perspectiva, descreve três tipos de nomeações familiares: a consanguinidade entre irmão e irmã; a aliança, entre marido e mulher, e a relação de filiação mãe, pai e filho. Lévi-Strauss (1982) refere família como um sistema que foi instituído após os grupos realizarem trocas entre si, sendo a proibição do incesto uma regra reguladora do intercâmbio do grupo, formando alianças entre indivíduos de sexos opostos. O casamento é um dos aspectos da troca entre grupos humanos que podem contrair aliança em função da regra da exogamia. “As análises antropológicas ocupam-se, sobretudo, da descrição horizontal, estrutural ou comparativa das alianças” (ROUDINESCO, 2003, p.14).

A estrutura de parentesco utilizada pelas autoras Alès & Barraud (2001) é a mesma apresentada pela antropologia estruturalista dos estudos de Lévi-Strauss (1982). Mas as autoras questionam à maneira como foram formadas as estruturas, com destaque para as assimetrias de gênero. As autoras consideram que se pode perfeitamente passar no nível de uma só descrição etnográfica e construir uma antropologia comparativa sem fazer ou sem saltar de uma grande teoria de parentesco substituindo sua própria hipótese especulativa da descrição. Ou seja, utilizando as categorias pai, mãe filho, filha, avô, avó, etc., como objeto de análise. Esse caminho apresenta o conceito de uma ‘intertradução’ entre as sociedades conforme resalta Théry (2010), que vê nessa proposta, uma alternativa frente aos conflitos

ligados a distinção de sexo. Para autora conceitos utilizados tradicionalmente pelo estudo do parentesco tem contribuído para pôr em debate conceitos e terminologia de parentesco com o objetivo de pôr em relevo a distinção de sexo e fazer perceber grandes modalidades da relação sexuada. “O sexo oposto, o mesmo sexo e o sexo diferenciado. São estes, objeto de uma crítica maior que tem sido feita a teoria estruturalista do parentesco, questionando a hipótese de uma sistema fechado por sua lógica interna” (THÉRY, 2010, p.306).

Ao propor uma nova interpretação para o vocabulário de parentesco, Alès & Barraud (2001) tem por finalidade inverter a perspectiva e iluminar o estudo das sociedades do Ocidente pelos pontos de vista de outras sociedades, que não instituem a ideia de indivíduo como valor. Elas examinaram como essas sociedades estabelecem a distinção de sexo. O estudo baseou-se na análise de sociedades específicas⁸⁷, acerca dos rituais, representações e do vocabulário de parentesco. Estes são interpretados pelas relações familiares formadas por afeto, afinidade, conforme ressaltam as autoras:

Vocabulário de parentesco nas sociedades ocidentais, é um conjunto finito de palavras expressando as categorias pai, mãe, filho, filha, avô, avó, tio, tia, neto, neta, primo, etc. Este vocabulário pode ser analisado para isolar uma série de critérios ou distinções, e por não serem sempre os mesmos, em outras sociedades. As relações são organizadas em um sistema significativo para cada sociedade em particular, em termos de relações sociais (ALÈS & BARRAUD, pp.40/41).

O objetivo é destacar que o vocabulário de parentesco é um corolário da família, uma proposição advinda das relações de convivências de um pequeno grupo de pessoas sem inscrição ontológica natural. E que a relação de parentesco é um modo de pertencer e realizar a condição familiar; definir como um conjunto finito de categorias visa exprimir as relações entre as pessoas. São diferentes categorias definindo a relação de todos os membros da família acerca da organização das relações sociais. Em sociedades com os Yanomâmis na Venezuela, as categorias de parentesco se referem as distinções por, geração, gênero de afinidade (parentes por casamento) colateralidade, idade relativa, etc. A diferença que é atribuída aos sexos e suas nomeações como homem e mulher emolduram às referências que incluem a

⁸⁷Foram estudadas sociedades na América do Sul, com o estudo dos Yanomâmis na Venezuela. Outras sociedades na Melanésia, Indonésia e Austrália. Os estudos ressaltam ‘a partilha entre homens e mulheres’, segundo o valor simbólico da “lei do homem”, o primeiro conhecimento ritual e “a lei das mulheres,”(os mitos, rituais, comportamentos e regras de parentesco, gênero específico). E estudos em representações de masculinidade e feminilidade em relações heterossexuais e homossexuais no México. Ver em ALÈS & BARRAUD, 2001.

condição familiar. Nas análises do vocabulário de parentesco as autoras definem três formas em que se manifestam as distinções de sexo: sexo relativo, sexo absoluto, sexo indiferente (ALÈS & BARRAUD, 2001). Essas nomeações se referem ao modo como se dá o relacionamento entre os membros familiares.

Um relacionamento será considerado como "*sexo absoluto*" quando utilizado para identificar o pai, uma pessoa do sexo masculino, ou *mãe* que representa uma pessoa do sexo feminino. Esse termo é "*sexo absoluto*" por referir-se sempre a bicaracterização homem-mulher. É empregado quando refere-se a um parente de um só, e mesmo sexo: quando um filho se refere ao pai, quando uma filha se refere a mãe e quando mãe e pai se referem. Esse termo é próprio do vocabulário de parentesco em nossa sociedade, que aqui suponho se aproxima do ideal de indivíduo ou do "indivíduo contratante" das teorias do contato social. Ou de uma visão muito individualizada das relações de convivência.

O termo *sexo relativo* independe do conhecimento do sexo de quem fala ou a pessoa em referência relativa. A distinção entre "*sexo relativo*" pode assumir duas formas: pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. No primeiro, um termo como "irmão" pode ser utilizado se um homem se refere a outro homem. E palavra "irmã" se é uma mulher que se refere à outra mulher. O mesmo termo irmão pode ser usado se uma mulher se refere a um homem. Em ambos os casos, as palavras usadas de acordo com o sexo marcam a distinção de sexo, sem especificar diretamente o sexo da pessoa nomeada. O termo *sexo relativo* é empregado quando a determinação do sexo independe de saber qual é o sexo da pessoa a que se refere.

O termo *sexo indiferente* é referido quando não há nenhuma indicação do sexo da pessoa designada, por exemplo: *as crianças, os avós*, essas nomeações não trazem nenhuma especificidade quanto ao sexo. Esses termos podem ser aclarados em comparação com outras sociedades e suas diferentes configurações, a exemplo do estudo com famílias melanésias realizados por Coppet (2001).

4.6.1A família sem a dualidade dos sexos: a saída para o entrelace dos contratos?

Em conformidade com Alès & Barraud (2001), Coppet (2001) ressalta que as sociedades do Ocidente, tratam da distinção de sexo pelo vocabulário de parentesco. Conforme bem argumenta Coppet (2001) o vocabulário de parentesco é o sistema mais complexo das relações sociais em nome dos quais figuram estas que a antropologia chama de rituais, crenças, costumes. E nós tomamos em medida de melhor compreender uma ordem da ligação social. O autor realizou um estudo com famílias na Melanésia, no sentido de clarear as diferenças entre as sociedades do Ocidente e esta sociedade. Entre os melanésios, a distinção entre mulher e homem aparece apenas na consanguinidade, e a geração descendente é nomeada por crianças. Estão ligadas à mulher, todas as crianças que tenham uma ligação por consanguinidade ou afinidade. O termo *Ego* é utilizado para se referir ao que chamamos de masculino e feminino. O termo *Wari* é utilizado para se referir aos parentes ascendentes. O estudo visa destacar que o termo *sexo relativo*, é predominante nessa sociedade.

No vocabulário de parentesco da sociedade melanésia aparece um sistema sociocósmico em que há interdependência de diferentes regras a cumprir, há uma lógica de conjunto que se formam entre eles mesmos. Uma mulher não considera seus descendentes pelo *sexo absoluto*. O vocabulário de parentesco tem a vantagem de exprimir, para a sociedade melanésia um corpo de dados de uma grande coerência interna que combina uma modalidade de distinção de sexo, com outras grandes distinções de parentesco como a geração, a idade relativa, a filiação em comum, a consanguinidade, a afinidade, a colateralidade conforme Alès & Barraud (2001) e Coppet (2001). A coerência se estende ao domínio interno do parentesco e compreende as relações conjugais. O objetivo é trazer o vocabulário de parentesco que segue uma ordenação situada além das relações entre os indivíduos, como os termos *Ego e Wari*. Estes apresentam uma interação que atesta continuamente o caráter relacional do parentesco. Referem-se ao *sexo relativo*, ou seja, não há uma discriminação do sexo para estas nomeações, nem uma particularidade individualista.

Em contraste, o vocabulário de parentesco das sociedades do Ocidente apresenta em sua maioria categorias que se referem ao *sexo absoluto*, ou seja, de forma não relacional como se pode constatar com os termos, avô, avó, pai, mãe, filho, filha, tio, tia, padrasto, madrasta. Estas categorias indicam que o recurso em maioria aos termos de “*sexo absoluto*” faz que a relação de parentesco seja especificada como posição individual recíproca. Esse vocabulário de parentesco apresenta também em minoria categorias do *sexo relativo* que se

refere a nomeações auto-recíprocas: cônjuge (esposa, esposo), denota uma relação de casamento; gêmeos denotam uma relação de irmandade diferenciada; primos que denotam uma relação colateral mais ou menos longe. Essas nomeações não priorizam uma posição individual, mas antes uma relação. “As categorias do *sexo relativo* qualificam com uma só e mesma palavra os dois lados da relação, como por exemplo, a palavra cônjuge [...] que informa duas posições diferentes, mas sempre sem relação entre si” (COPPET, 2001, p.374). As categorias do “*sexo relativo*” têm um conteúdo relacional forte porque engloba duas posições diferentes. Pode-se supor uma maior capacidade de exprimir uma priorização, ou seja, ordenar um todo social pela significação do *sexo relativo*, conforme bem argumenta (COPPET, 2001).

Contrapor as categorias do “*sexo absoluto*” com as categorias do *sexo relativo* é questionar a natureza da ligação social dentro das sociedades do Ocidente. Da relação entre a ideia de indivíduo, de sexualidades e famílias. O que está posto não é negar o sexo do referente, mas torná-lo não exclusivo a uma relação bicaracterizada (homem e mulher) que está sempre em plano superior como *sexo absoluto*. Ou seja, uma condição individual que faz parecer uma condição relacional. Ao trazer a ideia de contraposição do *sexo absoluto* com o *sexo relativo*, meu objetivo é evidenciar que a ideia de família a partir de seu vocabulário de parentesco contém os elementos para a partir dele mesmo questionar sua construções de aparente naturalidade. Minha sugestão consiste em tomar a ideia de família e as concepções ligadas a ela, a exemplo do vocabulário de parentesco, como elementos em essência variáveis.

Sexo absoluto ou sexo relativo? Este questionamento pretende ressaltar o que é feito da ideia de família na sociedade ocidental na qual vivemos e chamar a atenção para um ideal individualista que ainda prevalece na contemporaneidade e marca a relação de interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades e famílias. Atesta os tipos de relações que pode-se depreender a partir do vocabulário de parentesco. As categorias do *sexo absoluto* parecem próprias de uma sociedade em que os indivíduos são centrados em si mesmos, conforme os pressupostos das teorias do contrato social. O *sexo absoluto* também pode responder pela ideia de sexualidade tornada individual conforme o esforço freudiano em priorizar o indivíduo a desprezo das questões sociais. As categorias do *sexo absoluto* revelam a assimetria relacional entre os sexos que suponho converge com os elementos do entrelace entre os contratos.

Questionar: *sexo absoluto ou sexo relativo*? É destacar que o conjunto das relações de uma sociedade se compreende e se ativa de acordo com a maneira que essa sociedade se utiliza do sistema de chamada de seu vocabulário de parentesco. Dizendo de outra maneira, o vocabulário de parentesco representa a distinção entre os sexos. Há uma individualização prevalente das nomeações que sempre utilizam as categorias pai, mãe, filho, filha, etc. Esse vocabulário também pode ser instrumento de reflexão acerca da interdependência entre indivíduos-sexualidades-famílias. Com esse propósito destaquei neste Capítulo algumas formas de apresentar a sexualidade: as sexualidades pelo conhecimento científico e as sexualidades pelo senso comum.

Em concepções teorizadas, as sexualidades podem ser compreendidas como um complexo jogo de ambivalência dos afetos. Em uma leitura patriarcal, a sexualidade aparece como adoecida, tomada por inteiro na psique dos indivíduos que sucumbem a neurose, uma sexualidade repressora. (FREUD, 1996d). Essa condição pode ser vista no complexo de Édipo freudiano ou na forma de atribuir significado a sexualidade através do ‘Eros adoecido’, ou seja, da sexualidade sob as interdições para os propósitos da ‘civilização’ que sempre causa ‘*mal estar*’ conforme supôs Freud (1996a). Suponho que a sexualidade pensada dessa maneira englobaria a vontade e interesse de ‘indivíduos contratantes’, uma ideia de sexualidade operada pelo conflito do ego com o superego: o conflito suposto pela predominância do ideal patriarcalista na relação familiar e perante a sociedade como um todo. Minha sugestão é que a sexualidade aos olhos de Freud (1996d;1996e) pode ser um exemplo mais completo da sexualidade chancelada pelos contratos.

Por outro lado, há uma diferença relevante entre a sexualidade advinda do contrato social freudiano, fundamentado nas concepções dos filósofos clássicos contratualistas conforme ressalta Elias (2010) e Rief (1999). E há uma diferença fundamental entre a proposta dos dispositivos de Foucault (1988a) acerca da sexualidade. Se considerarmos a sexualidade como um instrumento instituído e constantemente modelado pela perspectiva das relações de poder, a sexualidade vai revelar por ela mesma, interdições e prescrições. Um instrumento que institui a lei pelo interesse de uma subjetivação manipulada, ou um meio em que os sujeitos são esvaziados de uma consciência de si quanto as suas sexualidades.

A ênfase dada à obra *O Contrato Sexual* de Pateman (1993) em contraposição a alguns elementos das teorias do contrato social, me permite conjecturar que o entrelace entre o contrato social com o sexual, envolve vínculos, incita uma ideia de participação ou uma

proposição que sugere a quem dele participa um envolvimento. Não aparece como prática esvaziada de consciência de si. Minha sugestão é que o entrelace dos contratos é mais engenhoso, se faz permeável porque é sustentado por uma ideia de vínculos, mesmo que o ‘acordo’ incorpore subordinações. É minha sugestão que as relações regidas pelo entrelace dos contratos social e sexual se referem a atos que parecem subsumir as interdições, porque estas se misturam aos afetos. Os contratos se fazem pela ambivalência dos sentimentos, que costuram as relações sexuais. Os afetos sustentam o caráter ‘nobre da sexualidade procriativa’, do cuidado dos filhos, da garantia à vida, da proteção de propriedades. Não é por acaso que “a legislação e o Estado civil, bem como a disciplina (patriarcal), não são duas formas de poder, mas dimensões do patriarcado moderno.” (PATEMAN, 1993, p.34). No entrelace dos contratos, o que se destaca é muito menos uma contenção sexual ou fronteira entre o proibido e permitido e mais políticas ou formas de organização social, que envolve ‘indivíduos contratantes’ e não contratantes. Estes se misturam como partícipes de uma política que faz parecer toda ação social como forma de cuidado e proteção.

Em suas representações a família Sigma apresenta significados que indicam a ideia de indivíduo pelo construto individualista, que nomeio como ‘indivíduo contratante’. As representações sobre sexualidade indicam conter elementos contraditórios: sustentam que a sexualidade é beleza e estética, e também revelam a assimetria na relação sexual, em que o homem aparece como tendo mais liberdade e a mulher enfrenta mais dificuldade nas relações que realizam. Nas representações sociais sobre família esta aparece como ‘tudo’. Um lugar em que o ‘tudo’, é base e refúgio.

As representações da família Delta indicam o significado de família voltada para o cuidado, para a família como sustentação e alento. Compartilhar é o sentido de família. As representações estão expressas nas narrativas em que o afeto prevalece sobre as relações consanguíneas. Por outro lado, essas representações se mostram dissociadas das representações sobre indivíduo e sexualidades. Ser indivíduo é ser sozinho, indica não haver um cuidado ou apoio mútuo como aparece nas representações sobre o significado de família. Ou seja, parece que há uma idealização no significado de indivíduo e família ou esta, aparece em conformidade com que se espera dela. As representações sobre sexualidade indicam uma condição de liberdade ao mesmo tempo em que suscita temor frente a um julgamento negativo de uma conduta não conservadora.

Nas representações da família Gama, família é união, é afeto. Os conflitos fazem com que os membros dessa família se mostrem mais ligados entre si. Há uma exigência acerca de novos laços. A carreira profissional indica ser mais relevante. O valor fundamental é a inserção profissional bem satisfatória e exercer a autonomia. São representações que chamam a atenção para a valorização de conquistas materiais mesclados com uma crença em seus propósitos, conforme ressalta Scott (2011).

Singly (2004) também ressalta esse ideal em *O eu, o Casal e a Família*. São representações muito próximas de um ideal individualizado. Na revisão teórica acerca da ideia de indivíduo, ressaltai como a literatura fornece os elementos para sugerir o ‘indivíduo contratante’, que parece carregado do ideal individualista à busca de conquistas materiais. Em resposta as questões que pretendi responder nessa tese, é minha sugestão que o entrelace do contrato social como o contrato sexual sustenta o indivíduo contemporâneo em seus propósitos individualistas, fundamentado em relações patriarcais que, remodeladas na modernidade, inserem-se em assimetrias de gênero. O entrelace do contrato social com contrato sexual regula o modo como a ideia de sexualidade contemporânea é nomeada e exercida.

Na sociedade brasileira o vocabulário de parentesco pode ser interpretado pelo uso das categorias do *sexo absoluto* conforme os estudos de Alès & Barraud, (2001). Por uma conjectura teórica, em nossa sociedade e nas representações das famílias Sigma, Delta e Gama aqui apresentadas, o vocabulário de parentesco se apresenta de maneira predominante pelas categorias do *sexo absoluto*. Há uma dualidade e uma marcada assimetria entre esses termos, caracterizando a perspectiva individualista da nossa sociedade. Se as representações, os afetos, e as ideias não são as mesmas dentro de todas as sociedades, pode-se supor que nas sociedades do Ocidente, seus conceitos, suas categorias e o vocabulário de parentesco que exprime, não é capaz – sem modificação ou sem contextualização de apreender os sistemas diferentes em seus próprios significados, conforme ressaltam (Alès & Barraud,2001).

No plano teórico, talvez consista um saída para o entrelace entre os contratos. Questionar a aparente naturalidade do vocabulário de parentesco que representa a condição de *sexo absoluto*. Mexer com essas categorias familiares fixas, que aparecem como neutras quanto às sexualidades e assimetrias de gênero; incitar estudos em famílias com foco nessas perspectivas ao que parece mais próximas do entrelace dos contratos. As relações de parentesco podem indicar a complexidade dos contratos realizados pelos indivíduos sociais e

suas famílias como uma via possível para transformações, para a saída de condições de convivência que se apresentam como invariantes.

As famílias Sigma, Delta e Gama aqui apresentadas, negam o ‘estatuto de naturalidade’ por vezes atribuído a família. Mudam conforme a maneira que vivem, à maneira que realizam as acomodações e negações que a cultura lhes apresenta como normas. As representações se tornam claras pelos contextos de pesquisa e pela história de vida das famílias participantes, ou seja, seus sentidos advém de linguagens simbólicas construídas por formações e ‘representações’ (MOSCOVICI, 2009), que se sobrepõem de maneira decisiva em seu contexto. Aparecem velhas tradições que se remodelam e transformam famílias tão conhecidas em novas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei esta tese propondo discutir família considerando cultura e sociedade. As proposições críticas apresentadas tiveram como esteio as provocações de Pateman (1993) acerca das teorias dos filósofos clássicos do contrato social. Instrumentos teóricos que utilizei como leme para direcionar a proposta do entrelace do contrato social com o sexual. O contrato sexual é o desequilíbrio entre domínios sexuais. O interesse de Pateman (1993) foi codificar o casamento como um contrato sexual, e este como patriarcado moderno. Em uma geografia patriarcal contemporânea, as sujeições persistem e vão além da fronteira familiar e se ramifica por toda a sociedade.

Quando Pateman (1993) refere-se à sujeição da mulher ela reconhece que esta condição na contemporaneidade não é mais socialmente legitimada, mas persiste. Ao questionar o contrato social e apresentar o contrato sexual, Pateman (1993) destaca a condição de sujeição da mulher para ao mesmo tempo afirmar, contestar e negar essa sujeição: afirmar para trazer a história patriarcal de assimetria de poder e liberdade; contestar que o contrato social não refere sobre liberdade, é um instrumento político de manipulação de sexo e poder; e negar a sujeição como imanente à mulher. O argumento da sujeição é o ponto alvo, um instrumento de acusação do ato, mas não afirma que a mulher se acomodou a esse estado de coisas. Pateman (1993) alerta sobre a confiança esvaziada dos contratos. Nos debates propostos ela pode ser acusada de atar a sexualidade aos domínios do normativo e do casamento. Mas suas afirmações sobre o indivíduo e as concepções, ligadas a este pelo contrato social, convocam um novo olhar sobre a ideia de liberdade.

Hobbes (1974) justificou a ideia do contrato social para conter as paixões. E fez valer que uma convenção seria mais forte que a desconfiança e o medo. Locke (1998) reforça a sociedade conjugal chancelando a sexualidade destinada à reprodução como garantia para fins patrimoniais. Rousseau (1996) naturaliza a família para os propósitos patriarcais. São medidas contra as paixões, parece que tudo é orquestrado para derrotá-las. Uma pseudo-liberdade é que serve como mote para manter toda estrutura individualizada e anti-dependente que na contemporaneidade indicam acomodar as assimetrias de gênero. Este que marca a diferença pelo sexo e o faz parecer fixo, sustentando sexualidades em bases assimétricas. Com isso, o sexo é um dos elementos que o gênero utiliza para fazer-se representar (LAQUER, 2001). Na leitura que realizo dos especialistas, acordo com Saffioti (2004) ao ressaltar que o patriarcado é uma espécie de gênero.

A tese consiste em discutir teorias e representações sobre indivíduos, sexualidades e famílias pondo em relevo cuidados e afetos. Minha proposta discutiu estes elementos pelo entrelace do contrato social com o sexual. As representações sociais e os discursos das famílias participantes sobre essas temáticas são integradas para ressaltar a diversidade entre diferentes domínios de conhecimento: o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum, como bem argumenta Moscovici (2009;1975). Um caminho para atender aos objetivos propostos encontrei, através das ideias deste teórico e de teóricos das ciências sociais em particular nas argumentações de Dumont (2010); Elias (2010,1994); Théry (2010) que destacam a ligação entre o indivíduo e a sociedade.

Reitero o destaque sobre **o entrelace do contrato social com o sexual como fundamental na relação de interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades e famílias**. Ressalto que o contrato social, base da teoria filosófica política, é instrumento fundamental para compreender mudanças vitais da era moderna e contemporânea. Contudo, é um instrumento que requer o conhecimento da outra parte, que nesta tese condensa a hipótese de Pateman (1993) representada por sua obra *O Contrato Sexual*.

Ao trazer o entrelace dos contratos para uma linguagem que incluí o sistema de relações de gênero estabeleci argumentos sobre como da diferença podem ser sustentados argumentos sobre desigualdades. E como pela diferença podem instituir-se debates que favorecem o desenlace e a fragmentação de contratos em bases desiguais. No ensaio, discussão livre de ideias, reli os contratualistas em diálogo crítico dos escritos de Pateman (1993); Badinter (2010); Haraway (2009;2008;1989) e outras autoras de campos do feminismo Castro (2009;2008), De Lauretis (2004); Saffioti (2004,2001); Mouffe (1999) e Dean (1992).

A tese pôde responder positivamente ao problema de pesquisa que apresentou: o entrelace do contrato social como o contrato sexual com propósitos essencialmente individualistas. Esses propósitos sustentam assimetrias de gênero quando atribuí ao masculino, um domínio sobre condições de liberdade e vantagens socio-sexual. O entrelace do contrato social com contrato sexual regula o modo como a ideia de sexualidade contemporânea é nomeada e exercida. No entrelace dos contratos há uma relação de interdependência entre os elementos que nomeio como indivíduos contratantes, sexualidades procriativas e famílias naturalizadas.

Numa tentativa de expor o entrelace do contrato social com o sexual e apontar saídas para o desenlace desses contratos, as perguntas geradoras foram postas no anseio de respostas: O que é ser indivíduo? E o que resulta na contemporaneidade a convicção dessa nomeação? O que é família? De que sexualidade se fala? Quais os significados que revelam as famílias participantes quanto às prerrogativas do indivíduo, da sexualidade e da família?

Para responder a estas questões utilizei métodos de pesquisa qualitativa com abordagem interdisciplinar. Combinei, guardando a identidade de cada método: o de ensaio (ADORNO, 2003) com o de pesquisa empírica (FLICK, 2009; HAGUETTE e COLOMBO, 1987; GILL, 2002; BOSI, 1999), relacionada ao interacionismo simbólico (MEAD, 1982) na apresentação das representações sociais (MOSCOVICI, 2012;2009; JODELET, 1989a). Estes métodos favoreceram a incorporação de teorias provenientes da literatura com base no conhecimento científico e no conhecimento do senso comum.

Na armação da pesquisa direta recorri a uma amostra constituída por 03 (três) famílias, homogeneizada quanto ao segmento econômico médio urbano e diversificada quanto à configuração familiar. São famílias que apresentam configurações distintas: família nuclear, família recomposta e família monoparental que nomeio de família Sigma, família Delta e família Gama. Estas famílias são parte de uma amostra arbitrária que não tem pretensões de generalização, mas de tê-las como recurso para apresentar pluralidades conforme bem argumenta Yin (2001) e a literatura sobre representações sociais de Moscovici (2012;2009).

As famílias trazem diferentes realidades realizando informações ricas e plurais. As entrevistas narrativas com as famílias e suas histórias de vida (BOSI, 1999) foram às técnicas que recolhi os dados principais e permitiu que as representações que as mesmas revelaram fossem postas por convocação das questões que lhes apresentei. A história de vida como instrumento, permitiu-me apreender sobre a cultura pelo lado de dentro ou destacar o ponto de interseção das relações entre o que é exterior aos indivíduos sociais, e aquilo que as famílias trazem como próprias às suas realidades, revelando resultados significativos. O aporte às representações sociais não objetivou um estudo extensivo, mas exploratório e reflexivo. Através dos relatos das histórias de vida foram exploradas possibilidades quanto às representações e significados que as famílias atribuem ao objeto de estudo da tese e permite que seja aplicado em outros contextos de pesquisa.

A história das famílias brasileiras caracteriza a plasticidade inerente ao termo família. As famílias Sigma, Delta e Gama, participantes desta tese se incluem nessa história. Os relatos das experiências vividas por cada família participante foram analisados pela técnica da análise do discurso, conforme Gill (2002). Técnica que toma a linguagem como comprometida com o seu meio, com o contexto em que o discurso refere-se às formas de fala e textos, seja quando ocorre naturalmente nas conversações, como quando é apresentado como material de entrevistas.

Os instrumentos metodológicos utilizados permitiram responder que os indivíduos aparecem fragmentados: a ideia de indivíduo e os significados apresentados pelas famílias indicam que as concepções da teoria contratual prevaleceram na contemporaneidade e distorceram o sentido de liberdade ao associá-la à garantia de propriedades e bens materiais conforme ressaltam Dumont (1983) e Touraine (1992). A liberdade que vigora pelos contratos inclui apenas um domínio sexual, exclui a diversidade e a diferença. O indivíduo social é alijado pelo ‘indivíduo contratante’, que prevalece enredado em assimetrias de gênero, que se faz presente por um novo tipo de patriarcado (PATEMAN,1993).

Das trilhas deixadas pelos filósofos clássicos acerca das teorias contratualistas, os ‘indivíduos contratantes’ regem as mudanças e transformações que os fazem parecer seres autônomos e independentes. O que resulta do indivíduo na contemporaneidade é uma incompletude, ‘indivíduos contratantes’ fragmentados, uma ideia de estar só, conforme bem argumenta Elias (1994).

O significado de ser homem e ser mulher está essencialmente vinculado a essas atribuições por serem excluídos de qualquer relação de dependência mútua e inclusiva. As categorias homem e mulher terão sempre que parecer dois polos para que a construção ficcional do indivíduo sexuado pelos afetos garanta a especificidade do ‘indivíduo contratante’. Este mesmo indivíduo parece metamorfosear-se em indivíduo sexuado para que os propósitos dos contratos possam ser adquiridos. Assim, a sexualidade é invocada como a estrutura fundante dos modelos contratuais.

A sexualidade pelo entrelace entre os contratos, o Eros torna-se adocicado e *‘Mal estar civilizatório*. Na leitura que realizo com especialistas Laquer (2001), (Elias;2010), Rief (1979), Poster (1999) e Pateman (1993), Freud (1996d;1996e) indica ter seguido os teóricos contratualistas Hobbes (1974; Locke (1998) e Rousseau (1996). Há um movimento de

contenção da sexualidade em prol do indivíduo. Que retorna para o grupo pela via do Complexo de Édipo, este complexo freudiano que afirma a hegemonia do pai e reforça o sistema patriarcal familiar. A ideia freudiana de família também pode ser ancorada como partícipe do entrelace dos contratos. Não é o indivíduo social que realiza desejos, prazer e interesses com outros, o indivíduo a que se refere Freud (1996d) é o ‘indivíduo contratante’, que aparece excluindo a participação de outros indivíduos em concepções de poder. E exclui baseado em concepções patriarcais da diferença sexual.

Na *História da Sexualidade* de Foucault (1988a), contrária a sexualidade repressora como posta em Freud (1996a), o autor empreende um esforço para demonstrar que o jogo consiste em apresentar a sexualidade como o ponto alvo. A sexualidade que apresenta-se na modernidade é esvaziada de sentido, artificializa desejos. O dispositivo da sexualidade foucaultiano parece abarcar o contrato sexual em sua indicação de interditos e práticas sexuais convocadas pela lei: a mulher com a sexualidade patologizada; a sexualidade ausente da criança; a hiper-sexualidade masculina e a exclusão da sexualidade não normativa. Esses elementos indicam os mesmos que sustentam o entrelace dos contratos. Porém Foucault (1988a;1988b;1988c) não ressalta os afetos, nem os inclui como ferramenta de poder e manipulação.

Em interpretação contrária à teoria freudiana, Simon e Gagnon (1986) apontam que as sexualidades constituem por roteiros. As sexualidades roteirizadas abarcam um conjunto de elementos que compõem os cenários culturais, interpessoais e intrapsíquicos regidos por atores sociais. Assim entendida as sexualidades por roteiros são ferramentas proveitosas para contrapor assimetrias de poder e gênero. Mas não esclarece como estes instituem e manipulam concepções invariantes acerca das sexualidades.

A proposta que elegi ‘ecos do entrelace entre os contratos: indivíduos, sexualidades e famílias’, pretendeu ressaltar que há sexualidades nomeadas por perspectivas históricas, mas simétricas e opostas. Há o dizer sobre sexualidades que não convergem, disputam saberes, em nomeações e definições que as acompanham. Mas não esgota os seus sentidos nem os afetos que as provocam. Suponho que o entrelace do contrato social com o sexual amplia a compreensão sobre as diferentes formas que se apresentam às sexualidades. No entrelace dos contratos, as regras e normatizações estão envolvidas pelos afetos, envolve a construção de vínculos, que parecem criar uma espécie de liga, um intenso envolvimento emocional nas relações entre os sexos.

As questões que apresentei: de que família se fala? Permitiu conhecer diferentes realidades familiares e interrogar sobre o entrelace dos contratos. As famílias que participam desta tese, em sua inscrição social são comumente nomeadas de nuclear (família Sigma), recomposta ou reconstituída (família Delta) e monoparental (família Gama). Parece que não são estas nomeações que dão sentido às suas relações. Em suas representações, aparece com vigor, uma vontade de insistir em permanecer ligados entre si, mesmo quando as adversidades parecem insuperáveis, ou de desligar os laços que perderam a força ou o sentido da convivência afetiva. O destaque dessas famílias para esta tese é trazer o seu caráter plural, destacar que mesmo nas sociedades que inserem a ideia de família em princípios normativos, estão sempre a revelar alguma transformação. Há nos discursos e representações sociais das famílias uma relação de interdependência entre a ideia de indivíduos, sexualidades, afetos, cuidados e famílias.

As famílias Sigma, Delta e Gama são famílias que em alguns elementos indicam uma convergência com os construtos teóricos e parecem muito próximas do entrelace entre os contratos, a exemplo de seus modos de convivência: a mulher como principal cuidadora dos filhos; a mãe não sexualizada que se sobrepõe à mulher; o homem como principal provedor de recursos materiais e o machismo invisível como bem nos alerta Castañheda (2007); as sexualidades acudadas pelo crivo de interditos sociais aparecem nas representações e nos discursos. Todos esses elementos parecem pertencentes ao entrelace do contrato social com o sexual, e indicam o que é feito do indivíduo nas narrativas das famílias. Mas não nos dão nenhuma garantia que as experiências destas famílias atestam para a existência do entrelace entre esses contratos. As famílias Sigma, Delta e Gama apresentam muitos elementos para possibilitar a convergência entre esses domínios, possibilita uma reflexão sobre relações em assimetrias de gênero, e sobre como o entrelace entre os contratos permite supor a noção de ‘indivíduo contratante’ como uma condição essencialmente fragmentada.

Em termos teóricos é minha sugestão que os ecos do entrelace do contrato social com o sexual estão nas relações de gênero dos indivíduos, das sexualidades e das famílias. Mas não significa que os indivíduos sociais estão entrelaçados por completo. Sua ação talvez seja de entrar e sair desse entrelace, minando sua hegemonia, fazendo surgir o estranhamento, a denúncia de uma condição assimétrica de convivência social. Um estranhamento que deve ficar atento aos excessos das ações em prol de cuidados.

Os ‘indivíduos contratantes’ invocam um ideal que envolve as questões mais fundamentais da sexualidade, são estes indivíduos que acomodam as prescrições morais, e fazem parecer dirigidas a todos os indivíduos. Mas não se deve deixar de ressaltar, que o ideal idealizado não reconhece ou despreza a assimetria que realiza. Os ‘indivíduos contratantes’ agem por uma pseudo-liberdade quanto à sua autonomia. Eles parecem acreditar que a especificidade que os caracteriza não é relacional. Quando isso invade o campo da sexualidade, a autonomia é posta em prova, o que aparece é o campo das negociações mesclado pelos afetos.

A pergunta que fiz às famílias participantes sobre o significado da sexualidade, só podia ser feita em uma sociedade que esta nomeação é conhecida. Por outro lado, quando se refere ao termo sexualidade, as representações sociais e as apresentações contextuais só puderam ser feitas pela especificidade individual, a cena familiar não comporta as expressões mais objetivas que envolvem um objeto tão particular entre pais e filhos, a exposição de suas sexualidades trairia a espontaneidade dos seus discursos. As famílias participantes através das suas representações sobre sexualidades apresentam elementos contraditórios. Estes levaram-me a questionar: como ouvir as famílias e não atentar para a sua relação visceral com a sociedade? Como ouvir as famílias e não incluí-las no entrelace dos contratos: presas a uma ideia de valor que potencializa a rivalidade através da hipervalorização do indivíduo; do alto investimento em busca de garantias de bens e propriedades, em fazer da sexualidade um objeto difuso de refreamento? As respostas encontrei ao conferir privilegio às famílias que são constituídas por indivíduos sociais e pela relação de interdependência que os constitui. Olhar sexualidades como próprias da diversidade ou de como da diversidade se formam as relações e a pluralidade que as famílias inevitavelmente enaltecem. Minha proposta nessa tese foi apresentar o entrelace do contrato social com o sexual, como uma estratégia argumentativa. Se há representações trazidas pelas famílias que parecem confirmar algumas teorias, não nos deixemos enganar por essa aparição. O propósito das representações servirá melhor se for posto como dúvida, como dever de mudança e transformações. Servirá tanto melhor, como se fizer refletir sobre pluralidades, modos diferentes e divergentes de convivência social. Há uma relação de interdependência entre a ideia de indivíduo, sexualidade e famílias. Se esta relação não aparece como positiva nos discursos e representações das famílias participantes, talvez possamos ampliar a reflexão através das teorias que suspeito estão fundamentadas no entrelace dos contratos.

Ressaltei por empréstimo a ideia de família e as relações de parentesco, de Lévi-Strauss (1982), para avançar nas propostas da antropologia social das antropólogas francesas Alès & Barraud (2001) que têm por objeto o estudo da distinção do sexo, e que aproximo aos debates sobre a assimetria de gênero. São estudos que revelam quão sexual é o vocabulário de parentesco, e quão sexual é o indivíduo social, muito embora a ideia de ‘indivíduo contratante’ faça parecer condições muito distantes entre a aliança e as sexualidades entre indivíduos e famílias.

Para tratar da distinção de sexo Alès & Barraud (2001) trazem a discussão sobre as categorias do vocabulário de parentesco, a fim de promover uma compreensão sobre este e sobre as famílias das sociedades do Ocidente que utilizam esse vocabulário. É um esforço da antropologia social sem uma linguagem neutra de gênero, para dar relevo às relações entre os indivíduos sociais, sem a polarização dos sexos. As relações de parentesco podem indicar a complexidade dos contratos realizados pelos indivíduos sociais e suas famílias como uma via possível para transformações, para a saída de condições de convivência que se apresentam como invariantes.

Pretendi deixar em relevo, que as assimetrias de gênero e as desigualdades de poder e liberdade são questões dentro de outra muito mais complexa, que é a divisão dos sexos, a bicategorização dos sexos em homem e mulher, ou a divisão do humano nessas categorias. O gênero como objeto de assimetrias requer problematizações que envolvam o entrelace entre os contratos para expor seus construtores: o idealismo da liberdade inventada; o investimento no ideal do ‘indivíduo contratante’; ‘a sexualidade procriativa’ teorizada chancelada pelos contratos e contraditória; as famílias fragmentadas entre sexualidades repressoras, sexualidades vividas pelo prazer e acuadas pelo temor social. Se a saída do entrelace são relações mais igualitárias, estas devem ser a possibilidade da saída do lugar que afirma a contraposição entre os ‘indivíduos contratantes’ e indivíduos sociais; sexualidades chanceladas pelos contratos e sexualidades sob o signo da diversidade, para que famílias sejam parte de categorias realizadas quase sempre sem a desconfiança e sem o medo.

As questões que convocam abordagens críticas de gênero escancaram as complexidades que aportam quaisquer estudos sobre famílias. Na verdade, o lugar na relação, que é em si associado a um conjunto de diferentes padrões de comportamento de acordo com

os grupos sociais, é inseparável do espaço mais largo que une indivíduos – sexualidades – famílias.

Em virtude do método que é utilizado e do objeto de estudo que constroem, todas as investigações têm limitações. Neste caso, sendo um trabalho qualitativo, circunscrito ao estudo de uma complexa amarração entre indivíduos – sexualidades – famílias, questões diversas e significativas ficaram por ser respondidas, a exemplo das relações com os ascendentes, avó e avô, e os filhos ou irmãos que não convivem com as famílias participantes. Seguindo o caminho de investigações e pesquisas, esta tese também é concluída com algumas respostas e novas inquietações. Essas inquietações abrem pistas de investigação futuras, lançando perspectivas para a continuação do estudo acerca de indivíduos–sexualidades–famílias, sem desprezar a influência do entrelace dos contratos, que pela lente da psicologia social inclui a interação entre indivíduos e sociedade.

Destaco que a ideia de sexualidades está relacionada com o sistema social em que os indivíduos se inserem em conjunto com suas relações familiares afetivas. Assim, é minha sugestão que pesquisas futuras abordem a ideia de liberdade e ‘indivíduo contratante’ nos debates sobre gêneros, raças e sexualidades; que pesquisas futuras incorporem o entrelace do contrato social com sexual para os debates sobre famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo, mediante a ideia de indivíduo versus liberdade. E ainda, que em pesquisas futuras sobre diferentes configurações familiares seja explorada a proposta do entrelace dos contratos, trazendo o debate sobre sexualidades e vocabulário de parentesco.

Devido a limitações de recorte metodológico, não aprofundi alguns resultados significativos acerca do vocabulário de parentesco: as representações sobre o significado de ser mãe, pai, filho, irmãos, avó, avô. É também o caso do significado do corpo e sexualidade, trazidos pelas representações das famílias: o corpo com estética sexual (*sexualidade é beleza é estética*). Consciente destas limitações, a tese acrescenta algumas considerações importantes e teoricamente novas através da proposta do entrelace dos contratos, construídas com base em teorias da psicologia social com abordagem interdisciplinar.

Do ponto de vista empírico, trata-se de um trabalho que acrescenta conhecimentos sobre sexualidades e famílias, com as representações das famílias através das histórias de vida de mães, pai, padrasto, filho e filhas, suas experiências na infância, juventude, namoro, iniciação sexual, relacionamentos afetivos sexuais, casamento e recasamento em uma

linguagem não neutra quanto ao gênero. Esse conhecimento, que é próprio dos saberes do senso comum, está lado a lado com saberes do conhecimento científico: interação com a ciência política feminista; a psicologia social, a sociologia, a filosofia e a história social, mediante o método do ensaio. Possibilita que futuras investigações os utilizem para conhecer experiências ou modos concretos de indivíduos sociais e as sexualidades vividas pela ligação afetiva das vivências familiares. Contribui para ressaltar que ser indivíduo social na contemporaneidade requer sexualidades conflitivas.

Do ponto de vista teórico a tese propõe que para compreender indivíduos, sexualidades e famílias, uma nova abordagem deve ser posta – o entrelace dos contratos – que pode trazer, ao campo dos estudos dessas temáticas, debates mais amplos. O entrelace do contrato social com o sexual pode indicar uma espécie de condição presa a rizomas, que faz a relação entre indivíduos –sexualidades –famílias aparecer sustentada por normatizações que operam tal qual raízes. Mas o próprio entrelace deve ser posto em questão. Há que explorar sua característica ontológica, pondo em dúvida a eficácia dos seus propósitos. Que as asas que estão em movimento nos indivíduos sociais alcancem voo para a ação, para a negação de entrelaces que negam à diversidade e subvalorizam a diferença.

REFERÊNCIAS:

□ LIVROS

ADORNO, Theodor. **O ensaio como forma**. In: Adorno, W.T. Notas de Literatura I. São Paulo: Editora 34, 2003.

ALÈS, Catherine ; BARRAUD, Cécile (sous la direction). **Sexe relatif ou sexe absolu ?** De la distinction de sexe dans les sociétés. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre el “Contrato Social”**. In: Presencia de Rousseau, Lévi-Strauss y otros Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2ª edição, Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

_____. **Glamour dans le mariage**. In : Sexualités Occidentales. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

BACQUÉ, Hélène e SINTOMER, Yves. (sous la directions). **La démocratie participative : histoire et généalogie**. Paris: éditions la découverte (coll. Recherches), 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Le Conflit la Femme e la Mère**. Paris: Éditions Flammarion, 2010.

_____. **Xy de Identité Masculine**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1992.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 10ª impressão Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BUTLER, Judith: **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAMPOS, Regina H. E GUARESCHI, Pedrinho. **Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva Latino-Americana**, 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CAPES. Relatório de Acompanhamento 2003. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt> Acesso em Junho de 2012.

CASTRO, Mary G. CARVALHO, Ana e MOREIRA, Lúcia. **Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2012.

CASTRO, M.G. & LAVINAS, L. **Do Feminismo ao Gênero: a construção de um objeto**. In Costa A. E Bruschini C. Uma questão de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992b.

CASTAÑEDA, Marina. **O Machismo Invisível**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CHAUI, Marilena. **Direito natural e direito civil em Hobbes e Espinosa**. In: Política de Espinosa. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2004.

_____. **Filosofia. Estado de Natureza, contrato social, Estado Civil na filosofia de Hobbes Locke e Rousseau**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. **“Participando do Debate sobre Mulher e Violência”**. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 4, São Paulo: Zahar Editores, 1985.

CIAMPA, Antônio da C. **Identidade**. In: LANE, Silva T.M. e CODO, Wanderley (Orgs). *Psicologia Social: O Homem em Movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes, 16ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

COSTA. Jurandir Freire. **Sem Fraude nem Favor**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

COOPET, Daniel de. **De la dualité des sexes à leur dissymétrie**. In : ALÈS e BARRAUD, (sous les directions). *Sexe relatif ou sexe absolu ? De la distinction de sexe dans les sociétés*. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l’homme (MSH), 2001.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** São Paulo, SP: Editora Moraes, 1992.

DEAN, Mitchell. **Pateman's dilemma : women and citizenship**. In : *Theory and Society : renewal and critique in social theory*, 1992.

DE LAURETIS, Teresa. **“A tecnologia do gênero”**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

DORLIN, Elsa. **Sexe, genre et sexualités**. Paris: PUF éditions, 2012.

DUMONT, Louis. **Essais sur l’individualisme : une perspective anthropologique sur l’idéologie moderne**. Paris : Editions du Seuil, 1983.

_____. **L’absence de l’individusants les institutions de L’Inde’** In: MEYERSON, Ignace (ed) *Problemes de la Personne* Paris: Mouton La Haye, 1992.

DURKHEIM, EMILE (1898), **Individual and collective representations**. In: Durkheim, E. *Sociology and Philosophy*. Nova Iorque: Free Press, 1974.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1994.

_____. **Au-delà de Freud : sociologie, psychologie, psychanalyse**. Paris: éditions la découverte, 2010.

_____. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

FARR, R. M. **Representações Sociais: a teoria e sua história**. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

FERRY, Luc. **Le Sens Du Beau**. Paris : Le Livre de Poche, 2001.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. São Paulo : Editora UNESP, 2007.

FLANDRIN, Jean-Louis. **La vie sexuelle des gens mariés**. Dans : *Sexualités Occidentales*, Paris : Éditions du Seuil, 1982.

FLICK, Uwe. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise**. 2 edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988a.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988b.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988c.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores Editor, 1997.

_____. **“Não ao sexo rei”** In: *Microfísica do Poder*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998b.

_____. **“Nietzsche, a genealogia e a história”** In: *Microfísica do poder*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998c.

_____. **“Sobre a História da Sexualidade”** In: *Microfísica do poder*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998d.

_____. **Ética, Sexualidade e Política**. Coleção Ditos e Escritos Volume V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **O Sujeito e o Poder**, In: H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRASER, Nancy. (1997). **Beyond the Master/Subject Model**: on Carole Pateman's The Sexual Contract. IN Fraser. Justice Interruptus : Critical Reflexctions on the Postsocialist » Condition. New York : Routledge, 1997a.

FREUD, Sigmund. (1930) **O Mal Estar na Civilização**. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Volume XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996a.

_____. (1924) **A Dissolução do Complexo de Édipo**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XIX, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996b.

_____. (1923) **A Organização Genital Infantil: uma interpolação na teoria da Sexualidade**, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume XIX, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996c.

_____. (1921) **Psicologia de Grupo e Análise do Ego**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume IX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996d.

_____. (1913) **Totem e tabu**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996e.

_____. (1908) **Moral Sexual 'Civilizada' e Doença Nervosa Moderna**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Volume IX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996f.

_____. (1905) **Os Três Ensaio da Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas, Volume VII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996g.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

GAZALÉ, Flavia. **Je t'aime à la philo**. Paris : éditions Robert Laffont, 2012.

GAGNON, John H. **Uma Interpretação do Desejo. Ensaio sobre o Estudo da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso**. In: Bauer, MW ; Gaskell, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som, Petrópolis: Vozes, 2002.

GROSZ, Elizabeth. **Volatile Bodies**. Toward a corporeal feminism. Bloomington e Indianapolis, Indiana: University Press, 1994.

HAGUETTE, T. & COLOMBRO. **Metodologias Qualitativas em Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M.A. **Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. **Primate Visions : Gender, Race, and Nature in World of Modern Science**. New York: Routledge, 1989.

HEILBORN, Maria Luiza et al (orgs). **O Aprendizado da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editores Garamond e Fiocruz, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. (org.). **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Editora Bomtempo Editorial, 2002.

HOBBS, Thomas (1651). **O Leviatã**. In: Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1974;

JOAS, C. **The Creativity of action**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

JACOB, François. **Le Jeu des possibles, essai sur la diversité du vivant**. Paris : aux éditions Fayard, 1981.

JODELET, Denise. **Folies et Représentations Sociales**. Paris : Les Presses universitaires de France, 1989b.

_____. **Représentations sociales : un domain en expansion**. In: Les Représentations Sociales. Jodelet, D (sous la direction). Paris: Presses Universitaires de France. 1989a

KAHHALE, Edna M. Peters (org). **A Diversidade da Psicologia**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

LAGACHE, Daniel. **Prefácio da obra**. In: Moscovici, A psicanálise sua imagem e seu público, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LANE, Silvia. T.M. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

LANE, Silvia. & SAWAIA, Bader. (Orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense: EDUC editora, 2006.

LANE, Silvia. T. M e CODO, Wanderley. (orgs). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAROUSSE CULTURAL, Grande Dicionário Larousse Cultura da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LAPLANCHE & PONTALIS, **Vocabulário de Psicanálise**, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1982.

LOCKE, John (1689). **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LOURO, Guaracira. **Pedagogia da Sexualidade**, In: Louro (org), O Corpo Educado. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

MACPHERSON, Crawford Brough. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**, 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2010.

_____. **Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1978.

MATTOSO, Katia M. de Q. **A Família Baiana**. In: MATTOSO, Katia M. de Q. Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

MEAD, George. **The Individual and the Social Self: Unpublished Essays** by G. H. Mead. Chicago, USA: Ed. by David L. Miller. University of Chicago Press, 1982.

MESQUITA SAMARA, Eni de M. **As mulheres, o poder, a família**. São Paulo: Editora Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2002.

MELUCCI, Antônio. **Por uma sociologia reflexiva**. Pesquisa qualitativa e cultura. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

MENEZES, Jose Euclimar Xavier de “**Sexo e/ou poder: por um viés analítico proposto por Therborn**” in MENEZES, Jose Euclimar Xavier de E CASTRO, Mary Garcia “Família, População, Sexo e Poder. Entre saberes e polemicas”. 1ª edição. São Paulo: edições Paulinas, 2009.

MILL, John Stuart. (1869) **A Sujeição das Mulheres**. São Paulo, SP: Editora Escala, 2006.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract**. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2012.

_____. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 6ª edição, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009;

_____. **A Máquina de Fazer Deuses**. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1990.

_____. **Sociedade Contra Natureza**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1975

MORIN, Edgar. **Epistemologia da complexidade**. In: SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOUFFE, Chantal. “**Feminismo, cidadania e política democrática radical**”. *Debate Feminista*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), 1999.

PATEMAN, Carole & MILLS, Charles. **Contract & Domination**, Malden, USA : Cambridge, Polity Press, 2007.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

_____. **The Disorder of Women: Democracy, Feminism, and Political Theory**. USA: Cambridge, Polity Press, 1989.

_____. **The Problem of Political Obligation: A Critical Analysis of Liberal Theory**. John Wiley and Son. USA: Cambridge, Polity Press, 1979.

_____. **Participation and Democratic Theory**. USA: Cambridge, Polity Press, 1970.

PINHEIRO, Odete. **Entrevista: uma prática discursiva**. In : SPINK, M.J. (Org). *Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

PERROT, Michelle. **L’Histoire des femmes en Occident de l’Antiquité à nos jours**. Paris : éditions Plon, 1991.

PHILIPPE Ariès ; BÉJIN. André. **Sexualités Occidentales**, Paris : Éditions Du Seuil, 1982.

PHILIP, Pettit. **Républicanisme. Une théorie de la liberté et du gouvernement**. Paris: Gallimard, 2005.

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RABINOVICTCH, Elaine P. E MOREIRA, Lúcia Vaz. **Família e Parentalidade**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

RAWLS. John. **A Theory of justice**. Cambridge, Massachussts : Havard University Press, 1971.

RIBEIRO, Renato J. **Ao Leitor sem Medo: Hobbes escrevendo contra o seu tempo**. São Paulo: editora Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1999.

RIEFF, Philip. **Freud: Pensamento e Humanismo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

ROUSSEAU, Jean. J. (1762) **Du Contrat Social ou Principes du droit politique**. Paris : édition Librairie Générale Française, 1996.

_____. (1754) **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes**. Paris: édition Bordas, 1985.

_____.(1792). **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Editora Martins, 1984.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

SAVATIER, Thierry. **L'Origine du Monde, histoire d'un tableau de Gustave Courbet**. Paris: édition Bartillat, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A Mulher na Sociedade de Classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1979.

SCOTT, Joan Wallace. **Gender: A Useful Historical Category. Gender and the politics of history**, Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.

_____. **La Citoyenne Paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l'homme**. Paris: éditions Albin Michel, 1998.

SCOTT PARRY. **Famílias Brasileiras-poderes, desigualdades e solidariedades**. Série Família e Gênero, n.14. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SENNETT, Ricardo. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SINGLY, François. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2007.

_____. **Le Soi, le Couple e la Famille**. Paris : Nathan, 2004.

_____. **Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien**. Paris: Armand Colin. 2003.

SPINK, Mary.Jane. (Org). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo : Editora Cortez, 2004.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau : la transparence et l'obstacle**. Paris: Plon, Gallimard, 1976

_____. **A Invenção da Liberdade: 1700-1789**. São Paulo: Edunesp, 1991.

SOLOMON, Robert C. **The Virtue of (Erotic) Love, in the Philosophy of (Erotic) Love**, org. Robert C. Solomon e Kathleen Higgins. Kansas, USA: University Press of Kansas, 1994.

STREY Marlene. N. (Org.) **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 2009.

TCHERKÉZOFF, Serge. **FAA-SAMOA, Une Identité Polynésienne: économie, politique, sexualité**. Paris: éditions, l'Harmatan, 2003.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

THÉRY, Irène. *La Distinction de Sexe : une nouvelle approche de l'égalité*. Paris : édition Odile Jacob, 2010.

THÉRY, Irène; BONNEMÈRE, Pascale. **Ce que le genre fait aux personnes**. Paris : éditions Enquête- Éditions de l'École des hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), 2008.

THOMPSON, A. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias**. Projeto História, São Paulo : PUC-S EDUC, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **La Critique de la Modernité**. Paris: édition Fayard, 1992.

WEEKS, Jeffrey. **O Corpo e a Sexualidade** in: Louro (org) *o Corpo Educado*. 2a edição. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2000.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: edição Bookman, 2001.

VEYNE. Paul M. **Foucault. Sa Pensée, sa personne**. Paris: Albin Michel, 2008.

□ TESES E DISSERTAÇÕES

ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. **Uma análise feminista acerca do contrato de casamento e da obrigação de caráter sexual dele decorrente**. Dissertação de Mestrado, 168 p. Universidade Federal de João Pessoa/PB. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, 2012.

PEREIRA, Marlene Brito de J. **Gênero como Variante do Micro Poder Familiar**. 125p. Dissertação de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Salvador, 2010.

PICKINA, Eugênia Maria Veloso de A. **Sob a Máscara do Público e do Privado: análise de uma dicotomia moderna**. 144p. Dissertação de Mestrado em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

PICKINA, Eugênia Maria Veloso de A. **Sob a Máscara do Público e do Privado: análise de uma dicotomia moderna**. 144p. Dissertação de Mestrado em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

POLICARPO, Verônica. **A construção social da experiência sexual**. 440p. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade de Lisboa (Instituto de Ciências Sociais), 2011.

□ REVISTAS

BOURDIEU, Pierre. **À propos de la famille comme catégorie réalisée.** Dans: Actes de la recherche en sciences sociales. Revue Persée, Vol. 100. Décembre 1993. pp. 32-36. Acesso em Julho 2012.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, volume 5, ano 1995: pp. 07-41. acesso em 28 de abril 2009.

MAUSS, Marcel (1923). **Ensaio Sobre a Dádiva.** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In Sociologia e Antropologia, Volume II. São Paulo: Edusp, 1974.

MELLO NETO, Gustavo A.R. **A Psicologia Social nos Tempos de S. Freud.** Psicologia: Teoria e Pesquisa Universidade Estadual de Maringá, Maio-Ago 2000, Vol. 16 n. 2, pp. 145-152.

MENEZES, Jose Euclimar Xavier de. **Da Vociferação Dissimulada do Sexo.**In: Revista Aulas Orgs: Margareth Rago & Adilton Luís Martins.Dossiê Foucault, volume número 3, Dezembro 2006, Março 2007.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares,** In: Projeto História. São Paulo: Editora PUC, volume número. 10, pp. 07-28, Dezembro de 1993.

RUBIN, Gayle. "El Tráfico de Mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo". , *Nueva Antropología, Vol. VIII*, n. 30, México, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B .**Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero,** Revista Cadernos Pagu, número 16, ano 2001.

SIMON, William e GAGNON, John. **Sexual scripts: permanence and change.** Archives Sexual Behavior. Toronto, volume. 15, n. 2, ano,1986.

□ DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BOZON, Michel. **Sexualidade e Conjugalidade.** A redefinição das relações de gênero na França contemporânea. Cadernos pagu, volume 20, ano 2003. pp.131-156. Disponível em www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a05.pdf. Acesso em 28 de Setembro 2009.

CASTRO, Mary Garcia. **Gênero e poder: leituras transculturais - quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalha em recifes.** Cad. Pagu, Campinas, n. 16, 2001 . Available from<http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0104-332001000100004. Acesso em: 24 de Julho de 2009.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena B. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO editora, 2004.

_____. **Conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos**. Revista Caderno CRH, Salvador, Volume17, 1992.

CASTRO, Mary G. “**Marxismo, Feminismos e Feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais**”. Crítica Marxista, n. 11, 2000, pp. 98-108. (Dossiê Marxismo e feminismo). Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_mary.pdf. Acesso em: 24 de Julho de 2008.

FONSECA, Claudia. **Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações**. Cadernos. Pagu, Campinas, n.29, Dezembro2007. Disponível em. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002. Acesso em 26 de Março de 2010.

GARRAU, Marie. (2011) **Le Contrat Social Contre les Femmes**. Disponível em <http://www.laviedesidees.fr>. Acesso em Setembro 2013.

HARAWAY, Donna. **Gênero Para Um Dicionário Marxista: o sexual e o político**. Caderno Pagu, Campinas, n°.22, ano2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>. Acesso em 20 Março 2008.

SCHOLZ, Rosita. **O Sexo do Capitalismo. Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado**, (excertos). Disponível em <http://www.obeco.planetaclix.pt/Grupo Exit>. Acesso em 20 Junho 2014a.

_____. **O patriarcado produtor de mercadorias**. Disponível em <http://www.obeco.planetaclix.pt/Grupo Exit>. Acesso em 20 Junho de 2014b.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “ecos do entrelace entre os contratos através de relatos de experiências de vida”, pois sua família possui uma configuração importante para o nosso estudo. O estudo é promovido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia –FAPESB, e do Centro de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES, autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos. O objetivo é conhecer suas experiências de vida referentes a: infância, juventude, namoro, casamento, sexualidade e nascimento de filhos, nas relações entre pais e filhos de famílias de segmentos médios urbanos da cidade de Salvador, estado da Bahia.

A sua participação nesta pesquisa, consiste em responder às perguntas do questionário aplicado pela pesquisadora garantindo um risco mínimo. O benefício relacionado com a sua participação consiste em ampliar o conhecimento acerca das relações entre sexualidade, indivíduo e família. Está assegurado sigilo com relação aos seus dados de identificação bem como os de seus familiares. Os dados obtidos farão parte de uma tese de doutoramento e poderão ser apresentados em eventos científicos e publicados em artigos de periódicos e livros, estritamente para fins de divulgação da pesquisa. Você pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

Caso queira um maior esclarecimento acerca da pesquisa, envie mensagem para o endereço eletrônico marlene.britop@uol.com.br ou para endereço: Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal) – Av. Cardeal da Silva, n. 205 – Federação. CEP: 40.231-902, Salvador, ou pelo tel.: (71) 3347-6112 e 9981-0222. Esse documento é redigido em duas copias, uma cópia lhe será entregue.

Caso concorde em participar do estudo, assine a declaração a seguir.

Atenciosamente,

Doutoranda Marlene Brito de J. Pereira

Pesquisadora CAPES/FAPESB –Bahia –Brasil

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa *Ecos do entrelace entre os contratos e relações intergeracionais*, estou ciente de que estou livre para desistir a qualquer momento e de que minha identidade será mantida em sigilo.

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os critérios de inclusão para as famílias participantes são: nível socioeconômico médio; renda familiar dos pais R\$4.500 reais.

Escolaridade: um dos entrevistados de cada família ter escolaridade com nível superior completo ou incompleto. Com filhos (as) em idade de 18 a 35 anos. Morar em Salvador, Estado da Bahia.

Data: ___/___/___ Início: _____ Fim: _____

FAMÍLIA / participantes

1. Família: _____

3. Sexo: F M

4. Idade: _____

5. Está trabalhando atualmente? sim não está aposentado/afastado.

Ocupação: _____

6. Escolaridade:

- Sem escolaridade.
- Ensino fundamental I completo ou incompleto.
- Ensino fundamental II completo ou incompleto.
- Ensino médio completo ou incompleto.
- Ensino superior completo ou incompleto.
- Pós-graduação completa ou incompleta.

7. Estado civil:

- solteiro/a.
- casado/a.
- união marital.
- desquitado/a ou divorciado/a.

1 - RELATOS SOBRE EXPERIÊNCIAS DE VIDA

Gostaria que você me contasse um pouco sobre como foi a sua infância (objetivo é conhecer o (a) participante, sua história de vida, costumes, crenças, projetos, liberdade – noção de indivíduo)

1. Onde morava;
2. Com quem morava;
3. O que você gostava de fazer?
4. Como era e como é a educação recebida em casa;

E sobre a sua juventude:

1. O que você gostava de conversar?
2. O que você sonhava em realizar
3. Sobre amizades;
4. Sobre namoro: havia conversas sobre seu relacionamento? Com quem: seus pais, amigas, amigos?

Vamos conversar agora sobre namoro e casamento (objetiva conhecer a ideia de contratos, regras de convivência, relações de gênero, desejos, sexualidade).

1. Como se conheceram?
2. Tempo de namoro?
3. Como é/era o namoro em termos de: - vigilância/monitoramento dos pais; - relacionamento; intimidade?
4. O que você acha que é sexualidade?

5. Como você expressa sua sexualidade?
6. O que você acha que é sexualidade prazerosa?
7. Há um lugar determinado para expressar ou exercer a sexualidade?

Sobre casamento:

1. Por que casar? Viver juntos?
2. Apoio da família?
3. Lua de mel?
4. Residência nos primeiros anos de casados?
5. Trabalho e independência/dependência financeira?
6. Rotina diária do casal? Vocês estabeleceram regras?
7. Relacionamento conjugal nos primeiros anos?
8. Relacionamento conjugal atual?

Vamos conversar agora sobre filhos (objetiva conhecer a transmissão de valores, hábitos, costumes, sistema de relações de gênero).

1. Nascimento do(s) filho(s)?
2. Mudanças na rotina e no relacionamento do casal com a chegada dos filhos?
3. Educação dos filhos (como educa/educava e quem colabora/colaborava)?
4. Relacionamento com os filhos:
 - Na infância?
 - Na juventude?
 - Na vida adulta?

Concepções sobre famílias, indivíduo, gênero.

O que é família para você?

Quem faz parte da sua família?

O que é ser mulher?

O que é ser homem?

O que é ser indivíduo?

O que é ser pai?

O que é ser mãe?

O que é ser filho/a?

O que ser irmã (ao)?

O que é casamento?

O que é ser marido?

O que é ser esposa?

O que é ser avó?

O que é ser avô?

Você gostaria de acrescentar algo sobre o que nós conversamos?